

Índice

Nota Prévia	3
Capítulo I Enquadramento Internacional	5
Capítulo II Evolução das Economias dos PALOP	15
Angola	17
Cabo Verde	41
Guiné-Bissau	65
Moçambique	89
São Tomé e Príncipe	113
Caixa: Timor-Leste	137
Capítulo III Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP	143
Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP	145
Investimento directo bilateral nos PALOP	155
Dívida oficial dos PALOP a Portugal	163

Nota Prévia

A "Evolução das Economias dos PALOP — 2000/2001" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macro-económicos fundamentais, como no que se refere às suas relações económicas e financeiras com Portugal. Apresentamos novamente este ano, e com o mesmo propósito, uma breve nota sobre a economia de Timor-Leste.

O presente documento foi elaborado com base nos dados mais recentes a que se teve acesso, os quais correspondem, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, pelo que poderão ser eventualmente sujeitos a posterior revisão.

Agradece-se ainda a amável colaboração das diversas entidades contactadas — e em particular os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, assim como a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau — que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos necessários.

Departamento de Relações Internacionais
Área de Cooperação

Setembro de 2001

Enquadramento Internacional

Capítulo I

Nos últimos meses, as perspectivas para a economia mundial continuaram a deteriorar-se de forma marcada. O FMI reviu em baixa as suas projecções para os vários grupos de países.

A atenuação da economia mundial resultou da interligação de vários factores, nomeadamente a subida - mais persistente do que inicialmente previsto - dos preços do petróleo, o efeito da política monetária de pendor contraccionista de 1999 e 2000 (nos EUA e área do euro) e o ajustamento nos mercados bolsistas associado à reavaliação das perspectivas de rentabilidade. A redução da confiança dos consumidores e empresas, iniciada nos EUA, generalizou-se a outras regiões e foi acompanhada por uma maior aversão ao risco e deterioração das condições financeiras para os mercados emergentes, especialmente na América Latina, bem como por uma diminuição acentuada da procura no sector de novas tecnologias (especialmente TI), facto que prejudicou fortemente a economia asiática.

A desaceleração nos *EUA*, a partir do final de 2000, resultou essencialmente da fraqueza do investimento (com uma descida brusca das aquisições de equipamento e *software* informático) e da desaccumulação de *stocks*. Apesar da atenuação das exportações, a contribuição negativa do comércio externo para o PIB deve diminuir, em virtude da acentuada descida das importações. Não obstante a quebra de confiança, o consumo comportou-se de forma relativamente sustentada. Recentemente, estará a ocorrer alguma retoma do investimento em habitação, favorecido pelas baixas taxas de juro.

Efectivamente, o FED reagiu de forma muito “agressiva”, com sete descidas de taxas de juro desde o início do ano (a última das quais em 21 de Agosto), num total acumulado de 3 pontos percentuais, para 3.5% (taxa de fundos federais *overnight*). Também a política orçamental, em 2001, foi de teor expansionista, com a concretização de um pacote de redução de impostos.

A queda dos valores das acções (quer de empresas “tradicionais”, quer do sector tecnológico) contribuiu para acentuar o clima de abrandamento, através do efeito redução de riqueza (o mercado accionista é, nos EUA, uma importante fonte de aplicação de poupança dos particulares). No entanto, o maior vigor recente no mercado de habitação deve, na segunda metade do ano, contrariar este efeito, através da subida de riqueza em bens reais. Apesar da incerteza, quer quanto a estes efeitos quer quanto ao impacto do sobre-investimento e ajustamento de *stocks*, projecta-se uma recuperação já na segunda metade do corrente ano, o que conduziria a um crescimento médio anual do PIB de 1.4% em 2001 (2.4% em 2000) e aceleração para cerca de 2.5% em 2002.

A inflação aumentou moderadamente (para 2.3% em 2000 e 2001, de acordo com as estimativas) e o desequilíbrio das contas externas mantém-se extremamente elevado. A partir do Verão de 2001, o dólar mostrou sinais de ajustamento em baixa, que, a persistirem, poderão vir a favorecer a balança corrente.

A evolução no *Japão* é extremamente desanimadora, havendo sérios riscos de que a economia entre de novo em recessão. Em termos médios anuais o PIB cresceu apenas 1.5 % em 2000, tendo enfraquecido já na segunda metade do ano, prejudicado pela fraqueza da procura mundial, especialmente no sector electrónico. Apesar do novo enquadramento monetário adoptado em Abril - que se traduz em taxas *overnight* nulas - e do pacote de estímulo do investimento público - o qual introduziu um vigor temporário no início de 2001 - as perspectivas são de grande fragilidade. O consumo privado está relativamente estagnado, numa envolvente de rendimentos em declínio e preocupações quanto ao desemprego e futuras reestruturações empresariais. Mesmo admitindo um maior dinamismo das exportações tecnológicas na segunda parte do ano, o FMI estima um decréscimo do PIB na ordem de 0.2% em 2001.

Os problemas estruturais, incluindo a falta de transparência e utilização de práticas contabilísticas deficientes nos sectores bancário e empresarial, são os principais factores impeditivos do progresso da economia, após uma década de fraqueza persistente (taxa média de crescimento próxima de 1%). Foi anunciado em Março pelo novo governo um pacote de reformas bancárias e empresariais, de que consta o abatimento ao balanço dos créditos malparados, a que se seguiu, em Junho, um plano de consolidação orçamental e várias melhorias regulamentares. As reformas indispensáveis na banca e empresas terão, a curto prazo, efeitos adversos, não obstante o potencial efeito positivo sobre o crescimento a médio prazo. Com uma política monetária laxista e uma volumosa dívida pública, a margem de manobra das políticas macro-económicas é reduzida. Em termos do nível de preços, prossegue a tendência deflacionista dos últimos anos.

Na *área do euro*, generalizou-se a atenuação da procura interna, iniciada em finais de 2000 na Alemanha e outras grandes economias, em especial a italiana. As subidas dos preços do petróleo e bens alimentares conduziram a uma erosão dos rendimentos reais, a que se adicionaram as perdas nos mercados accionistas. A redução das exportações foi compensada por descidas das importações, registando-se um contributo externo líquido positivo. As repercussões da conjuntura dos EUA ter-se-ão feito sentir mais nitidamente a nível financeiro e não comercial. O euro continuou a depreciar-se até Julho, parecendo que se encontra amplamente desvalorizado relativamente aos fundamentos. Uma possível explicação para o mau desempenho da moeda europeia em 2000 e primeira metade de 2001 prende-se com a expectativa de subida persistente da produtividade americana e consequente aumento do ritmo de crescimento potencial dessa economia face à europeia.

Os choques de preços tiveram reflexo no aumento da taxa de inflação na área do euro e na UE. O FMI prevê que, em 2001, o IPC

suba para 2.8% na área do euro (2.4% em 2000). O BCE, que prosseguira uma política contraccionista em 2000, reduziu, em Maio e de novo em Agosto de 2001, as taxas de referência num total acumulado de 50 pontos base, decisão justificada pelo atenuar dos riscos inflacionistas e pela revisão em baixa das estatísticas monetárias.

O abrandamento nas economias avançadas repercute-se no comportamento económico nos países emergentes, em transição e em desenvolvimento, quer através das interligações comerciais, quer através do efeito nos mercados financeiros.

Na *América Latina*, após uma forte expansão em 2000 (+4.2%), espera-se uma desaceleração do crescimento económico para 2.1% em 2001. Os problemas da Argentina marcaram o desempenho desta região. Com uma situação recessiva persistente e um muito elevado défice público, grande parte do qual em moeda estrangeira, a Argentina sofreu uma acentuada deterioração das condições financeiras, não obstante o avultado pacote financeiro de Novembro com o FMI, outras IFI's e países desenvolvidos. A 21 de Agosto de 2001, o FMI informou ter recomendado ao *Executive Board* a aprovação de um crédito adicional no total de 8 milhões de dólares, dos quais 3 milhões estão condicionados à realização de uma operação voluntária de reestruturação de dívida ao sector privado. As autoridades argentinas comprometeram-se a reforçar a política de ajustamento orçamental (através da execução da lei do “défice-zero” e reforma da relação com as províncias).

No Brasil, a evolução dos diferenciais de juro das obrigações tem acompanhado os desenvolvimentos na Argentina e têm ocorrido fortes pressões sobre o real, o que, embora possa indiciar algum contágio, pode também ter origem em factos específicos da economia brasileira, com destaque para as restrições de oferta no mercado de energia. Em resposta, as autoridades elevaram a taxa de juro e aumentaram a restritividade orçamental. Os indicadores financeiros para

o México revelam uma separação deste país face à crise argentina. Este desempenho mais favorável estará associado à prudência das políticas macro-económicas e à sua maior ligação ao espaço da NAFTA, o que o torna, em contrapartida, mais vulnerável à evolução nos EUA. Com uma expansão acelerada em 2000 (7%), a economia mexicana enfraqueceu abruptamente, prevendo-se um ritmo inferior a 2% em 2001. Em contraste com os outros países da América Latina, o México, que mantém notações de crédito favoráveis, tem registado acentuadas entradas de capitais, ao mesmo tempo que a moeda se tem apreciado e a inflação tem abrandado.

O impacto do enfraquecimento global nos países em desenvolvimento da *Ásia*, bem como nas novas economias industrializadas asiáticas (NEI) revelou-se muito maior do que o antecipado. A redução de procura em geral e no sector informático em particular, a par com o aumento dos preços do petróleo e dúvidas quanto ao ritmo das reformas estruturais (especialmente no sector bancário), conjugaram-se por forma a produzir uma acentuada atenuação da economia, havendo já em alguns países (como Singapura) sérios riscos de entrada em recessão. A desaceleração é mais nítida nos NEI e na Malásia. A China e Índia são os países menos vulneráveis, mas apenas a primeira destas economias está a registar uma expansão sustentada, impulsionada pelo consumo privado e pacote de investimento público (projecção de aumento do PIB de 7.5% em 2001, após 8% em 2000).

Nas *economias em transição e emergentes da Europa*, espera-se uma desaceleração brusca da produção, em resultado essencialmente da forte contracção na Turquia, que sofreu recentemente crises financeiras graves, que obrigaram ao abandono da âncora cambial, em Fevereiro, e ao recurso a financiamentos avultados por parte do FMI. O programa económico inclui medidas de âmbito estrutural, monetário, orçamental e de rendimentos, com vista a solucionar as principais fragilidades,

Gráfico I

PIB Real

(taxa de variação anual em percentagem)

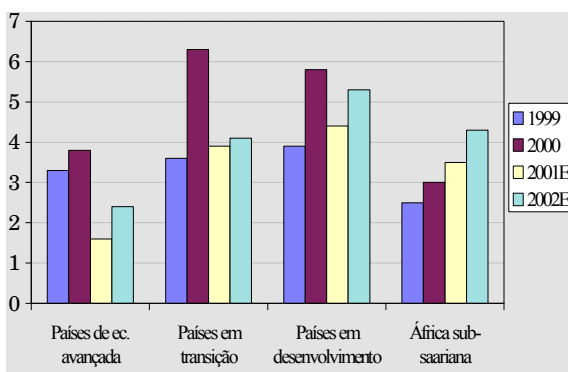


Gráfico II

Inflação

(taxa anual em percentagem)

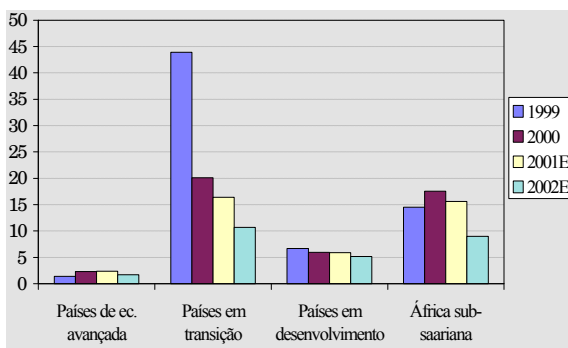
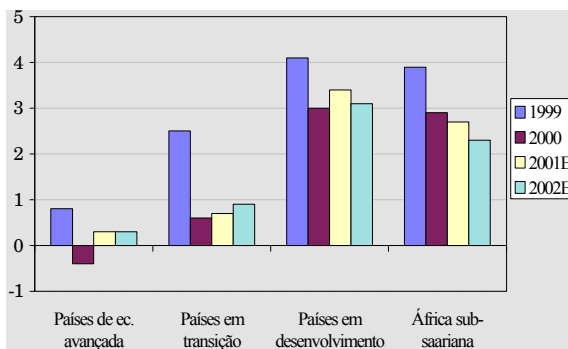


Gráfico III

Finanças Públicas

(défice orçamental em percentagem do PIB)



nomeadamente no sector bancário. A crise de confiança e incertezas políticas têm mantido as taxas de juro em níveis extremamente altos, o que paralisou a economia real (projecção de decréscimo de 4.3% do PIB em 2001, após uma expansão de 7.5% em 2000) e agravou as dificuldades de vários bancos. A acentuada depreciação cambial possibilitou, no entanto, uma significativa recuperação das exportações e receitas de turismo. Por outro lado, a inflação deverá manter-se acima de 50%.

Excluindo este país, prevê-se apenas uma ligeira moderação no produto dos países em pré-adesão à UE, os quais aliás não têm sentido efeitos de contágio da crise turca. Os países Bálticos deverão manter um crescimento elevado (4 ¾%) e com inflação limitada, embora, dada a sua acentuada abertura, sejam bastante vulneráveis à conjuntura externa. Espera-se na Polónia um nítido abrandamento este ano (para 2.5%) e descida da inflação, enquanto os outros países deverão evoluir a ritmos entre 3 e 5%. A médio prazo, todos estes países enfrentam sérios desafios orçamentais e relativos às reformas estruturais. Por seu turno, na República Federal da Jugoslávia foi iniciado um programa de estabilização e de amplas reformas. Nos países do CEI, deve prosseguir a retoma, mas de forma muito mais lenta, prejudicada pelo abrandamento internacional e, no caso dos países exportadores de energia, também devido à descida destes preços. Notam-se significativos atrasos nas reformas e os níveis de inflação, apesar da tendência decrescente, são ainda altos.

O crescimento projectado para *África* foi revisto em baixa, na sequência da deterioração internacional, mas continua acima do ritmo de 2000, beneficiando das melhores condições climáticas e de segurança em vários países. Espera-se, na África sub-saariana, uma taxa de crescimento de 3.5% (após 2.5% e 3% em 1999 e 2000, respectivamente). Grande parte dos países apresentam taxas de inflação controladas; contudo, em Angola, bem como na República Democrática do Congo, persistem taxas a três dígitos. O enfraquecimento conjuntural na Europa, principal destino das exportações africanas, em conjugação com os baixos preços verificados em muitos bens primários não energéticos, afectam negativamente a região (à excepção dos países exportadores de energia). Contudo, notam-se diferenças notáveis de comportamento inter-países,

Gráfico IV

Balança Corrente

(saldos, em mil milhões de USD)

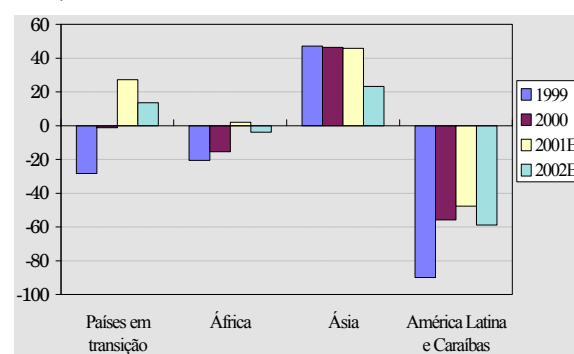
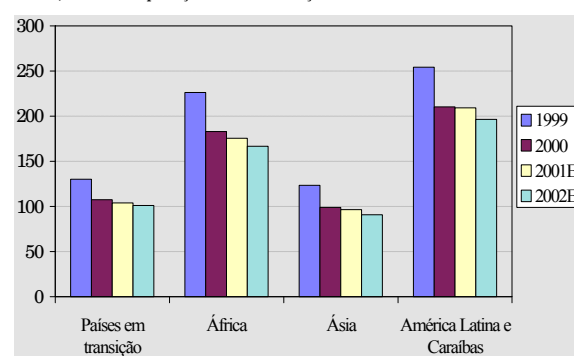


Gráfico V

Dívida Externa

(stocks, em % das exportações de bens e serviços)



sendo muito mais animadoras as perspectivas nas economias que têm prosseguido políticas macro-económicas e estruturais sólidas: Moçambique, Botswana, Tanzânia e Camarões deverão crescer cerca de (ou acima de) 5%.

É fundamental que estes países promovam um ambiente propício ao crescimento e investimento, o que passa pela melhoria de fornecimento de serviços públicos, reforço das infraestruturas, liberalização do comércio, bem como prevenção e resolução de conflitos. No âmbito da Iniciativa da Dívida (HIPC), vários países, na sua grande maioria africanos, qualificaram-se já para beneficiarem de alívio da sua dívida externa. Em média, a HIPC traduzir-se-á numa redução do rácio Dívida/PIB dos países pobres altamente endividados para cerca de metade.

Anexo Estatístico

ECONOMIA MUNDIAL

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 1983 - 2002

	1983/92 (média)	1992/97 (média)	1997	1998	1999	2000	2001 (proj.)	2002 (proj.)
PIB real			<i>(t. v. anual)</i>					
Países de economia avançada	3.3	2.8	3.5	2.7	3.3	3.8	1.6	2.4
<i>dos quais: Novos países industrializados da Ásia¹</i>	8.4	5.7	4.0	-2.4	7.9	8.2	2.5	5.0
Países em transição	-0.4	-2.4	1.6	-0.9	3.6	6.3	3.9	4.1
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	2.1	2.0	2.0	3.8	3.5	4.2
<i>dos quais: Países em pré-adesão à UE</i>	--	--	3.9	2.5	-0.1	4.9	1.9	4.5
Países em desenvolvimento	4.7	5.5	5.7	3.5	3.9	5.8	4.4	5.3
África	2.0	2.8	2.8	3.1	2.5	2.9	3.9	4.4
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	1.7	2.7	3.4	2.4	2.5	3.0	3.5	4.3
Ásia	7.3	7.4	6.4	4.0	6.1	6.8	5.8	6.2
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	5.3	4.4	3.7	-5.2	3.6	5.0	3.2	4.5
Médio oriente e Europa ³	3.4	3.4	5.1	3.7	1.0	6.0	2.3	4.8
América latina e Caraíbas	2.3	3.4	5.4	2.3	0.2	4.2	2.1	3.7
Inflação (IPC)			<i>(t. v. anual)</i>					
Países de economia avançada	4.6	2.3	2.1	1.5	1.4	2.3	2.4	1.7
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	4.3	3.8	3.4	4.4	-1.8	1.2	2.2	2.2
Países em transição	42.4	281.7	27.3	21.8	43.9	20.1	16.4	10.7
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	74.8	41.4	17.0	10.9	12.6		
<i>dos quais: Países em pré-adesão à UE</i>	--	--	55.4	35.6	25.3	24.4		
Países em desenvolvimento	46.7	20.3	9.9	10.5	6.7	6.0	5.9	5.2
África	24.3	24.5	14.2	10.8	11.5	13.6	12.6	8.0
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	28.9	29.4	17.4	12.9	14.5	17.5	15.6	9.0
Ásia	9.9	7.6	4.8	7.7	2.5	1.9	2.8	3.3
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	13.0	8.8	6.8	22.1	9.1	3.3	6.2	5.6
Médio oriente e Europa ³	22.9	24.7	27.7	27.6	23.2	19.2	18.9	14.5
América latina e Caraíbas	170.2	47.4	12.9	9.9	8.8	8.0	6.3	5.0
Finanças públicas (saldo orçamental⁴)			<i>(em % do PIB)</i>					
Países de economia avançada	--	--	-1.7	-1.2	-0.8	0.4	-0.3	-0.3
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	1.0	-1.5	-1.1	1.6	0.3	1.1
Países em transição	--	--	-4.8	-3.6	-2.5	-0.6	-0.7	-0.9
Países em desenvolvimento	--	--	-2.5	-3.9	-4.1	-3.0	-3.4	-3.1
África	--	--	-2.9	-3.9	-3.3	-1.7	-1.9	-2.0
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-3.6	-3.9	-3.9	-2.9	-2.7	-2.3
Ásia	--	--	-2.5	-3.6	-4.2	-3.9	-4.0	-3.6
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	-2.0	-3.0	-3.2	-3.1	-4.2	-3.3
Médio oriente e Europa ³	--	--	-3.5	-6.2	-3.8	0.3	-2.0	-2.6
América latina e Caraíbas	--	--	-1.9	-3.5	-4.4	-2.8	-3.1	-2.2
Balança corrente			<i>(USD 10⁹)</i>					
Países de economia avançada	--	--	91.3	37.4	-122.9	-250.5	-241.2	-229.7
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	10.7	68.0	66.1	50.6	48.7	48.2
Países em transição	--	--	-23.7	-28.4	-1.2	27.1	13.5	3.5
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	-19.3	-22.6	-22.7	-20.1	-21.9	-22.8
Países em desenvolvimento	--	--	-58.7	-86.3	-10.0	-60.8	-22.8	-21.6
África	--	--	-7.8	-20.6	-15.5	1.9	-3.9	-6.0
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-10.6	-13.7	-11.0	-7.3	-9.2	-9.2
Ásia	--	--	8.8	47.1	46.3	45.8	23.2	11.0
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	-25.1	22.5	33.8	29.4	15.5	12.7
Médio oriente e Europa ³	--	--	6.7	-23.0	15.0	60.9	62.4	37.0
América latina e Caraíbas	--	--	-66.4	-89.9	-55.8	-47.7	-58.9	-63.6
Dívida externa			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>					
Países em transição	--	--	103.9	126.3	130.3	107.5	103.8	101.1
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	97.9	106.6	114.3	105.6	101.6	98.2
Países em desenvolvimento	--	--	156.3	180.0	172.2	138.3	136.1	130.7
África	--	--	214.3	241.3	226.2	182.9	175.6	166.6
Ásia	--	--	116.8	126.4	123.5	98.9	96.3	90.7
Médio oriente e Europa ³	--	--	133.3	174.6	158.5	123.1	123.5	129.0
América latina e Caraíbas	--	--	224.4	257.9	254.3	210.1	209.0	196.2
Outros indicadores								
Termos de troca (bens e serviços; t. v. anual)								
Países de economia avançada	--	--	-0.5	1.3	-0.1	-2.3	0.3	0.6
Países em desenvolvimento	--	--	0.9	-4.4	4.5	7.0	-1.0	-1.8
Países em transição	--	--	--	-3.1	0.7	5.9	-1.3	-1.3
Volume de comércio mundial (bens e serviços; t. v. anual)								
Preço do petróleo (t. v. anual com preços em USD)	--	--	-5.4	-32.1	37.5	56.9	-5.0	-8.6
Preço de bens primários, excluindo petróleo (t. v. anual com preços em USD)	--	--	-3.3	-14.7	-7.1	1.6	-0.9	5.3

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Coreia do Sul, Hong-Kong (China), Singapura e Taiwan; ² Excluindo Bielorrússia e Ucrânia; ³ Incluindo também Chipre, Egípto, Líbia, Malta e Turquia; ⁴ Administração pública total no caso dos países de economia avançada e dos países em transição, administração central no tocante aos países em desenvolvimento.

Evolução das Economias dos PALOP

Capítulo II

ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²
Capital: Luanda
População: 12 000 000 hab.
Moeda: Kwanza



1. SÍNTESE

A renovada dinâmica reformista que a economia angolana encetou em 1999, sobretudo com a liberalização monetária e cambial, continuou patente ao longo de 2000, agora enquadrada pelo acordo vigente desde Abril deste ano entre as autoridades angolanas e o FMI – ao abrigo do qual têm sido levadas a cabo reformas significativas em domínios como o quadro regulamentar do comércio externo, a transparência na gestão financeira do Estado ou o saneamento do sistema bancário. A execução do referido acordo (dito Programa Monitorado) tem sido, porém, perturbada pela dificuldade em gerir adequadamente o impacto associado ao forte aumento das exportações petrolíferas (estimadas em USD 7.4 mil milhões, ou seja 58% acima do patamar de 1999), dificuldade essa essencialmente devida à persistência de distorções estruturais a diversos níveis.

Tais distorções (relacionadas com factores que vão desde o conflito armado até à incompleta transição para um sistema de mercado, entre outros) traduzem-se em fenómenos como a ocorrência de bruscos sobressaltos de liquidez na economia, dos quais resulta a manutenção de um clima ainda excessivamente dominado pela instabilidade nominal. De facto, embora a cadência inflacionária tenda claramente a abrandar desde meados de 2000, a taxa de variação média do IPC ficou todavia cifrada em 237% no final do primeiro semestre de 2001 (contra 325% em Dezembro último e 248% um ano antes).

O clima de instabilidade obsta, pois, à plena concretização dos objectivos visados com o Programa Monitorado – que se centra

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1999 est.	2000 est.	2001 prog.
PIB real (t.v. anual)	3.4	2.1	3.4
Inflação (t.v. média)	248.2	325.0	120.0
(t.v. homóloga)	329.0	268.4	75.0
Massa monetária (t.v.a.)	528.2	303.7	127.3
C. corrente ext. (% PIB)	-29.0	-2.1	-7.6
Saldo orçamental (% PIB)	-12.6	1.0	3.3
Dívida externa (% PIB)	152.9	--	--
Não-concessional	139.1	94.5	--

Quadro II

Metas do Programa Monitorado ¹

(stocks)

	Dez-00 prog. ³	Dez-00 est.	Jun-01 prog. ³
Act. externos líq. do BNA	972	1039	1095
Act. internos líq. (Mkz)	-4865	-14676	-23800
Créd. líq. ao Gov. (Mkz)	-6686	-15725	-21500
Pass. externos mlp do BNA	--	3.6	2.9
Atrasados externos	5003	5067	4301
Cred. multilaterais	0	...	0
Dív. ext. não-concessional	7990	8379	8583
Curto prazo	581	721	705
Médio e longo prazos	7409	7658	7878

¹ Em milhões de USD, excepto quando indicado;

² Mkz: Milhões de Kwanzas;

³ Ajustável em função de factores como a variação dos preços do petróleo e dos atrasados da dívida.

precisamente no combate à inflação – tendo, por conseguinte, determinado o adiamento da respectiva conclusão (primeiro para Junho de 2001 e, recentemente, por mais quatro meses), conclusão essa da qual depende a introdução de um novo programa, já com apoio financeiro do FMI, e a renegociação da dívida externa, no âmbito do Clube de Paris. As autoridades angolanas manifestam-se agora empenhadas na introdução de medidas, em especial ao nível dos procedimentos de gestão da despesa, com as quais se espera mitigar as referidas distorções – cuja ultrapassagem se afigura essencial para consolidar a evolução positiva da conjuntura macroeconómica, já expressa na considerável redução dos défices orçamental e externo durante o ano de 2000.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O elevado potencial de expansão que é habitualmente reconhecido à economia angolana – susceptível de lhe permitir aspirar, em devido tempo, a uma substancial recuperação da estrutura produtiva e do bem-estar social (caso sejam viabilizadas as indispensáveis pré-condições de arranque) – permaneceu, no período em análise, longe de esboçar uma concretização significativa. Apesar do avanço que, para esse efeito, representa a introdução de algumas reformas estruturais importantes, inseridas no programa de ajustamento em curso (de que são exemplo a gestão privada das Alfândegas e a simplificação do regime comercial externo, entre outras), continua preponderante o peso de obstáculos como a persistência do conflito armado, a debilidade das infra-estruturas de vária ordem (em parte resultante do anterior) e um ambiente geral ainda pouco propício ao investimento.

Admite-se, de facto, que o acréscimo real do produto possa ter ficado em 2000 abaixo

Quadro III

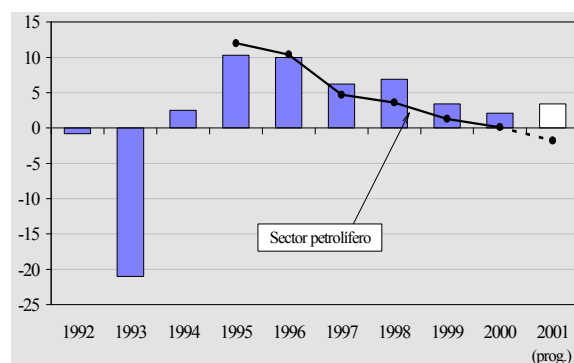
Decomposição do PIBpm

(em percentagem)

	1997 est.	1998 est.	1999 est.
Sector primário	61.3	56.2	77.0
Agric., silvíc. e pescas	9.0	13.0	6.9
Petróleo e gás	48.0	37.8	61.4
Diamantes	4.3	5.4	8.7
Sector secundário	8.5	12.6	7.0
Indústria transform.	4.4	6.3	3.5
Energia eléctrica	0.1	0.1	0.0
Construção	4.0	6.2	3.4
Sector terciário	27.9	29.8	15.8
Serv. mercantis	16.1	19.3	8.8
Serv. não-mercantis	11.7	10.5	7.0

Gráfico I

PIB real (1992-2001, estimativas, t.v. anual em %)



do crescimento populacional (o que, a confirmar-se, sucederia pela primeira vez desde a excepcional regressão económica de 1993, precipitada pela retoma pós-eleitoral das hostilidades) – variações essas cifradas, respectivamente, em 2.1% e 2.9%, de acordo com as estimativas disponíveis. Embora estas últimas se apresentem, no tocante às contas nacionais, forçosamente provisórias e parcelares, parece todavia patente que se terá prolongado no ano em causa o arrefecimento da actividade económica já notório em 1999 (cf. gráf. I), na sequência do regresso declarado ao confronto militar.

Importa, no entanto, sublinhar que as mesmas estatísticas reflectem novamente (pelo quarto ano consecutivo) um ritmo de expansão da actividade não-petrolífera mais acelerado, em termos reais, que no caso do sector petrolífero, fenómeno indicativo de uma tendencial diversificação produtiva que é certamente saudável. Entre os sectores que mais se terão destacado em 2000 contam-se o diamantífero (cujas produções oficialmente contabilizadas se estima ter aumentado cerca de 20%, na sequência de outros acréscimos substanciais) e ainda o sector da construção – neste caso, beneficiando também do estímulo induzido sobre o conjunto da economia angolana pelo aumento dos preços internacionais do petróleo a partir de 1999.

Gráfico II

IPC-Luanda (variação mensal, em %)

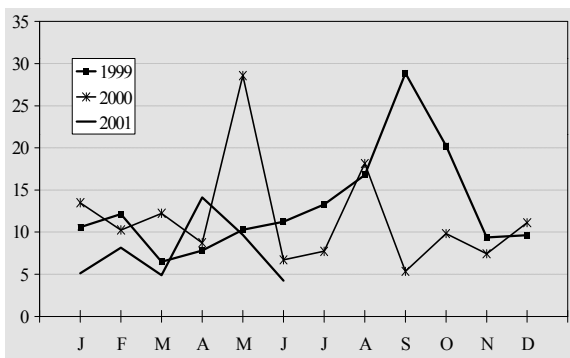


Gráfico III

IPC-Luanda (1991-2001, em %)

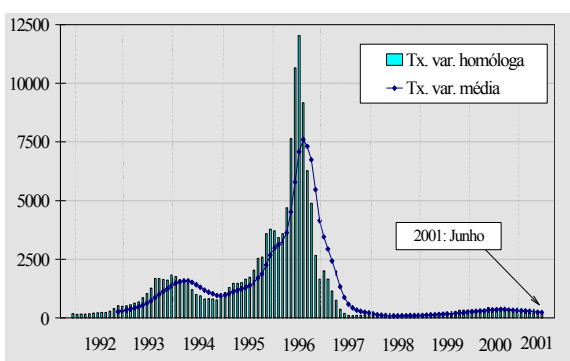
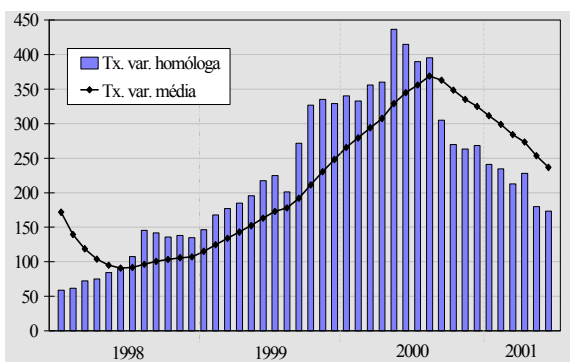


Gráfico IV

IPC-Luanda (1998-2001, em %)



A manutenção destes últimos em patamares relativamente elevados funciona, por outro lado, como uma compensação parcial (nomeadamente em termos de equilíbrio das contas públicas e externas) para o ritmo, mais lento que o previsto, a que se vem processando o aumento da produção petrolífera. Depois das expectativas geradas pela identificação, nos últimos anos, de vastas reservas adicionais de *crude* em

território angolano (levando a que admitisse uma duplicação, até 2005, dos actuais níveis de produção: cerca de 750 mil barris/dia) prevê-se agora um aumento mais gradual, que poderá mesmo dar lugar a uma ligeira contracção pontual no ano em curso.

Também no que diz respeito à evolução dos preços (tal como é captada pelo IPC-Luanda), o cenário parece ir no sentido de confirmar as expectativas – neste caso de desaceleração – mas a uma cadência mais lenta que o programado. Embora esteja patente, desde meados de 2000, um tendencial abrandamento da inflação (cf. gráf. IV), influenciado por algum progresso no tocante à moderação da instabilidade nominal (não obstante uma expansão ainda excessiva da liquidez e medidas como o recente aumento salarial da função pública: 450%), antevê-se bastante difícil concretizar a meta estipulada à partida para a inflação homologa no final do ano em curso (75%).

Este último indicador ficou efectivamente cifrado em 55.5% ao terminar o primeiro semestre de 2001 (cerca de metade da variação acumulada no mesmo período do ano precedente), enquanto a inflação média caía para 236.6% (tendo conhecido dez quedas mensais consecutivas depois de um pico em Agosto de 2000: 369.0%). As autoridades angolanas continuam, aliás, a manifestar-se fortemente empenhadas na consolidação desta tendência, não só pelo desincentivo que a instabilidade nominal representa à criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento como também (não será demais recordar) pelo custo social que a mesma acarreta, ao afectar sobretudo a população de menores recursos, mais exposta à erosão do valor da moeda.

3. CONTAS EXTERNAS

Em conformidade com o panorama esboçado no ano precedente, consolidou-se em 2000 uma tendência para a redução dos desequilíbrios externos evidenciados pela economia angolana, processo que decorre essencialmente do acentuado predomínio exercido pela actividade petrolífera no contexto da mesma, dada a conjuntura largamente favorável aos países produtores que prevalece no mercado internacional (conforme sucedeu já aquando do anterior período de enviesamento positivo da balança de pagamentos, em 1996).

Assim se explica a redução do défice da conta corrente, o qual não terá ido além de USD 183 milhões (o equivalente a cerca de 2.1% do PIB estimado, contra valores próximos de 30% no biénio 1998/99), segundo indicam os dados preliminares disponíveis para 2000 (cf. gráf. V). Assim se justifica também a persistência, pelo segundo ano consecutivo, do défice global da balança de pagamentos a um nível historicamente baixo (USD 202 milhões), possibilitando nomeadamente que se verificasse, tal como em 1999, um importante reforço das reservas cambiais (as quais rondam já um patamar equivalente a três meses de importações) – e não obstante ter ficado patente, no ano em análise, um contributo positivo menos dilatado por parte da conta de capital e financeira.

O factor determinante para esta inversão do cenário externo foi, de facto, a manutenção do pendor altista assumido em 1999 pelos preços internacionais do petróleo – fenómeno que se traduziu, no caso do *crude* angolano, por um considerável aumento do

Gráfico V

Balança de pagamentos (1990-2001, milhões de USD)

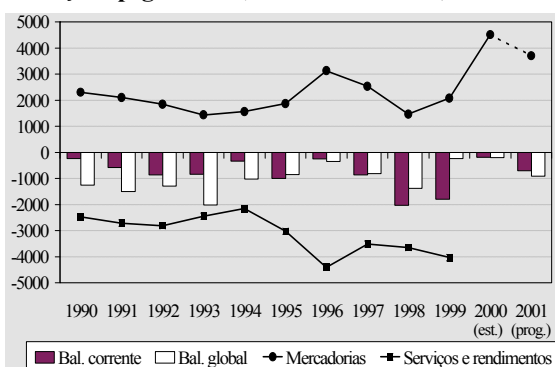
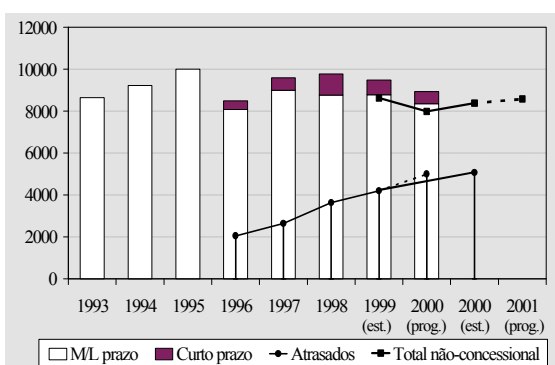


Gráfico VI

Dívida externa (1993-2001, milhões de USD)



preço médio praticado nesse ano (45%) logo seguido de novo acréscimo (19%), agora em 2000. Daí decorreria a contabilização do valor máximo absoluto de exportações petrolíferas alguma vez obtido, em termos nominais, no quadro da economia angolana – USD 7.4 mil milhões, ou seja mais 58% que em 1999, apesar de uma virtual estagnação da quantidade extraída. Considerando o conjunto das exportações, constata-se que também as não-petrolíferas evoluíram de forma favorável, com um acréscimo de 20.2% face a 1999 – resultado que se explica sobretudo pelo desempenho, oficialmente contabilizado, do sector diamantífero, cujo volume de vendas ao exterior terá mais do que quadruplicado nos últimos cinco anos, reflectindo o aumento do controlo oficial sobre o processo de produção e comercialização.

Gráfico VII

Exportações de mercadorias (1992-1999)

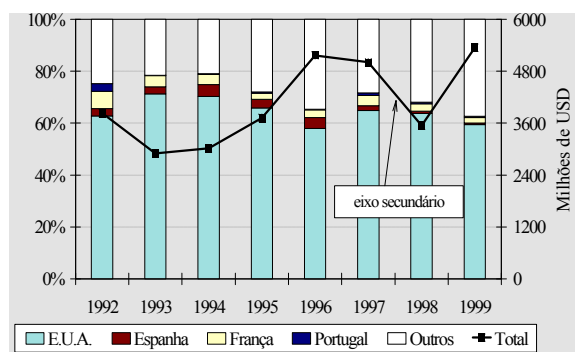
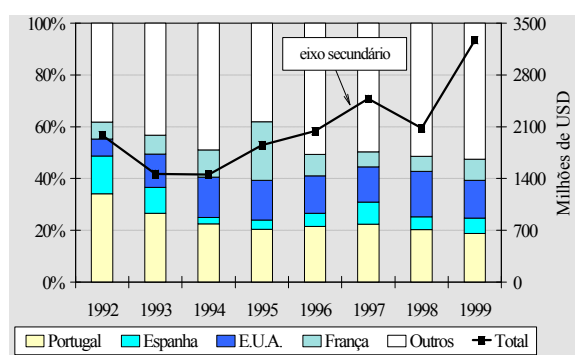


Gráfico VIII

Importações de mercadorias (1992-1999)



Já no tocante às importações de mercadorias, volta a registar-se o fenómeno que quase invariavelmente ocorre em períodos de aumento das receitas externas, ou seja também as importações tenderam à alta, impulsionadas pelo estímulo que o aumento do rendimento petrolífero induziu, tanto em termos de consumo como de investimento (neste caso, em larga medida dirigido precisamente ao sector petrolífero, a sustentar o previsto aumento da capacidade produtiva). O acréscimo das importações (12.8% face a 1999) acabou, contudo, por se revelar menos acentuado do que em ocasiões anteriores, facto eventualmente associado, entre outros factores, ao efeito disciplinador imposto pelo regime de câmbios flexíveis que vigora desde Maio de 1999.

Admite-se que a variação das importações assuma em 2001 dimensões semelhantes às

do ano precedente, enquanto as exportações deverão permanecer a níveis elevados, caindo apenas 4.2% – dada a expectativa de ligeiras quebras quer na produção petrolífera quer no respectivo preço (neste caso, o decréscimo terá rondado 4% no primeiro semestre, face ao período homólogo de 2000). Tal cenário tem ainda como pano de fundo a recente introdução de inovações importantes na esfera do comércio externo (relacionadas nomeadamente com o regime de licenciamento, a gestão privada das Alfândegas e a redução de privilégios aduaneiros que beneficiavam sobretudo os sectores de enclave), esfera essa que se afigura particularmente crucial para uma pequena economia aberta como a angolana – tanto mais que, por um lado, a respectiva capacidade produtiva permanece diminuída e, por outro lado, se imporá, a prazo mais ou menos dilatado, um esforço de reconstrução abrangente.

À semelhança das importações de mercadorias, também o défice da balança de serviços, rendimentos e transferências terá acusado em 2000 a subida que é habitual verificar-se nestas circunstâncias, com os juros da dívida vencidos a duplicarem face ao ano anterior. Ficou, assim, uma vez mais evidente o fardo que a dívida externa representa para a economia angolana, não tanto em termos de *stock* (94.5% do PIB em 2000, no caso da parcela não-concessional), mas essencialmente no tocante ao serviço (27.7% do PIB também em 2000), do qual cerca de 1/3 terá ficado por pagar (cf. gráf. VI), reflectindo as condições onerosas em que a mesma é contraída e, por conseguinte, a importância de normalizar relações com a comunidade financeira internacional, através do esforço de ajustamento em curso.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

A evolução favorável que a envolvente externa da economia angolana evidenciou em 2000 (sobretudo no que diz respeito ao sector petrolífero, como ficou visto) provocou também, naturalmente, um forte impacto ao nível das contas públicas, com as receitas totais a ultrapassarem largamente metade do PIB estimado (50.8% deste no caso das petrolíferas), permitindo que se observasse uma significativa redução dos desequilíbrios habitualmente patentes neste contexto. As estimativas disponíveis para a execução orçamental permitem, de facto, constatar que o saldo global terá mesmo sido superavitário, pela única vez na década finda (cerca de 1% do PIB, contra défices que oscilaram entre 11.4% e 16.4% no período 1996/99) – cf. gráf. IX.

Quadro IV

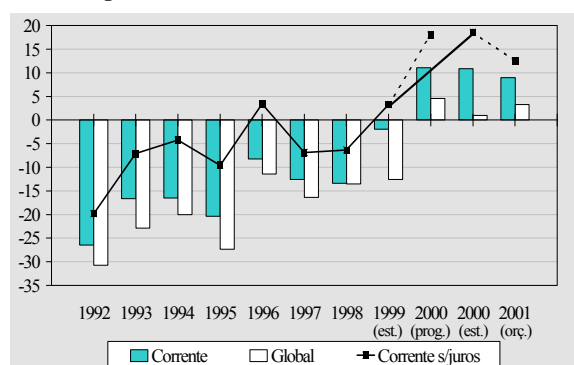
Operações financeiras do Estado

(em % do PIB)

	1999 est.	2000 est.	2001 orç.
Receitas tributárias	43.7	56.2	38.1
Sector petrolífero	38.3	50.8	35.1
Receitas não-tributárias	0.8	0.3	0.1
Donativos	2.0	1.1	2.3
Despesas correntes	46.4	45.6	29.3
Bens e serviços	26.7	24.7	13.0
Pessoal	4.2	6.0	4.1
Juros Programados	5.2	7.8	3.6
Transferências	10.4	7.2	8.6
Despesas Investimento	12.7	6.2	8.0
Outras		4.8	
Saldo corrente	-1.9	10.9	9.0
Saldo global (compromissos)	-12.6	1.0	3.3
Saldo global (caixa)	-13.7	10.7	1.2
Financiamento interno	-1.8	-10.2	5.7
Financiamento externo	15.4	-0.5	-6.9

Gráfico IX

Finanças públicas (1992-2001, saldos em % do PIB)



Importa, porém, recordar que o desempenho financeiro do sector público (cujo peso na economia angolana continua relativamente elevado) tem sido apontado como o elemento determinante para a instabilidade nominal de que Angola vem padecendo ao longo dos anos (e que permanece excessiva) – com consequências que vão desde a manutenção de um ambiente impróprio para o investimento e o crescimento até à deterioração dos rendimentos reais das populações menos favorecidas.

Tal efeito de indução da instabilidade seria essencialmente devido à persistência de distorções estruturais significativas (resultantes de factores como o conflito armado ou a transição ainda incompleta para um sistema de mercado, entre outros), das quais decorreriam, em particular, dificuldades para assegurar um controlo adequado da despesa pública – contexto que daria, por sua vez, origem à ocorrência de bruscos sobressaltos de liquidez na economia, com consequências perniciosas para a estabilidade dos preços e dos câmbios. Reconhecendo a existência do problema (conforme reflecte, por exemplo, a concepção do Programa Monitorado), as autoridades angolanas têm-se manifestado empenhadas no combate a deficiências como

Gráfico X

Receitas públicas (1992-2001, em % do PIB)

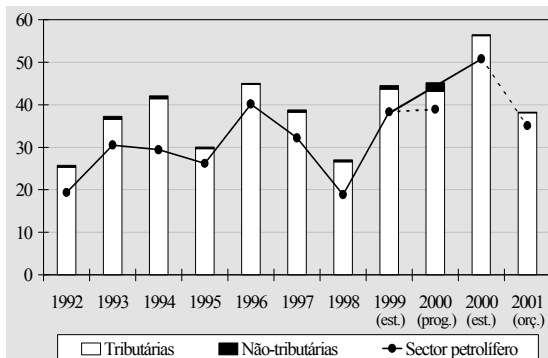
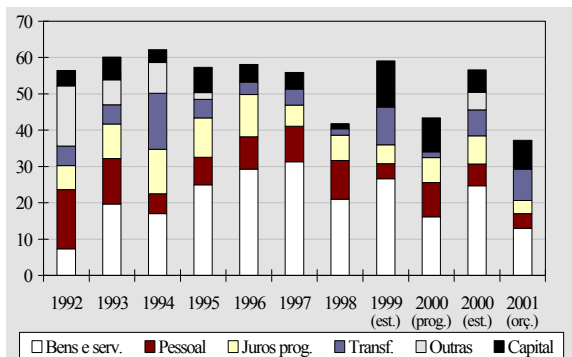


Gráfico XI

Despesas públicas (1992-2001, em % do PIB)



as despesas extra-orçamentais, as dívidas cruzadas entre entidades do sector público ou a proliferação de fundos e serviços autónomos (embora alguns deles venham desenvolvendo iniciativas reconhecidamente meritórias, em domínios como o necessário fomento da produção interna), combate esse inserido num quadro geral que se pretende de promoção da transparência.

Será, aliás, a referida preocupação com a transparência que leva a incluir, no quadro das operações financeiras do Estado efectuadas em 2000, uma rubrica adicional correspondente a despesas classificadas como quase-fiscais, que assim contribui para uma estimativa total de despesas equivalente a 56.6% do PIB – cf. gráf. XI. De entre estas últimas, constata-se que terá havido um decréscimo no peso relativo da parcela de

investimento, à semelhança do sucedido com as transferências – reflectindo, neste caso, a actualização imposta aos preços dos bens tabelados. Em contrapartida, parece patente um avolumar das despesas salariais (embora haja dificuldades de classificação, sobretudo por contrapartida de bens e serviços, que dificultam o confronto com anos anteriores), tal como no caso dos juros da dívida externa, cujo grau de pagamento efectivo não terá ido além de 16% do valor vencido.

A contínua acumulação destes últimos (que terá sido globalmente superior a 12% do PIB em 2000), mesmo em face de uma conjuntura externa favorável, constitui evidência clara da necessidade de encetar negociações para uma normalização da dívida, tanto no que diz respeito à esfera externa como no tocante à interna – cujo processo de regularização está já, aliás, em curso (prevendo-se até a liquidação parcial em títulos do Tesouro, no quadro de um projecto para o relançamento dos mesmos que acarretará também benefícios em termos de condução da política monetária e aprofundamento dos mercados financeiros).

A redução dos atrasados da dívida interna é, de facto, um dos aspectos merecedores de destaque no contexto do OE/2001, aprovado no início do ano, embora haja indícios de que algumas das suas expectativas poderão ser passíveis de rectificação posterior – tanto pela positiva (um eventual acréscimo relativo de receitas não-petrolíferas, reflectindo já as reformas em curso na esfera tributária), como pela negativa (novo avolumar das despesas com o pessoal e dos juros da dívida, neste caso pelo atraso na respectiva renegociação).

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

Condicionado pelas características da evolução na esfera das finanças públicas, o panorama monetário angolano ficou marcado, em 2000, por uma expansão global da liquidez ainda manifestamente excessiva, com os meios de pagamento a acusarem um acréscimo de 303.7% face a 1999. Apesar de reflectir algum progresso em relação ao que se havia registado neste último ano (um acréscimo de 528.2%), tal resultado ultrapassou largamente o nível programado à partida para 2000 (144.6%), evidenciando uma intensificação das pressões monetárias cujo impacto acabaria por ficar bem patente ao nível dos mercados de bens (com a inflação média cifrada em 325.0%) e de câmbios (onde se regista uma apreciação média de 259.8% por parte da taxa praticada no mercado oficial para o USD, moeda de referência – cf. gráf. XIV).

O factor fundamental, em última instância, para definir o cariz da situação monetária em 2000 terá sido, também neste caso, a substancial elevação da receita petrolífera, que se traduziu por um forte aumento dos activos externos no sistema financeiro angolano – com a posição externa global a registar, em termos líquidos, uma variação nominal de 429.1%, exercendo assim uma pressão expansionista sobre a liquidez equivalente a 630.8% do *stock* inicial da massa monetária (cf. gráf. XII). Embora o desempenho do sector petrolífero corresponda certamente, em si mesmo, a uma contribuição positiva para a conjuntura macroeconómica (até, em particular, por conferir solidez a um regime cambial que, apesar de tendencialmente flexível, necessita

Gráfico XII

Factores de variação da Liquidez (1997-2000)

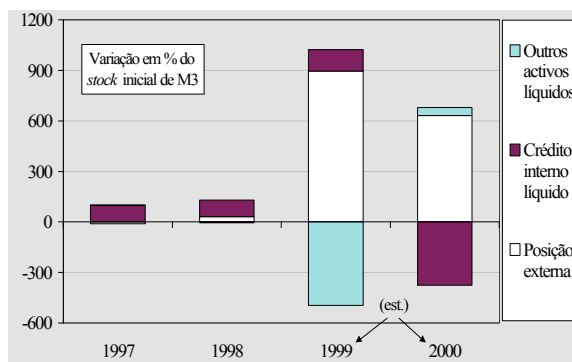
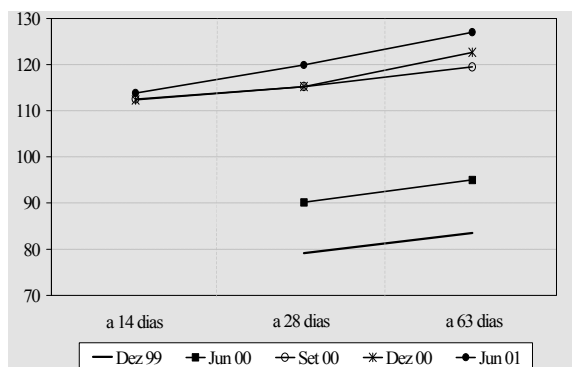


Gráfico XIII

Taxas dos Tít. do Banco Central (médias, em %)



do suporte conferido por reservas brutas que rondam agora um patamar equivalente a três meses de importações – contra cerca de 1.7 meses em Dezembro de 1999), a forma como esse desempenho foi absorvido no plano interno terá determinado a diferença entre uma concretização plena dos objectivos visados no programa de ajustamento e a continuação, mesmo se mitigada, da instabilidade nominal.

Constata-se, de facto, que o esperado decréscimo dos activos internos totais se revelou insuficiente para compensar o acréscimo dos activos externos, com aquele agregado (que funciona como variável instrumental da política monetária no âmbito do Programa Monitorado, o qual preconiza efectivamente uma âncora monetária com vista à prossecução das metas de inflação) a

Gráfico XIV

Taxa de câmbio KZ/USD (1998-2001, média mês)

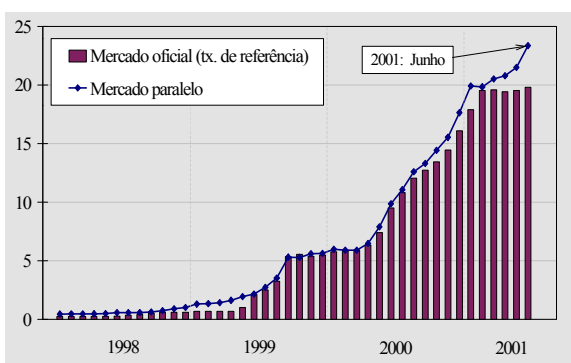
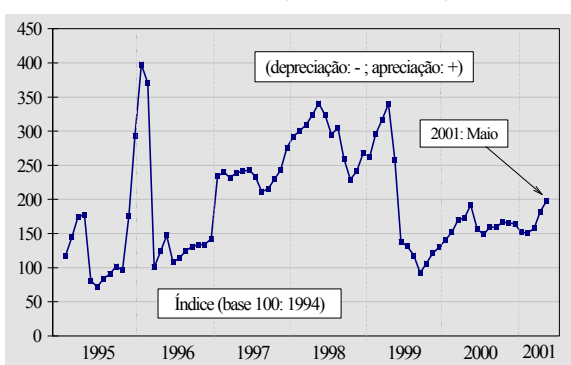


Gráfico XV

Taxa de câmbio efectiva real (1995-2001, média mês)



acusar uma contracção que acabaria por ser correspondente a 376.3% do *stock* inicial da massa monetária – desfasamento esse, entre activos internos e externos, que em boa medida derivou das distorções associadas à execução da despesa pública.

Já ao longo do primeiro trimestre de 2001 verificou-se uma evolução relativamente mais moderada da liquidez (com os meios de pagamento a crescerem 32.9% face ao final do ano passado), o que se pode considerar genericamente em linha com o objectivo estabelecido para Dezembro próximo (uma variação anual de 127.3%) – embora tenha ficado novamente acima da meta indicativa estipulada para o trimestre em causa. Não obstante essa acalmia relativa, continuaram a verificar-se os sobressaltos bruscos de liquidez cujo impacto sobre a estabilidade nominal tão

pernicioso se revela – terá, por exemplo, ocorrido em Março último um acréscimo mensal de aproximadamente 25% no *stock* de crédito líquido ao SPA, logo seguido, em Abril, por uma variação de dimensão semelhante, em sentido contrário.

A persistência deste contexto, onde predomina ainda a instabilidade, continua também a limitar as possibilidades de desenvolvimento do sistema financeiro, repercutindo-se em fenómenos como uma aparente tendência para a redução do multiplicador monetário e o aumento da preferência por liquidez – em paralelo com características de repressão financeira desde logo evidentes na manutenção das taxas de juro a níveis negativos, em termos reais. É o caso, até, das taxas praticadas no mercado monetário para os Títulos do Banco Central, embora estas venham tendendo à alta (cf. gráf. XIII), facto que pode aliás ser também interpretado como um sinal da consolidação deste instrumento, notório quer no alongamento dos prazos quer no aumento dos volumes colocados, sobretudo a partir de Março do ano em curso.

Refira-se ainda que este último fenómeno se insere no quadro de um recurso mais intenso, por parte da autoridade monetária, aos instrumentos disponíveis – tendo a mesma procedido, desde meados de 2000, ao aumento das taxas de redesconto, à imposição de reservas mínimas também sobre os depósitos em moeda estrangeira (embora a uma taxa de 5%, contra 30% para os restantes) e à intensificação das intervenções no mercado cambial (reflectida na maior estabilidade que este último acusa desde Fevereiro, embora daí decorra uma apreciação real que, a manter-se, poderá prejudicar a competitividade – cf. gráf. XV).

Anexo Estatístico

ANGOLA - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1996 - 2001

	1996	1997	1998	1999	2000	2000	2001	2001
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS	<i>(variação anual em percentagem)</i>							
PIB real	10.0	6.2	6.9	3.4	3.8	2.1	3.4	
Sector petrolífero	10.4	4.7	3.6	1.3	2.2	0.1	-1.8	
Sector não-petrolífero	9.4	8.4	10.0	4.7	6.3	4.9	11.7	
Inflação (t.v. homóloga do IPC)	1650.1	147.7	134.8	329.0	120.0	268.4	75.0	173.4 Jun.
(t.v. média do IPC)	4145.1	219.2	107.3	248.2	220.0	325.0	120.0	236.6 Jun.
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	38.9	-3.1	-29.2	50.8	23.5	53.4	-4.2	
Importações f.o.b. (em USD)	10.2	21.4	-16.1	57.1	0.4	12.8	12.6	
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	9383.3	77.8	3.2	1023.2	232.4	537.3	62.8	
Despesas totais	6079.3	101.9	8.0	864.6	136.8	393.4	52.2	
Défice global	2451.6	200.1	19.5	533.5	-216.9	-139.3	694.0	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	338.9	405.4	156.0	176.0	-96.2	-1191.3	30.1	-26.9 Mar. ⁶
Sector público administrativo (líq.)	31.8	1235.2	300.0	133.8	-255.4	-2332.2	55.3	-17.9 Mar. ⁶
Economia	700.4	244.5	47.8	261.8	113.1	308.8	210.7	38.1 Mar. ⁶
Massa monetária (M3)	2550.7	90.3	126.0	528.2	144.6	303.7	127.3	32.9 Mar. ⁶
	<i>(em percentagem do PIB)</i>							
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL ¹	-11.4	-16.4	-13.5	-12.6	4.6	1.0	3.3	
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	26.6	25.3	24.1	32.3				
SALDO DA C. CORRENTE EXTERNA	-3.8	-11.3	-31.4	-29.0	-11.3	-2.1	-7.6	
	<i>(nas unidades definidas)</i>							
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal KZ ² /USD (mercado oficial)	0.128	0.228	0.393	2.791	7.700	10.041	--	19.805 Jun.
ITCE real (base 100: 1994) ³	130.2	236.4	281.0	136.4	--	162.2	--	198.0 Mai.
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	8488	9590	9778	9479	8928			
da qual: Não-Concessional				8626	7990	8379		
Em % das exportações ⁴	155.5	183.2	266.7	173.4	132.8			
Em % do PIB	129.8	124.3	151.6	152.9	123.2			
da qual: Não-Concessional				139.1	110.3	94.5		
Serviço da dívida prog. em % das export. ⁴	36.3	33.9	55.1	33.7	28.2	29.5	27.9	
TAXAS DE JURO								
Depósitos a 1 ano (média simples das OIM)	+1.5 ⁵	45.0	45.0	57.0	--	57.0	--	
Redesconto	+2.0 ⁵	48.0	58.0	120.0	--	150.0	--	150.0 Jun.
Títulos do Banco Central (a 28 dias)	--	--	--	79.1	--	115.2	--	119.9 Jun.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Englobando os Donativos nas Receitas e não no Financiamento; ² Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, à razão de 1 para 1 milhão de Kwanzas Reajustados);

³ Índice da taxa de câmbio efectiva real, calculado a partir das taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período

1995/99 (depreciação: -, apreciação: +); ⁴ Bens e serviços; ⁵ Para apurar a taxa em causa, aos pontos percentuais indicados aplica-se um índice de

correção monetária igual à variação da taxa de câmbio do mercado primário nos trinta dias precedentes; ⁶ Variação face a Dezembro anterior.

ANGOLA - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1996 - 2001

(preços correntes, em milhões de KZ¹)

	1996 Est.	1997 Est.	1998 Est.	1999 Est.	2000 Prog.	2000 Est.	2001 Prog.
Sector primário	571	1076	1423	13319			
Agricultura, silvicultura e pesca	59	158	330	1190			
Indústria extractiva	512	918	1093	12129			
Petróleo e gás	484	842	956	10620			
Outros	28	76	137	1509			
Sector secundário	55	149	318	1204			
Indústria transformadora	29	77	160	613			
Electricidade e água	0	1	2	7			
Construção	26	71	156	585			
Sector terciário	194	489	756	2734			
Serviços mercantis	125	283	489	1515			
Serviços não-mercantis	69	206	267	1219			
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	820	1714	2497	17257			
Impostos indirectos	16	41	35	41			
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	836	1755	2532	17300	55800	89000	205800
Consumo	640	1037	1710	8074			
Público	342	734	808				
Privado	298	303	902				
Investimento	222	444	610	5595			
Público	41	80	35				
Privado	181	364	575				
Procura interna	862	1481	2320	13668			
Exportações de bens e serviços	698	1195	1440	16873			
Procura global	1560	2676	3760	30542			
Importações de bens e serviços	455	920	1226	13240			
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	196	718	822	9226			
PIBpm nominal (milhões de USD) ²	6539	7713	6449	6199	7247	8864	9204
PIBpm nominal (milhões de USD) ³	5065	5836	4131	5480	--	8433	--
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	5441.5	97.7	35.0	560.8	210.7	403.9	123.6
PIBpm nominal (variação anual em %)	5995.7	109.9	44.3	583.3	222.5	414.5	131.2
PIBpm real (variação anual em %)	10.0	6.2	6.9	3.4	3.8	2.1	3.4
Sector petrolífero	10.4	4.7	3.6	1.3	2.2	0.1	-1.8
Sector não-petrolífero	9.4	8.4	10.0	4.7	6.3	4.9	11.7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwanza Reajustado à razão de 1 para 1 milhão).

² Conversão à taxa de câmbio oficial; ³ Conversão à taxa de câmbio paralela;

ANGOLA - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1991 - 2001 ^(*)

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1991	Dezembro	--	175.72	175.72	2103.18
1992	Dezembro	--	495.80	495.80	299.10
1993	Dezembro	--	1837.71	1837.71	1379.34
1994	Dezembro	--	971.87	971.87	949.73
1995	Dezembro	--	3783.13	3783.13	2671.56
1996	Dezembro	--	1650.11	1650.11	4145.11
1997	Dezembro	--	147.74	147.74	219.18
1998	Janeiro	5.40	5.40	59.06	171.81
	Fevereiro	3.08	8.65	61.59	139.59
	Março	2.85	11.75	72.26	118.95
	Abril	5.00	17.34	75.32	103.92
	Maio	6.17	24.58	84.44	95.07
	Junho	3.70	29.19	90.22	90.98
	Julho	10.57	42.85	107.52	91.65
	Agosto	26.08	80.10	145.75	96.57
	Setembro	4.35	87.93	141.87	100.73
	Outubro	4.71	96.79	135.77	103.55
	Novembro	7.23	111.01	138.17	105.95
	Dezembro	11.25	134.75	134.75	107.29
1999	Janeiro	10.57	10.57	146.28	115.13
	Fevereiro	12.13	23.99	167.89	124.72
	Março	6.48	32.02	177.34	133.82
	Abril	7.79	42.31	184.70	143.05
	Maio	10.28	56.93	195.72	152.38
	Junho	11.23	74.56	217.19	162.98
	Julho	13.27	97.72	224.94	173.01
	Agosto	16.80	130.94	201.02	178.15
	Setembro	28.85	197.57	271.69	191.93
	Outubro	20.24	257.79	326.82	211.54
	Novembro	9.36	291.28	335.30	230.55
	Dezembro	9.64	329.00	329.00	248.22
2000	Janeiro	13.49	13.49	340.31	265.50
	Fevereiro	10.25	25.12	332.93	279.33
	Março	12.23	40.43	356.31	294.11
	Abril	8.74	52.70	360.33	307.55
	Maio	28.58	96.34	436.72	329.17
	Junho	6.72	109.53	414.96	345.04
	Julho	7.72	125.71	389.73	356.03
	Agosto	18.14	166.65	395.35	368.95
	Setembro	5.35	180.92	305.00	362.84
	Outubro	9.83	208.53	269.94	348.55
	Novembro	7.44	231.49	263.44	335.26
	Dezembro	11.12	268.35	268.35	325.03
2001	Janeiro	5.10	5.10	241.12	311.40
	Fevereiro	8.16	13.68	234.65	298.98
	Março	4.88	19.22	212.74	284.12
	Abril	14.11	36.05	228.18	273.60
	Maio	9.66	49.19	179.89	253.51
	Junho	4.25	55.53	173.41	236.61
Dezembro (prog.)		--	75.00	75.00	120.00

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

(*) Índice total (inclui as tarifas dos serviços públicos).

⁽¹⁾ mês n / mês n-1; ⁽²⁾ mês n / Dezembro anterior; ⁽³⁾ mês n / mês n do ano anterior; ⁽⁴⁾ últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

ANGOLA - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1996 - 2001

(em milhões de USD)

	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Prog.	2000 Est.	2001 Prog.
1. CONTA CORRENTE	-249	-869	-2024	-1797	-816	-183	-704
Mercadorias	3129	2530	1464	2077	3321	4513	3704
Exportações (f.o.b.)	5169	5007	3543	5344	6602	8198	7853
das quais: Sector petrolífero	4854	4630	3091	4694	5795	7417	6838
Importações (f.o.b.)	-2040	-2477	-2079	-3267	-3281	-3685	-4150
Serviços, rendimentos e transferências unil.	-3378	-3399	-3487	-3874	-4137	-4696	-4408
Serviços e rendimentos	-4402	-3505	-3647	-4031	-4342		
Créditos	311	251	158	160	162		
Débitos	-4713	-3756	-3804	-4191	-4504		
Juros da dívida pública programados	-767	-442	-454	-326	-469	-700	-749
Dividendos e lucros	-536	-559	-378	-560	-505		
Fretes e viagens	-380	-470	-385	-465	-445		
Outros	-3030	-2285	-2588	-2841	-3086		
Transferências unilaterais ¹	1024	106	160	157	205		
Donativos	334	176	238	250	300		
Perdão da dívida vincenda	799	11	8	0	0		
Outros	-109	-82	-87	-93	-95		
2. CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	25	91	-22	1552	399		
Endividamento a médio e longo prazo	-306	267	-965	-705	-786	-650	-344
Desembolsos	907	1601	603	812	640	1107	1134
dos quais: Financ. não-concessionais	626	1314	269	620	435		
Amortizações programadas	-1213	-1334	-1568	-1517	-1426	-1757	-1478
Investimento directo estrangeiro (líq.) ²	588	492	1115	2520	1495		
Endividamento a curto prazo (líq.)	-257	-668	-172	-263	-310		
3. ERROS E OMISSÕES	-122	-32	673	5	--		--
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	-346	-810	-1372	-240	-417	-202	-913
5. FINANCIAMENTO	346	810	1372	240	-76	202	63
Variação das DLX (aumento: -)	-1520	184	317	-534	-76	-412	63
Variação de atrasados (aumento: +)	-3871	596	988	774		869	
Alívio da dívida	5737	30	67	0	0		
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ³: (4) + (5)	0	0	0	0	-493	0	-850

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ A separação entre transferências correntes e de capital não está ainda consolidada; ² Os "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração) estão contabilizados como Investimento Directo Estrangeiro; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

ANGOLA - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
China ¹	--	--	--	--	--	3.8	5.0	13.2	4.0	8.2	--
Espanha	1.4	1.3	2.8	2.7	4.6	3.3	4.2	1.9	0.8	0.6	2.3
E.U.A.	51.0	56.5	62.8	71.3	70.3	65.9	58.0	64.9	63.8	59.5	61.9
França	12.7	10.6	6.7	4.3	3.9	2.4	2.9	3.9	2.9	2.1	5.0
Portugal	2.1	3.4	3.0	0.2	0.2	0.4	0.3	1.0	0.6	0.5	1.1
Outros	32.8	28.2	24.7	21.5	21.0	24.2	29.6	15.1	27.9	29.1	25.5
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	95.9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores relativos ao período 1990-94 estão diluídos na rubrica Outros (a China registou uma quota média de 7.2% entre 1995 e 1999).

ANGOLA - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
África do Sul ¹	--	--	5.3	6.2	6.7	8.0	18.7	9.2	9.7	11.9	--
Alemanha	5.3	4.3	3.9	2.3	1.8	1.7	1.7	2.3	2.4	1.7	2.6
Brasil	5.3	4.1	2.6	2.9	11.9	1.2	1.9	4.0	6.0	5.1	4.4
China ¹	--	--	--	--	--	1.3	1.5	1.4	1.8	1.3	--
Espanha	6.7	3.9	14.6	10.0	2.4	3.5	5.0	8.5	4.9	5.9	6.7
E.U.A.	9.6	11.2	6.5	12.9	15.6	15.4	14.5	13.6	17.6	14.6	13.3
França	9.8	10.5	6.6	7.3	10.5	22.7	8.3	5.8	5.8	8.2	9.3
Holanda	6.2	4.0	3.3	4.8	4.2	3.6	3.4	4.6	5.1	3.6	4.2
Itália	5.0	3.6	2.4	4.7	2.5	2.5	3.1	2.7	3.7	4.5	3.5
Portugal	26.1	31.8	34.1	26.6	22.5	20.4	21.5	22.4	20.3	18.8	23.7
Reino Unido	3.4	3.7	4.7	3.2	2.8	2.9	3.9	6.4	3.4	6.2	4.3
Outros	22.6	22.9	16.0	19.1	19.1	16.8	16.5	19.1	19.3	18.2	18.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	90.7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores não assinalados estão diluídos na rubrica Outros (a África do Sul registou uma quota média de 9.9% entre 1992 e 1999, enquanto a China contabilizou 1.4% entre 1995 e 1999).

ANGOLA - Quadro 7

Dívida Externa, 1996 - 2001

(em milhões de USD)

	1996 Est.	1997 Est.	1998 Est.	1999 Est.	2000 Prog.	2000 Est.	Jun 2001 Prog.
Dívida de médio e longo prazo	8072	8990	8756	8782	8347		
A) da qual: Juros atrasados	491	717	829	791			
B) da qual: Não-Concessional				7929	7409	7658	7878
Credores multilaterais	254	268	210	258			
da qual: Juros atrasados	22	26	29	15			
Credores bilaterais	7818	8722	8546	8524			
da qual: Juros atrasados	469	691	800	776			
Países do ex-COMECON	2510	2501	2573	2549			
da qual: Juros atrasados	97	112	115	115			
Restantes países	5308	6221	5973	5975			
da qual: Juros atrasados	372	579	685	661			
Dívida de curto prazo	416	600	1022	697	581	721	705
da qual: Juros atrasados	4	15	18				
Credores bilaterais	416	600	1022				
da qual: Juros atrasados	4	15	18				
Países do ex-COMECON	0	3	44				
da qual: Juros atrasados	0	0	1				
Restantes países	416	597	978				
da qual: Juros atrasados	4	15	17				
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	8488	9590	9778	9479	8928		
A) da qual: Atrasados	2051	2647	3635	4198	5003	5067	
da qual: Juros atrasados	495	732	847				
B) da qual: Não-Concessional				8626	7990	8379	8583
Serviço programado da dívida de m/l prazo	1980	1776	2022	1843	1895	2457	
Capital	1213	1334	1568	1517	1426	1757	
Juros	767	442	454	326	469	700	
(em % das exportações de bens e serviços)							
Dívida externa total	155.5	183.2	266.7	173.4	132.8		
da qual: Não-Concessional				157.8	118.8	100.7	
Serviço programado da dívida de m/l prazo	36.3	33.9	55.1	33.7	28.2	29.5	
(em % do PIB)							
Dívida externa total	129.8	124.3	151.6	152.9	123.2		
da qual: Não-Concessional				139.1	110.3	94.5	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

ANGOLA - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1996 - 2001

(em milhões de KZ¹)

	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Orç.	2000 Est.	<i>g.e.</i> ²	2001 Orç.
1. RECEITAS TOTAIS	390	694	716	8042	26730	51253	191.7	83458
1.1. Receitas correntes	376	680	685	7693	25190	50253	199.5	78702
Receitas não-tributárias	2	9	11	136	1120	220	19.6	260
Receitas tributárias	374	671	674	7557	24070	50033	207.9	78441
Sector petrolífero	336	565	477	6631	21720	45200	208.1	72199
Outras receitas	39	106	197	926	2350	4833	205.7	6242
1.2. Donativos	14	14	31	349	1540	1000	64.9	4756
2. DESPESAS TOTAIS	486	981	1059	10215	24190	50400	208.4	76685
2.1. Despesas correntes	445	901	1024	8025	19000	40600	213.7	60239
Despesas com o pessoal	74	172	269	718	5250	5300	101.0	8350
Bens e serviços	245	550	532	4610	9020	22000	243.9	26759
Juros da dívida programados	97	101	178	900	3860	6900	178.8	7346
Transferências	28	78	45	1797	870	6400	735.6	17785
2.2. Despesas de investimento	41	80	35	2190	5190	5500	106.0	16447
2.3. Outras						4300	--	
3. SALDO CORRENTE: (1.1) - (2.1)	-69	-221	-339	-332	6190	9653	--	18463
4. SALDO GLOBAL (s/ Donativos): (1) - (2) - (1.2)	-110	-301	-374	-2522	1000	-147	--	2016
5. SALDO GLOBAL (Base Compromissos): (1) - (2)	-96	-287	-343	-2173	2540	853	--	6772
6. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	117	70	190	200	1730	8800	--	
6.1. Internos	53	13	85	-400	-840	3200	--	-4324
6.2. Juros externos	64	57	105	600	2570	5600	--	
7. VALORES EM TRÂNSITO, ERROS E OMISSÕES	-23	-12	-8	-393	0	-153	--	0
8. SALDO GLOBAL (Base Caixa): (5) + (6) + (7)	-1	-229	-161	-2366	4270	9500	--	2448
9. FINANCIAMENTO	1	229	161	2366	-4270	-9500	--	-2448
9.1. Interno (líq.)	1	70	226	-300	1526	-9100	--	11704
do qual: Crédito bancário líquido	1	70	226	-500	781	-16400	--	
9.2. Externo (líq.) ³	0	159	-65	2666	-5796	-400	--	-14153
do qual: Desembolsos de empréstimos a m.l.p.	0	300	107	2486	3410	10900	319.6	8648
Empréstimos de c.p. (líq.)		14	96	-569	-1620	-15	--	
Variação de atrasados de capital (ext.)		60	159	1713	2090	2700	--	
Bónus do petróleo				2866	1004	2200	219.0	5405
10. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO⁴: (8) + (9)	0	0	0	0	0	0	--	0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwanza Reajustado à razão de 1 para 1 milhão).

² Grau de execução face ao orçamentado (em %); ³ Incluindo alívio da dívida, variação dos atrasados de capital e os chamados "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração); ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento;

ANGOLA - Quadro 8b

Operações Financeiras do Estado, 1996 - 2001

(em percentagem do PIBpm)

	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Prog.	2000 Est.	2001 Orç.
1. RECEITAS TOTAIS	46.68	39.55	28.28	46.49	47.90	57.59	40.55
1.1. Receitas correntes	45.01	38.75	27.05	44.47	45.14	56.46	38.24
Receitas não-tributárias	0.22	0.51	0.43	0.79	2.01	0.25	0.13
Receitas tributárias	44.79	38.23	26.62	43.68	43.14	56.22	38.12
Sector petrolífero	40.14	32.19	18.84	38.33	38.92	50.79	35.08
Outras receitas	4.65	6.04	7.78	5.35	4.21	5.43	3.03
1.2. Donativos	1.67	0.80	1.22	2.02	2.76	1.12	2.31
2. DESPESAS TOTAIS	58.12	55.90	41.82	59.05	43.35	56.63	37.26
2.1. Despesas correntes	53.22	51.34	40.44	46.39	34.05	45.62	29.27
Despesas com o pessoal	8.88	9.80	10.62	4.15	9.41	5.96	4.06
Bens e serviços	29.31	31.34	21.01	26.65	16.16	24.72	13.00
Juros da dívida programados	11.65	5.75	7.03	5.20	6.92	7.75	3.57
Transferências	3.39	4.44	1.78	10.39	1.56	7.19	8.64
2.2. Despesas de investimento	4.90	4.56	1.38	12.66	9.30	6.18	7.99
2.3. Outras						4.83	
3. SALDO CORRENTE: (1.1) - (2.1)	-8.22	-12.59	-13.39	-1.92	11.09	10.85	8.97
4. SALDO GLOBAL (S/ DONATIVOS): (1) - (2) - (1.2)	-13.11	-17.15	-14.77	-14.58	1.79	-0.17	0.98
5. SALDO GLOBAL (Base Compromissos): (1) - (2)	-11.44	-16.35	-13.55	-12.56	4.55	0.96	3.29
6. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	14.05	3.99	7.50	1.16	3.10	9.89	--
6.1. Internos	6.39	0.74	3.36	-2.31	-1.51	3.60	-2.10
6.2. Juros externos	7.66	3.25	4.15	3.47	4.61	6.29	--
7. VALORES EM TRÂNSITO, ERROS E OMISSÕES	-2.73	-0.69	-0.32	-2.27	0.00	0.00	0.00
8. SALDO GLOBAL (Base Caixa): (5) + (6) + (7)	-0.12	-13.05	-6.36	-13.68	7.65	10.67	1.19
9. FINANCIAMENTO	0.12	13.05	6.36	13.68	-7.65	-10.67	-1.19
9.1. Interno (líq.)	0.12	3.99	8.93	-1.73	2.73	-10.22	5.69
do qual: Crédito bancário	0.12	3.99	8.93	-2.89	1.40	-18.43	--
9.2. Externo (líq.) ¹	0.00	9.06	-2.57	15.41	-10.39	-0.45	-6.88
do qual: Desembolsos de empréstimos a m.l.p.	0.00	17.09	4.23	14.37	6.11	12.25	4.20
Bónus do petróleo				16.57	1.80	2.47	2.63
10. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO²: (8) + (9)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

1 Inclui alívio da dívida, variação dos atrasados de capital e, com impacto em 1999 e 2000, os chamados "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração); 2 Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento;

ANGOLA - Quadro 9

Síntese Monetária, 1996 - 2001

(em milhões de KZ¹)

	1996	1997	1998	1999	2000		2000/1999 (%)		Mar 2001		Mar01/Dez00 (%)		Jun 2001	2001
					Prog.	Est.	(A)	(B)	Prog. rev.	Est.	(A)	(B)	Prog. rev.	Prog. rev.
POSIÇÃO EXTERNA	95.9	80.2	167.7	5767	10504	30516	429.1	630.8	36800	37067	21.5	41.4	44000	58000
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	108.5	86.2	175.2	5783	10513	31415	443.2	653.3	36900	38090	21.2	42.1	44100	59500
Banco Nacional de Angola	55.1	23.5	-161.1	2277	4188	17474	667.3	387.3	20400	20894	19.6	21.6	25000	32600
Disponibilidades	112.8	104.0	141.6	2767	5926	20148	628.1	443.0		23400	16.1	20.5		
Responsabilidades	-57.7	-80.5	-302.6	-490	-1738	-2675	446.0	-55.7		-2505	-6.3	1.1		
Bancos comerciais	53.4	62.7	336.3	3506	6325	13941	297.7	266.0	16500	17195	23.3	20.5	19100	26900
Responsabilidades externas de médio/longo prazo	-12.6	-6.0	-7.5	-16	-9	-899	5475.0	-22.5	-100	-1023	13.9	-0.8	-100	-1500
CRÉDITO INTERNO TOTAL	34.7	175.4	449.0	1239	47	-13526	-1191.3	-376.3	-15500	-9881	-26.9	23.0	-17700	-17600
Crédito líquido ao S.P.A.	5.6	75.3	301.1	704	-1094	-15715	-2332.2	-418.5	-18500	-12903	17.9	17.7	-21300	-24400
Crédito concedido	37.3	82.3	330.2	4046		1075	-73.4	-75.7	1400	2301	114.0	7.7	1400	4800
Depósitos	-31.6	-7.1	-29.1	-3342		-16790	402.4	-342.8	-19900	-14645	-12.8	13.5	-22700	-29200
Crédito à economia	29.1	100.1	148.0	535	1141	2189	308.8	42.1	3000	3023	38.1	5.3	3600	6800
Empresas públicas não-financeiras	1.0	1.3	0.5	77	131	343	348.3	6.8		586	70.7	1.5		
Sector privado	28.0	98.9	147.5	459	1010	1846	302.2	35.3		2437	32.0	3.7		
TOTAL DO ACTIVO	130.6	255.6	616.7	7007	10551	16991	142.5	--	21300	27186	60.0	--	26300	40400
MASSA MONETÁRIA (M3)	145.2	276.3	624.6	3923	9596	15840	303.7	303.7	18400	21060	32.9	32.9	20800	36000
Circulação monetária	42.2	101.6	165.7	665	1583	2969	346.1	--	2800	2509	-15.5	--	3200	5000
Depósitos à ordem	92.8	165.5	395.3	1924	5932	10340	437.3	--	12200	11963	15.7	--	13700	20000
dos quais: Depósitos em moeda estrangeira			171.6	1850	3809	8209	343.7	--		7097	-13.5	--		
Quase-moeda	10.3	9.2	63.6	1334	2081	2532	89.9	--	3200	6588	160.2	--	3700	10700
da qual: Depósitos em moeda estrangeira	8.2	5.2	55.2	607	1927	2487	309.7	--		4505	81.1	--		
Outros instrumentos financeiros	--	--	--	0	0	0	--	--	200	109	--	--	200	300
Títulos do Banco Central	--	--	--	0	0	0	--	--		109	--	--		
OUTRAS RUBRICAS (líq.)	-14.7	-20.7	-7.8	3083	955	1150	-62.7	-49.3	2900	6126	432.6	31.4	5500	4400
das quais: Contrapartida de flutuações cambiais	-80.3	-82.8					--	--			--	--		
TOTAL DO PASSIVO	130.6	255.6	616.7	7007	10551	16991	142.5	--	21300	27186	60.0	--	26300	40400

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

^(A) Variação face ao final do ano anterior; ^(B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez);

¹ Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwanza Reajustado à razão de 1 para 1 milhão).

ANGOLA - Quadro 10

Taxas de Juro, 1997 - 2001

	1997 Dez.	1998 Dez.	1999 ⁴ Jun.	1999 Dez.	2000 Jun.	2000 Set.	2000 Dez.	2001 Mar.	2001 Jun.
Depósitos (em moeda nacional)									
Depósitos à ordem	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0		
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	35.0	37.5	38.1	35.5	28.8	43.4	43.6		
91-180 dias	40.0	40.0	39.2	55.0	55.0	55.0	55.0		
181-365 dias	45.0	45.0	38.5	57.0	33.0	57.0	57.0		
Mais de 1 ano	45.0	47.5	38.5	57.0	33.0	57.0	57.0		
Crédito (em moeda nacional)									
Até 90 dias									
91-180 dias	45.0	50.0	69.8	118.3	112.0	105.9			
181-365 dias	55.0	55.0			76.9	88.6	105.4	90.0	90.0
1-3 anos	55.0	57.5			84.8	106.4			
Mais de 3 anos									
Operações do BNA									
Redesconto									
Faixa A ¹	48.0	58.0	120.0	120.0	120.0	150.0	150.0	150.0	150.0
Faixa B ²	50.0		122.0	122.0	122.0	152.0	152.0	152.0	152.0
Faixa C ³	52.0		124.0	124.0	124.0	154.0	154.0	154.0	154.0
Crédito caucionado	48.0		120.0	120.0	120.0	150.0	150.0	150.0	150.0
Títulos do Banco Central (média)									
a 14 dias						112.5	112.3	112.2	113.8
a 28 dias			60.7	79.1	90.1	115.2	115.2	115.3	119.9
a 63 dias				83.5	95.0	119.5	122.6	123.0	127.0
a 91 dias						125.1		129.0	134.0
a 182 dias									134.0
<i>Pro memoria:</i>									
Inflação (t.v. homóloga no mês)	147.7	134.8	217.2	329.0	415.0	305.0	268.4	212.7	173.4

Fonte: Banco Nacional de Angola.

¹ Montante até ao equivalente a 5% dos depósitos à ordem e a prazo; ² Montante até ao equivalente a 10% dos depósitos à ordem e a prazo;

³ A critério do CA do BNA (montante superior aos 10% anteriores);

⁴ As taxas de juro activas e passivas foram liberalizadas em 21/5/99, pelo Aviso 7/99 do BNA (o seu acompanhamento posterior tem sido irregular).

ANGOLA - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2001

(médias)

	KZ ¹ /USD			Diferenciais (%)		ITCE ²	
	Merc. primário ³ (M.P.)	Merc. paralelo (M.p.)	Merc. secundário ³ (M.S.)	M.p./M.P.	M.S./M.P.	(base 100: 1994) Nominal	Real
1990	0.00000003		--	--	--	493953	503.93
1991	0.00000006		--	--	--	250893	447.35
1992	0.00000045	0.00000260	0.00000227	479.09	404.42	32541	223.08
1993	0.00000490	0.00003973	0.00002324	710.05	373.95	3101	304.05
1994	0.00015279	0.00032022	0.00016223	109.59	6.18	100	100.00
1995	0.00273947	0.00611418	0.00276688	123.19	1.00	5.440667	146.43
1996	0.1278	0.1650	0.1286	29.10	0.61	0.117319	130.24
1997	0.2275	0.3007	0.2292	32.16	0.76	0.068204	236.45
1998	0.3926	0.6129	0.3970	56.11	1.12	0.039734	280.99
1999	2.7907	3.1569	--	13.12	--	0.005652	136.38
2000	10.0405	10.5540	--	5.11	--	0.001630	162.17
1998							
Janeiro	0.2624	0.4462	0.2650	70.05	1.00	0.059921	292.23
Fevereiro	0.2624	0.4618	0.2650	76.00	1.00	0.059917	300.80
Março	0.2624	0.4678	0.2650	78.30	1.00	0.060015	309.29
Abril	0.2624	0.4750	0.2650	81.04	1.00	0.059926	323.48
Maiο	0.2624	0.5004	0.2650	90.72	1.00	0.059583	340.74
Junho	0.2867	0.5693	0.2898	98.59	1.08	0.054658	323.72
Julho	0.3476	0.5719	0.3521	64.52	1.29	0.045113	295.11
Agosto	0.4231	0.5729	0.4263	35.41	0.77	0.037021	305.01
Setembro	0.5127	0.6195	0.5190	20.83	1.24	0.030177	259.22
Outubro	0.6001	0.7417	0.6075	23.59	1.24	0.025527	229.11
Novembro	0.6145	0.9118	0.6220	48.39	1.22	0.025098	241.41
Dezembro	0.6145	1.0159	0.6220	65.33	1.22	0.025046	267.97
1999							
Janeiro	0.6965	1.3002	0.7000	86.67	0.50	0.022155	261.73
Fevereiro	0.6965	1.3449	0.7000	93.09	0.50	0.022354	295.77
Março	0.6965	1.4111	0.7000	102.60	0.50	0.022524	316.36
Abril	0.6965	1.6213	0.7000	132.77	0.50	0.022619	340.19
Maiο	1.0150	1.9403	--	91.17	--	0.015550	257.88
Junho	2.1206	2.1650	--	2.10	--	0.007488	138.10
Julho	2.5211	2.7243	--	8.06	--	0.006302	131.36
Agosto	3.2528	3.5273	--	8.44	--	0.004855	117.95
Setembro	5.3569	5.3199	--	-0.69	--	0.002955	92.18
Outubro	5.5533	5.2934	--	-4.68	--	0.002837	106.19
Novembro	5.3738	5.6113	--	4.42	--	0.002958	121.01
Dezembro	5.5089	5.6238	--	2.08	--	0.002902	130.03
2000							
Janeiro	5.7730	5.9854	--	3.68	--	0.002767	140.45
Fevereiro	5.8979	5.9049	--	0.12	--	0.002730	152.05
Março	5.9069	5.9083	--	0.02	--	0.002739	170.09
Abril	6.3533	6.4722	--	1.87	--	0.002559	172.50
Maiο	7.4160	7.9054	--	6.60	--	0.002217	191.88
Junho	9.5203	9.8563	--	3.53	--	0.001707	156.88
Julho	10.8204	11.0750	--	2.35	--	0.001505	148.61
Agosto	12.0596	12.6077	--	4.54	--	0.001363	158.97
Setembro	12.7463	13.3085	--	4.41	--	0.001303	159.35
Outubro	13.4362	14.4364	--	7.44	--	0.001241	166.46
Novembro	14.4667	15.5389	--	7.41	--	0.001153	165.90
Dezembro	16.0899	17.6492	--	9.69	--	0.001024	163.63
2001							
Janeiro	17.9108	19.9199	--	11.22	--	0.000909	152.03
Fevereiro	19.5514	19.8521	--	1.54	--	0.000837	150.89
Março	19.6087	20.5319	--	4.71	--	0.000837	157.69
Abril	19.4246	20.8026	--	7.09	--	0.000850	181.93
Maiο	19.5384	21.5083	--	10.08	--	0.000848	198.05
Junho	19.8051	23.3686	--	17.99	--	0.000843	

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Reintroduzido pela reforma monetária encetada em 12 de Novembro de 1999, o Kwanza (Kz) substituiu o Kwanza Reajustado (Kzr), à razão de 1 para 1 milhão;

² Índice da taxa de câmbio efectiva, com base no câmbio oficial para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1995/99 (depreciação: -; apreciação: +);

³ A partir de 24/5/99, com a liberalização cambial, passou a ser divulgada uma "taxa de referência", correspondente à média ponderada das taxas praticadas pela banca.

CABO VERDE

Área: 4 033 Km²
Capital: Praia
População: 417 000 hab.
Moeda: Escudo CV



1. SÍNTESE

A estreita margem de manobra – e, por conseguinte, a exigência acrescida de rigor – que as características estruturais da economia cabo-verdiana impõem às respectivas autoridades na definição e execução da política económica ficou bem patente em 2000 na evolução negativa da conjuntura a partir de meados desse ano (quando ainda em Abril do mesmo tinha sido concluído com sucesso o acordo de “*stand by*” apoiado pelo FMI). Tal evolução foi essencialmente marcante na esfera das finanças públicas – com o défice global a aumentar para um valor estimado no equivalente a 12.4% do PIB (contra 8.1% em 1999 e 3.9% no ano precedente) – repercutindo-se negativamente em diversos domínios, desde as taxas de juro (pressionadas à alta pelo avolumar das necessidades de financiamento do SPA) ao equilíbrio das contas externas (penalizadas pela acumulação de atrasados da dívida e a deterioração das reservas cambiais – que deveriam ser mantidas a um nível susceptível de preservar a confiança no regime cambial vigente).

O pendor expansionista que a política orçamental acabou por assumir em 2000 ficou a dever-se ao efeito conjugado de vários factores, com destaque para a decisão de não fazer reflectir internamente a subida dos preços internacionais dos combustíveis (orientação alterada apenas em Março de 2001, já depois das eleições legislativas), ao mesmo tempo que se registava uma redução substancial da ajuda externa. O panorama orçamental foi ainda fortemente afectado ao ser assumido pelo Tesouro cabo-verdiano um conjunto de encargos reportados a

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1999 est.	2000 est.	2001 prog.
PIB real (t.v. anual)	8.6	6.8	3.3
Inflação (t.v. média)	4.4	-2.4	2.0
Massa monetária (t.v.a.)	15.2	13.3	7.0
C. corrente ext. (% PIB)	-12.7	-12.0	-10.8
Saldo orçamental (% PIB)	-8.1	-12.4	-6.1
S.O. s/ Desp. extraord.	-4.8	-5.5	-4.8
Dívida externa (% PIB)	49.1	56.5	--
Dívida Interna (% PIB)	29.9	40.3	--
D.I. s/ TCMF ¹	18.6	23.9	--

¹ Títulos de rendimento associado ao **Trust Fund**.

exercícios anteriores (e decorrentes da privatização da banca), cujo valor global terá rondado 7% do PIB. Esse enfraquecimento da posição financeira do Estado resultaria, enfim, numa substancial elevação da dívida pública, com a agravante de se ter anulado boa parte dos ganhos obtidos através do processo de conversão da respectiva parcela interna – assente na constituição de um *Trust Fund* alimentado por contribuições externas e receitas das privatizações.

A correcção dos enviesamentos – que as autoridades consideram premente para reconduzir a economia cabo-verdiana ao caminho de crescimento e modernização trilhado nos últimos anos – poderá agora determinar um abrandamento, a curto prazo, no ritmo de expansão da actividade económica. Este vinha sendo, de facto, bastante acelerado, graças ao dinamismo do sector privado (patente sobretudo em áreas como o turismo ou a construção), para mais excepcionalmente coincidente com um período de redução sustentada da inflação – que o recente aperto da política monetária visa prolongar, contrariando as pressões induzidas pela deterioração da conjuntura.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O período de crescimento económico acelerado que se vinha observando em Cabo Verde desde 1997 prolongou-se ainda em 2000, ano para o qual se apura um acréscimo real do PIB cifrado em 6.8%. Trata-se, porém, de uma estimativa que reflecte já o abrandamento do ritmo de actividade (cf. gráf. I), parecendo assim encerrar um ciclo de quatro anos em que o crescimento real acumulado ascendeu a 31.3%, determinando a elevação do rendimento *per capita* em cerca de 20% (convém, no entanto, ressaltar que são provisórios os valores das contas nacionais posteriores a 1995).

Este ciclo de expansão económica apresenta, aliás, algumas semelhanças com o anterior período de intensificação do crescimento

Quadro II

Decomposição do PIBpm

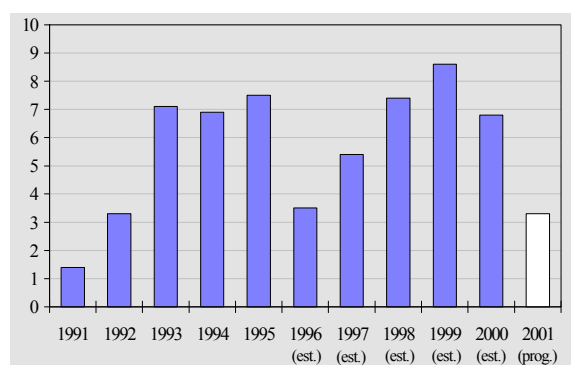
(em percentagem)

	1998 est.	1999 est.	2000 est.
Agricult., pecuária, silvic.	10.2	10.6	9.9
Pescas	1.4	1.2	1.0
Indústria e energia	9.4	8.9	9.1
Construção	9.6	9.5	8.4
Comércio	16.2	16.2	15.6
Transportes e comunic.	17.6	17.7	18.2
Hotéis e restaurantes	5.2	5.6	6.6
Banca e seguros	5.3	4.9	5.3
Outros Serviços	25.1	25.4	25.9
PIBpm	100.0	100.0	100.0
Consumo	94.0	91.6	91.8
Privado	90.5	89.3	84.5
Público	24.8	28.3	29.9
Investimento	19.8	20.9	19.3
Exportações ¹	20.2	19.3	23.4
Importações ¹	55.3	57.8	57.1

¹ Bens e serviços

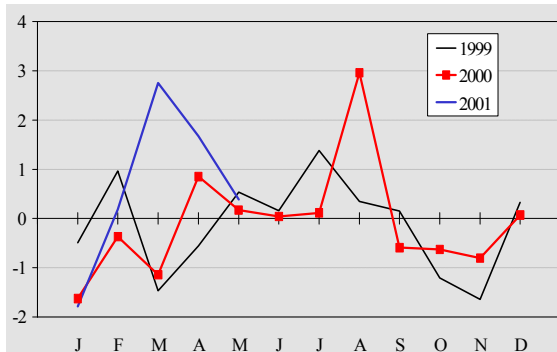
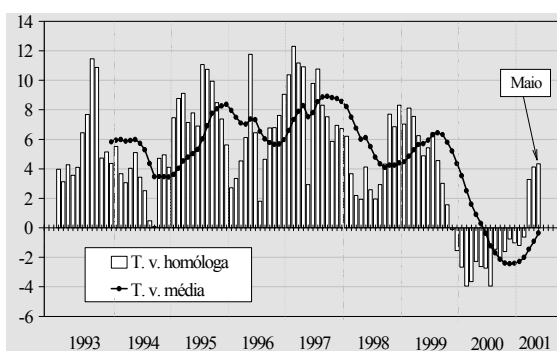
Gráfico I

PIB real (1991-2001, t.v. anual em %)



(1993/95), tendo-se assistido em ambos os casos à introdução de reformas liberalizantes que impulsionaram o sector privado, mas também, na fase final dos ciclos, a um acréscimo insustentável da despesa pública. Tal fenómeno obriga à introdução de medidas correctivas das quais forçosamente resulta, a curto prazo, uma desaceleração da procura agregada – necessária, todavia, para contrariar os desequilíbrios macroeconómicos induzidos pelo excesso de despesa (cujo impacto sobre o crescimento, a médio/longo prazo, é potencialmente mais pernicioso).

Boa parte do ritmo global de crescimento que se registou em 2000 terá ficado a dever-se ao contributo do sector externo, com as exportações de bens e serviços a acusarem um acréscimo nominal de quase 30% (contra 5.8% para as importações), beneficiando de factores como o ganho de competitividade proporcionado pelo diferencial de inflação favorável em comparação com os principais parceiros – nomeadamente os da zona euro, moeda à qual o escudo cabo-verdiano está ligado por uma relação de paridade fixa, no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre Cabo Verde e Portugal.

Gráfico II**Inflação** (variação mensal do IPC, em %)**Gráfico III****Inflação** (1993-2001, variação do IPC em %)

Continuou ainda em evidência o especial dinamismo da actividade turística (com o peso dos “Hotéis e restaurantes” no PIB a quadruplicar desde 1997), ao mesmo tempo que sobressaíam também os sectores energético e financeiro, em boa medida graças aos investimentos feitos após privatizações recentes. Por outro lado, destacam-se pela negativa as actividades primárias – com um ano agrícola acima da média mas inferior ao de 1999 e as pescas afectadas pelo embargo sanitário da UE – bem como a construção, que se ressentiu da quebra do investimento, sobretudo público. Foi, de facto, essencialmente na esfera do consumo público que se registaram excessos (um aumento nominal de 13.2%), obrigando agora a uma contracção que poderá atingir 11% em 2001 e deverá, assim, ser a maior responsável pela esperada desaceleração do crescimento – para 3.3%, em termos reais.

Tendo coincidido com o elevado ritmo de expansão da actividade económica que se registou em Cabo Verde nos últimos anos, a evolução dos preços a partir de meados de 1999 pode, por esse motivo, ser encarada como um fenómeno de deflação virtuosa, em parte associável a ganhos de produtividade que terão determinado um acréscimo global de eficiência da economia cabo-verdiana. Consta-se, efectivamente, que a taxa de variação homóloga anual do índice de preços foi negativa entre Novembro de 1999 e Fevereiro do ano em curso (fixando-se em -1.6% e -1.0% no final de 1999 e de 2000, respectivamente, contra 8.3% em 1998), enquanto a inflação média passava também a deflação em Junho de 2000, terminando o ano cifrada em -2.4% (contra 4.4% em 1999) – cf. gráf. III.

Entre as principais causas directas que justificam este desempenho merecem destaque as boas campanhas agrícolas dos dois últimos anos, as quais asseguraram um abastecimento adequado dos mercados em bens alimentares (preponderantes no cabaz do IPC – que carece, aliás, de actualização). Igualmente relevantes terão sido a estabilidade cambial decorrente do ACC e a reforma do comércio externo feita em 1999 (com a substituição de quotas por tarifas), as quais reforçaram o processo deflacionista por via das importações. Refira-se, enfim, o impacto resultante de não se ter repercutido internamente a alta dos preços internacionais dos combustíveis – decisão assumida apenas em Março último, já depois das eleições legislativas, com aumentos de 20-25% que impulsionaram o índice geral de preços nesse mês e no seguinte (um acréscimo total de 4.5% – cf. gráf. II), embora o efeito pareça tender já a diluir-se a partir de Maio.

3. CONTAS EXTERNAS

A deterioração das reservas cambiais e o avolumar da dívida externa (agravado pela acumulação de pagamentos em atraso) foram os inevitáveis corolários negativos, no plano das relações com o exterior, do cariz excessivamente expansionista que a política orçamental cabo-verdiana acabou por assumir em 2000, daí resultando um enviesamento negativo da balança de pagamentos que a diminuição da ajuda externa veio ainda acentuar. Não obstante tal cenário, que coloca novamente em evidência a fragilidade estrutural da economia de Cabo Verde – e, por conseguinte, a especial exigência de rigor na definição e execução das políticas com que as autoridades são confrontadas, em particular num contexto de câmbios fixos – ficaram também patentes diversos factores positivos (destacando-se sobretudo as receitas do turismo e as remessas de emigrantes).

Os factores positivos em causa estão essencialmente associados ao dinamismo que o sector privado continua a manifestar – devendo, a propósito, sublinhar-se que não houve qualquer ressurgimento das restrições aos pagamentos internacionais relativos a operações comerciais (fenómeno ocorrido esporadicamente até 1999, dando nessa altura origem aos chamados “atrasados cambiais”), tendo mesmo acontecido um reforço das disponibilidades em moeda estrangeira da banca comercial. Consta-se que a conta corrente da balança de pagamentos evoluiu negativamente, devido ao impacto provocado pela referida queda da ajuda externa (cf. transferências oficiais no gráf. IV). No entanto, se forem retirados os donativos, apura-se um défice equivalente a

Gráfico IV

Balança de pagamentos (1994-2001, em % do PIB)

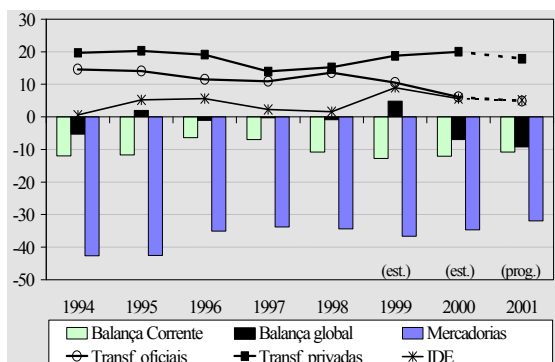
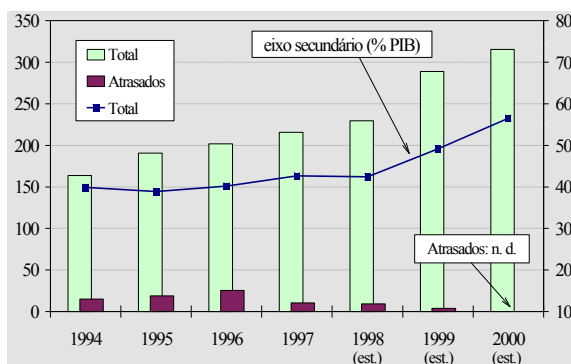


Gráfico V

Dívida externa (1994-2000, milhões de USD)



18.1% do PIB, contra 23.2% em 1999 e 24.3% em 1998.

Tal desempenho sobressai mais ainda por se ter verificado em simultâneo com novo substancial acréscimo das importações de mercadorias, medidas em moeda nacional (cujo valor ficou 10.0% acima do contabilizado em 1999) – resultado este directamente impulsionado pelo pendor expansionista da política orçamental e, em particular, por não se ter feito repercutir na esfera interna o encarecimento externo dos combustíveis. A recente correcção deste enviesamento justifica, aliás, boa parte da estagnação esperada para o ano em curso no tocante às importações – contexto em que Portugal consolidou a posição de principal fornecedor da economia cabo-verdiana, tal como no papel de cliente (cf. gráf. VI e VII).

Gráfico VI

Exportações de mercadorias (1992-2000)

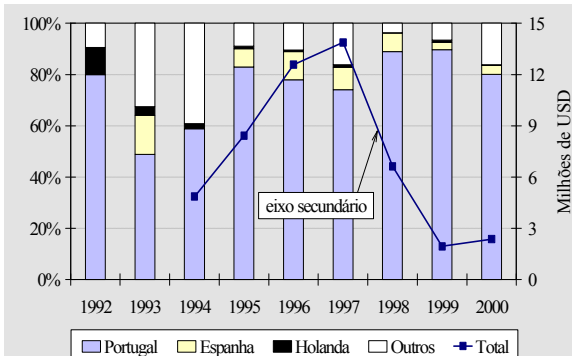
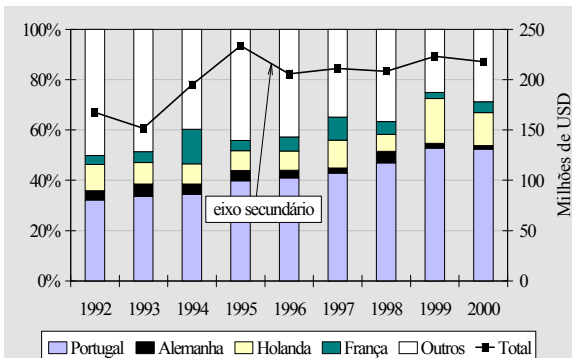


Gráfico VII

Importações de mercadorias (1992-2000)



As exportações de bens continuaram, todavia, abaixo das expectativas (salvo no caso dos combustíveis reexportados, em consonância com o bom andamento da actividade transportadora), admitindo-se agora uma retoma mais robusta em 2001, como consequência dos investimentos feitos por algumas empresas exportadoras com vista ao aumento da capacidade. Em contrapartida, as exportações de serviços acusaram uma evolução claramente positiva em 2000, com as receitas directamente associadas ao turismo a evidenciarem um acréscimo de quase 60% face ao ano precedente (410% em relação a 1996), voltando assim a ficar patente um saldo positivo ao nível da balança de serviços, conforme sucedia antes da liberalização de 1998 (embora se admita que o superavit era então fictício, com débitos de serviços ocultos em “erros e omissões”).

O outro grande contributo para contrariar o desequilíbrio das contas externas em 2000 veio, por seu turno, das remessas de emigrantes, que alcançaram um máximo absoluto, em escudos cabo-verdianos, pelo segundo ano consecutivo (cerca de 50% acima do valor apurado em 1997, na fase de incerteza que precedeu a introdução do ACC) – graças a factores como a alta do USD, dado serem os EUA o principal país de origem das remessas. Para o conjunto das transferências correntes regista-se, porém, uma redução do superavit, em consequência da quebra dos donativos atrás referida (menos 48% face a 1998), levando a assistência externa para níveis historicamente baixos – tendência que só em parte se poderá justificar invocando o desenvolvimento de Cabo Verde nos últimos anos, pois continua claramente patente a respectiva vulnerabilidade estrutural.

O mesmo fenómeno de retracção dos parceiros externos no tocante à ajuda pública e um resultado menos excepcional que o apurado em 1999 na esfera do investimento directo explicam ainda a maior parte da redução observada ao nível do excedente da conta de capital e de operações financeiras (sobretudo retirando o efeito dos fluxos relacionados com a alimentação do *Trust Fund off-shore* para apoio à conversão da dívida interna). As elevadas necessidades de financiamento remanescentes determinaram a queda das reservas cambiais para um nível equivalente a 1.3 meses de importações, a persistência do financiamento excepcional (que levou a dívida externa até um patamar equivalente a 56.5% do PIB, cf. gráf. V) e ainda uma substancial acumulação de atrasados – desequilíbrios cuja correcção se impõe, por forma a sustentar uma futura retoma do investimento e do crescimento.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

A evolução da conjuntura macroeconómica cabo-verdiana em 2000 voltou a deixar evidente a importância da adopção de orientações rigorosas ao nível da política orçamental, num contexto onde a base produtiva permanece estreita, a dependência relativamente ao exterior é significativa a diversos níveis e o sector público continua a exercer um peso muito considerável (agora essencialmente na esfera administrativa, dado o avanço das privatizações). A deterioração das finanças públicas que se observou em 2000 teve, de facto, consequências substancialmente negativas em vários domínios – desde a subida das taxas de juro, induzida pelo volume das necessidades de financiamento do SPA, até à excessiva redução das reservas oficiais de divisas, que deveriam ser mantidas a um

Quadro IV

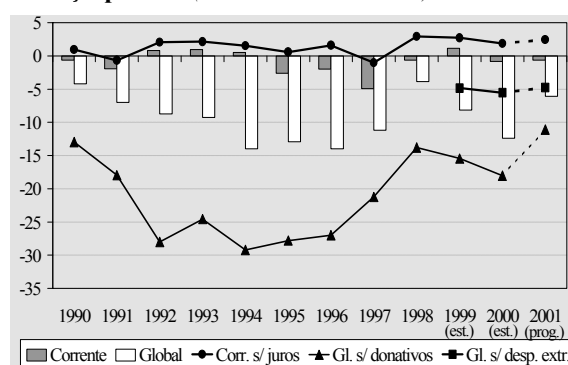
Operações financeiras do Estado

(em % do PIB)

	1999 est.	2000 est.	2001 orç.
Donativos	-7.3	5.6	5.0
Receitas orçamentais	22.7	20.6	20.9
Reembolsos de capital	0.9	0.7	0.0
Receitas correntes	21.9	19.9	20.9
Receitas tributárias	17.1	17.3	18.7
Receitas não-tributárias	4.8	2.6	2.3
Despesas extraordinárias	3.3	6.9	1.3
Despesas de investimento	14.2	11.0	9.2
Despesas correntes	20.7	20.7	21.5
Despesas com o pessoal	10.6	9.9	9.8
Subsídios e transfer.	5.1	6.3	6.3
Juros programados	1.6	2.7	3.1
Saldo corrente	1.2	-0.8	-0.6
Saldo global (s/ Desp. Ext.)	-4.8	-5.5	-4.8
Saldo global (comprom.)	-8.1	-12.4	-6.1

Gráfico VIII

Finanças públicas (1990-2001, saldos em % do PIB)



nível suficientemente robusto para não pôr em causa a confiança no regime cambial.

Este enfraquecimento da posição financeira do Estado (cf. gráf. VIII) – resultante do pendor excessivamente expansionista assumido na esfera das despesas (sobretudo no tocante à política de combustíveis) e agravada ainda pela retracção das receitas (essencialmente no caso dos donativos) – acabaria, aliás, por redundar na acumulação de atrasados da dívida externa e numa considerável elevação da dívida interna, factores estes que desde logo determinam o agravamento do futuro serviço da dívida (cujo valor orçamentado para 2001 corresponde já a 3.1% do PIB, praticamente duplicando face a 1999). Em particular, o aumento da dívida interna (equivalente a 40.3% no final de 2000, contra 29.9% um ano antes) veio anular a maior parte do avanço antes conseguido – sobretudo em termos de alívio do serviço suportado pelo orçamento do Estado – graças ao processo de constituição do *Trust Fund*¹, numa altura em que o montante encaminhado para este último ronda já 100 milhões de euros.

¹ Estabelecido off-shore e alimentado por receitas das privatizações e contribuições externas, permite a conversão da dívida interna em novos títulos (TCMF), cujo rendimento assegura.

Gráfico IX

Receitas públicas (1992-2001, em % do PIB)

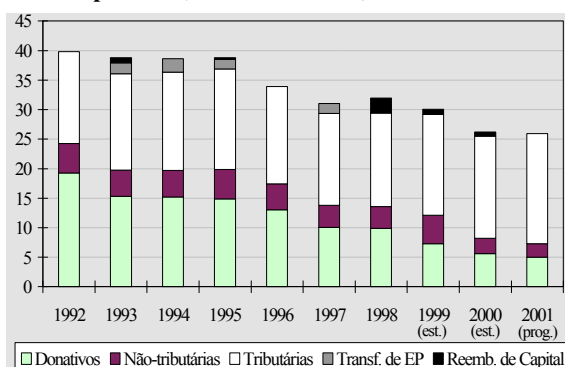
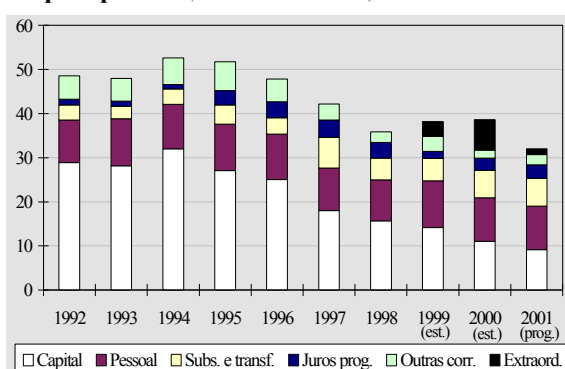


Gráfico X

Despesas públicas (1992-2001, em % do PIB)



O défice orçamental global estimado para 2000 cifrou-se num montante equivalente a 12.4% do PIB, contra 3.9% em 1998 e 8.1% em 1999 – neste último caso devido sobretudo a despesas excepcionais incorridas para fazer face aos efeitos da seca do ano precedente (financiadas com receitas das privatizações em moeda cabo-verdiana). Importa, no entanto, sublinhar que se é essa efectivamente a dimensão estimada para o agravamento das contas públicas, já o mesmo não sucede em termos de impacto sobre a procura agregada, pois as despesas extraordinárias registadas em 2000 (6.9% do PIB) referem-se à assunção explícita pelo Tesouro cabo-verdiano, no âmbito da privatização da banca, de encargos relativos a anos anteriores e levados ao orçamento por uma questão de transparência (parte dos quais resultantes de crédito, com garantia do Estado, para bolsas de estudo no exterior).

Já a evolução das despesas correntes reflecte mais inequivocamente o referido pendor expansionista, na medida em que ficaram cerca de 5% acima do orçamentado à partida, não obstante a moderação observada quer ao nível dos bens e serviços quer das despesas com o pessoal (neste caso graças aos acordos que associam a evolução das mesmas à cadência inflacionária). Além do agravamento patente na esfera dos juros da dívida – em boa medida relacionado com o aumento da respectiva parcela de curto prazo – contribuiu de forma decisiva para a evolução das despesas correntes o acréscimo contabilizado no domínio dos subsídios e transferências (mais 31.0% face a 2000), reflectindo essencialmente a canalização de indemnizações às importadoras de combustíveis, como compensação pelo congelamento dos respectivos preços internos, enquanto os internacionais aumentavam substancialmente.

A política de combustíveis terá contribuído também para uma arrecadação de receitas inferior em 16.4% ao esperado (ao afectar o montante habitual do imposto sobre o consumo de produtos petrolíferos), embora o factor determinante neste contexto tenha sido a fraca captação de donativos, (apenas 63% do previsto) – repercutindo-se, aproximadamente no mesmo montante, sobre as despesas de investimento. Não se espera, aliás, uma recuperação significativa em 2001, nem a este nível nem mesmo no tocante ao ajustamento da despesa corrente, onde se admite ainda uma substancial factura de subsídios aos combustíveis (apesar da subida dos preços) e o avolumar do ónus da dívida – pelo que a esperada redução do défice global resultará sobretudo de uma contenção da despesa extraordinária.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

Orientada para a preservação das reservas cambiais a um nível susceptível de conferir credibilidade ao regime de câmbios fixos vigente, a execução da política monetária em Cabo Verde ao longo de 2000 saldou-se globalmente, nesta perspectiva, por um retrocesso face à situação observada no final de 1999 – altura em que os activos externos líquidos do BCV correspondiam ainda a 2.2 meses de importações, tendo caído para 1.3 meses em Dezembro último (quando o patamar considerado conveniente pelas autoridades cabo-verdianas está estabelecido em três meses).

Não será, porventura, descabida a ressalva de que, quanto ao objectivo final da política monetária – zelar pela estabilidade dos preços, favorecendo assim um ambiente propício ao investimento e ao crescimento – o cenário continua relativamente confortável (embora a cadência inflacionária tenda agora a intensificar-se). Importa, contudo, ter presente que se o regime cambial for posto em causa por uma deterioração excessiva das reservas de divisas, a instabilidade financeira daí provavelmente resultante pode acarretar consequências bastante mais gravosas, a médio/longo prazo (para o crescimento económico e o bem-estar social), do que as decorrentes, a curto prazo, do ajustamento orçamental.

Foi, de facto, a pressão induzida pelas necessidades de financiamento do sector público que acabou por funcionar como elemento determinante para a definição do panorama monetário em 2000, com o crédito líquido ao SPA, cujo acréscimo inicialmente

Gráfico XI

Crédito interno (1996-2001, tx. var. homóloga)

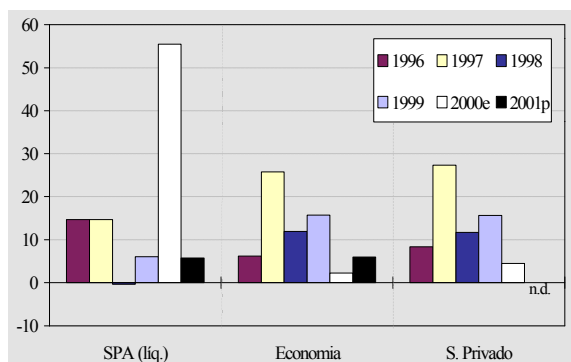
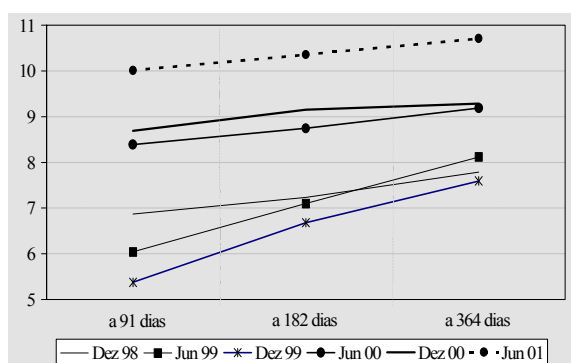


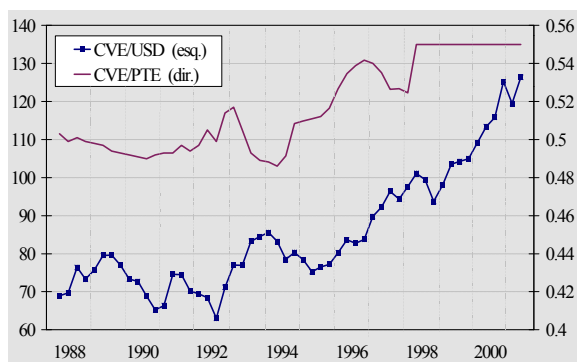
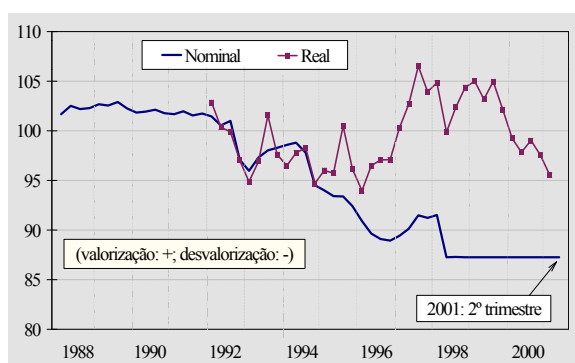
Gráfico XII

Taxas dos Bilhetes do Tesouro (médias, em %)



programado era de apenas 2.3%, a acusar uma variação global de 55.5% (cf. gráf. XI) – ou 24.8%, se for retirado o efeito da assunção pelo Tesouro de responsabilidades antes contabilizadas como crédito à economia e outros activos, na sequência da privatização da banca.

Não obstante esta recomposição dos activos internos, o *stock* total de crédito à economia registou igualmente um aumento em 2000 – mais 2.3% (ou 12.6% excluindo o efeito atrás mencionado). Da pressão global assim exercida pelos activos internos resultaria a referida quebra dos activos externos – devendo, todavia, sublinhar-se que este fenómeno se verificou essencialmente na área das reservas oficiais, tendo a posição externa da banca comercial evidenciado uma evolução bastante positiva (com um acréscimo de 69.7% face ao final de 1999), a

Gráfico XIII**Taxas de câmbio do CVE** (1988-2001, médias trim.)**Gráfico XIV****Taxa de câmbio efectiva** (1988-2001, média trim.)

tal ponto que nos últimos meses de 2000 foi invertida a tradicional posição do banco central como vendedor líquido de divisas ao sistema.

Esta característica prolongou-se, aliás, ao longo dos primeiros meses de 2001, justificando o ligeiro reforço das reservas do BCV, num contexto de maior moderação. A posição externa global voltou, de facto, a deteriorar-se até Maio findo, mas apenas 1.1% – enquanto a massa monetária crescia 3.1% no mesmo período (contra 13.3% para o conjunto de 2000, quase o dobro do PIB nominal). Essa evolução foi agora pautada por um aumento do multiplicador monetário, quando em 2000 se havia registado uma redução do mesmo – na altura a par de uma considerável diminuição da preferência por liquidez, que neste caso continuou a acentuar-se (reflectindo também factores

como o avanço dos pagamentos electrónicos e algum aumento do incentivo à poupança).

A intervenção da autoridade monetária assumiria progressivamente um cariz mais restritivo no segundo semestre de 2000 – primeiro como forma de contrariar o expansionismo orçamental e depois também para ajudar ao esvaziamento das tensões inflacionistas suscitadas, em Março último, pelo necessário aumento dos preços dos combustíveis. É neste quadro que se insere o lançamento, no início de 2001, das novas facilidades permanentes do BCV para a cedência e a absorção de liquidez, com o referido cariz restritivo a traduzir-se, desde logo, na fixação da taxa praticada para a facilidade de cedência a um nível superior ao da taxa de redesconto (que antes exercia uma função semelhante) – e posteriormente, em Abril, no aumento daquela mesma taxa.

Outra das consequências negativas associadas ao aumento das necessidades de financiamento do Estado foi a tendência para uma elevação geral das taxas de juro, patente a partir do primeiro semestre de 2000 e particularmente notória no mercado dos títulos da dívida pública (cf. gráf. XII), mercado esse cuja influência se repercute sobre o conjunto do sistema. As taxas de juro reais continuam, assim, a um nível geralmente bastante elevado, mesmo considerando a recente aceleração da cadência inflacionária – fenómeno este que poderá também vir a reflectir-se numa redução dos ganhos de competitividade obtidos pela economia cabo-verdiana ao longo de 2000 (conforme vem reflectido nos 6.0% de depreciação média que a taxa de câmbio efectiva acusou, em termos reais – cf. gráf. XIV).

Anexo Estatístico

CABO VERDE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1996 - 2001

	1996	1997	1998	1999	2000	2000	2001	2001
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS	<i>(variação anual em percentagem)</i>							
PIB real	3.5	5.4	7.4	8.6	8.0	6.8	3.3	
Inflação (t. v. homóloga do IPC)	9.1	6.7	8.3	-1.5	--	-1.0	--	4.3 Mai.
(t. v. média do IPC)	6.0	8.6	4.4	4.4	2.0	-2.4	2.0	-0.4 Mai.
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	17.7	35.9	-43.7	-65.3	378.6	204.7	14.8	
Importações f.o.b. (em USD)	-11.9	2.6	-1.3	7.1	4.3	-2.5	1.0	
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	-4.2	14.4	18.2	17.5	5.7	-3.0	9.3	
Donativos	-3.4	-12.2	10.3	-15.7	30.5	-17.8	-3.6	
Despesas totais	1.7	0.3	-4.6	21.5	3.2	8.4	-10.8	
Déficé global (base compromissos)	18.7	-9.1	-61.0	139.4	-28.4	63.4	-47.5	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	10.3	20.3	6.1	11.4	6.7	24.8	5.9	4.8 Mai. ⁵
Sector público administrativo (líq.)	14.7	14.7	-0.4	6.1	2.5	55.5	5.8	3.1 Mai. ⁵
Economia	6.2	25.8	11.9	15.7	9.7	2.3	6.0	6.8 Mai. ⁵
Massa monetária	12.6	11.2	2.7	15.2	10.1	13.3	7.0	3.1 Mai. ⁵
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL	<i>(em percentagem do PIB)</i>							
Excluindo donativos	-27.0	-21.2	-13.8	-15.4	-14.0	-18.0	-11.1	
Incluindo donativos	-14.0	-11.2	-3.9	-8.1	-5.3	-12.4	-6.1	
Excluindo despesas extraordinárias				-4.8	-5.3	-5.5	-4.8	
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	20.9	22.0	19.8	20.9	--	19.3	17.8	
SALDO DA C. CORRENTE EXTERNA								
Excluindo transferências oficiais	-17.9	-17.9	-24.3	-23.2	-15.4	-18.1	-15.7	
Incluindo transferências oficiais	-6.4	-7.0	-10.7	-12.7	-6.7	-12.0	-10.8	
TAXAS DE CÂMBIO (médias)	<i>(nas unidades definidas)</i>							
Nominal CVE/USD	82.6	93.2	98.0	102.7	--	115.9	116.8	129.2 Jun.
Nominal CVE/PTE ¹	0.535	0.532	0.544	0.550	0.550	0.550	0.550	0.550 Jun.
ITCE real (base 100: 1992) ²	95.9	103.4	103.9	104.7	--	98.4	--	97.6 Mai.
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	201.8	215.8	229.4	288.8	--	315.6	--	
Em % das exportações ³	188.6	167.2	210.2	254.5	--	241.6	--	
Em % do PIB	40.2	42.6	42.5	49.1	--	56.5	--	
Serviço da dívida em % das exportações ³	14.2	14.2	16.0	15.7	--	21.1	--	
TAXAS DE JURO ⁴								
Passiva, a 1 ano	8.28	8.00	7.88	7.36	--	6.82	--	8.00 Jun.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	--	7.44	6.87	5.37	--	8.69	--	10.01 Jun.

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Com base na taxa CVE/EUR a partir de 1999 (conversão para PTE à taxa fixa PTE/EUR); ² Índice da taxa de câmbio efectiva real, calculado a partir

das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -);

³ Exportações de bens e serviços; ⁴ Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); ⁵ Variação face a Dezembro anterior.

CABO VERDE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1996 - 2001

(preços correntes, em milhões de CVE)

	1996 Est.	1997 Est.	1998 Est.	1999 Est.	2000 Est.	2001 Prog.
Sector primário	5392	5740	6131	7142	7031	
Agricultura, pecuária e silvicultura	4646	5026	5405	6402	6402	
Pesca	747	715	726	740	629	
Sector secundário	8379	8800	10023	11105	11355	
Indústria e energia	4480	4686	4952	5370	5907	
Construção	3899	4114	5071	5735	5448	
Sector terciário	27709	32618	36804	42140	46294	
Comércio	6512	7222	8587	9766	10059	
Hotéis e restaurantes	622	2324	2757	3402	4253	
Transportes e comunicações	6969	7586	9308	10690	11759	
Banca e seguros	1825	2622	2816	2968	3413	
Habitação	2572	2896	2947	3816	4007	
Administração pública	5600	6397	6310	6735	7341	
Outros	3609	3571	4078	4764	5463	
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	41480	47158	52958	60388	64681	69700
Consumo	46748	51119	61061	71016	73994	78413
Público	14477	12968	13134	17088	19338	17216
Privado	32271	38150	47927	53928	54657	61197
Investimento bruto	8669	10375	10486	12621	12483	12407
Procura interna	55417	61494	71546	83637	86478	90819
Exportações de bens e serviços	8835	12025	10698	11655	15135	17286
Procura global	64253	73519	82244	95291	101613	108105
Importações de bens e serviços	22773	26361	29286	34904	36933	38405
Pro memoria:						
Poupança interna bruta	-5268	-3961	-8103	-10628	-9314	-8713
PIBpm nominal (milhões de USD)	502.2	506.0	540.4	588.0	558.2	596.6
Deflator do PIB (variação anual em %)	6.3	7.9	4.6	5.0	0.3	4.3
PIB nominal (variação anual em %)	10.0	13.7	12.3	14.0	7.1	7.8
PIB real (variação anual em %)	3.5	5.4	7.4	8.6	6.8	3.3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

CABO VERDE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1993 - 2001

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	--	6.72	6.72	8.56
1998	Janeiro	0.71	0.71	6.20	8.21
	Fevereiro	-0.06	0.65	3.67	7.50
	Março	-0.94	-0.30	2.19	6.75
	Abril	0.66	0.36	1.93	6.01
	Maio	1.84	2.20	4.12	6.10
	Junho	-0.35	1.84	2.57	5.50
	Julho	0.41	2.26	1.95	4.78
	Agosto	2.15	4.46	2.93	4.34
	Setembro	1.65	6.18	4.32	4.08
	Outubro	0.22	6.42	7.70	4.24
	Novembro	0.00	6.42	6.86	4.25
	Dezembro	1.79	8.32	8.32	4.39
1999	Janeiro	-0.49	-0.49	7.02	4.47
	Fevereiro	0.96	0.47	8.12	4.84
	Março	-1.47	-1.01	7.54	5.28
	Abril	-0.56	-1.56	6.25	5.64
	Maio	0.53	-1.04	4.89	5.70
	Junho	0.16	-0.88	5.42	5.93
	Julho	1.38	0.49	6.44	6.31
	Agosto	0.34	0.83	4.56	6.44
	Setembro	0.15	0.99	3.02	6.32
	Outubro	-1.21	-0.23	1.55	5.79
	Novembro	-1.64	-1.87	-0.12	5.19
	Dezembro	0.33	-1.55	-1.55	4.35
2000	Janeiro	-1.63	-1.63	-2.67	3.53
	Fevereiro	-0.37	-1.99	-3.95	2.51
	Março	-1.14	-3.11	-3.64	1.59
	Abril	0.85	-2.28	-2.27	0.90
	Maio	0.17	-2.12	-2.62	0.29
	Junho	0.04	-2.08	-2.73	-0.38
	Julho	0.11	-1.97	-3.95	-1.22
	Agosto	2.96	0.94	-1.45	-1.71
	Setembro	-0.59	0.34	-2.18	-2.14
	Outubro	-0.63	-0.29	-1.61	-2.40
	Novembro	-0.80	-1.09	-0.77	-2.45
	Dezembro	0.07	-1.03	-1.03	-2.41
2001	Janeiro	-1.78	-1.78	-1.18	-2.29
	Fevereiro	0.18	-1.60	-0.64	-2.01
	Março	2.75	1.10	3.28	-1.45
	Abril	1.67	2.79	4.12	-0.93
	Maio	0.38	3.19	4.34	-0.36
	Dezembro (prog.)	--	--	--	2.00

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

⁽¹⁾ mês n / mês n-1; ⁽²⁾ mês n / Dezembro anterior; ⁽³⁾ mês n / mês n do ano anterior; ⁽⁴⁾ últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

CABO VERDE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1996 - 2001

(em milhões de CVE)

	1996	1997	1998	1999	2000	2000	2001
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. CONTA CORRENTE	-2636	-3293	-5689	-7693	-4452	-7793	-7543
Balança comercial	-14545	-15930	-18191	-22109	-20038	-22438	-22280
Exportações (f.o.b.) ¹	2441	3743	2218	807	3862	2774	3184
das quais: Reexportações	1402	2449	1569	607		2500	
Importações (f.o.b.)	-16986	-19673	-20408	-22916	-23900	-25212	-25464
Balança de serviços (líq.)	614	1808	-400	-1082	2731	580	1512
Créditos	6398	8508	8468	10898		12350	13870
dos quais: Transportes	3677	4983	4411	4529		5254	
Viagens	927	1399	1988	2961		4727	5672
Débitos	-5784	-6700	-8869	-11980		-11770	-12358
dos quais: Transportes	-3071	-3468	-3897	-4681		-5337	
Viagens	-1469	-1607	-2328	-4202		-4191	
Balança de rendimentos (líq.)	-356	-334	-543	-867	-241	-1472	-1657
Créditos	226	454	246	195		434	
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ <i>TF</i> ³	--	--	--	105		0	
Rendimento do <i>TF</i> ³ (ano anterior)	--	--	--	--		94	
Débitos	-582	-788	-789	-1062		-1906	
dos quais: Juros programados	-465	-473	-287	-470	-580	-917	-1169
Transferências correntes ²	11651	11163	13445	16365	13096	15537	14882
Transferências oficiais	3733	4580	5361	5028	4486	2614	2419
Transferências privadas	7918	6583	8084	11337	8610	12923	12463
das quais: Remessas de emigrantes	7554	6539	7050	8071		9601	9611
2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4495	3305	4035	11614	5564	4878	1121
2.1. CONTA DE CAPITAL	1060	587	1839	1311	1314	1308	968
Transferências de capital ²	1060	587	1839	1311	1314	1308	968
das quais: Perdão de dívida			0	464			
Donativos para o <i>TF</i> ³	--	--	1438	395		1266	
2.2. CONTA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3435	2718	2196	10303	4250	3570	153
Investimento directo	2334	1074	860	5432	5800	3637	3594
do qual: Receitas de privatizações para o <i>TF</i> ³	--	--	0	1599	3800	2439	
Investimento de carteira			0	293		13	
Outras operações	1101	1644	1336	4578	-1550	-80	-3441
das quais: Desembolsos de empréstimos	1890	2809	2684	5289	7300	2439	2500
Desembolsos para o <i>TF</i> ³	--	--	1357	1891	2500	0	
Alimentação do <i>TF</i> ³	--	--	-2794	-3990	-6300	-3705	
3. ERROS E OMISSÕES	-2287	-157	1176	-1015	0	-1589	0
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	-428	-145	-479	2906	1112	-4504	-6422
5. FINANCIAMENTO	428	145	479	-2906	-1112	4504	0
Variação das DLX (aumento: -)	128	286	-816	-4402	-1112	1070	0
Financiamento excepcional	300	-141	1295	1496		3434	
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC ⁴	--	--	550	1650		1650	
Variação de atrasados de capital (aumento: +)	300	-1846	390	16	0	1899	
Alívio da dívida	0	1705	26	299	0	0	
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁵ : (4) + (5)	0	0	0	0	0	0	-6422
<i>Pro memoria:</i>							
<i>BTC (em percentagem do PIB)</i>	-6.4	-7.0	-10.7	-12.7	-6.7	-12.0	-10.8
<i>Reservas oficiais (em meses de importações de bens e serviços)</i>	2.4	2.0	1.4	2.2	2.0	1.3	1.3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; ² Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital;

³ Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ⁴ Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde;

⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

CABO VERDE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1990 a 2000
Espanha	0.0	0.0	0.0	15.3	0.0	7.2	11.1	8.7	7.3	2.9	3.5	6.5
Holanda	1.1	10.4	10.5	3.4	2.1	0.9	0.5	1.0	0.2	0.8	0.3	2.2
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7	80.1	72.7
Outros	59.3	23.6	9.5	32.5	39.1	9.0	10.5	16.2	3.7	6.6	16.2	18.7
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

CABO VERDE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1990 a 2000
Alemanha	2.4	6.3	3.7	4.9	4.0	4.1	3.1	2.1	4.6	2.0	1.5	3.4
Espanha	7.3	5.4	2.1	0.7	0.9	1.7	3.8	2.4	2.4	2.4	2.5	2.7
E.U.A.	1.9	1.4	5.6	3.5	2.3	3.3	3.6	9.4	5.6	3.4	3.6	4.1
França	3.2	2.1	3.6	4.4	13.8	4.0	5.6	9.2	5.0	2.4	4.4	5.4
Holanda	8.9	9.8	10.4	8.5	8.0	7.9	7.6	11.0	6.8	17.8	13.0	10.1
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	52.4	41.2
Reino Unido	1.6	1.5	1.9	2.1	1.4	2.1	2.8	2.0	2.7	2.9	1.8	2.1
Suécia	1.8	2.6	2.2	2.3	4.2	2.3	1.7	1.1	0.7	0.1	0.0	1.6
Outros	41.8	36.7	38.4	40.0	30.9	34.8	30.9	20.0	25.2	16.3	20.8	29.3
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

CABO VERDE - Quadro 7

Dívida Externa, 1996 - 2000

(em milhões de CVE)

	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Est.
Dívida de médio e longo prazo	16667	20110	22482	29660	34918
Credores multilaterais	12868	15764	17589	21410	26296
Credores oficiais bilaterais	1578	1908	2674	5959	6429
Credores comerciais	2222	2438	2219	2291	2193
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	1650
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	16667	20110	22482	29660	36568
da qual:					
Atrasados	2101	955	894	397	--
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--
Dívida de m/l prazo	2101	955	894	397	--
Capital	1542	646	722	329	--
Juros	559	309	172	68	--
Serviço da dívida de m/l prazo (prog.)	1252.2	1704.8	1716.0	1831.0	3187.0
Capital	786.8	1231.7	1429.0	1361.0	2270.0
Juros	465.4	473.1	287.0	470.0	917.0
(em % das exportações de bens e serviços)					
Dívida externa total	188.6	167.2	210.2	254.5	241.6
Serviço da dívida de m/l prazo (prog.)	14.2	14.2	16.0	15.7	21.1
(em % do PIB)					
Dívida externa total	40.2	42.6	42.5	49.1	56.5

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

CABO VERDE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1996 - 2001

(em milhões de CVE)

	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Orç.	2000 Est.	<i>g.e.</i> ¹	2001 Prog.
1. RECEITAS TOTAIS	14059	14640	16928	18149	20283	16959	83.6	18068
1.1. Receitas orçamentais	8648	9085	11623	13733	14380	13327	92.7	14568
1.1.1. Receitas correntes	8648	9085	10331	13214	13880	12874	92.8	14568
Receitas não-tributárias	1817	1759	1955	2896	2935	1685	57.4	1569
Receitas tributárias	6831	7326	8376	10318	10945	11189	102.2	12999
Impostos sobre o rendimento	2441	2753	3035	3924	4208	3992	94.9	
Impostos sobre o comércio internacional	3922	4148	4906	5818	6137	6511	106.1	
Outros impostos	468	425	435	576	600	686	114.3	
1.1.2. Reembolsos de capital por parte de EP ²	0	0	1292	519	500	453	90.6	0
1.2. Donativos	5411	4750	5241	4416	5765	3632	63.0	3500
1.3. Transferências de empresas públicas ³	0	805	64	0	138	0	0.0	0
2. DESPESAS TOTAIS	19849	19900	18980	23062	23803	24990	105.0	22285
2.1. Despesas correntes	9474	11393	10662	12507	12505	13401	107.2	14992
Salários e ordenados	4284	4529	4894	6372	6544	6412	98.0	6848
Bens e serviços	284	619	350	590	701	474	67.6	652
Subsídios e transferências	1535	3292	2615	3083	3415	4040	118.3	4417
dos quais: Combustíveis ⁴		519	118	523		777		1000
Juros programados	1493	1832	1893	944	1012	1741	172.0	2141
Dívida interna	1233	1402	1543	639	545	824	151.2	972
Dívida externa	260	430	350	305	467	917	196.4	1169
Outras despesas	1878	1121	910	1518	833	734	88.1	934
2.2. Despesas de investimento	10375	8507	8319	8561	11298	7128	63.1	6392
2.3. Despesas extraordinárias ⁵	--	--	--	1994	--	4461	--	901
2.3.1. Programa de Urgência ⁶	--	--	--	1500	--	27	--	0
2.3.2. Encargos c/ privatizações	--	--	--	494	--	4434	--	901
Bolsas de estudo	--	--	--		--	1455	--	901
Outros	--	--	--	494	--	2979	--	0
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	-826	-2308	-331	707	1375	-527	--	-424
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	-826	-2308	961	1226	1875	-74	--	-424
5. SALDO GLOBAL (Sem Donativos): (1) - (2) - (1.2)	-11201	-10010	-7294	-9329	-9285	-11663	--	-7717
6. SALDO GLOBAL (Sem Desp. Extr.): (1) - (2) + (2.3)				-2919	-3520	-3570	--	-3316
7. SALDO GLOBAL (Base Compromissos): (1) - (2)	-5790	-5260	-2053	-4913	-3520	-8031	--	-4217
8. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	375	-1378	8	410	0	1468	--	-4756
8.1. Capital	280	-832	8	410	0	1468	--	-4456
dos quais: Combustíveis ⁴		399	-57	410		-431		-1492
8.2. Juros	95	-546	0	0	0	0	--	-300
9. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	1464	19	0	0	0	--	3589
10. SALDO GLOBAL (Base Caixa): (7) + (8) + (9)	-5415	-5174	-2026	-4503	-3520	-6562	--	-5384
11. FINANCIAMENTO	5415	5174	2026	4503	3520	6562	--	3310
11.1. Interno (líq.)	4048	4212	0	3708	206	6957	--	3270
do qual: Sistema bancário	971	2173	0	0	0	3264	--	1086
Privatizações	2316	1885	0	3708	274	1683	--	2184
11.2. Externo (líq.)	1367	962	2026	795	3314	-395	--	40
Desembolsos	1890	1844	2991	3345	4588	4121	--	2500
Amortizações	-523	-882	-965	-2550	-1274	-4516	--	-2460
12. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁷: (10) + (11)	0	0	0	0	0	0	--	-2074

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Correspondentes a financiamentos concedidos na sequência do accionamento de garantias outorgadas pelo Estado a dívidas das empresas em causa (a cuja regularização se procedeu no quadro das respectivas privatizações); ³ Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); ⁴ Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis;

⁵ A financiar com receitas das privatizações; ⁶ Trabalhos públicos para empregar as populações afectadas pela seca; ⁷ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

CABO VERDE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1996 - 2001

(em milhões de CVE)

	1996	1997	1998	1999	1999/1998 (%)		Jun 00	2000	2000	2000/1999 (%)			Mar 01	Mai 01	Mai01/2000 (%)		Jun 01	2001
				est.	(A)	(B)	est.	prog.	est.	e-p(%)	(A)	(B)	est.	est.	(A)	(B)	prog.	prog.
POSIÇÃO EXTERNA	6811	5613	5646	8110	43.6	7.7	5661	9511	7139	-24.9	-12.0	-2.7	7025	7063	-1.1	-0.2	7259	7639
Activos externos (líq.)	7098	6126	6086	8510	39.8	7.6	6038		7482	--	-12.1	-2.8	7371	7378	-1.4	-0.3		
Banco de Cabo Verde	4590	4304	3529	6508	84.4	9.4	3785		4085	--	-37.2	-6.6	4172	4280	4.8	0.5		
Disponibilidades líq. sobre o exterior	2099	1642	728	4590	530.9	12.1	2037		3221	--	-29.8	-3.7	3335	3422	6.2	0.5		
Outros activos (líq.)	2491	2662	2801	1918	-31.5	-2.8	1747		864	--	-55.0	-2.9	837	858	-0.7	0.0		
Bancos comerciais	2508	1822	2557	2002	-21.7	-1.7	2254		3397	--	69.7	3.8	3199	3098	-8.8	-0.7		
Responsabilidades de m/l prazo	-287	-513	-440	-400	-9.0	0.1	-377		-342	--	-14.4	0.2	-346	-315	-8.1	0.1		
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	21055	25362	26160	28519	9.0	7.4	32310	30807	34349	11.5	20.4	15.9	35373	35707	4.0	3.3	35694	36753
Crédito interno total ¹	23043	27712	29404	32763	11.4	10.6	36596	34943	40889	17.0	24.8	22.2	42265	42865	4.8	4.8	41673	43293
Crédito líquido ao S.P.A.	11447	13126	13079	13875	6.1	2.5	16860	14225	21572	51.7	55.5	21.0	22221	22230	3.1	1.6	21772	22817
do qual: Créditos sobre o <i>Trust Fund</i> ²	--	--	--	6803	--	--	9377		10600	--	55.8	10.4	10600	10600	0.0	0.0		
Crédito à economia	11596	14587	16325	18888	15.7	8.1	19736	20718	19317	-6.8	2.3	1.2	20045	20635	6.8	3.2	19901	20476
Empresas públicas	433	370	440	512	16.2	0.2	404		115	--	-77.5	-1.1	98	114	-1.2	0.0		
Sector privado	11164	14217	15885	18377	15.7	7.8	19333		19202	--	4.5	2.3	19947	20521	6.9	3.2		
Outras rubricas (líq.)	-1989	-2351	-3244	-4244	-30.8	-3.1	-4286	-4136	-6539	-58.1	-54.1	-6.3	-6893	-7158	-9.5	-1.5	-5979	-6539
TOTAL DO ACTIVO	27866	30975	31806	36629	15.2	--	37971	40318	41489	2.9	13.3	--	42397	42770	3.1	--	42953	44393
MASSA MONETÁRIA	27866	30975	31806	36629	15.2	15.2	37971	40318	41489	2.9	13.3	13.3	42397	42770	3.1	3.1	42953	44393
<i>pro memoria: Base monetária</i>	9983	10035	10971	11701	6.7	--	12593	12978	13552	--	15.8	--	13586	13426	-0.9	--	14620	15546
Circulação monetária	4520	4854	5060	6026	19.1	--	5536		6458	--	7.2	--	5774	5543	-14.2	--		
Depósitos à ordem em m/n	8487	10666	10396	12281	18.1	--	12542		13672	--	11.3	--	14260	14497	6.0	--		
Quase-moeda	14859	15455	16351	18322	12.1	--	19894		21358	--	16.6	--	22363	22730	6.4	--		
Depósitos em m/e de residentes	138	526	575	1075	87.1	--	1101		1107	--	3.0	--	1392	1251	13.0	--		
Depósitos a prazo em m/n	6930	6686	6471	6411	-0.9	--	6686		6899	--	7.6	--	7122	7350	6.5	--		
Depósitos a prazo de emigrantes	6223	6609	7254	9005	24.1	--	10090		11090	--	23.2	--	11633	11917	7.5	--		
Depósitos de poupança	539	670	907	936	3.3	--	936		1173	--	25.2	--	1256	1257	7.2	--		
Cheques e ordens de pagamento	362	289	278	119	-57.3	--	168		142	--	19.6	--	96	134	-5.5	--		
Depósitos de caução	411	309	610	146	-76.1	--	115		388	--	165.6	--	244	167	-57.0	--		
Acordos de recompra de BT	256	366	256	631	146.7	--	798		559	--	-11.5	--	621	655	17.2	--		
TOTAL DO PASSIVO	27866	30975	31806	36629	15.2	--	37971	40318	41489	2.9	13.3	--	42397	42770	3.1	--	42953	44393

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ No contexto da privatização da banca, o Tesouro assumiu, em Julho e Outubro de 2000, dívidas no valor de CVE 4263 milhões, determinando acréscimos no Crédito ao SPA por contrapartida de Crédito à Economia (CVE 1944 milhões) e Outras Rubricas (CVE 2319 milhões); ² Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna.

^(A) Variação face ao final do ano anterior; ^(B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

CABO VERDE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1997 - 2001

	Dez 97	Dez 98	Jun 99	Dez 99	Jun 00	Dez 00	Mar 01	Jun 01
Taxas activas								
Até 90 dias	12.67	12.50	12.00	11.94	11.94	11.94	11.94	13.50
De 91 a 180 dias	12.42	12.44	12.44	12.44	12.45	12.45	12.45	13.88
De 181 dias a 1 ano	12.67	12.75	12.75	12.68	12.73	12.73	12.73	14.25
De 1 a 2 anos	13.75	13.69	13.69	13.64	13.48	13.48	13.48	15.13
De 2 a 5 anos	13.42	13.56	13.56	13.39	13.10	13.10	13.10	15.00
De 5 a 10 anos	13.50	13.63	13.63	13.60	13.21	13.21	13.21	15.13
Superior a 10 anos	13.50	13.63	13.63	13.43	13.04	13.04	13.04	15.13
Taxas passivas								
Depósitos c/caderneta	2.88	2.88	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50
Depósitos a prazo								
De 30 a 60 dias	4.17	4.13	4.00	4.25	4.15	4.15	4.15	4.42
De 61 a 90 dias	5.50	5.25	4.50	4.50	4.36	4.32	4.32	4.92
De 91 a 180 dias	6.70	6.53	6.25	6.00	5.63	5.63	5.63	6.50
De 181 dias a 1 ano	8.00	7.88	7.79	7.36	6.82	6.82	6.82	8.00
Superior a 1 ano	7.75	7.75	7.58	7.58	7.55	7.91	7.91	8.00
Poupança-habitação	9.00	9.00	8.50	8.50	8.65	8.65	8.65	8.25
Depósitos de emigrantes								
À ordem	2.44	2.44	1.75	1.75	1.75	1.75	1.75	2.00
C/ pré-aviso (30 a 60 dias)						4.00	4.00	
De 30 a 60 dias	5.00	5.00	6.00	6.00	6.00	5.00	5.00	
De 61 a 90 dias	5.50	5.50	6.50	6.50	6.00	4.00	4.00	6.50
De 91 a 180 dias	7.87	7.87	8.05	8.05	6.50	5.00	5.00	8.17
De 181 dias a 1 ano	9.50	9.13	9.25	8.75	8.28	8.28	8.28	9.50
Superior a 1 ano	9.50	9.50	9.50	9.50	9.44	9.56	9.56	10.00
Poupança-habitação								
De 30 a 180 dias	7.10	7.10	7.10	7.10	8.65	8.65	7.10	7.50
De 181 dias a 1 ano	8.25	8.25	8.17	8.17	8.38	8.38	8.17	8.50
Superior a 1 ano	8.33	8.33	8.33	8.33	8.55	8.55	8.33	8.75
Taxas de referência								
Instrumentos do BCV								
Redesconto	10.50	10.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50
Cedência de liquidez							9.50	11.50
Absorção de liquidez							3.50	4.50
Bilhetes do Tesouro								
91 dias	7.44	6.87	6.04	5.37	8.39	8.69	9.48	10.01
182 dias		7.23	7.10	6.68	8.74	9.15	9.97	10.36
364 dias	10.33	7.78	8.12	7.59	9.19	9.28		10.71
Inflação (t.v. homóloga no mês)	6.72	8.32	5.42	-1.55	-2.73	-1.03	3.28	4.34 ¹

Fonte: Banco de Cabo Verde.

¹ Maio de 2001.

CABO VERDE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1988 - 2001

(médias)

		CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EUR	ITCE ¹ (base 100: 1992)	
					Nominal	Real
	1988	72.07	0.501	--	102.16	--
	1989	77.98	0.496	--	102.60	--
	1990	70.03	0.491	--	101.92	--
	1991	71.41	0.494	--	101.73	--
	1992	68.02	0.504	--	100.00	100.00
	1993	80.43	0.501	--	97.35	97.70
	1994	81.90	0.494	--	97.41	96.82
	1995	76.85	0.512	--	93.31	97.12
	1996	82.59	0.535	--	89.39	95.92
	1997	93.19	0.532	--	90.56	103.35
	1998	97.99	0.544	--	88.30	103.94
	1999	102.70	--	110.27	87.26	104.73
	2000	115.88	--	110.27	87.26	98.43
1998	Janeiro	97.32	0.524	--	91.61	105.48
	Fevereiro	97.39	0.524	--	91.68	105.41
	Março	98.19	0.526	--	91.31	103.60
	Abril	102.54	0.550	--	87.26	99.06
	Maio	99.97	0.550	--	87.27	100.48
	Junho	100.77	0.550	--	87.28	100.06
	Julho	101.41	0.550	--	87.31	100.41
	Agosto	100.78	0.550	--	87.30	102.56
	Setembro	96.30	0.550	--	87.27	104.15
	Outubro	92.56	0.550	--	87.25	104.10
	Novembro	94.40	0.550	--	87.25	103.66
	Dezembro	94.26	0.550	--	87.25	105.34
1999	Janeiro	95.11	--	110.265	87.26	105.08
	Fevereiro	98.08	--	110.265	87.26	105.95
	Março	100.92	--	110.265	87.26	103.99
	Abril	102.49	--	110.265	87.26	102.76
	Maio	102.99	--	110.265	87.26	103.31
	Junho	105.06	--	110.265	87.26	103.54
	Julho	105.33	--	110.265	87.26	104.84
	Agosto	103.31	--	110.265	87.26	104.89
	Setembro	104.14	--	110.265	87.26	105.12
	Outubro	102.42	--	110.265	87.26	103.57
	Novembro	105.27	--	110.265	87.26	101.43
	Dezembro	107.28	--	110.265	87.26	101.45
2000	Janeiro	106.87	--	110.265	87.26	99.95
	Fevereiro	109.47	--	110.265	87.26	99.67
	Março	110.93	--	110.265	87.26	98.18
	Abril	112.00	--	110.265	87.26	98.21
	Maio	115.74	--	110.265	87.26	97.88
	Junho	112.40	--	110.265	87.26	97.49
	Julho	112.95	--	110.265	87.26	97.44
	Agosto	115.84	--	110.265	87.26	100.20
	Setembro	118.72	--	110.265	87.26	99.47
	Outubro	123.56	--	110.265	87.26	98.55
	Novembro	128.96	--	110.265	87.26	97.16
	Dezembro	123.08	--	110.265	87.26	97.05
2001	Janeiro	117.55	--	110.265	87.26	94.89
	Fevereiro	119.62	--	110.265	87.26	94.82
	Março	121.22	--	110.265	87.26	96.90
	Abril	123.66	--	110.265	87.26	97.98
	Maio	126.13	--	110.265	87.26	97.61
	Junho	129.24	--	110.265	87.26	

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais

cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -).

GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²
Capital: Bissau
População: 1 100 000 hab.
Moeda: Franco CFA



1. SÍNTESE

Com taxas de crescimento real do PIB de cerca de 7,5% nos últimos dois anos, a recuperação económica na Guiné-Bissau, após a recessão motivada pelo conflito militar iniciado em 1998, prossegue a um bom ritmo. Os níveis de consumo e produção superaram já os existentes previamente ao conflito e o investimento, na sua maioria público, tem crescido consideravelmente. A expansão económica ficou a dever-se, em parte à actividade de reconstrução, mas principalmente, à elevada produção da castanha de caju. O total das exportações (na sua maioria, daquele produto) mais do que duplicou ao longo dos dois últimos anos. As eleições legislativas e presidenciais de Novembro de 1999 e Janeiro de 2000 contribuíram para estabilizar a situação política, que, no entanto, se mantém difícil.

O esforço de recuperação económica e de reabilitação de infraestruturas efectuado e o progresso alcançado no âmbito do programa do FMI (*“emergency post-conflict assistance”*) serviram de base para um novo acordo de três anos com o FMI, no âmbito do PRGF (*“Poverty Reduction and Growth Facility”*), tendo a Guiné-Bissau sido considerada elegível para a iniciativa HIPC.

No entanto, a Guiné Bissau atravessa ainda um período de difícil situação económica pautado por uma extrema vulnerabilidade externa e situação política frágil. Mesmo com a implementação das políticas e reformas estruturais definidas no programa do governo, a situação económica da Guiné-Bissau está sujeita a um risco considerável.

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1999	2000 Est.	2001 Prog.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	7.6	7.5	10.2
Inflação (<i>t.v. média</i>)	-2.1	8.6	---
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	4.9	67.6	-21.1
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-22.3	-27.9	-29.3
Saldo orçamental (% PIB)	-9.7	-8.0	-13.7
Dívida externa (% PIB)	424.9	425.6	---

Em primeiro lugar, a dependência das exportações a um único produto (a castanha de caju corresponde a cerca de 90% das exportações) torna o cenário económico muito dependente da evolução dos preços daquele produto nos mercados internacionais e das condições climáticas.

Por outro lado, a oferta instável do sector de energia e a situação financeira delicada do maior banco comercial poderão constituir um obstáculo ao crescimento económico e ao investimento. Embora já tenham sido iniciadas reformas estruturais nestes dois sectores, um atraso nestas áreas coloca sérios riscos aos objectivos do programa. Não são ainda de excluir riscos relacionados com a fraca capacidade administrativa e com a excessiva dependência da assistência externa.

A este respeito, a situação é agravada pela recente decisão do FMI e do Banco Mundial de suspenderem os créditos à Guiné-Bissau durante quatro meses. Findo este período, o FMI reavaliará a situação do país e, caso se verifique uma melhoria do desempenho económico, será retomado o programa no âmbito do PRGF.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia da Guiné-Bissau foi bastante afectada pelo conflito armado que teve início em 1988 e levou à queda do PIB, em termos reais, de 28%. Um conjunto de medidas de política económica e financeira adoptadas pelo governo, aliadas às condições climáticas favoráveis a boas colheitas da castanha de caju, contribuíram para que a partir de 1999 se verificasse uma forte recuperação da actividade económica na Guiné-Bissau.

A actividade de reconstrução económica beneficiou do apoio de organizações multilaterais, nomeadamente do programa adoptado com o FMI e do apoio do Banco Mundial que, em Maio de 2000, aprovou um financiamento (*“Economic Rehabilitation and Recovery Credit”*) destinado a apoiar a desmobilização e reintegração de militares, ao pagamento de dívida em atraso e a melhorar a eficiência na gestão das contas públicas.

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

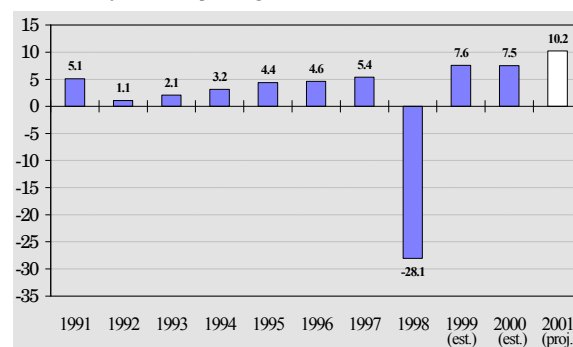
	1999	2000 Est.	2001 Prog.
Sector Primário	59.5	57.4	62.9
Sector Secundário	12.1	12.0	11.9
Sector Terceário	26.6	28.2	24.5
Impostos Indirectos	1.8	2.4	0.7
PIBpm	100.0	100.0	100.0
Consumo	102.2	102.2	102.2
Privado	8.2	---	---
Público	94.0	---	---
Investimento	16.3	19.2	23.7
Exportações ⁽¹⁾	25.0	33.4	26.3
Importações ⁽¹⁾	43.4	54.8	52.2

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

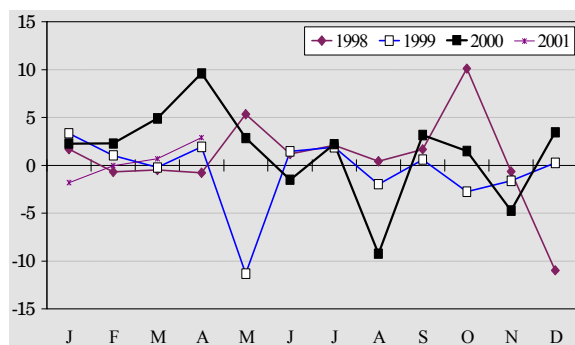
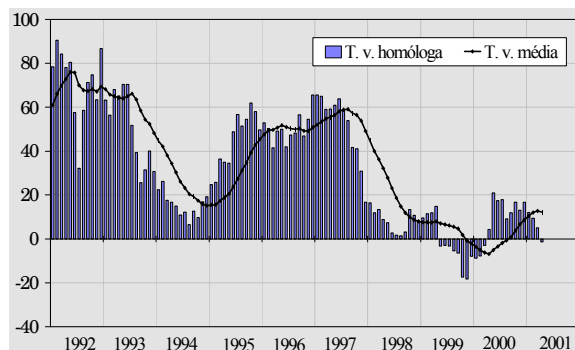
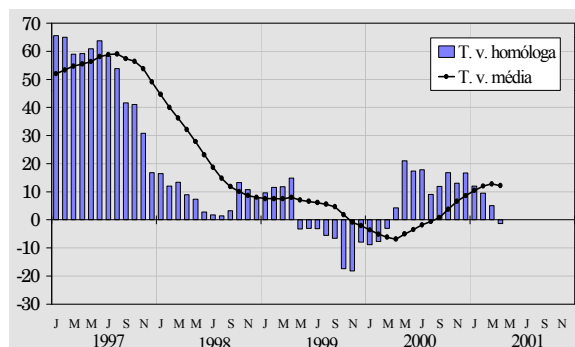
PIB Real

(taxa de variação anual em percentagem)



O Programa económico do governo para 2000/2002, que serviu de base ao acordo com o FMI, tem como principais elementos a implementação de políticas consistentes com a estabilidade financeira, a maior eficiência na gestão das finanças públicas, a fim de assegurar a existência de recursos para programas sociais necessários, e a regularização das relações com os credores externos. Também como parte integrante da estratégia do governo, foram já iniciadas, no primeiro semestre de 2000, reformas estruturais no sector bancário, onde se verificam problemas relativos à solidez financeira e liquidez do sistema, e no sector de energia, onde cortes de fornecimento têm constituído um impedimento à recuperação económica e afectado seriamente as condições de vida da população.

O PIB real cresceu cerca de 7,5% em 1999 e 2000 para o que contribuíram principalmente o sector primário (essencialmente relacionado com a produção de caju) e o sector dos serviços (comércio e transportes). Reflectindo a actividade de reconstrução, o nível do investimento, na sua maioria público, tem vindo a aumentar consideravelmente desde 1999, esperando-se que venha a atingir 23,7% do PIB em 2001.

Gráfico II**IPC - Bissau (1998 - 2001)***(variação mensal em percentagem)***Gráfico III****IPC - Bissau (1992 - 2001)***(variação mensal em percentagem)***Gráfico IV****IPC - Bissau (1997 - 2001)***(variação mensal em percentagem)*

O consumo tem aumentado continuamente, a par com a actividade produtiva, tendo sido já superados os níveis registados anteriormente ao início do conflito. A situação de recuperação económica que o país atravessa traduziu-se também na composição do consumo doméstico, tendo aumentado o peso das despesas relacionadas

com a actividade de construção no consumo total. Em virtude do maior consumo associado à recuperação económica, o nível da poupança interna tem vindo a diminuir ligeiramente ao longo dos últimos anos, esperando-se, no entanto, que esta redução seja temporária e que venha a recuperar a partir de 2002, com a maior confiança dos investidores.

O Índice de Preços ao Consumidor registou uma redução de 2,1% em termos médios anuais em 1999 devido a uma conjugação de factores do lado da oferta, cujas condições melhoraram com o maior aprovisionamento dos mercados, e do lado da procura, tendo o poder de compra das famílias sido agravado pela abertura tardia dos bancos, cujo funcionamento tinha sido interrompido durante o conflito armado. A redução da taxa de inflação contribuiu para a melhoria da competitividade externa.

A tendência de evolução do Índice de Preços ao Consumidor inverteu-se, contudo, no início do ano 2000, quando a deterioração temporária da situação orçamental, relacionada com o pagamento de atrasados, e a rápida expansão monetária que lhe esteve associada, causou a forte aceleração do nível dos preços em Abril e Maio. No final do ano a taxa de inflação média veio a estabilizar em 8,6%. As dificuldades verificadas quanto ao aprovisionamento de produtos alimentares, a apreciação do dólar e o aumento do preço do petróleo, foram factores que também contribuíram para a subida dos preços.

3. CONTAS EXTERNAS

As boas colheitas da castanha de caju e a melhoria do termos de troca, devido à evolução favorável do preço daquele produto nos mercados internacionais, permitiram a forte expansão do montante das exportações, que tem vindo a verificar-se desde 1999, tornando-as no principal determinante do crescimento económico.

Com efeito, o montante das exportações, em dólares, quase duplicou em 1999, comparativamente ao ano anterior. Embora o crescimento das exportações tenha sido mais moderado em 2000 (com uma taxa de crescimento de 28.8% face ao ano anterior), as expectativas foram, no entanto, largamente superadas.

Por outro lado, o aumento do montante das importações, reflectindo donativos relacionados com o esforço de reconstrução e a recuperação da actividade económica, provocou uma deterioração da balança comercial em 2000. O défice da balança corrente, excluindo transferências oficiais, aumentou de 22.3% do PIB em 1999 para 27.9% no ano 2000, para o que contribuiu também a balança de serviços e rendimentos¹. Este défice deverá, contudo, vir a agravar-se em 2001, com o aumento previsto das importações, reflectindo o maior dinamismo da actividade económica.

¹ Esta análise faz referência aos dados sobre a Balança de Pagamentos apresentados pelo FMI, que apresentam algumas divergências relativamente aos das autoridades da Guiné-Bissau. Apenas relativamente às estatísticas para 2001 foi privilegiada a fonte nacional devido ao facto destas constituírem uma informação mais recente e mais desagregada.

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 2001)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

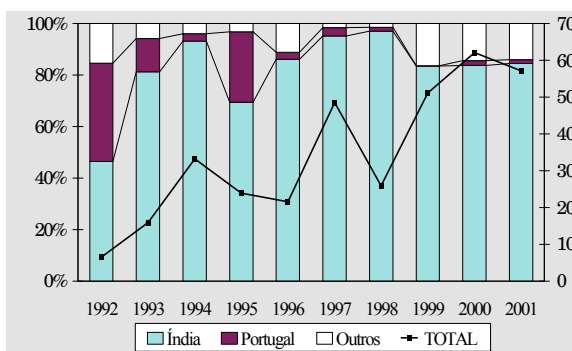
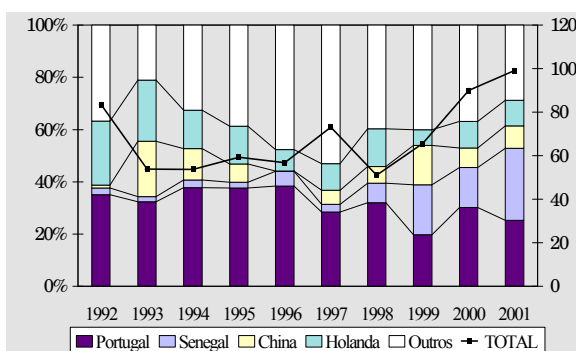


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - 2001)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



Em termos de repartição geográfica do comércio externo, a Índia continua a assumir uma posição dominante nas trocas comerciais com a Guiné-Bissau, constituindo o destino de cerca de 60% das exportações. Portugal continua a figurar como o país com maior importância relativamente à origem das importações (representando cerca de 30% do total), embora esta tenha vindo a diminuir em termos percentuais nos últimos cinco anos.

A balança de capitais e financeira registou um saldo positivo no ano 2000 devido principalmente a desembolsos relacionados com o apoio à balança de pagamentos e ao aumento das transferências de capitais e investimento directo estrangeiro. Este saldo contribuiu para a melhoria observada relativamente ao saldo da balança global de

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1994 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)

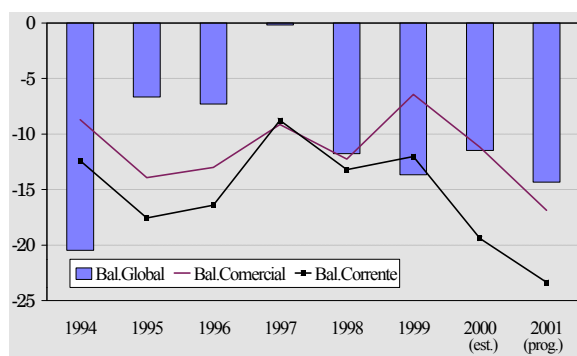
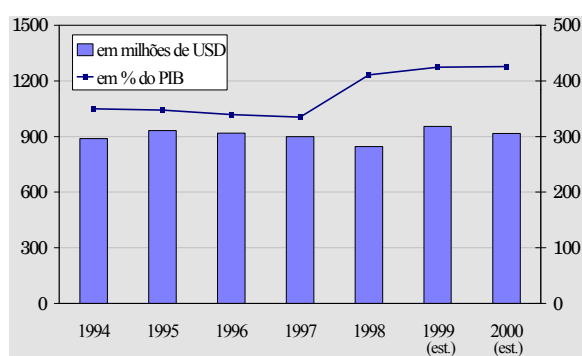


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 2000)

14% do PIB em 1999, para 11% do PIB em 2000.

No final do ano 2000 a dívida externa acumulada ascendia, em termos nominais a

917 milhões de dólares (o equivalente a 425% do PIB). Em virtude da execução satisfatória do programa ESAF, acordado com o FMI durante o período de 1995/97, e do programa pós-conflito, a Guiné-Bissau foi classificada no grupo dos países elegíveis para beneficiar de alívio da dívida no âmbito da iniciativa “*Heavily Indebted Poor Countries*” (HIPC). O montante previsto para inicialmente ser concedido no âmbito desta iniciativa era de cerca de 790 milhões de dólares, o que corresponde a 85% do montante da dívida, ou seja, a maior percentagem de redução alguma vez concedida por aquela iniciativa.

Combinado com políticas económicas sólidas, o alívio proporcionado pela HIPC poderia permitir reduzir os encargos com a dívida externa para níveis sustentáveis, contribuindo assim para a maior confiança dos investidores e para o crescimento económico. No entanto, face à recente interrupção de financiamento do FMI e Banco Mundial, parece difícil efectuar previsões neste domínio.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O programa económico do governo em termos de política orçamental para o período 2000/2002 tem como objectivo a melhoria das receitas fiscais e a maior eficiência e transparência das despesas orçamentais. No entanto, este programa pressupõe um período inicial de transição, até ao final do ano 2001, durante o qual o défice orçamental estaria previsto aumentar devido a um aumento temporário, mas necessário, das despesas militares, a fim de regularizar a situação do país, e de despesas relacionadas com reformas estruturais, algumas das quais já iniciadas. Durante este período estão igualmente previstas medidas destinadas à desmobilização e reinserção de militares na actividade produtiva e a reforma da administração pública. A partir de 2002, a posição fiscal deverá melhorar à medida que estes programas começam a ter efeitos e, igualmente, devido ao aumento das receitas orçamentais e provenientes do processo de privatizações.

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

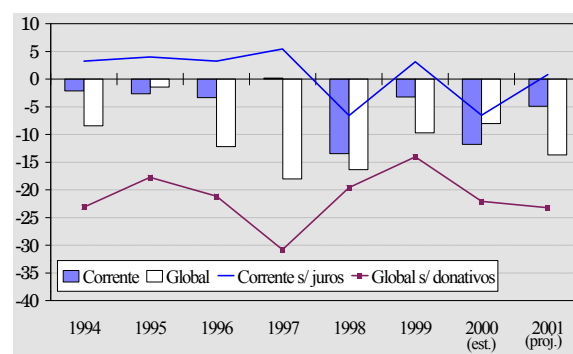
(em percentagem do PIB)

	1999	2000 Est.	2001 Proj.
Donativos	4.3	14.1	9.5
Receitas correntes	17.3	19.2	16.6
Receitas não-tributárias	8.0	7.8	6.5
dq: Sector das Pescas	6.1	1.3	4.5
Receitas tributárias	9.3	11.4	10.1
Imp. s/ comércio intern.	5.1	5.5	4.4
Empréstimos Líquidos	0.0	0.3	3.9
Despesas de capital	10.8	13.6	16.3
Despesas correntes	20.5	31.0	21.5
Com o Pessoal	5.0	6.8	5.8
Bens e Serviços	5.8	15	6.3
Transferências	3.4	3.5	3.7
Juros programados	6.4	5.7	5.8
Saldo corrente	-3.3	-11.8	-4.9
Saldo global (compromissos)	-9.7	-8.0	-13.7

Gráfico IX

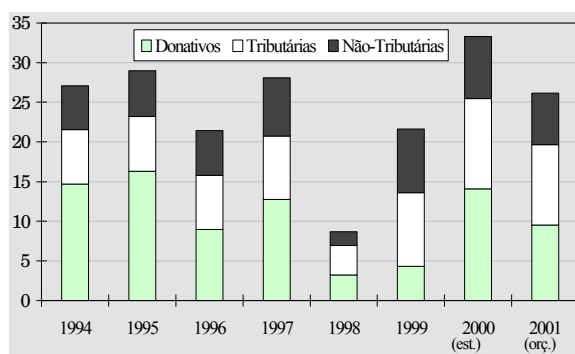
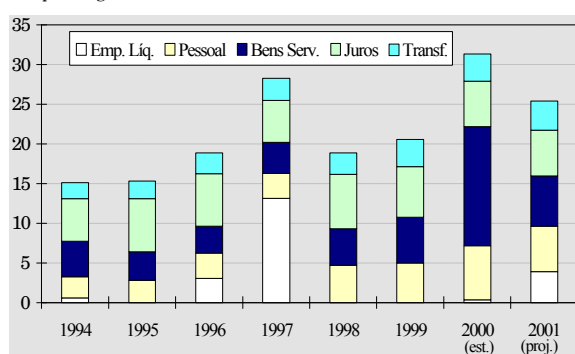
Finanças Públicas (1994 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)



Não obstante as prioridades definidas, o aumento das receitas fiscais no ano 2000 foi mais reduzido do que no ano anterior, devido a factores transitórios que levaram ao recebimento de receitas extraordinárias em 1999 relacionados com o pagamento de impostos e licenças de pesca em atraso. Em 2001, as receitas fiscais deverão beneficiar do aumento da taxa de IVA de 10 para 15%, com efeito a partir de 2001, e do ajustamento de 15-18% dos preços internos do petróleo, efectuado em Agosto de 2000.

As despesas correntes registaram um aumento significativo no ano 2000, principalmente no que respeita a bens e serviços e despesas com o pessoal. Devido a pressões políticas, foi aprovado, em Julho de 2000, um aumento dos salários nominais da maioria dos funcionários públicos de 2000 CFA por mês e a distribuição mensal de 50 quilos de arroz (equivalente a 12500 CFA) para o segmento mais pobre dos funcionários públicos e soldados, sendo esta última inteiramente financiada com donativos. Para 2001 prevê-se uma maior restrição na política de rendimentos. Com efeito, o governo comprometeu-se a financiar aumentos salariais com fundos provenientes da desmobilização e reforma da função pública, o que limitaria o

Gráfico X**Receitas Públicas (1994 - 2001)***(em percentagem do PIB)***Gráfico XI****Despesas Públicas (1994 - 2001)***(em percentagem do PIB)*

crescimento da massa salarial. Assim, em consequência desta decisão e das reformas em curso, prevê-se que o peso da massa salarial no PIB (estimado em 6,8% em 2000) se reduza progressivamente até atingir 4,7% em 2003, conforme estabelecido no âmbito dos objectivos de convergência da UEMOA.

O ambicioso programa de desmobilização e reinserção e a reforma da função pública são elementos chaves do programa do governo. O programa de desmobilização, que conta com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial e outros doadores, tem como objectivo a redução das forças armadas para metade em três anos, o que contribuirá para a redução substancial e maior transparência das despesas militares. A reforma da função pública, que também conta com apoio de doadores, está prevista ser implementada em 2001 e 2002, e pressupõe a introdução de

um sistema de remunerações baseado no mérito e avaliado com base num conjunto de critérios objectivos, a implementação de um novo regime de pensões e a redução da administração pública. Esta última é considerada essencial para a obtenção de poupanças destinadas a aumentar os salários no sector público, que são bastante baixos.

A maior transparência e eficiência das finanças públicas é o objectivo fundamental da estratégia do governo em matéria de política orçamental. Particular importância será atribuída à gestão das despesas a fim de assegurar que os recursos são usados de maneira eficiente de modo a permitir a existência de financiamento para as necessárias reformas e despesas sociais. As medidas previstas neste âmbito visam a melhoria dos processos de monitorização das contas orçamentais através da implementação dos manuais de regulamentos da UEMOA relativos ao suporte documental das operações, revisão periódica das despesas orçamentais, com maior ênfase em sectores seleccionados, submissão bianual ao parlamento de relatórios detalhados de execução orçamental e o registo orçamental de todas as operações efectuadas pelo governo.

O governo iniciou já um programa de reestruturação de empresas públicas, que inclui a privatização e liquidação de algumas delas. Estava previsto que até ao final de 2001, pelo menos cinco empresas estariam liquidadas. O processo, que seria empreendido com a assistência do Banco Mundial, deveria estar completo até ao final de 2002.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

Enquanto membro da UEMOA, desde 1997, a Guiné-Bissau está sujeita a uma política monetária de regulamentação e supervisão comum. Assim, o objectivo principal da política monetária regional é o de contribuir para preservar a paridade cambial fixa do CFA ao euro e fortalecer a situação das reservas da União.

Os activos líquidos sobre o exterior mais do que duplicaram em 2000 face ao ano anterior, tendo ascendido a 28,5 mil milhões de CFA. Esta rápida expansão, ocorreu principalmente na primeira metade do ano 2000 devido às exportações de castanha de caju e ao importante volume de donativos.

O crédito líquido ao sector público administrativo aumentou substancialmente comparativamente ao ano anterior, que já tinha registado um aumento significativo devido à fraca mobilização de receitas e recursos externos antes das eleições gerais de Novembro de 1999. O crédito à economia reduziu-se para menos de metade, o que contribuiu para que o crédito interno total se mantivesse praticamente inalterado. Para 2001 prevê-se uma redução do crédito bancário ao governo e um aumento significativo do crédito à economia, factor considerado fundamental para apoiar a recuperação económica.

A massa monetária cresceu 67,6% no ano 2000. Esta evolução deveu-se principalmente ao aumento da circulação monetária em cerca de 20 mil milhões de CFA e foi responsável pelo aumento das pressões inflacionistas naquele ano.

Gráfico XII

Crédito Interno Total (1997 - 2001)

(taxas de variação homóloga)

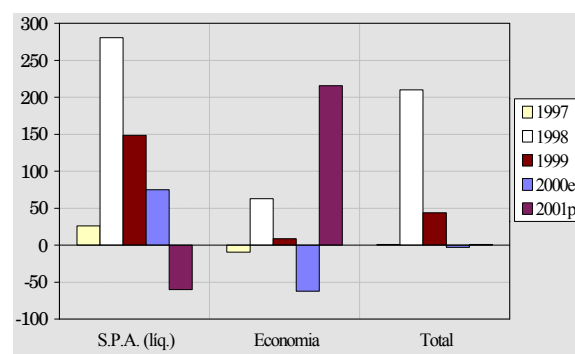
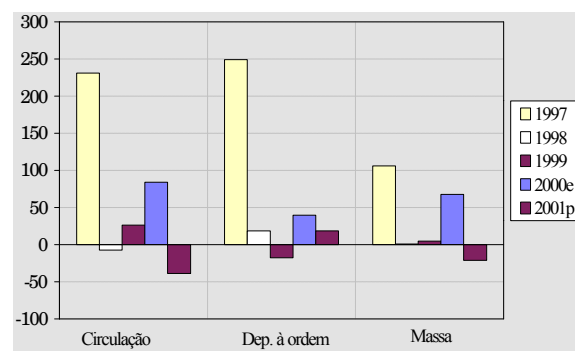


Gráfico XIII

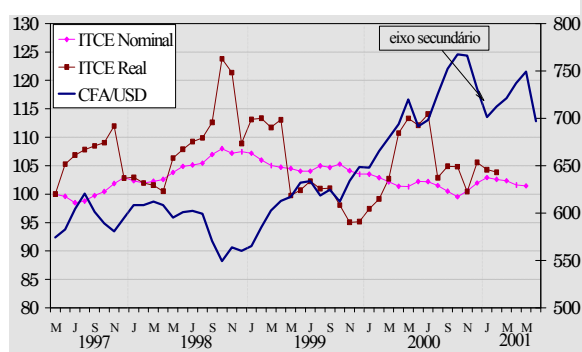
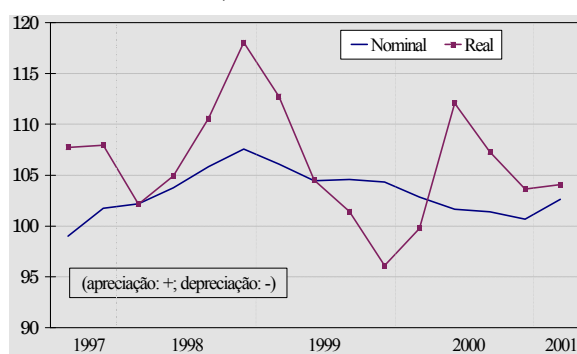
Meios de Pagamento (1997 - 2001)

(taxas de variação homóloga)



Conforme ilustrado pela depreciação da taxa de câmbio real efectiva, em 1999 observou-se uma melhoria da competitividade externa, para o que contribuiu o declínio do índice de preços ao consumidor. A situação veio a inverter-se no primeiro semestre de 2000 devido a pressões inflacionistas causadas pela expansão da massa monetária.

O sector bancário atravessa sérias dificuldades em consequência do conflito armado, que obrigou os bancos a estarem fechados vários meses, e da recessão económica, que levou à deterioração significativa dos activos bancários. O Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB), que detém uma quota de cerca de 85% do sector bancário e que, já previamente ao conflito, não cumpria a maioria dos *ratios* prudenciais, está em situação particularmente difícil, estimando-se que

Gráfico XIV**Taxas de Câmbio (1997 - 2001)***(índices base 100: Maio de 1997, médias mensais)***Gráfico XV****Taxa de Câmbio Efectiva (1997 - 2001)***(índices base 100: Maio de 1997, médias trimestrais)*

mais de 80% dos seus activos sejam “mal-parados”. A situação de liquidez do banco é preocupante e a confiança dos depositantes continua a deteriorar-se.

As autoridades nacionais consideram que a reabilitação do sector financeiro é essencial para assegurar o crescimento económico sustentado, tendo já sido tomadas algumas iniciativas relativamente ao BIGB. Nomeadamente, de acordo com a recomendação da Comissão Bancária do BCEAO, foi nomeado, em Outubro de 2000, um administrador provisório para o BIGB, com o mandato de elaborar um plano de acção para resolver os problemas do banco. Caso seja decidida a sua reabilitação, o governo tenciona vender a totalidade das suas acções (correspondentes a 26% do capital do banco).

Como medidas adicionais de reabilitação do sector bancário, o governo está disposto a emitir licenças bancárias a bancos que satisfaçam os requerimentos necessários à solidez do sistema bancário. De salientar que um novo banco comercial começou a operar no início do ano 2000, elevando o número de bancos para três. Também estão previstas medidas visando promover o acesso de grupos de menor rendimento à intermediação financeira.

Anexo Estatístico

GUINÉ - BISSAU - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1994 - 2001

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Proj.	2001 Proj.
<i>(variação anual em percentagem)</i>								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB real	3.2	4.4	4.6	5.1	-28.1	7.6	7.5	10.2
I. P. Consumidor (fim de período)	19.3	49.7	65.6	16.8	7.9	-7.9	16.7	-1.4 ³
I. P. Consumidor (média anual)	15.2	45.4	50.7	49.1	8.0	-2.1	8.6	12.2 ³
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	108.0	-28.0	-9.6	124.5	-46.6	97.5	28.8	-13.3
Importações f.o.b. (em USD)	-0.1	10.3	-4.2	28.7	-30.1	28.4	37.2	10.2
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	50.7	54.6	53.2	39.1	-72.5	262.1	6.3	19.0
Donativos	10.6	67.3	-14.5	61.3	-80.4	52.9	178.3	-21.8
Despesas totais	11.9	29.4	72.1	55.1	-57.9	42.4	24.9	11.4
Défice global (c/ donativos)	-17.6	-74.0	1 212.7	67.0	-29.6	-32.6	-10.4	97.6
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	-0.6	-69.5	360.2	0.1	210.0	43.6	-2.8	1.0
Crédito ao SPA (líq.)	-428.5	-196.4	32.6	26.1	280.7	148.6	75.2	-60.1
Crédito à economia	57.2	5.6	48.9	-9.5	62.9	8.7	-62.1	215.6
Massa monetária (M ₂)	48.5	42.9	55.3	106.1	0.4	4.9	67.6	-21.1
<i>(em percentagem do PIB)</i>								
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL								
Excluindo donativos	-23.1	-17.7	-21.2	-30.8	-19.6	-14.0	-22.1	-23.3
Incluindo donativos	-8.4	-1.4	-12.2	-18.0	-16.4	-9.7	-8.0	-13.7
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	21.8	22.3	23.0	21.7	11.3	16.3	19.2	23.7
SALDO DA BALANÇA CORRENTE								
Excluindo transferências oficiais	-23.3	-29.5	-27.4	-23.4	-20.5	-22.3	-27.9	-29.3
Incluindo transferências oficiais	-12.4	-17.6	-16.4	-8.8	-13.2	-12.0	-19.4	-23.4
<i>(nas unidades definidas)</i>								
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
ITCE Real (base 100: 1990) ¹	74.2	68.4	71.1	---	---	---	---	---
Nominal XOF / USD (mercado oficial)	555.2	499.2	511.6	583.7	590.0	615.6	711.6	710.8
ITCE Real (base 100: Maio de 1997) ¹	---	---	---	---	108.9	103.6	105.7	---
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	888.5	932.6	918.8	899.1	844.6	953.9	917.0	---
Em % das exportações de bens e serviços	2 725.6	3 815.1	4 268.5	1 595.1	2 759.9	1 702.4	1 275.2	---
Em % do PIB	349.8	347.2	339.5	334.8	410.7	424.9	425.6	---
Serviço da dívida em % das exportações ²	168.7	174.6	170.5	57.8	106.9	60.5	45.5	---
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %)	25.0	38.0	53.0	9.0	3.5	3.5	---	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96.

² Exportações de bens e serviços. ³ Valores apurados em Abril.

GUINÉ-BISSAU - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1994 - 2001

(preços correntes, em milhões de CFA)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Est.	2001 Proj.
Sector primário								
Agropecuária, silvicultura e pesca	68 365.8	65 667.7	75 050.4	84 094.0	74 831.0	82 165.3	88 015.0	111 416.2
Sector secundário	19 539.5	19 684.3	20 523.0	23 557.0	15 205.0	16 783.1	18 406.0	21 158.4
Indústria ¹	14 214.7	14 550.3	15 091.6	17 250.0	11 134.0	13 984.1	14 979.0	18 126.0
Construção	5 324.7	5 133.9	5 431.4	6 307.0	4 071.0	2 799.0	3 427.0	3 032.4
Sector terciário	41 483.2	39 741.5	40 871.4	46 355.0	29 921.0	36 830.3	43 291.0	43 414.8
Comércio, restaurantes e hotéis	32 214.1	30 872.2	32 064.7	36 601.0	23 624.0	21 147.4	23 332.0	25 066.4
Transportes e comunicações	3 180.3	3 048.4	3 181.3	3 614.0	2 333.0	5 177.1	5 545.0	6 335.9
Administração pública	5 003.3	4 770.3	4 519.7	4 751.0	3 067.0	591.8	579.0	632.2
Banca, seguros e outros serviços	1 085.6	1 050.6	1 105.7	1 389.0	897.0	9 914.0	13 835.0	11 380.3
Produto Interno Bruto (custo de factores)	129 388.5	125 093.5	136 444.8	154 006.0	119 957.0	135 778.7	149 712.0	175 989.4
Impostos indirectos	1 441.7	1 665.7	1 998.0	2 744.0	1 357.0	2 444.0	3 702.0	1 205.1
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	130 830.1	126 759.1	138 442.8	156 750.0	121 314.0	138 222.7	153 414.0	177 194.5
Consumo	125 691.1	128 206.6	135 979.2	152 305.0	132 124.0	141 249.8	156 773.8	181 075.1
Público	9 302.1	8 120.7	9 097.6	14 436.0	11 227.0	11 300.0	---	---
Privado	116 388.9	120 086.0	126 881.6	137 869.0	120 896.0	129 949.8	---	---
Investimento	28 480.5	28 273.0	31 909.5	33 977.0	13 757.0	22 488.8	29 455.5	41 995.1
Público	26 684.0	19 215.5	20 445.4	24 455.0	7 500.0	15 342.7	21 324.5	32 072.2
Privado	1 796.6	9 057.5	11 464.2	9 523.0	6 257.0	7 146.1	8 130.9	9 922.9
Procura interna	154 171.6	156 479.7	167 888.8	186 282.0	145 881.0	163 738.6	186 229.3	223 070.2
Exportações	21 575.8	14 805.0	14 587.2	32 946.0	18 054.0	34 500.0	51 200.0	46 600.0
Procura global	175 747.4	171 284.7	182 476.0	219 228.0	163 935.0	198 238.6	237 429.3	269 670.2
Importações	44 917.3	44 525.6	44 033.2	62 478.0	42 621.0	60 015.9	84 015.3	92 475.7
Pro memoria:								
Poupança interna bruta	5 139.0	-1 447.5	2 463.5	4 445.0	-10 810.0	-3 027.1	-3 359.8	-3 880.6
PIBpm nominal (milhões de USD)	235.6	254.0	270.6	268.6	205.6	224.5	215.5	249.3
Deflator do PIBpm (var. anual em %)	23.3	44.7	49.7	37.0	7.6	5.9	3.2	4.8
PIBpm nominal ² (variação anual em %)	27.2	51.1	55.5	42.8	-22.6	13.9	11.0	15.5
PIBpm real (variação anual em %)	3.2	4.4	4.6	5.4	-28.1	7.6	7.5	10.2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

¹ Inclui electricidade e água ² Em pesos até 1997; em francos CFA a partir de 1998.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2001

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.33	30.98	30.98	33.00
1991	Dezembro	-7.29	60.10	60.10	57.67
1992	Dezembro	5.93	86.70	86.70	69.37
1993	Dezembro	-1.19	30.70	30.70	48.23
1994	Dezembro	0.79	19.28	19.28	15.18
1995	Dezembro	-4.50	49.70	49.70	45.37
1996	Dezembro	2.40	65.62	65.62	50.73
1997	Dezembro	-8.62	16.77	16.77	49.10
1998	Janeiro	1.68	1.68	16.42	44.66
	Fevereiro	-0.70	0.97	11.95	40.00
	Março	-0.49	0.47	13.37	36.23
	Abril	-0.77	-0.31	8.90	32.16
	Maio	5.34	5.02	7.39	27.90
	Junho	1.17	6.25	2.75	23.11
	Julho	2.09	8.47	1.77	18.72
	Agosto	0.42	8.93	1.42	14.78
	Setembro	1.67	10.75	3.18	11.86
	Outubro	10.10	21.93	13.32	10.07
	Novembro	-0.63	21.16	10.72	8.66
	Dezembro	-10.97	7.87	7.87	8.01
1999	Janeiro	3.34	3.34	9.63	7.54
	Fevereiro	1.03	4.40	11.54	7.55
	Março	-0.23	4.16	11.83	7.48
	Abril	1.92	6.17	14.87	7.97
	Maio	-11.31	-5.84	-3.28	7.07
	Junho	1.46	-4.46	-3.01	6.57
	Julho	1.88	-2.67	-3.21	6.13
	Agosto	-1.97	-4.58	-5.51	5.52
	Setembro	0.61	-4.00	-6.50	4.67
	Outubro	-2.75	-6.65	-17.41	1.82
	Novembro	-1.62	-8.15	-18.23	-0.83
	Dezembro	0.25	-7.92	-7.92	-2.09
2000	Janeiro	2.28	2.28	-8.87	-3.59
	Fevereiro	2.29	4.62	-7.73	-5.10
	Março	4.91	9.75	-2.98	-6.21
	Abril	9.60	20.28	4.32	-6.87
	Maio	2.84	23.70	20.96	-5.04
	Junho	-1.51	21.84	17.43	-3.47
	Julho	2.22	24.54	17.81	-1.81
	Agosto	-9.22	13.05	9.09	-0.66
	Setembro	3.17	16.63	11.87	0.81
	Outubro	1.49	18.37	16.76	3.77
	Novembro	-4.72	12.79	13.07	6.58
	Dezembro	3.46	16.68	16.68	8.61
2001	Janeiro	-1.81	-1.81	12.02	10.44
	Fevereiro	-0.04	-1.85	9.47	12.00
	Março	0.68	-1.18	5.07	12.74
	Abril	2.90	1.69	-1.35	12.17

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1994 - 2001

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Prel.	2001 Proj.
Balança Corrente	-29.3	-44.6	-44.4	-23.6	-27.2	-27.0	-41.8	-58.2
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-55.0</i>	<i>-74.9</i>	<i>-74.1</i>	<i>-62.9</i>	<i>-42.2</i>	<i>-50.0</i>	<i>-60.1</i>	<i>-73.2</i>
Balança comercial	-20.6	-35.4	-35.2	-24.6	-25.2	-14.4	-24.1	-42.1
Exportações (f.o.b.)	33.2	23.9	21.6	48.5	25.9	51.2	65.9	57.1
das quais: Castanha de cajú	31.0	20.5	18.6	45.6	23.9	48.7	59.7	53.5
Importações (f.o.b.)	-53.8	-59.3	-56.8	-73.1	-51.1	-65.6	-90.0	-99.2
Balança de serviços e rendimentos	-35.6	-42.2	-40.9	-40.3	-33.1	-40.2	-42.0	-39.5
dos quais: Juros programados	-14.1	-18.0	-18.6	-14.3	-14.1	-13.8	-12.4	-12.0
Transferências Correntes	26.9	33.0	31.7	41.3	31.1	27.6	24.3	23.4
Públicas	25.7	30.3	29.7	39.3	15.0	23.0	18.3	14.9
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	7.0	13.2	3.1	16.0	7.6	1.3	1.1	0.0
das quais: Receitas das pescas	11.7	11.3	13.7	15.4	1.3	12.7	10.8	10.8
Privadas	1.2	2.7	2.0	2.0	16.1	4.6	6.0	8.4
Balança de Capitais e Financeira	-19.0	27.7	24.6	23.1	2.9	-3.7	17.1	22.5
Endividamento	-18.9	-16.1	-6.5	7.4	-7.6	-17.3	-7.2	-3.8
Desembolsos	18.0	18.7	22.0	25.7	10.2	2.4	16.4	17.2
Apoio à balança de pagamentos	3.1	5.1	5.8	0.0	3.7	0.0	12.0	12.0
Projectos	14.9	13.6	16.2	25.7	6.5	2.4	4.4	5.2
Amortizações programadas	-36.9	-34.8	-28.5	-18.3	-17.8	-19.7	-23.6	-21.0
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	44.4	55.5	40.7	32.2	0.0	20.7	23.0	27.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-44.5	-11.7	-9.6	-16.4	10.5	-7.1	1.3	-0.7
Balança Global	-48.3	-16.9	-19.8	-0.5	-24.2	-30.7	-24.7	-35.7
Financiamento	48.3	16.9	19.8	0.5	24.2	30.7	24.7	0.0
Variação das reservas oficiais ¹	5.8	1.2	-8.9	-24.7	-1.0	2.3	-16.1	0.0
Variação de atrasados (redução: -)	42.3	-161.5	-18.2	15.8	21.5	28.4	-214.1	0.0
Alívio da dívida	0.2	177.1	46.9	9.4	3.7	0.0	254.9	0.0
Diferencial de Financiamento ²	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-35.7

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui a contrapartida de flutuações cambiais. ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2001

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Est.	2001 Proj.	1990 a 2000
Cabo Verde	1.9	0.2	2.1	0.7	0.2	0.2	7.1	0.1	0.2	0.0	0.0	0.0	0.7
Espanha	5.9	0.8	9.3	0.4	0.0	1.1	2.7	0.2	0.0	1.9	1.3	1.0	1.4
França	3.0	1.3	0.0	4.3	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5
Gâmbia	0.0	4.7	0.4	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.2	0.1	0.2	0.4
Holanda	1.9	0.3	0.0	0.4	0.1	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	1.5	0.6
Índia	51.3	66.5	46.5	81.3	93.2	69.5	86.0	95.2	97.0	83.5	83.8	84.5	82.7
Nigéria	0.0	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Portugal	20.4	15.1	38.1	12.8	2.8	27.3	2.9	3.2	1.5	0.1	1.8	1.5	6.9
Senegal	0.2	3.5	2.7	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.8	0.1	2.0	2.6	0.9
Outros	15.5	6.0	0.9	0.0	3.6	0.6	1.3	0.3	0.5	14.3	9.1	8.8	5.8
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2001

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Est.	2001 Proj.	1990 a 2000
Alemanha	3.2	11.7	7.1	3.1	0.9	0.4	0.0	0.5	0.2	1.9	3.1	3.0	3.2
China	0.5	5.3	1.2	21.1	12.0	7.0	0.1	5.4	6.3	15.0	7.4	8.6	7.0
Costa do Marfim	0.5	0.7	3.4	4.1	2.7	1.8	4.0	0.0	0.5	0.1	0.9	0.8	1.6
E.U.A.	2.7	0.3	2.2	2.5	1.0	3.4	4.6	2.3	0.5	0.6	0.2	0.0	1.8
França	2.2	3.3	5.6	1.1	4.9	3.6	3.7	1.9	2.5	1.7	4.7	4.5	3.3
Holanda	20.3	19.9	24.4	23.4	14.7	14.4	8.2	10.3	14.5	6.1	10.2	9.8	15.2
Itália	3.3	2.8	4.3	0.5	1.5	0.8	0.3	0.7	0.5	0.8	1.2	1.1	1.6
Portugal	55.7	36.8	35.1	32.3	37.7	37.6	38.4	28.5	32.0	19.7	30.3	25.3	34.8
Senegal	5.0	6.5	2.6	2.0	3.0	2.3	5.5	2.9	7.5	19.2	15.3	27.5	6.8
Outros	6.6	12.8	14.2	9.8	21.5	28.7	35.1	47.6	35.5	35.0	26.7	19.4	24.7
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 7

Dívida Externa, 1994 - 2000

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida de médio ou longo prazo	842.5	890.3	899.4	888.1	833.1	944.0	917.0
Credores multilaterais	366.0	388.8	393.0	401.1	411.7	426.8	439.0
Credores bilaterais	476.5	501.5	506.4	487.0	421.4	517.7	478.0
Clube de Paris	238.3	253.3	247.7	231.6	305.6	402.0	--
Outros países	238.2	248.2	258.7	255.4	115.8	115.7	--
Dívida de curto prazo	46.0	42.3	19.4	11.0	11.4	9.9	--
Dívida Externa Total	888.5	932.6	918.8	899.1	844.6	953.9	917.0
Serviço de dívida de m/l prazo programado	51.0	52.8	47.1	32.6	31.9	34.0	35.2
Capital	36.9	34.8	28.5	18.3	17.8	19.7	23.6
Juros	14.1	18.0	18.6	14.3	14.1	14.3	11.6
(em % das exportações de bens e serviços)							
Dívida externa total	2 725.6	3 815.1	4 268.5	1 595.1	2 759.9	1 702.4	1 275.2
Serviço de dívida de m/l prazo programado							
Antes do reescalonamento	156.5	216.0	218.8	57.8	106.9	60.5	45.5
Capital	113.2	142.4	132.4	32.5	59.7	30.5	30.5
Juros	43.3	73.6	86.4	25.4	47.2	15.0	15.0
Depois do reescalonamento	168.7	174.6	170.5	31.6	78.1	39.0	39.0
(em % do PIB)							
Dívida externa total	349.8	347.2	339.5	334.8	410.7	424.9	425.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2001

(em mil milhões de CFA)

	1995	1996	1997	1998	1999	Prog. FMI	2000 Orçam.	exec. prel.	2001 Proj.	2001 Orçam.
1. Receitas Totais	36.7	29.7	44.0	10.5	29.9	42.1	52.2	51.1	46.3	94.4
1.1. Receitas correntes	16.0	17.3	24.0	6.6	23.9	25.4	21.7	29.5	29.4	67.9
Receitas não-tributárias	7.3	7.8	11.5	2.1	11.1	11.1	10.4	12.0	11.5	50.0
dq: Sector das pescas	6.1	7.0	9.0	0.8	8.4	7.5	1.4	2.0	7.9	2.4
Receitas tributárias	8.8	9.5	12.5	4.5	12.8	14.3	11.3	17.5	17.9	17.9
dq: Imp. s/ comércio intern.	4.4	5.7	8.8	2.3	7.0	6.9	5.9	8.4	7.8	7.9
dq: Imp. s/ consumo	2.9	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1.2. Donativos	20.7	12.4	20.0	3.9	6.0	16.7	30.5	21.6	16.9	26.5
dq: Projectos	12.1	10.9	10.9	0.0	5.1	14.6	14.6	---	16.9	---
dq: Apoio à balança de pagamentos	7.4	1.5	9.1	3.9	0.9	0.8	15.9	---	0.0	---
dq: Ajuda alimentar	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	1.3	0.0	---	0.0	---
2. Despesas Totais	38.5	46.6	72.2	30.4	43.3	54.1	54.3	63.4	70.6	68.9
2.1. Despesas correntes	19.4	21.9	23.7	22.9	28.4	31.8	30.4	47.6	38.1	36.0
Despesas c/ pessoal	3.5	4.4	4.9	5.7	6.9	9.8	9.6	10.5	10.2	13.2
Bens e serviços	4.6	4.7	6.1	5.6	8.0	8.3	7.6	23.0	11.2	10.8
Transferências	2.9	3.7	4.4	3.3	4.7	5.6	5.4	5.3	6.5	3.9
Juros da dívida programados	8.4	9.2	8.3	8.3	8.8	8.1	7.8	8.8	10.2	8.1
2.2. Despesas de capital	19.2	20.4	27.9	7.5	14.9	20.9	23.9	15.3	25.6	19.4
Financiamento Interno			2.0	3.6	8.3	3.1	3.1	3.5	5.0	2.2
Financiamento Externo			25.9	3.9	6.6	17.8	20.8	11.8	20.6	17.2
2.3. Empréstimos líquidos ¹	-0.1	4.2	20.6	0.0	0.0	1.4	0.0	0.5	6.9	13.5
dq: Receitas de privatização	-0.1	-0.1	-1.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
dq: Operações de reestruturação	0.0	4.4	22.1	---	---	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-3.4	-4.6	0.3	-16.3	-4.5	-6.4	-8.7	-18.1	-8.7	31.9
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-22.5	-29.3	-48.2	-23.8	-19.4	-28.7	-32.6	-33.9	-41.2	-1.0
5. Saldo Global [base compromissos]: (1.) - (2.)	-1.8	-16.9	-28.2	-19.9	-13.4	-12.0	-2.1	-12.3	-24.3	25.5
6. Variação de Atrasados	-17.2	0.0	-3.8	11.6	9.6	-52.0	-48.5	0.0	0.0	0.0
6.1. Internos	-0.3	0.2	-3.8	5.6	2.4	-7.2	-4.0	0.0	0.0	0.0
6.2. Externos	-17.0	-0.2	0.0	6.0	7.2	-44.8	-44.5	0.0	0.0	0.0
7. Alívio de Dívida	93.4	24.7	15.8	0.0	0.0	0.0	0.0	134.6	0.0	0.0
8. Valores em trânsito, Erros e Omissões	3.0	-0.1	0.2	3.1	-1.5	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0
9. Saldo Global [base caixa]: (5.) + (6.) + (7.) + (8.)	77.3	7.6	-16.0	-5.2	-5.3	-64.0	-50.6	122.4	-24.3	25.5
10. Financiamento	-77.3	-7.6	24.9	7.0	0.8	-113.9	-20.6	-122.4	-3.7	-25.5
10.1. Interno (líq.)	-5.1	4.4	-0.7	4.7	0.9	-4.1	0.0	2.5	-0.5	0.0
dq : Sistema bancário	---	---	-0.7	4.2	0.9	-4.1	---	4.4	0.2	
10.2. Externo (líq.) ²	-72.2	-12.0	25.6	2.3	-0.1	-109.8	-20.6	-124.9	-3.2	-25.5
dq: Desembolsos	---	---	28.7	6.1	1.5	11.3	0.0	10.2	12.9	0.0
dq: Amortizações	---	---	-3.1	-10.5	-12.1	-16.5	-16.1	-12.5	-16.1	-25.5
11. Diferencial de Financiamento ³	0.0	0.0	8.9	1.8	-4.5	-177.9	-71.2	0.0	-28.0	0.0

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Corresponde a despesas financiadas através de empréstimos externos para a reestruturação de instituições estatais e empresas públicas. Neste último caso, os montantes arrecadados com as privatizações são deduzidos aos empréstimos. ² Em 1997 inclui, igualmente, alívio de dívida. ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 9

Síntese Monetária, 1996 - 2001

(em milhões de CFA)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001 Proj.
Activos Líquidos s/ Exterior	-5 264.4	20 475.0	17 748.0	13 592.6	28 500.0	29 100.0
Banco Central	-6 288.9	15 994.0	16 740.7	15 355.5	33 600.0	25 500.0
Activos	6 073.1	18 159.7	---	---	---	---
Passivos	-12 362.0	-2 165.3	---	---	---	---
Bancos Comerciais	1 024.5	4 481.0	1 007.3	-1 762.9	-5 100.0	3 600.0
Crédito Interno Total	4 687.9	4 693.0	14 546.0	20 884.1	20 300.0	20 500.0
Crédito líquido ao SPA	-2 716.0	-2 008.0	3 628.6	9 020.7	15 800.0	6 300.0
Crédito concedido	6 776.0	---	---	---	---	---
Depósitos da Administração Central	-9 492.0	---	---	---	---	---
Depósitos orçamentais	-4 786.0	---	---	---	---	---
Fundos de contrapartida	-4 706.0	---	---	---	---	---
Crédito à economia	7 403.9	6 701.0	10 917.4	11 863.4	4 500.0	14 200.0
Sector privado	8 936.6	9 951.0	---	---	---	---
Empresas públicas	951.5	0.0	---	---	---	---
Contrapartida de créditos incobráveis	-2 484.2	-3 250.0	---	---	---	---
Total do Activo	-576.5	25 168.0	32 294.0	34 476.7	48 800.0	49 600.0
Massa Monetária (M2)	17 607.0	36 286.0	36 414.9	38 185.1	64 000.0	50 500.0
Circulação monetária	6 200.0	20 536.0	19 055.7	24 033.1	44 200.0	27 000.0
Depósitos à ordem	4 186.0	14 628.0	17 300.0	14 200.0	19 800.0	23 500.0
Quase - moeda	7 221.0	1 122.0	---	---	---	---
da qual: Depósitos em moeda estrangeira	6 600.0	0.0*	---	---	---	---
Outras Rubricas (líq.)	-18 183.0	-11 118.0	-4 121.0	-3 708.4	-15 200.0	-900.0
Total do Passivo	-576.0	25 168.0	32 294.0	34 476.7	48 800.0	49 600.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão / contracção da liquidez).

* Em 2 Maio de 1997 todos os depósitos em moeda estrangeira foram convertidos em francos CFA.

GUINÉ-BISSAU - Quadro 10

Taxas de Juro, 1994 - 2001

(taxas anuais)

	1994	1995	1996	1997	1997	1998	1999	1999	2000	2001
	Dez.	Dez.	Dez.	Jan.	Dez. ¹	Dez.	Jan.	Dez.	Maio	
Depósitos										
Depósitos à ordem	3.0	5.0	11.0	6.0						
Depósitos c/ pré-aviso	10.0	15.0	24.0	7.0	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5
Depósitos a prazo:										
Até 90 dias ²	21.0	33.0	48.0	7.0		----- (t.m.m. - 2) -----				
91-180 dias ²	23.0	36.0	51.0	9.0		----- (t.m.m. - 2) -----				
181-365 dias ²	25.0	38.0	53.0	9.0		----- (t.m.m. - 2) -----				
Mais de 1 ano ³	28.0	39.0	55.0	9.0	...	...	...	...	...	...
Crédito										
Até 180 dias	28.0	46.0	55.0	23.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	
181-365 dias	35.0	48.0	56.0	24.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	
Mais de 1 ano	37.0	49.0	58.0	25.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	
Operações do Banco Central										
Tesouro										
Depósitos	5.0	5.0	5.0	5.0	5.5	5.8	5.3			
Empréstimos		14.0	14.0	14.0						
Sistema bancário										
Refinanciamento	26.0	39.0	54.0	35.0	6.0	6.3	5.8	5.8	6.3	6.3
Insuficiência de reservas ⁴										
Até 2 semanas	39.0	51.0	59.0	26.0						
Mais de 2 semanas	39.0	54.0	61.0	28.0						
<i>Pro memoria:</i>										
Inflação (t.v.h. no mês)	19.3	49.7	65.6	65.6	16.8	7.9	9.6	-7.9	21.0	

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

¹ Após adesão à UEMOA. ² A partir de Maio de 1997 estas taxas passaram a ser iguais às taxas médias mensais do mercado monetário, subtraídas de 2 pontos percentuais. ³ A partir de Maio de 1997 esta taxa passou a ser fixada livremente. ⁴ A taxa de penalização é calculada com base na mais elevada das taxas activas.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2001

(taxas médias)

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE ¹	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1990	2 191.10	2 702.13	23.32	100.00	100.00
1991	3 561.78	4 345.28	22.00	67.47	96.44
1992	6 921.30	7 464.05	7.84	34.53	77.01
1993	10 081.90	10 506.20	4.21	27.36	85.75
1994	12 892.05	13 136.38	1.90	21.80	74.20
1995	18 072.53	18 432.53	1.99	14.56	68.37
1996	26 373.42	26 908.35	2.03	10.50	71.06
1997	583.67	---	---	100.29	86.60
1998	589.95	---	---	104.82	108.88
1999	615.63	---	---	104.82	103.58
2000	711.58	---	---	101.61	105.69
1996					
1º trimestre	22 541.36	22 992.19	2.00	12.17	68.57
2º trimestre	23 195.43	23 659.34	2.00	11.97	73.58
3º trimestre	26 609.63	27 141.98	2.00	10.49	74.53
4º trimestre	33 147.28	33 839.90	2.09	8.42	68.46
1997					
1º trimestre	36 239.39	38 153.66	5.32	8.13	71.23
2º trimestre ²	578.61	---	---	99.81	102.65
3º trimestre	608.78	---	---	99.01	107.73
4º trimestre	588.37	---	---	101.75	107.95
1998					
Janeiro	608.36	---	---	102.37	102.96
Fevereiro	608.43	---	---	101.98	101.96
Março	612.22	---	---	102.25	101.58
Abril	608.34	---	---	102.59	100.52
Maio	595.19	---	---	103.80	106.34
Junho	601.11	---	---	104.90	107.89
Julho	602.27	---	---	105.13	109.24
Agosto	599.50	---	---	105.45	109.89
Setembro	570.68	---	---	106.96	112.61
Outubro	549.50	---	---	108.00	123.80
Novembro	563.82	---	---	107.22	121.37
Dezembro	560.01	---	---	107.46	108.93
1999					
Janeiro	565.10	---	---	107.19	113.14
Fevereiro	585.36	---	---	105.99	113.35
Março	602.77	---	---	105.04	111.72
Abril	612.83	---	---	104.73	113.09
Maio	617.28	---	---	104.52	99.77
Junho	632.11	---	---	104.05	100.69
Julho	633.84	---	---	104.04	102.27
Agosto	618.69	---	---	104.97	100.97
Setembro	624.75	---	---	104.70	101.03
Outubro	612.08	---	---	105.28	98.07
Novembro	634.15	---	---	104.13	95.07
Dezembro	648.58	---	---	103.52	95.16
2000					
Janeiro	647.86	---	---	103.52	97.42
Fevereiro	665.66	---	---	102.90	99.16
Março	679.34	---	---	102.17	102.71
Abril	693.73	---	---	101.38	110.74
Maio	719.99	---	---	101.33	113.32
Junho	691.52	---	---	102.22	112.11
Julho	698.17	---	---	102.20	114.07
Agosto	725.63	---	---	101.51	102.91
Setembro	752.34	---	---	100.51	104.90
Outubro	767.36	---	---	99.54	104.83
Novembro	766.05	---	---	100.56	100.46
Dezembro	731.35	---	---	101.95	105.57
2001					
Janeiro	701.31	---	---	102.93	104.29
Fevereiro	712.39	---	---	102.58	103.84
Março	721.07	---	---	102.36	---
Abril	737.12	---	---	101.60	---
Maio	749.24	---	---	101.45	---
Junho	697.04	---	---	---	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96. ² Em 2 de Maio de 1997 o peso guineense foi substituído pelo franco CFA (Communauté Financière Africaine) à taxa de GWP 65 / XOF. Os valores do ITCE a partir de Maio de 1997 têm esse mês como base.

MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²
Capital: Maputo
População: 18 700 000 hab.
Moeda: Metical



1. SÍNTESE

O ano de 2000 mostrou-se bastante difícil para a economia moçambicana, com o impacto das piores cheias da última metade de século a agravar a tendência de abrandamento da actividade económica. A exaustão de factores conjunturais de crescimento (restabelecimento das populações e processo de privatizações) vinha já a exercer alguma pressão para o declínio do ritmo de expansão da actividade económica. As cheias vieram demonstrar a vulnerabilidade ainda existente em Moçambique, evidenciando uma limitada capacidade de resposta a choques externos, traduzida em fraquezas e distorções patentes em vários sectores da economia (transportes, telecomunicações e energia).

O ritmo de crescimento do produto interno moçambicano registou uma quebra pronunciada em 2000, quedando-se pelos 1.6% em termos reais. Os impactos negativos mencionados foram atenuados em parte pelo acréscimo de ajuda externa (destinada à recuperação dos efeitos da catástrofe) e pelo aumento das exportações (entrada em funcionamento da fundição de alumínio Mozal).

Para 2001, espera-se o retomar do ritmo elevado de crescimento do PIB (10.4% em termos reais), assente nos picos de produção de alumínio e da actividade de reconstrução. A inflação acelerou em 2000, após as cheias, como reflexo de faltas temporárias de produtos, da expansão monetária e do aumento dos preços internacionais dos produtos petrolíferos. Em 2001, o aumento do nível de preços deve ser contido em torno dos 7% (em termos médios), com recurso ao rigor da política monetária, nomeadamente

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1999	2000 Est.	2001 Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	7.5	1.6	10.4
Inflação (<i>t.v. média</i>)	2.0	11.5	7.0
Massa monetária (<i>t.v. anual</i>)	35.1	42.4	9.2
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-15.9	-11.0	-9.6
Saldo orçamental (% PIB)	-1.5	-5.3	-6.3
Dívida externa (% PIB)	137.9	--	--

através de medidas para o aprofundamento do mercado monetário interbancário.

As contas externas registaram uma evolução positiva em 2000, com as descidas dos défices corrente e comercial. O principal impacto positivo adveio da já referida antecipação da entrada em laboração da Mozal, a qual, com a chegada à produção na capacidade máxima em 2001, possibilitará nova melhoria daqueles saldos externos.

A esfera orçamental denotou uma evolução negativa em 2000, com o défice global a mais que triplicar em percentagem do PIB, face ao ano precedente. A pressão sobre as despesas, que se manterá em 2001, decorre do impacto das cheias, das medidas de combate à pobreza, de ajustamentos salariais na função pública e dos custos de recapitalização de dois bancos comerciais.

Constrangida pelas dificuldades de liquidez daqueles bancos, e condicionada pelo aumento das entradas de fundos externos e pela rigidez no ajustamento das taxas de juro, a política monetária traduziu-se por um crescimento elevado da massa monetária em 2000. A erosão dos rendimentos dos activos em moeda nacional, fez aumentar a apetência por moeda estrangeira (USD), arrastando o metical para uma trajetória de desvalorização, que se acentuou desde os meses das cheias.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ritmo de crescimento real quedou-se pelos 1.6%, aprofundando uma tendência decrescente que se começou a desenhar em 1999. As projecções iniciais para o crescimento do produto apontavam para valores que rondavam os 7% e estimativas elaboradas já após o conhecimento do impacto das cheias, corrigiram este valor para 3.8%.

Este desfecho conjuga a trajectória de abrandamento iniciada em 1999 (reflectindo a exaustão de factores conjunturais de crescimento, como o restabelecimento das populações e o processo de privatizações), com as consequências da ocorrência, em Fevereiro e Março, das maiores cheias dos últimos 50 anos. Esta catástrofe provocou impactos profundos nos sectores agrícola (quebra de cerca de 50% da produção de açúcar, perda estimada de 26% da área cultivada, desaparecimento de 70% do gado bovino), na pequena manufactura e nos serviços, para além da destruição de várias

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

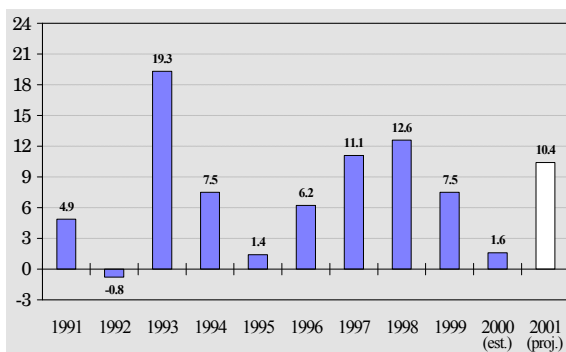
	1998	1999	2000 Est.	2001 Proj.
Sector Primário	30.2	27.9	22.1	--
Sector Secundário	21.5	21.8	23.9	--
Sector Terciário	41.8	45.5	52.2	--
PIBpm	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo	93.2	91.0	92.5	93.7
Privado	10.4	12.3	13.5	--
Público	82.7	78.7	79.0	--
Investimento	24.2	36.7	35.2	27.3
Exportações ⁽¹⁾	10.5	10.1	12.3	15.2
Importações ⁽¹⁾	27.9	37.8	40.0	36.3

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1991 - 2001)

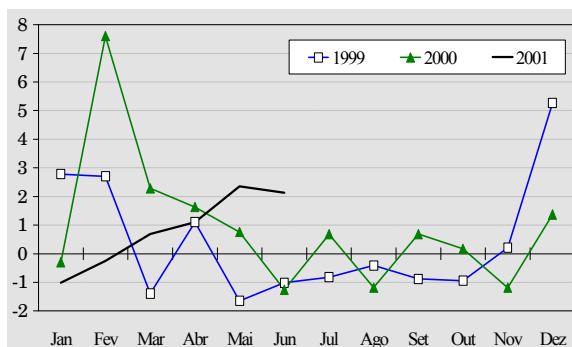
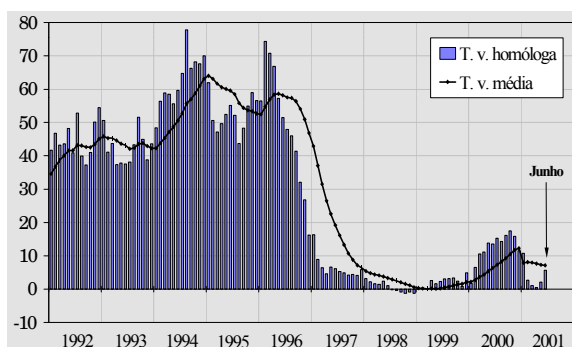
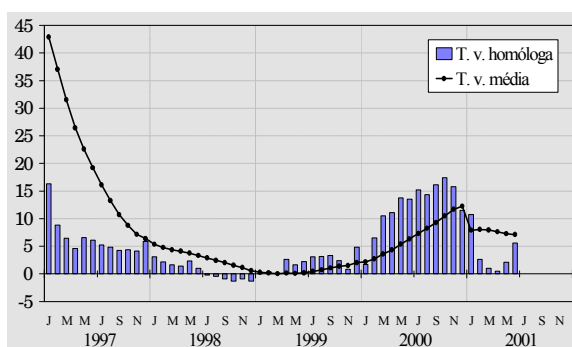
(taxa de variação anual em percentagem)



infra-estruturas. No entanto, são de realçar alguns sinais positivos, como os esforços da comunidade internacional com o intuito de ajudar o país a ultrapassar as dificuldades imprevistas (projecto específico do Banco Mundial e conferência de doadores para financiamento do programa de reconstrução, embora com reclamada morosidade no processo de desembolso dos montantes angariados) e a entrada em fase de produção da fundição de alumínio Mozal em Junho (antecipada em relação ao previsto).

A evolução de 2000 veio demonstrar a vulnerabilidade da economia moçambicana, a qual, apesar do forte crescimento registado no passado recente, evidencia ainda alguma dificuldade de acomodação e resposta a choques externos. Esta evolução veio salientar as distorções e fraquezas de alguns sectores da economia (como os transportes, as telecomunicações ou a energia), com repercussões horizontais a todas as actividades económicas.

Em termos sectoriais, o produto interno prossegue a sua tendência de fortalecimento do peso da indústria e dos serviços, em detrimento da agricultura (quebrando significativamente em 2000, cerca de 10.3% em termos reais). Relativamente à despesa, o

Gráfico II**IPC - Maputo (1999 - 2001)***(variação mensal em percentagem)***Gráfico III****IPC - Maputo (1992 - 2001)***(variação mensal em percentagem)***Gráfico IV****IPC - Maputo (1997 - 2001)***(variação mensal em percentagem)*

impacto das cheias obrigou à contenção do nível do investimento, com a evolução das exportações a ser directamente influenciada pela Mozal. O crescimento das importações é explicado pela desvalorização da moeda nacional, apresentando apenas uma pequena subida quando expressas em USD.

O nível de preços também se ressentiu do efeito das cheias, apresentando variações anormais nos meses de Fevereiro e Março,

com repercussões ao longo de todo o ano (em termos homólogos, o ponto máximo ocorreu em Outubro, com a inflação a chegar aos 17.4%). Para esta evolução concorreram a forte expansão monetária, faltas temporárias de produtos e as subidas dos preços internacionais dos produtos petrolíferos (automaticamente repercutidas internamente).

Para 2001, as estimativas elaboradas pelas autoridades apontam para o retomar de ritmos elevados de crescimento económico (acima dos 10%). Os principais contributos para o relançar da actividade económica estarão na produção em pleno da fundição de alumínio (laborando na sua capacidade máxima) e no pico da actividade de reconstrução relacionada com a recuperação dos efeitos das cheias. Estas previsões integram-se no programa do governo que privilegia a criação de um ambiente favorável ao fortalecimento do sector privado, e onde se apresenta uma estratégia de crescimento que inclui o desenvolvimento da agricultura e da agro-indústria, dos transportes, energia e telecomunicações e da indústria trabalho-intensiva orientada para a exportação.

O nível de inflação regressou aos níveis de antes das cheias no primeiro trimestre de 2001, chegando a 0.5% em Abril (em termos homólogos). Os meses de Maio e Junho voltaram a dar indicações de subida (com a taxa homologa a atingir 5.6%), embora a taxa média continue em trajectória descendente, com as previsões a apontarem para um valor um pouco abaixo dos 6% no final do ano (7% em termos homólogos).

3. CONTAS EXTERNAS

A evolução das contas externas em 2000 foi determinada pelo efeito conjugado das repercussões da destruição causada pelas cheias, com reflexos negativos, e da entrada em funcionamento da fábrica de alumínio Mozal, com impactos positivos. Apesar das quebras registadas em algumas das exportações tradicionais de Moçambique (açúcar, caju e algodão), a balança comercial registou uma melhoria 2.2 p.p., em relação ao seu peso no PIB, em face da antecipação da entrada em produção da Mozal. Este projecto produziu um efeito duplamente positivo na balança comercial, através do crescimento das exportações (a quase totalidade da sua actividade encaminha-se para fora do país) e da redução das importações (a conclusão da fase de investimento acarretou a redução das importações de bens de capital).

Esta melhoria do saldo da conta de mercadorias reflectiu-se na descida do défice corrente, para a qual concorreu ainda o aumento não esperado das transferências oficiais. O saldo corrente chegou assim aos -11% do PIB (melhoria de 4.9 p.p. face a 1999), regressando a níveis próximos dos de 1998, bastante abaixo do programado.

Em termos globais, a balança de pagamentos registou uma evolução negativa, com o défice global a ascender a 10.7% do PIB (+2.7 p.p. que no ano anterior), embora ficando aquém do programado. Para tal contribuíram o decréscimo registado no investimento directo estrangeiro e a forte erosão dos activos de curto prazo dos bancos comerciais. O financiamento ficou totalmente a cargo do alívio da dívida.

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 2000)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

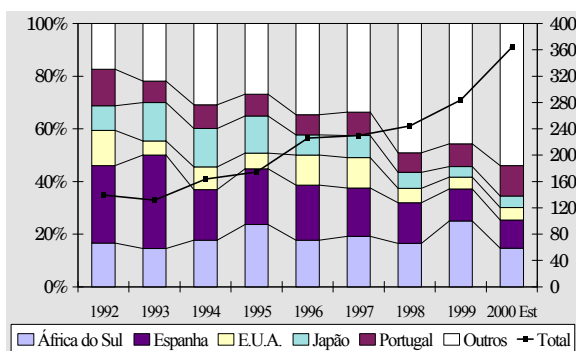
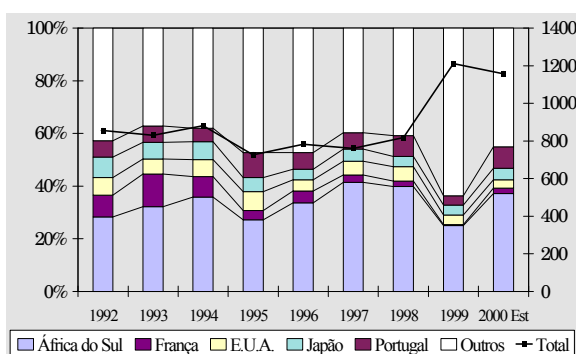


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - 2000)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



Em Março de 2000, Moçambique atingiu o novo ponto de decisão da Iniciativa HIPC (decorrente do seu reforço, em Setembro de 1999), acedendo a um alívio adicional da dívida externa de 254 milhões de USD, em termos de VLA. Em termos globais, esta Iniciativa permitirá reduzir o VLA da dívida externa de Moçambique em 72% do valor de final de 1998 (após a aplicação dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida). No entanto, nem toda esta redução de encargos está garantida, uma vez que as negociações para aplicação das condições previstas na HIPC com os credores bilaterais fora do Clube de Paris prosseguem em ritmo lento e sem resultados à vista. Em relação aos restantes credores a evolução é positiva, beneficiando da assistência intercalar do FMI e do Banco Mundial, para além dos acordos de rescalonamento com os credores do Clube de Paris nos termos de Lyon.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1994 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)

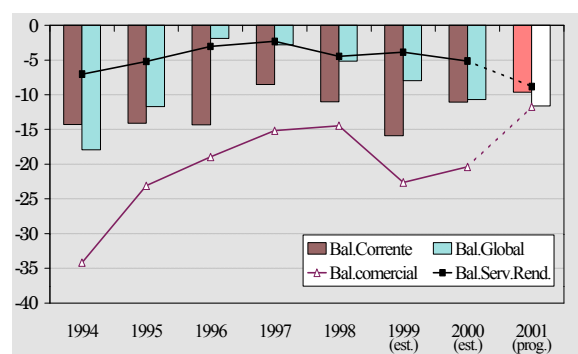
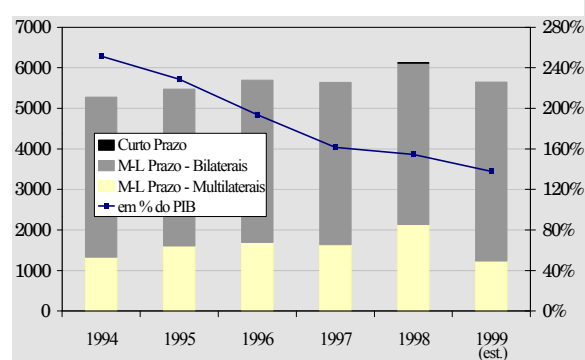


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 1999)

O novo ponto de conclusão é agora "flutuante", estando dependente da implementação de um conjunto de medidas definidas à partida, abrangendo diversas áreas: estratégia de redução de pobreza (elaboração de um *Poverty Reduction Strategy Paper* completo, incluindo a definição dos perfis regionais de pobreza e a reformulação da matriz de política e do enquadramento macro-económico da estratégia); questões sociais (implementação de planos estratégicos para o sector da saúde e para o combate à SIDA, aumento do peso das despesas em educação e saúde); reforma do sector público (publicação das contas trimestrais, reforma do sistema de impostos e reavaliação funcional dos ministérios); e, enquadramento legal (novo código comercial, abertura dos sectores da energia e telecomunicações ao sector privado).

Para 2001, a expansão prevista das exportações (quase duplicação face aos valores finais de 2000, principalmente como reflexo do aumento de produção da fundição de alumínio mas, também, apostando na recuperação de sectores como os do açúcar e do caju), em conjunto com a manutenção do volume de importações, deverá conduzir a uma redução significativa do défice comercial, para 11.7% do PIB (-8.7 p.p. em relação ao final do ano passado). Realce-se a excessiva concentração das exportações moçambicanas num reduzido conjunto de produtos, apesar das recentes diversificações (electricidade e alumínio). A importante melhoria do saldo de mercadorias terá repercussões no saldo corrente, ainda que parcialmente mitigadas pelas evoluções negativas do saldo da balança de serviços e rendimentos e das transferências oficiais. O défice corrente deverá então chegar aos 9.6% do PIB, o que corresponde a uma redução de 1.4 p.p. relativamente a 2000.

A redução substancial do acesso a novos desembolsos de empréstimos privados, e a progressiva descida no volume de investimento directo estrangeiro, deverão concorrer para a deterioração do saldo da balança de capitais e financeira, o qual deverá inclusivamente passar a deficitário (de 0.3% do PIB em 2000, para -2.0% no corrente ano). A balança global tenderá, em conformidade, a sofrer novo agravamento do seu saldo no final de 2001, atingindo -11.6% do PIB (défice superior ao de 2000 em 0.9 p.p.). Mais uma vez, o financiamento deste défice global estará maioritariamente a cargo dos recursos proporcionados pelo alívio de dívida, havendo ainda necessidade de recorrer às reservas oficiais para suprir a restante carência de fundos.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O ano de 2000 foi caracterizado pelo agravamento das contas públicas, com o saldo global a mais do que triplicar o seu peso no PIB, passando de -1.5% em 1999 para -5.3% no final de 2000.

As condicionantes que determinaram este comportamento das finanças públicas foram de vária ordem: (i) o impacto das cheias, que obrigou à revisão do orçamento, trouxe um aumento estimado das despesas totais em 3.3 p.p. do produto, reflectido num crescimento do défice global sem donativos de 2.7 p.p.; (ii) as despesas adicionais induzidas pela Iniciativa HIPC que, na sua nova formulação, obriga à elaboração e implementação de uma estratégia de redução de pobreza, para além de criar a necessidade de introdução de medidas concretas, pré-determinadas, para o país aceder ao ponto de conclusão, (iii) os custos de recapitalização de dois bancos comerciais,

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

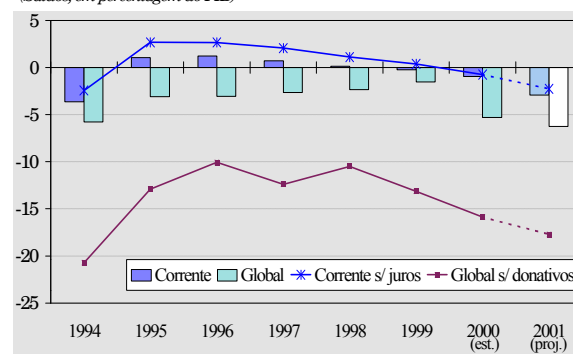
(em percentagem do PIB)

	1999	2000 Est.	2001 Orç.
Donativos	11.6	10.6	11.5
Receitas correntes	12.0	12.7	12.3
Receitas não-tributárias	0.9	1.0	1.1
Receitas tributárias	11.0	11.6	11.2
Imp. s/ rendimento	1.7	1.7	1.7
Imp. s/ consumo	7.0	7.4	7.4
Imp. s/ comércio intern.	2.0	2.2	1.8
Empréstimos Líquidos	0.9	2.5	1.0
Despesas de capital	11.6	12.5	13.8
Despesas correntes	12.2	13.6	15.2
Com o Pessoal	5.8	6.5	7.3
Bens e Serviços	3.7	3.4	4.5
Transferências	2.1	2.7	2.8
Juros programados	0.6	0.2	0.7
Saldo corrente	-0.2	-0.9	-2.9
Saldo global (compromissos)	-1.5	-5.3	-6.3

Gráfico IX

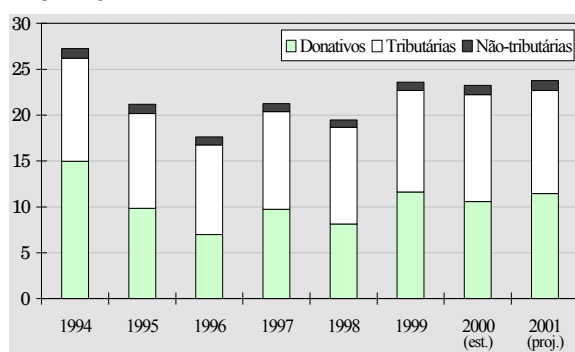
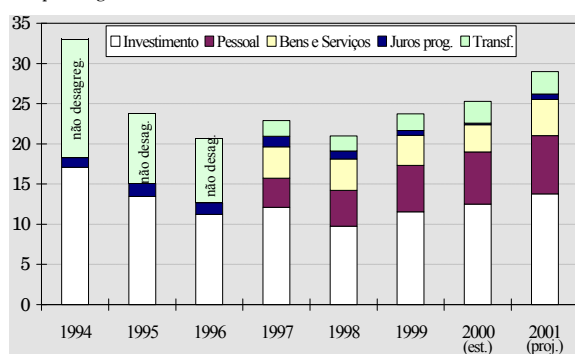
Finanças Públicas (1994 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)



os quais, apesar de parcialmente privatizados em 1995/1996, não solucionaram os problemas com que se deparavam, tendo ultrapassado o rácio de solvabilidade; e, (iv) o crescimento das despesas com o pessoal, no seguimento dos aumentos concedidos aos escalões salariais mais baixos da administração pública. O crescimento das despesas totais acabou por se fixar em 3.5 p.p. em relação ao seu peso no PIB, para o qual concorreram positivamente acréscimos registados nas despesas com o pessoal (+0.7 p.p.), nas despesas de capital (+0.9 p.p.) e nos empréstimos líquidos (+1.6 p.p.).

Ao nível das receitas, apesar do impulso dado pela introdução do IVA, que garante um nível de colecta que acompanha a evolução do consumo (o volume arrecadado de impostos sobre o consumo cresceu 0.4 p.p. em relação ao seu peso no PIB), a rigidez do sistema actual de impostos directos, provocando distorções e erodindo a base fiscal, tem impedido o funcionamento dos estabilizadores automáticos das finanças públicas (aumento da colecta de impostos sobre o rendimento de acordo com o crescimento económico registado). É ainda de referir o comportamento dos impostos sobre o comércio internacional, registando

Gráfico X**Receitas Públicas (1994 - 2001)***(em percentagem do PIB)***Gráfico XI****Despesas Públicas (1994 - 2001)***(em percentagem do PIB)*

uma subida de 0.2 p.p., a que não será estranho o proteccionismo ao sector do açúcar (através de sobretaxas às importações). Note-se que este tipo de medidas tem redundado no aumento do contrabando deste produto, atingindo níveis bastante elevados (estimados em quase metade das necessidades do país).

Embora as autoridades moçambicanas tenham recorrido também ao sistema bancário (ao contrário do que vinha acontecendo mas, ainda assim, em montante inferior ao que se previa, tendo ficado a 65.6% do orçamentado), a principal via de financiamento do défice global continuou a ser o recurso a empréstimos externos, bem patente na quase duplicação do volume de desembolsos face a 1999 (26.1% acima do orçamentado, apesar de neste se prever um défice superior).

O ano de 2001 deverá continuar a ser caracterizado pela pressão sobre as despesas, através de novos reajustamentos salariais na função pública (descompressão salarial e aumento do número de professores e enfermeiros), do arrastamento da solução de recapitalização de um dos bancos em dificuldades (os custos totais deste processo a suportar pelo governo estão estimados em cerca de 2.9% do PIB, distribuídos entre 2000 e 2001), da continuação do processo de reconstrução das infra-estruturas danificadas e ainda pela necessidade de cumprir as metas estabelecidas no âmbito da Iniciativa HIPC para aceder ao ponto de conclusão ainda em 2001 (como é objectivo das autoridades nacionais). Em termos orçamentais, estas tendências traduzem-se pelo crescimento das despesas com o pessoal (+0.8 p.p. em percentagem do PIB), das despesas com bens e serviços (+1.1 p.p.) e o reforço das despesas de capital (+1.3 p.p.).

Do lado das receitas, a arrecadação de impostos deverá reduzir o seu peso no PIB, como resultado da retracção do volume colectado de impostos sobre o comércio internacional (-0.4 p.p.). As principais reformas do sistema fiscal irão sendo aplicadas ao longo do ano, embora as suas repercussões só venham a ter significado em 2002. Espera-se também que os donativos sejam reforçados em 2001, aumentando o grau de dependência externa das despesas orçamentais (o peso dos donativos e financiamento externo no total das despesas deverá passar de 49.4% para 51.6%). O défice global sofrerá novo e substancial aumento, chegando aos 6.3% do PIB, decorrente sobretudo do agravamento do saldo corrente (de -0.9% para -2.9%).

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

As dificuldades em controlar a massa monetária foram evidentes ao longo de 2000, face às pressões exercidas pelo aumento das entradas de fundos externos (ajuda à recuperação das cheias) e pela rigidez no ajustamento das taxas de juro (permitindo a expansão do crédito interno), para além dos constrangimentos infligidos pelos problemas de liquidez e solvência de dois importantes bancos comerciais. A massa monetária atingiu em 2000 um crescimento de 42.4%, muito acima da programação inicial (que apontava para um aumento de 11.4%) e da programação revista no decorrer do ano (antevendo 34%), embora já reflectindo, de modo limitado, as alterações de política progressivamente introduzidas com o intuito de combater aquela evolução (aumentos do coeficiente de reservas de caixa e ajustamentos nos mecanismos de intervenção no mercado monetário, induzindo uma gestão de liquidez mais activa entre os bancos comerciais).

Os principais impactos expansionistas sobre a massa monetária resultaram das evoluções dos activos líquidos sobre o exterior (aumento nominal de 500%, correspondente a um impacto expansionista de 30.8% sobre a liquidez em relação ao valor da massa monetária no início do ano) e do crédito à economia (incremento de 30.1%, para um impacto de 22.3%). É ainda de realçar o comportamento das rubricas relativas ao sector público administrativo, com o forte crescimento do crédito concedido (+315.7% face a 2000) e a acumulação de depósitos do Estado no sistema bancário (+78.4%).

Gráfico XII

Factores de Variação da Liquidez (1996-2001)

(variações em % do stock inicial da massa monetária)

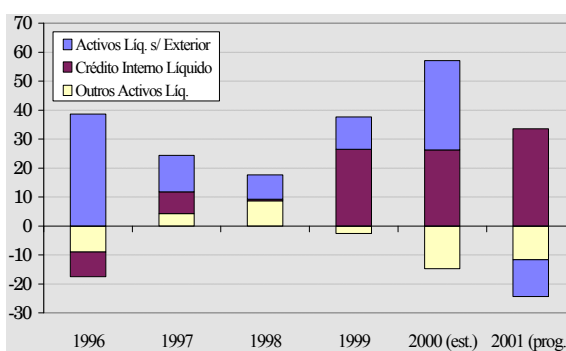
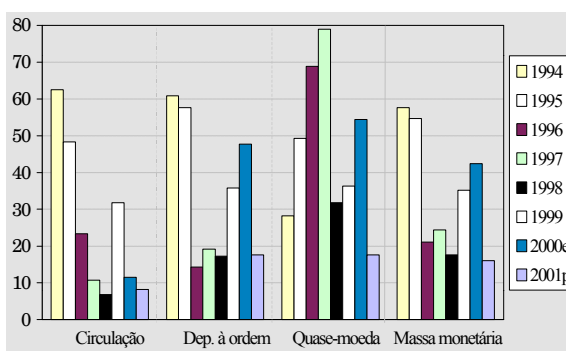


Gráfico XIII

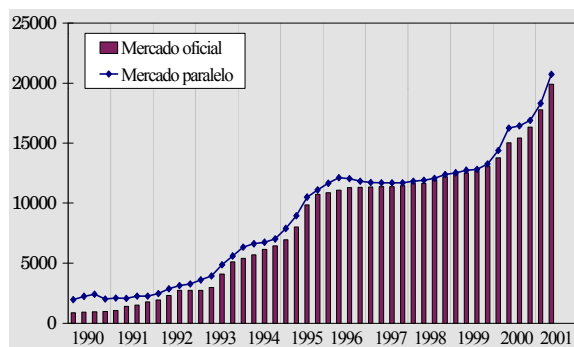
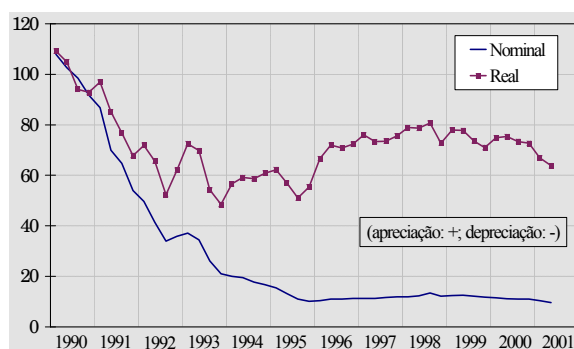
Meios de Pagamento (1994 - 2001)

(taxas de variação homóloga)



A forte expansão monetária acabou por ter reflexos na inflação, erodindo o rendimento proporcionado pelos activos denominados em moeda nacional e reduzindo a procura de moeda nacional como reserva de valor. Este efeito pode ser verificado pela contínua quebra do peso da circulação na massa monetária (algo pronunciada em 2000) e no crescente peso dos depósitos em moeda estrangeira nos depósitos totais (no final de 2000 este rácio chegava quase aos 50%, com tendência para continuar a aumentar).

Refira-se a este propósito a necessidade sentida pelas autoridades em alterar esta evolução, tendo levado o banco central a montar uma campanha de sensibilização para o uso da moeda nacional em vários órgãos de informação.

Gráfico XIV**Taxa de Câmbio MZMUSD (1990 - 2001)***(médias trimestrais)***Gráfico XV****Taxa de Câmbio Efectiva (1990 - 2001)***(índices base 100: 1990, médias trimestrais)*

O metical depreciou-se durante o ano face ao USD, caindo apenas moderadamente em termos nominais efectivos em resultado da fraqueza relativa do euro e do rand sul-africano. Em termos reais, e como resultado da subida da inflação, o metical sofreu alguma apreciação até metade do ano.

Durante 2000, ressurgiu com alguma importância o diferencial entre as taxas de câmbio praticadas nos mercados oficial e paralelo, devido à preferência por moeda estrangeira neste período e a alguma falta relativamente ao seu fornecimento. A alteração, em Outubro de 2000, do modo de funcionamento e informação sobre o mercado cambial pelo banco central (aproximando a taxa publicada às transacções médias do mercado e usando

essa taxa nas suas operações com os bancos comerciais), veio estreitar esse diferencial.

Em termos programáticos, os principais objectivos da política monetária para 2001 prendem-se com a necessidade de condicionar o crescimento dos preços, através do abrandamento da expansão monetária, tentando simultaneamente restabelecer a solidez do sistema bancário. Estas metas estão consubstanciadas na previsão de aumento da massa monetária de 9.2% no final de 2001, mantendo a capacidade de satisfação da procura de crédito por parte do sector privado e reduzindo a posição externa líquida e o crédito líquido ao SPA.

O Banco de Moçambique procurou dinamizar o mercado monetário interbancário, introduzindo alterações ao seu funcionamento. Entre as medidas tomadas destacam-se as seguintes: a determinação dos montantes oferecidos de Bilhetes do Tesouro (passou a estar directamente ligado aos objectivos de política monetária, permitindo variações mais amplas das taxas de juro); a redução dos períodos de apuramento e constituição de reservas de caixa e aumento do seu coeficiente para 11.5%. Foi ainda alargado o número de instituições autorizadas a aceder ao mercado interbancário.

Estas medidas de aprofundamento do mercado monetário interbancário, a par do progressivo desenvolvimento do sistema financeiro, deverão produzir os seus efeitos já ao longo do ano, traduzindo-se numa contenção do ritmo de crescimento dos preços.

Anexo Estatístico

MOÇAMBIQUE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2001

	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Prog.	2000 Est.	2001 Proj.
<i>(variação anual em percentagem)</i>								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB real ³	1.4	6.2	11.1	12.6	7.5	7.0	1.6	10.4
I. P. Consumidor (fim de período)	56.5	16.2	5.9	-1.3	4.8	8.0	11.5	7.0
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	6.3	29.7	1.7	6.3	16.0	-11.7	28.3	88.1
Importações c.i.f. (em USD)	-17.5	7.6	-2.9	7.5	48.2	-9.6	-4.4	1.7
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	58.2	44.2	31.8	16.1	16.6	19.7	20.4	13.5
Donativos	12.5	9.6	69.4	-1.6	58.1	-21.6	3.3	26.8
Despesas totais	25.9	31.3	40.6	7.6	27.2	16.6	29.1	23.0
Défice global (c/ donativos)	-8.5	53.4	5.0	4.9	-28.3	282.8	293.2	38.4
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	-11.6	-58.3	148.0	5.9	290.2	78.3	100.0	90.6
Sector público administrativo (líq.)	-103.4	-80.2	-43.0	-27.1	5.3	14.6	8.5	49.4
Economia	48.2	40.6	51.9	24.2	29.7	18.5	30.1	27.2
Massa monetária (M2)	54.7	21.1	24.4	17.6	35.1	11.4	42.4	9.2
<i>(em percentagem do PIB ³)</i>								
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL								
Excluindo donativos	-12.9	-10.1	-12.4	-10.5	-13.2	-12.5	-15.9	-17.7
Incluindo donativos	-3.1	-3.1	-2.6	-2.4	-1.5	-4.9	-5.3	-6.3
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	--	21.8	20.6	24.2	36.7	26.6	35.2	27.3
SALDO DA BALANÇA CORRENTE								
Excluindo transferências oficiais	-28.3	-22.0	-17.5	-18.9	-26.5	-26.2	-25.5	-20.5
Incluindo transferências oficiais	-14.1	-14.3	-8.5	-11.0	-15.9	-17.6	-11.0	-9.6
<i>(nas unidades definidas)</i>								
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	8 889.8	11 139.7	11 394.6	11 853.4	12 673.3	14 503.0	15 140.9	21 004.4 ⁴
ITCE real (base 100: 1990) ¹	55.8	70.2	74.6	77.4	75.0	--	74.0	63.1 ⁴
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	5 471.6	5 691.6	5 643.1	6 120.7	5 647.7	--	--	--
Em % das exportações de bens e serviços	1 883.9	1 592.2	1 425.7	1 473.7	1 361.8	--	--	--
Em % do PIB	228.7	193.8	161.5	154.7	137.9	--	--	--
Serviço da dívida em % das exportações ²								
antes do alívio	140.4	92.7	88.0	99.4	128.5	--	117.3	91.5
depois do alívio	74.0	47.4	19.2	20.1	15.3	9.1	4.4	5.8
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %)	34.0	35.6	11.1	8.9	8.9	--	11.7	13.2 ⁵

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -); ² Exportações de bens e serviços; ³ As contas nacionais foram revistas (com base nos critérios internacionalmente aceites), daí tendo resultado estimativas superiores para o PIB e uma decomposição diferente do mesmo; ⁴ Valores apurados em Junho; ⁵ Valor apurado em Maio.

MOÇAMBIQUE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1995 - 2001

(preços correntes, em mil milhões de MZM)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Est.	2001 Proj.
Sector primário	6 991	11 284	13 585	14 177	14 486	13 024	
Agricultura e pecuária	6 006	9 973	12 019	12 758	13 182	11 856	
Pesca	985	1 311	1 566	1 419	1 304	1 168	
Sector secundário	2 923	5 228	6 958	10 094	11 319	14 072	
Indústria extractiva	55	78	124	143	77	124	
Indústria transformadora	1 530	2 832	3 847	5 163	5 733	6 058	
Electricidade e água	66	155	328	880	1 538	1 385	
Construção	1 272	2 163	2 659	3 908	3 971	6 505	
Sector terciário	10 136	14 334	16 738	19 599	23 646	30 768	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	20 050	30 846	37 281	43 870	49 451	57 864	
Impostos indirectos	1 222	1 872	2 538	3 042	2 464	1 032	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	21 272	32 718	39 819	46 912	51 915	58 896	68 939
Consumo	22 484	33 317	39 390	43 714	47 226	54 496	64 615
Público	2 011	2 625	3 655	4 898	6 367	7 965	
Privado	20 473	30 692	35 735	38 816	40 859	46 531	
Investimento	6 334	7 141	8 194	11 360	19 041	20 729	18 820
Público		3 920	4 610	5 170	5 702	8 728	9 031
Privado		3 221	3 584	6 190	13 339	12 001	9 789
Procura interna	28 818	40 458	47 584	55 074	66 267	75 225	83 436
Exportações de bens e serviços	2 582	3 982	4 510	4 923	5 256	7 248	10 512
Procura global	31 400	44 440	52 094	59 997	71 523	82 473	93 948
Importações de bens e serviços	10 129	11 722	12 275	13 085	19 607	23 577	25 009
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	-1 212.0	-599.0	429.0	3 198.0	4 689.0	4 400.0	4 323.6
PIBpm nominal (milhões de USD)	2 392.9	2 937.1	3 494.6	3 957.7	4 096.4	3 889.9	4 197.0
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	69.0	44.8	9.5	4.6	2.9	11.7	6.0
PIBpm nominal (variação anual em %)	71.4	53.8	21.7	17.8	10.7	13.4	17.1
PIBpm real (variação anual em %)	1.4	6.2	11.1	12.6	7.5	1.6	10.4

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Nota: as contas nacionais foram revistas (com base nos critérios internacionalmente aceites), daí tendo resultado estimativas superiores para o PIB e uma decomposição diferente do mesmo.

MOÇAMBIQUE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2001

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	5.37	47.10	47.10	--
1991	Dezembro	2.47	35.21	35.21	33.26
1992	Dezembro	5.46	54.50	54.50	45.08
1993	Dezembro	9.15	43.64	43.64	42.25
1994	Dezembro	10.77	70.07	70.07	63.11
1995	Dezembro	9.10	56.55	56.55	52.67
1996	Dezembro	0.00	16.24	16.24	46.85
1997	Dezembro	1.68	5.86	5.86	6.39
1998	Dezembro	1.27	-1.29	-1.29	0.56
1999	Janeiro	2.78	2.78	0.05	0.31
	Fevereiro	2.70	5.56	0.35	0.15
	Março	-1.39	4.09	0.10	0.02
	Abril	1.11	5.24	2.61	0.13
	Maio	-1.64	3.51	1.65	0.07
	Junho	-1.01	2.46	2.25	0.17
	Julho	-0.82	1.63	3.09	0.44
	Agosto	-0.41	1.21	3.15	0.73
	Setembro	-0.88	0.31	3.35	1.08
	Outubro	-0.94	-0.63	2.38	1.38
	Novembro	0.21	-0.42	0.85	1.52
	Dezembro	5.27	4.82	4.82	2.03
2000	Janeiro	-0.30	-0.30	1.68	2.17
	Fevereiro	7.60	7.28	6.53	2.71
	Março	2.28	9.73	10.50	3.61
	Abril	1.63	11.52	11.07	4.34
	Maio	0.76	12.36	13.79	5.37
	Junho	-1.26	10.95	13.51	6.32
	Julho	0.68	11.70	15.22	7.33
	Agosto	-1.18	10.39	14.33	8.24
	Setembro	0.68	11.14	16.14	9.28
	Outubro	0.17	11.33	17.44	10.49
	Novembro	-1.18	10.01	15.80	11.70
	Dezembro	1.37	11.52	11.52	12.24
2001	Janeiro	-1.01	-1.01	10.72	7.90
	Fevereiro	-0.26	-1.27	2.63	8.05
	Março	0.68	-0.59	1.03	7.94
	Abril	1.10	0.51	0.51	7.63
	Maio	2.35	2.87	2.10	7.28
	Junho	2.13	5.07	5.60	7.11

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. A partir de 2000, foi alterada a base de cálculo do IPC (para 1998) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

MOÇAMBIQUE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1995 - 2001

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Prog.Rev.	2000 Est.	2001 Prog.	2001 Trim. I
Balança Corrente	-337.6	-420.5	-297.9	-435.8	-651.7	-689.7	-429.2	-403.2	-72.5
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-676.8</i>	<i>-645.2</i>	<i>-610.8</i>	<i>-749.0</i>	<i>-1 085.7</i>	<i>-1 119.0</i>	<i>-993.1</i>	<i>-861.8</i>	<i>-185.1</i>
Balança comercial	-552.7	-556.5	-530.0	-572.7	-927.3	-848.4	-793.3	-492.1	-142.5
Exportações (f.o.b.)	174.3	226.1	230.0	244.6	283.8	312.6	364.0	684.6	135.9
Importações (c.i.f.)	-727.0	-782.6	-760.0	-817.3	-1 211.1	-1 161.0	-1 157.2	-1 176.7	-278.5
das quais: Programas especiais ¹	-14.5	-10.0	-15.3	-87.3	-514.4	--	176.5	--	32.4
Balança de serviços e rendimentos	-124.1	-88.7	-80.8	-176.3	-158.4	-270.6	-199.8	-369.7	-42.6
Créditos	291.7	314.2	342.3	332.5	355.5	362.5	405.1	353.6	84.2
Débitos	-415.8	-402.9	-423.1	-508.8	-513.9	-633.1	-604.9	-723.3	-126.8
dos quais: Juros programados ²	-144.2	-146.4	-147.4	-163.3	-120.1	-231.4	-191.0	-222.8	-44.6
Transferências unilaterais ³	339.2	224.7	312.9	313.2	434.0	429.3	563.9	458.6	112.7
Transferências oficiais	339.2	224.7	312.9	313.2	434.0	429.3	563.9	458.6	112.7
das quais: Programas especiais ¹	14.5	10.0	15.3	--	--	59.9	--	177.9	--
Transferências privadas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança de Capitais e Financeira	58.0	365.3	200.3	231.4	325.3	211.8	12.7	-84.5	-93.1
Endividamento	18.8	162.5	116.4	50.1	58.9	185.4	113.1	-144.5	-67.5
Desembolsos	282.3	347.4	317.4	299.5	472.0	548.3	483.9	218.2	47.1
dos quais: Empréstimos privados ⁴	47.6	76.3	90.0	81.4	360.3	430.4	322.1	39.6	28.3
Amortizações programadas	-263.5	-184.9	-201.0	-249.4	-413.0	-362.9	-370.7	-362.7	-114.6
Investimento directo estrangeiro (líq.)	45.0	72.5	64.4	212.7	381.7	57.4	139.2	60.0	5.4
Capitais de Curto Prazo, erros e omissões	-5.8	130.3	19.5	-31.4	-115.3	-31.0	-239.6	0.0	-31.0
Balança Global	-279.6	-55.2	-97.6	-204.4	-326.3	-477.9	-416.5	-487.7	-165.6
Financiamento	279.6	55.2	97.6	204.4	326.3	477.9	416.5	487.7	165.6
Varição das reservas oficiais	-30.7	-172.4	-148.1	-77.2	-46.9	0.0	-45.7	60.0	18.5
Varição de atrasados (redução: -)	189.4	-61.5	-3 932.2	20.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida	120.9	289.1	4 177.9	261.2	373.2	477.9	462.2	427.7	147.1
Diferencial de Financiamento ⁵	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Desmobilização e reintegração de militares, eleições, realojamento e desminagem entre 1995 e 1997; Ajuda à reconstrução das cheias em 2000 e 2001; ² Excluindo Cahora Bassa; ³ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; ⁴ Sem garantia do Estado; ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

MOÇAMBIQUE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Est.	1990 a 2000
África do Sul ¹		8.7	16.5	14.5	17.7	23.7	17.7	19.1	16.4	25.0	14.7	16.7
Espanha	17.9	29.2	29.5	35.6	19.2	21.1	20.9	18.4	15.5	12.2	10.7	19.0
E.U.A.	11.5	13.2	13.4	5.3	8.6	5.9	11.4	11.4	5.5	4.4	4.7	8.1
Japão	10.4	12.1	9.4	14.6	14.6	14.2	7.6	8.4	6.0	4.1	4.3	8.6
Portugal	5.6	9.1	13.8	8.1	9.1	8.2	7.7	8.9	7.4	8.6	11.6	9.1
Zimbabwe ¹		5.8	5.9	2.7	4.6	4.7	4.2	4.1	17.6	18.5	17.7	9.6
Outros	54.6	21.9	11.5	19.2	26.2	22.2	30.5	29.6	31.5	27.2	36.2	28.9
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os valores relativos a 1990 estão diluídos na rubrica Outros (entre 1991 e 2000, a África do Sul alcançou uma quota média de 17.7%, enquanto o Zimbabwe registava 10.2%).

MOÇAMBIQUE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Est.	1990 a 2000
África do Sul ¹		24.3	27.6	31.8	35.4	25.9	33.2	40.9	39.5	24.9	36.8	30.9
Alemanha	4.9	6.0	4.0	3.4	3.0	3.3	2.6	2.4	1.1	0.5	0.8	2.5
Espanha	1.7	1.8	2.4	1.3	1.2	5.0	1.3	1.3	0.8	0.2	0.9	1.4
E.U.A.	3.6	10.3	6.5	5.6	6.4	6.9	4.2	5.2	5.3	3.7	3.1	5.2
França	12.8	7.3	8.1	12.2	7.7	3.3	4.4	2.7	2.1	0.4	2.1	4.6
Itália	6.8	13.3	3.0	3.8	3.0	3.3	4.2	1.8	1.0	1.2	1.5	3.3
Japão	5.9	2.9	7.6	6.3	6.7	5.1	4.0	4.5	3.9	3.7	4.4	4.7
Portugal	7.3	4.0	6.1	6.1	5.0	9.0	6.3	6.1	7.9	3.5	8.0	6.4
Reino Unido	8.2	4.4	9.1	5.6	8.4	3.6	2.3	2.1	2.0	1.1	1.5	3.6
Zimbabwe	1.1	1.2	2.6	3.0	3.1	4.2	3.9	2.3	2.3	1.7	0.4	2.2
Outros	47.7	24.5	23.0	20.9	20.1	30.4	33.6	30.6	34.0	59.1	40.6	35.2
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ O valor relativo a 1990 está diluído na rubrica Outros (entre 1991 e 2000, a África do Sul alcançou uma quota média de 32.7%).

MOÇAMBIQUE - Quadro 7

Dívida Externa, 1995 - 2001

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998	1999 ² Est.	2000 Est.	2001 Prog.
Dívida de médio ou longo prazo ¹	5 471.6	5 691.6	5 643.1	6 111.0	5 647.7		
Credores multilaterais	1 607.5	1 692.3	1 636.7	2 133.5	1 232.3		
Credores bilaterais	3 864.1	3 999.3	4 006.4	3 977.5	4 415.4		
Países da OCDE	1 958.6	2 001.3	2 011.5	2 041.4	2 736.3		
Países da OPEP	461.5	454.2	455.3	657.2	538.7		
Países da Europa de Leste	982.9	1 044.2	1 046.1	191.1	145.3		
Outros países	461.1	499.6	493.5	1 087.8	995.1		
Dívida de curto prazo	--	--	--	9.7	--		
Dívida Externa Total	5 471.6	5 691.6	5 643.1	6 120.7	5 647.7		
Serviço da dívida de m/l prazo programado	407.7	331.3	348.4	412.7	533.1	561.7	585.5
Capital	263.5	184.9	201.0	249.4	413.0	370.7	362.7
Juros	144.2	146.4	147.4	163.3	120.1	191.0	222.8
(em % das exportações de bens e serviços)							
Dívida externa total	1 883.9	1 592.2	1 425.7	1 473.7	1 361.8		
Serviço da dívida de m/l prazo programado							
Antes do alívio	140.4	92.7	88.0	99.4	128.5	117.3	91.5
Depois do alívio	74.0	47.4	19.2	20.1	15.3	4.4	5.8
(em % do PIB)							
Dívida externa total	228.7	193.8	161.5	154.7	137.9		

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Excluindo a dívida para com Portugal relativa a Cahora-Bassa e a dívida militar para com a Rússia.

² Assumindo o alívio previsto no contexto da Iniciativa HIPC (redução do stock).

MOÇAMBIQUE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2001

(em mil milhões de MZM)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Org.Rev.	2000 Est.	<i>g.e.</i> ¹	2001 Proj.	2001 Trim. I
1. Receitas Totais ⁵	4 503	5 770	8 468	9 142	12 242	13 663	13 710	100.3	16 386	4 266
1.1. Receitas correntes	2 413	3 479	4 586	5 324	6 207	7 471	7 463	99.9	8 481	2 164
Receitas não-tributárias	211	286	351	392	474	613	606	98.9	737	265
Receitas tributárias	2 202	3 193	4 234	4 932	5 734	6 858	6 857	100.0	7 744	1 778
Impostos sobre o rendimento	400	633	879	963	867	1 037	1 008	97.2	1 145	246
Impostos sobre o consumo	1 153	1 727	2 388	2 882	3 638	4 419	4 331	98.0	5 091	1 173
dq: Produtos petrolíferos	195	334	627	750	--	--	--	--	--	--
Impostos s/ comércio internacional	579	693	813	937	1 046	1 165	1 297	111.3	1 212	313
Outros impostos	70	140	154	150	183	237	221	93.2	296	46
1.2. Donativos	2 090	2 291	3 882	3 818	6 035	6 192	6 236	100.7	7 905	2 102
2. Despesas Totais ⁶	5 157	6 773	9 521	10 247	13 035	17 281	16 827	97.4	20 700	4 982
2.1. Despesas correntes ⁷	2 188	3 077	4 295	5 268	6 332	8 023	8 021	100.0	10 502	2 519
Despesas com o pessoal	--	--	1 445	2 097	2 995	3 736	3 844	102.9	5 002	849
Bens e serviços	--	--	1 547	1 834	1 928	2 502	1 976	79.0	3 105	625
Transferências	--	--	773	874	1 085	1 664	1 608	96.6	1 939	428
Juros da dívida programados	344	473	530	463	324	121	118	97.5	456	21
2.2. Despesas de Capital	2 863	3 669	4 816	4 575	6 001	7 862	7 356	93.6	9 495	2 128
Financiamento Interno	595	778	742	993	1 765	2 666	--	--	2 919	--
Financiamento Externo	2 268	2 891	4 074	3 582	4 236	5 196	--	--	6 576	--
2.3. Empréstimos Líquidos	106	27	410	298	482	1 229	1 450	118.0	703	335
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	225	402	290	56	-125	-552	-558	--	-2 021	-355
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-2 744	-3 295	-4 936	-4 923	-6 828	-9 810	-9 353	--	-12 219	-2 818
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-654	-1 004	-1 054	-1 105	-793	-3 618	-3 117	--	-4 314	-716
6. Financiamento	654	1 004	1 054	1 105	793	3 618	2 954	--	4 314	549
6.1. Interno (líq.) ²	-162	-374	-1 275	-1 067	-117	1 469	963	65.6	1 546	231
dq: Sistema bancário	-137	-433	-1 298	-1 067	-177	1 469	963	--	1 546	231
6.2. Externo (líq.) ³	816	1 377	2 329	2 172	911	2 149	1 991	92.6	2 768	318
dq: Desembolsos	1 097	1 745	2 752	2 671	1 394	1 803	2 273	126.1	2 930	393
dq: Amortizações efectivas	281	368	423	499	483	285	282	98.9	636	75
7. Diferencial de Financiamento ⁴	0	0	0	0	0	0	-163	--	0	-167

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Inclui receitas de privatizações em 1996 e 1997; ³ Inclui transferências por conta da Iniciativa HIPC em 2000 e 2001 ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento ⁵ Inclui receitas não discriminadas ⁶ Inclui despesas não discriminadas ⁷ Inclui outras despesas correntes.

MOÇAMBIQUE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1995 - 2001

(em mil milhões de MZM)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Prog.Rev.	2000 Est.	2000/1999 (em %)		2001 Prog.	2001 Março
								(1)	(2)		
Activos Líquidos s/ Exterior	-3 519	-1 619	-869	-253	725	1 792	4 350	500.0	30.8	2 213	3 727
Banco Central	-5 756	-3 805	-2 653	-1 973	-1 384	-1 656	-99	-92.8	10.9	-2 825	-258
Bancos Comerciais	2 237	2 186	1 784	1 720	2 109	3 448	4 449	111.0	19.9	5 038	3 985
Crédito Interno Total	726	303	751	796	3 104	7 675	6 207	100.0	26.3	11 831	6 930
Crédito líquido ao S.P.A.	-1 810	-3 262	-4 664	-5 929	-5 616	-4 147	-5 137	8.5	4.1	-2 601	-4 795
Crédito concedido	665	565	474	93	390	--	1 619	315.7	10.4	--	2 411
Depósitos	-982	-1 313	-1 861	-1 744	-1 776	--	-3 168	78.4	11.8	--	-3 961
Em moeda nacional	-768	--	-1 540	-1 395	-1 381	--	-2 734	97.9	11.5	--	-3 483
Em moeda estrangeira	-214	--	-322	-349	-395	--	-435	10.0	0.3	--	-479
Fundos consignados	-1 493	-2 514	-3 277	-4 278	-4 229	--	-3 588	-15.2	-5.4	--	-3 244
Crédito à economia	2 536	3 565	5 415	6 725	8 720	11 822	11 344	30.1	22.3	14 432	11 726
Em moeda nacional	2 408	2 925	3 989	4 806	5 786	--	6 993	20.9	10.2	--	7 295
Em moeda estrangeira	128	640	1 426	1 918	2 934	--	4 350	48.3	12.0	--	4 431
Total do Activo	-2 793	-1 316	-118	543	3 829	9 467	10 557	175.7	--	14 044	10 658
Massa Monetária (M2)	4 920	5 958	7 414	8 720	11 785	15 791	16 779	42.4	42.4	18 318	17 637
Circulação monetária	1 130	1 394	1 544	1 650	2 174	2 708	2 425	11.6	--	2 931	2 419
Depósitos à ordem	3 363	3 843	4 579	5 370	7 293	9 928	10 775	47.7	--	11 676	11 358
Quase-moeda	427	721	1 290	1 701	2 318	3 155	3 579	54.4	--	3 711	3 859
Outras Rubricas (líq.)	-7 713	-7 274	-7 531	-8 177	-7 956	-6 324	-6 222	21.8	14.7	-4 274	-6 979
dq: Contrapartida de flutuações cambiais	-8 273	-8 625	-7 090	-7 452	-7 625	--	-8 401	-10.2	-6.6	--	-8 480
Total do Passivo	-2 793	-1 316	-118	543	3 829	9 467	10 557	175.7	--	14 044	10 658

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

MOÇAMBIQUE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1995 - 2001

(taxas anuais)

	1995 Dez.	1996 Dez.	1997 Dez.	1998 Dez.	1999 Dez.	2000 Dez.	2001 Maio
Depósitos							
Depósitos à ordem							
Depósitos a prazo							
Até 90 dias							
91-180 dias	37.3	20.3	10.0	7.9	7.9	10.8	13.5
181-365 dias	34.0	35.6	11.1	8.9	8.9	11.7	13.2
1-2 anos	36.1	28.2	12.2	9.6	9.6	11.8	11.9
Mais de 2 anos	32.5	32.5					
Crédito ¹							
Até 180 dias	42.5	42.3					25.3
181-365 dias	43.7	44.3	26.3-32.8	24.1-29.9	22.1-29.1	21.8-28.1	25.2
1-2 anos	43.7	45.1					24.6
Mais de 2 anos	45.6	41.7					24.3
Taxas de Referência							
Redesconto	57.8	32.0	15.0	10.0	10.0	10.0	10.0
Bilhetes do Tesouro (91 dias)							
MMI sem garantia (Até 7 dias)				9.9	9.8		
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	56.5	16.2	5.9	-1.3	4.8	11.5	2.1

Fonte: Banco de Moçambique.

¹ O rápido desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano dificultou uma adequada apreensão das taxas activas praticadas para diferentes prazos, pelo que o Banco de Moçambique optou, entre 1997 e 2000, por divulgar apenas as taxas observadas para o prazo em causa (das quais acima se apresentam os respectivos níveis mínimo e máximo).

MOÇAMBIQUE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2001

(taxas médias)

	MZM/USD			Diferenciais (%)		ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	(base 100: 1990) Nominal	Real
1990	929.0	2 154.5	--	131.92	--	100.00	100.00
1991	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08	35.49	66.71	79.74
1992	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87	4.60	39.39	62.15
1993	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88	3.85	28.02	58.71
1994	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85	2.04	18.37	59.02
1995	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12	1.50	12.06	55.84
1996	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91	1.38	10.86	70.25
1997	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75	1.33	11.47	74.64
1998	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71	-0.03	12.39	77.40
1999	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35	0.13	12.19	74.99
2000	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65	0.75	11.13	73.98
1997							
1ºtrimestre	11 354.3	11 733.3	11 512.3	3.34	1.39	11.29	76.00
2ºtrimestre	11 382.0	11 700.0	11 529.0	2.79	1.29	11.24	73.33
3ºtrimestre	11 388.0	11 700.0	11 561.3	2.74	1.52	11.57	73.55
4ºtrimestre	11 454.0	11 700.0	11 579.7	2.15	1.10	11.80	75.64
1998							
1ºtrimestre	11 638.3	11 833.3	11 637.7	1.68	-0.01	11.91	78.94
2ºtrimestre	11 646.7	11 916.7	11 664.7	2.32	0.15	12.29	78.61
3ºtrimestre	11 932.7	12 079.3	11 922.7	1.23	-0.08	13.40	80.68
4ºtrimestre	12 196.0	12 393.3	12 176.0	1.62	-0.16	12.17	72.75
1999							
Janeiro	12 392.0	12 500.0	12 366.0	0.87	-0.21	12.17	75.52
Fevereiro	12 409.0	12 500.0	12 384.0	0.73	-0.20	12.41	79.14
Março	12 437.0	12 600.0	12 415.0	1.31	-0.18	12.59	79.05
Abril	12 487.0	12 740.0	12 458.0	2.03	-0.23	12.47	78.86
Maio	12 524.0	12 750.0	12 496.0	1.80	-0.22	12.55	78.15
Junho	12 565.0	12 750.0	12 544.0	1.47	-0.17	12.41	76.23
Julho	12 640.0	12 750.0	12 656.0	0.87	0.13	12.35	75.24
Agosto	12 693.0	12 800.0	12 771.9	0.84	0.62	12.20	74.13
Setembro	12 796.0	12 920.0	12 864.4	0.97	0.53	11.93	71.63
Outubro	12 934.0	13 012.5	12 972.0	0.61	0.29	11.81	70.08
Novembro	13 032.0	13 120.0	13 097.0	0.68	0.50	11.79	70.01
Dezembro	13 170.0	13 690.0	13 249.0	3.95	0.60	11.68	72.89
2000							
Janeiro	13 360.0	13 781.5	13 392.0	3.15	0.24	11.52	71.25
Fevereiro	13 739.0	14 198.3	13 739.0	3.34	0.00	11.53	76.86
Março	14 195.0	15 194.0	14 211.0	7.04	0.11	11.30	76.45
Abril	14 779.0	16 248.0	14 835.0	9.94	0.38	11.03	75.08
Maio	15 055.0	16 254.0	15 121.0	7.96	0.44	11.33	77.44
Junho	15 263.0	16 265.6	15 293.0	6.57	0.20	10.95	73.58
Julho	15 312.0	16 417.5	15 360.0	7.22	0.31	10.92	73.47
Agosto	15 429.0	16 457.4	15 459.0	6.67	0.19	10.98	72.78
Setembro	15 536.0	16 463.6	15 561.0	5.97	0.16	11.13	73.97
Outubro	15 836.0	16 518.8	16 242.1	4.31	2.56	11.25	74.71
Novembro	16 393.0	16 896.0	16 513.4	3.07	0.73	11.04	72.34
Dezembro	16 794.0	17 256.3	17 323.3	2.75	3.15	10.72	71.06
2001							
Janeiro	17 122.9	17 865.0	17 323.3	4.33	1.17	10.62	69.05
Fevereiro	17 746.7	18 456.3	17 869.5	4.00	0.69	10.29	66.61
Março	18 479.6	18 646.3	18 485.3	0.90	0.03	10.02	64.96
Abril	18 897.9	19 557.6	19 105.1	3.49	1.10	9.99	65.25
Maio	19 831.8	20 499.2	20 081.1	3.37	1.26	9.45	63.03
Junho	21 004.4	22 144.8	21 299.5	5.43	1.40	9.31	63.11

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²
Capital: São Tomé
População: 137 000 hab.
Moeda: Dobra



1. SÍNTESE

Desde o reatamento das negociações com o Fundo Monetário em 1998, tem-se assistido a uma aceleração da actividade económica em São Tomé e Príncipe e, simultaneamente, a uma moderação do ritmo de crescimento dos preços. Progressos importantes foram igualmente obtidos no domínio das contas externas e das contas públicas.

De acordo com os elementos estatísticos disponíveis, a economia terá crescido em termos reais, durante o ano transacto, cerca de 3%. Para tal, contribuíram as boas colheitas de bens alimentares e a dinâmica registada nos sectores da construção, do comércio e do turismo, permitindo inclusivamente compensar um volume de produção de cacau inferior ao projectado. Analisando o lado da despesa, as componentes mais dinâmicas foram as exportações e o investimento privado (ainda assim muito aquém do projectado).

No que diz respeito ao comportamento dos preços, não obstante o abrandamento da taxa de inflação que se verificou nos últimos anos, a meta de 5% preconizada pelas autoridades esteve longe de ser alcançada.

Em Dezembro de 2000 o IPC registava uma taxa de variação homóloga de 9.6% (a que correspondia uma taxa de variação média de 12.2%). Mesmo para o corrente ano aquele objectivo será praticamente impossível de alcançar.

O último valor conhecido, referente a Junho de 2001, revelava que os preços no consumidor haviam apresentado um incremento de 9.8% face a idêntico período de 2000.

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1999	2000 Est.	2001 Prog.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	2.5	3.0	4.0
Inflação (<i>t.v. média</i>)	12.7	12.2	5.0
Massa monetária (<i>t.v. anual</i>)	15.2	25.7	-6.3
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-25.9	-23.8	-9.1
Saldo orçamental (% PIB)	-25.8	-18.2	-13.0
Dívida externa (% PIB)	627.5	653.4	---

No plano externo, o rescalonamento da dívida de médio e longo prazo, obtido junto do Clube de Paris, para além do acesso aos recursos da PRGF, traduziu-se positivamente nas contas com o exterior. As melhorias directas nos saldos das balanças de serviços e rendimentos e de capitais implicaram a moderação dos défices corrente e global em relação a anos anteriores.

Concomitantemente, as contas do Estado foram objecto de revisão, passando a incorporar o impacte do alívio da dívida (externa) e as implicações orçamentais decorrentes das negociações com a Nigéria sobre as fronteiras marítimas. Os valores revistos relativos ao défice orçamental de 2000, ainda que elevados, indicam também uma melhoria face ao ano anterior (18.2% do PIB e 25.8% do PIB, respectivamente).

Na esfera monetária, a revisão em baixa dos valores referentes a 1999 para a síntese monetária e as novas estimativas para os activos líquidos sobre o exterior e para os depósitos orçamentais (neste caso revisão em alta) conduziram a uma nova estimativa de crescimento da massa monetária de 25.7% para o ano 2000 (quando a previsão inicial era de 5%).

É ainda de destacar o esforço para o aprofundamento da intermediação financeira, essencial para o fomento do crescimento económico.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Não obstante a escassez de elementos estatísticos com maior grau de detalhe sobre a composição e evolução da actividade económica em São Tomé e Príncipe, tudo aponta para que esta tenha *de facto* conhecido alguma aceleração durante o ano transacto e que o mesmo venha a suceder em 2001. A confirmarem-se as taxas de crescimento reais de 3.0%, em 2000, e de 4.0%, em 2001, ainda que modestas, estaremos perante o crescimento mais vigoroso registado nos últimos dez anos.

Olhando o lado da oferta, e em relação a 2000, as boas colheitas (que proporcionaram elevados níveis de produção de bens de consumo), a par do dinamismo evidenciado pelos sectores da construção, comércio e turismo (que beneficiam presentemente dos investimentos realizados nos últimos anos), terão permitido, não somente alcançar os objectivos de crescimento do PIB inscritos no programa apoiado pelo FMI, como ainda compensar os níveis de produção de cacau (o principal produto agrícola) que se situaram aquém do previsto.

No que diz respeito às componentes da despesa, a evolução do PIB terá sido essencialmente determinada pelo incremento das exportações (embora não tão significativo como se chegou a admitir) e pelo aumento do volume de investimento privado.

Ainda segundo o cenário macro-económico admitido pelo FMI, espera-se que entre 2001 e 2003 a despesa de investimento e as exportações ganhem peso na estrutura do produto interno em detrimento do consumo (público e privado).

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

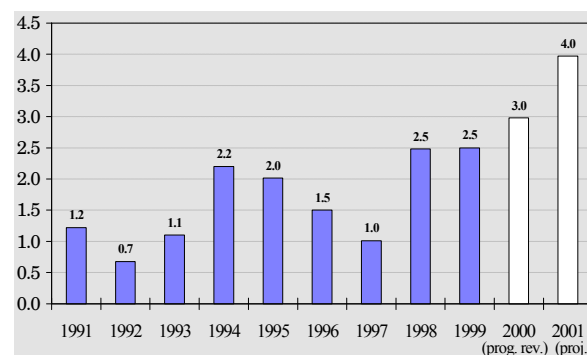
	1999	2000 Est.	2001 Prog.
Sector Primário	20.7	20.7	20.3
Sector Secundário	17.0	17.3	16.7
Sector Terciário	62.3	62.0	63.0
PIB	100.0	100.0	100.0
Consumo	108.5	108.5	104.9
Privado	29.8	29.8	---
Público	78.8	78.8	---
Investimento	40.0	40.0	49.3
Exportações ⁽¹⁾	35.0	35.0	36.8
Importações ⁽¹⁾	83.5	83.5	91.0

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1991 - 2001)

(taxa de variação anual em percentagem)



Para o conjunto do ano 2000, o IPC registou uma taxa de crescimento média de 12.2% (em Dezembro a variação homóloga foi de 9.6%), bastante acima dos 5% programados, portanto. Este comportamento da inflação é indissociável da evolução dos preços dos bens importados (nomeadamente produtos petrolíferos) e, simultaneamente, da forte apreciação da divisa norte-americana nos mercados internacionais (durante o ano 2000 a depreciação acumulada da dobra face ao dólar chegou aos 18%).

Paralelamente, o preço internacional do cacau (a exportação mais importante) decresceu fortemente em 2000 (ficando 10% abaixo do esperado), o que conduziu a uma deterioração

dos termos de troca, quando o programa delineado pelo FMI previa uma melhoria destes na ordem dos 11%.

Gráfico II

IPC - S. Tomé (1998 - 2001)

(variação mensal em percentagem)

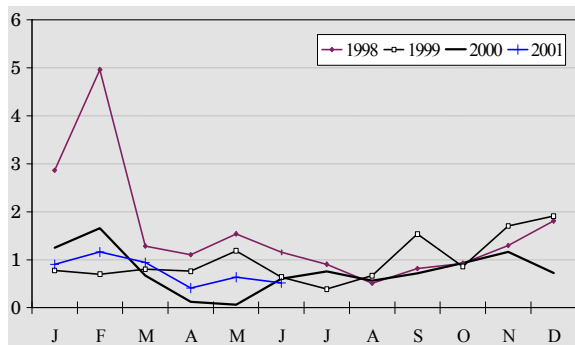


Gráfico III

IPC - S. Tomé (1992 - 2001)

(variação mensal em percentagem)

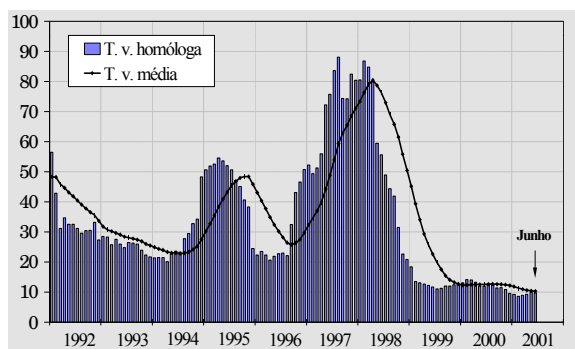
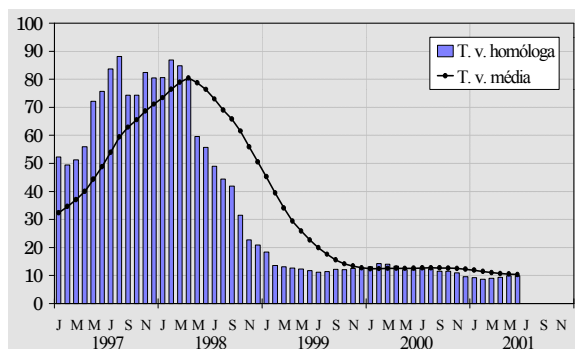


Gráfico IV

IPC - S. Tomé (1997 - 2001)

(variação mensal em percentagem)



Para o corrente ano, e atendendo ao comportamento dos preços desde o início do ano, tudo aponta para que a inflação se venha a situar entre os 8 e os 10%. Uma vez mais, o objectivo de 5% deve vir a revelar-se pouco verosímil.

No campo das reformas estruturais, o Governo preparou em Abril de 2000 um relatório de avaliação sobre o “emagrecimento” do funcionalismo público, que resultaria da implementação de planos organizacionais e de pessoal anteriormente delineados.

Progressos dignos de nota tiveram lugar igualmente noutras áreas, incluindo: (i) a eliminação de impostos sobre as exportações e a adopção de um novo regime de tarifas aduaneiras (com taxas de 5%, 10% e 20%), em vigor desde Fevereiro de 2000, (ii) a preparação das estratégias sectoriais para os sectores agrícola, saúde e educação, (iii) a conclusão de auditorias financeiras externas, levadas a cabo por uma empresa nacional, à autoridade de gestão portuária (ENAPORT) e a autoridade dos aeroportos e segurança aérea (ENASA) e (iv) a conclusão do estudo de reestruturação/privatização da empresa fornecedora de água e electricidade.

Adicionalmente, o *Foreign Advisory Service* do Banco Mundial efectuou um levantamento das oportunidades de negócio na economia são-tomense, cujo relatório deverá constituir um auxiliar das autoridades na preparação de um plano de acção para promover o investimento privado, o que passa, designadamente, pela revisão do código de investimento.

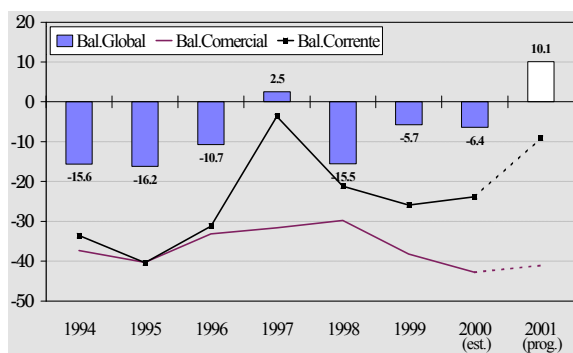
Em relação à política de preços, o Governo fez saber que tenciona ajustar regularmente o preço dos produtos petrolíferos em linha com a evolução da cotação do *crude* nos mercados internacionais. O mesmo deverá suceder com o novo sistema de tarifas de água e electricidade que passará a reflectir os respectivos custos de produção e distribuição.

3. CONTAS EXTERNAS

Os últimos elementos sobre as contas externas apontam para uma diminuição do défice da balança corrente, quando comparado com o verificado em 1999. Este deverá ter ficado abaixo dos 24% do PIB (quando em 1999 havia sido de 26%), o que constitui um resultado que supera a projecção do próprio Fundo Monetário. De resto, a revisão das projecções do FMI para o final de 2000 já deixava antever uma melhoria da situação.

Gráfico V

Balança de Pagamentos (1994 - 2001)
(Saldos, em percentagem do PIB)



Uma análise mais detalhada das componentes da balança corrente permite constatar que a deterioração do défice da balança de mercadorias foi mais do que compensada pela redução do défice da balança de serviços e rendimentos e pela evolução, francamente favorável, das transferências unilaterais (nomeadamente de carácter oficial), que excederam em valor, ainda que marginalmente, os níveis alcançados em 1999. Pode também concluir-se que, pelo menos para já, a celebração de acordos comerciais com o Gabão e Angola no domínio dos produtos agrícolas não terá tido os resultados pretendidos ao nível das exportações.

No que se refere às importações, o respectivo aumento ficou sobretudo a dever-se à manutenção, a níveis elevados, do preço do *crude* nos mercados internacionais. Por esta razão, os produtos petrolíferos viram o seu peso crescer, em relação aos bens alimentares, na estrutura das importações (em valor).

Reflectindo, em grande medida, a natureza das exportações (muito baseadas na monocultura do cacau), a importância relativa de cada um dos mercados de destino tem apresentado uma variabilidade ao longo da última década, não sendo excepção o triénio 1998-2000. A demonstrá-lo está, por exemplo, a evolução da quota do mercado germânico que desde o início dos anos 90 tem vindo a decrescer sistematicamente. O *share* do mercado português no conjunto das exportações são-tomenses, que era insignificante no início da década precedente foi, de acordo com as últimas estimativas, de cerca de 4% (depois de ter chegado aos 26.6% durante 1998). Os Países Baixos mantêm, de forma indiscutível, o primeiro lugar enquanto destino da produção de São Tomé e Príncipe. Em 2000 terão absorvido quase 58% das exportações são-tomenses (Quadro VI).

Gráfico VI

Exportações de Mercadorias (1992 - 2000)
(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

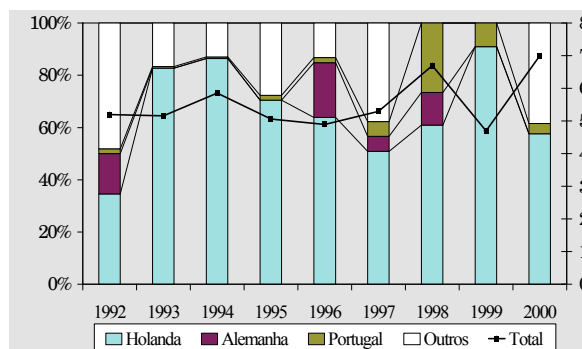
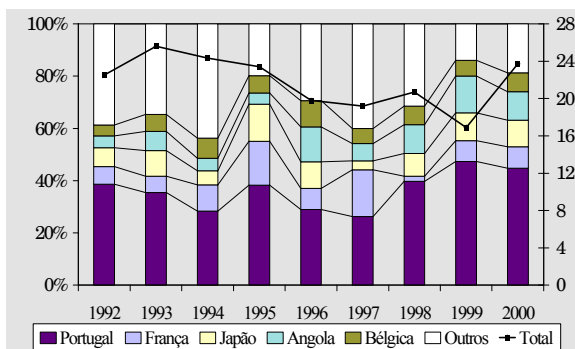


Gráfico VII

Importações de Mercadorias (1992 - 2000)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



No que respeita às importações (Quadro VII), e apesar de um leque mais variado de países fornecedores, tem-se assistido a uma crescente concentração em cinco economias (Portugal, Angola, Japão, Bélgica e França) que, em conjunto, são responsáveis por cerca de 4/5 dos bens importados (o peso de Angola é revelador da importância dos produtos petrolíferos na estrutura das importações do arquipélago). No ano 2000, e em comparação com anos anteriores, Portugal manteve o primeiro lugar no fornecimento de bens e serviços a São Tomé e Príncipe (44.7% do total), seguido de Angola (10.9%), Japão (10.2%) França (8.3%) e Bélgica (7.1%). Nenhum dos demais países, individualmente, representa mais de 5% nas importações (apenas a Holanda se aproximava deste valor com um *share* de 3.8%).

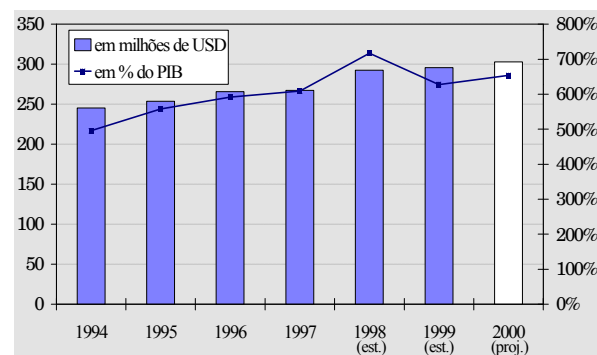
O decréscimo do défice da balança de serviços e rendimentos, passando de USD -9.8 milhões, em 1999, para USD -6.9 milhões, em 2000, resultou, fundamentalmente, do decréscimo dos encargos com a assistência técnica e da diminuição dos juros da dívida externa, reflectindo, neste caso, o rescalonamento, segundo os termos de Nápoles, da dívida de

médio e longo prazo aos credores do Clube de Paris, com efeitos desde Maio de 2000.

Ao contrário do inicialmente previsto, a balança de pagamentos não se terá apresentado equilibrada, mas sim com um saldo negativo de 3 milhões de dólares, ou seja 6.4% do PIB.

Os recursos disponibilizados no quadro da HIPC foram utilizados, fundamentalmente, na redução dos atrasados externos (54.8 milhões de dólares) e no financiamento do défice da balança global. Por seu turno, o acesso a novos desembolsos no âmbito da PRGF, que totalizaram cerca de USD 2.5 milhões (disponibilizados em duas *tranches* iguais), permitiram que o financiamento do défice da balança de pagamentos fosse feito sem grande sacrifício das reservas externas.

Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 2001)

Ainda em relação à dívida externa, convém referir que o país atingiu, em Dezembro de 2000, o ponto de decisão da Iniciativa HIPC reforçada. O montante disponibilizado – USD 200 milhões – corresponde a uma redução de 83% do valor líquido actualizado do total de dívida soberana de São Tomé e Príncipe no final de 1999 (período tomado como referência para a avaliação da sustentabilidade da dívida) (Gráfico VIII).

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O rescalonamento da dívida externa junto dos credores do Clube de Paris, obtido em Maio de 2000, o acesso à assistência intercalar facultada pela Iniciativa HIPC reforçada e o impacte orçamental inerente às negociações com a Nigéria sobre as fronteiras marítimas, obrigaram as autoridades a rever os objectivos para diversas rubricas do Orçamento de Estado.

Apesar de o objectivo, para as receitas fiscais, não ter sido cumprido durante o primeiro semestre, devido a demoras relacionadas com a actualização dos preços de retalho dos produtos petrolíferos (originando a acumulação de atrasados pela distribuidora de combustíveis – ENCO) e à ocorrência de cerca de um mês dos funcionários públicos, foi possível rever em alta os valores das receitas correntes para o conjunto do ano. Com efeito, na segunda metade de 2000 operou-se a recuperação, potenciada pela alteração do tarifário aduaneiro e pelo ajustamento do preço dos produtos petrolíferos (42% em termos cumulativos).

Por outro lado, a manutenção em alta do preço das ramas petrolíferas nos mercados internacionais, associada à natureza *ad valorem* dos impostos que incidem sobre aqueles produtos e à depreciação nominal da dobra (parte das receitas não tributárias são denominadas em moeda estrangeira), favoreceram a arrecadação fiscal.

Paralelamente, as despesas correntes também foram alvo de uma revisão em alta em 2000. Os novos valores passaram a incluir os encargos das negociações com o Estado

nigeriano, anteriormente mencionadas, bem como encargos acrescidos relacionados com o consumo de produtos derivados do petróleo, fornecimento de água e de energia eléctrica. O adiamento sucessivo da reforma na administração pública (que prevê a redução de efectivos) obstaram a melhores resultados na esfera orçamental.

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

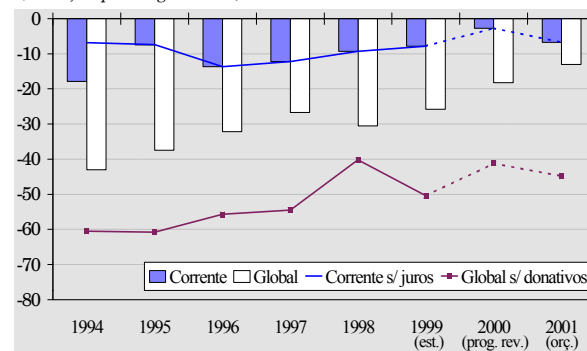
(em percentagem do PIB)

	1999 (est.)	2000 (prg.rev.)	2001 (orç.)
Donativos	24.6	23.0	31.9
Receitas correntes	19.3	20.8	21.7
Receitas não-tributárias	3.2	5.0	5.2
Receitas tributárias	16.2	15.8	16.5
dq: Imp. s/ importações	5.5	5.6	---
dq: Imp. s/ exportações	0.5	0.0	---
dq: Imp. s/ consumo	4.4	4.7	---
Empréstimos Líquidos	0.3	-0.2	0.0
Despesas de capital	42.3	38.7	38.1
Despesas correntes	27.2	23.5	28.5
dq: Com o Pessoal	7.6	7.8	9.5
dq: Bens e Serviços	3.8	3.6	3.8
dq: Transferências	1.8	2.0	3.9
dq: Juros programados	11.3	6.7	8.0
Saldo corrente	-7.8	-2.7	-6.7
Saldo global (<i>compromissos</i>)	-25.8	-18.2	-13.0

Gráfico IX

Finanças Públicas (1994 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)



Finalmente, a redução dos juros da dívida pública (programados), bem como a postecipação das despesas de capital permitiram que a tendência, iniciada em 1997, no sentido de menores défices orçamentais, não fosse interrompida.

Em comparação com o ano anterior, as reduções operadas nos défices corrente e global, a confirmarem-se as estimativas de execução, terão sido significativas e representam, em percentagem do PIB, quebras de 5.1 e 7.6 p.p., respectivamente.

Gráfico X

Receitas Públicas (1994 - 2001)

(em percentagem do PIB)

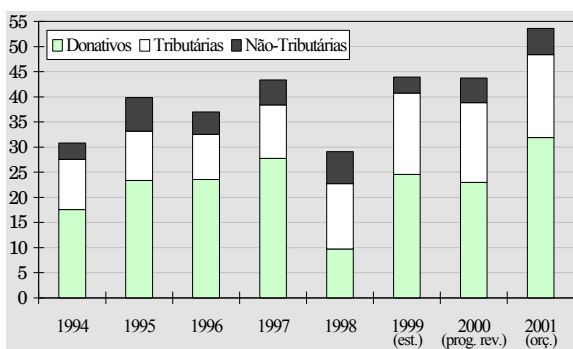
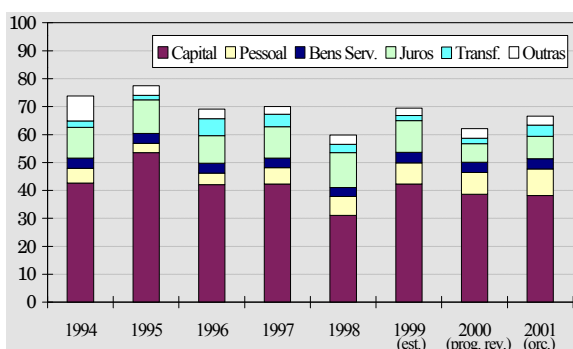


Gráfico XI

Despesas Públicas (1994 - 2001)

(em percentagem do PIB)



O orçamento para 2001 levou em linha de conta as orientações contempladas no programa económico (revisto) subjacente à PRGF, que defendia a manutenção do esforço de consolidação das finanças públicas.

Como consta na Carta de Intenções e no documento do Ponto de Decisão da HIPC reforçada, a assistência da Iniciativa HIPC deverá ser utilizada para financiar os encargos relacionados com a redução da pobreza, incluindo os sectores da educação e da saúde.

As despesas supracitadas deverão ser monitoradas e controladas por um mecanismo que inclua uma conta especial do Tesouro domiciliada junto do BCSTP e um comité de supervisores em representação dos doadores. Em virtude da reduzida capacidade de absorção de São Tomé e Príncipe, aproximadamente três quartos da assistência intercalar da Iniciativa HIPC reforçada assumirão a forma de depósitos detidos pelo Estado no Banco Central.

Complementarmente às medidas de redução da pobreza, o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada depende também do cumprimento de outros requisitos (*floating completion point triggers*). Segundo a avaliação feita pelo próprio Fundo, registaram-se progressos substanciais e na forma como foram utilizados os recursos disponibilizados pela Iniciativa HIPC. Com efeito:

- as estratégias sectoriais para os sectores da saúde e da educação foram custeadas no quadro de um plano de despesa de médio-prazo;
- o mecanismo de controle e supervisão destinado a assegurar uma eficiente e transparente utilização da assistência intercalar da Iniciativa HIPC tem sido satisfatoriamente implementado;
- a programação e execução da despesa de capital financiada externamente passou a ser tutelada pelo Ministério do Plano e Finanças.

Por último, foi ainda adoptado e implementado, com sucesso, um programa visando a gestão dos recursos provenientes da exploração petrolífera.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

De acordo com os dados mais recentes, o crescimento monetário em 2000 excedeu largamente o valor indicado no programa revisto do FMI: 25.7% contra 6.4%. Para tal, contribuiu o aumento dos activos líquidos sobre o exterior, cuja variação, no mesmo período, foi de 26.2%. Quanto ao crédito interno, o crescimento observado foi mais modesto (4.9%), mas mesmo assim bastante aquém da meta indicada no supracitado programa, que contemplava uma contracção bastante mais significativa do crédito líquido ao sector público do que a realmente verificada (54.5% contra 34.7%, respectivamente).

Por sua vez, o crédito à economia cresceu cerca de 5%, ou seja, 3 p.p. abaixo dos 8% traçados no programa, mas ainda assim o insuficiente para compensar a menor redução operada no crédito (líquido) ao sector público.

A análise da evolução dos meios de pagamento à disposição dos agentes económicos (Gráfico XIII) parece indiciar que a expansão monetária verificada durante o ano transacto se repercutiu num reforço da intermediação financeira, quer por via do aumento da ordem de grandeza dos depósitos à ordem, quer do agregado quase-moeda.

Uma vez que o coeficiente de reservas obrigatórias foi mantido nos 22%, ao longo de 2000, a evolução dos meios de pagamento sob a forma de depósito induziu um aumento da base monetária acima dos 20%. Contudo, o efeito sobre a liquidez da economia foi

parcialmente amortecido pelo decréscimo do multiplicador monetário durante o mesmo período.

Dando seguimento à política monetária prosseguida ao longo de 1999, foram mantidos, durante 2000, o coeficiente de reservas obrigatórias e a taxa de redesconto do BCSTP. A taxa de desconto foi, no entanto, alterada em Fevereiro do corrente ano descendo 1.5 p.p. É agora de 15.5%.

Gráfico XII

Crédito Interno Total (1996 - 2001)

(taxas de variação homóloga)

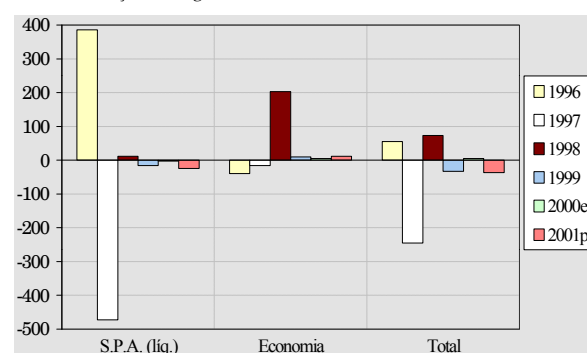
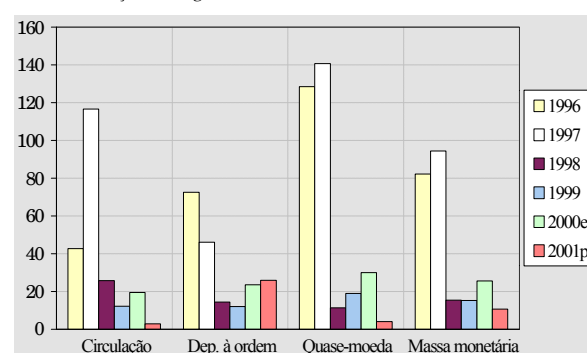


Gráfico XIII

Meios de Pagamento (1996 - 2001)

(taxas de variação homóloga)



Ao nível do sistema bancário, a ausência de concorrência não tem favorecido uma maior redução das taxas de juro e sobretudo, das margens de intermediação. Pelo contrário, nos últimos doze meses, assistiu-se mesmo a um incremento do diferencial entre taxas activas e passivas para operações de prazo idêntico. Este facto é bem elucidativo do

ainda reduzido grau de eficiência do sector bancário de São Tomé e Príncipe.

A solidez do sistema bancário melhorou consideravelmente durante o ano de 2000, passando as duas instituições de crédito a operar no território a verificar os requisitos de carácter prudencial determinados pelo Banco Central. A autoridade monetária irá aprofundar a actividade de supervisão e a acompanhar a evolução da situação financeira do sistema bancário, a fim de melhorar a qualidade da carteira de crédito dos bancos (diminuindo assim o risco global da economia).

Tendo como objectivo o fortalecimento dos procedimentos de controle interno e das práticas de supervisão, na linha das recomendações da assistência técnica proporcionada pelo Fundo, as contas do BCSTP passaram a ser auditadas por uma entidade independente. Nesse sentido, procedeu-se à publicação, em Agosto de 2000, do relatório e contas referente a 1999, ficando a certificação a cargo de uma empresa reconhecida internacionalmente. Existe agora o compromisso de realizar auditorias externas, o que se coaduna com o fortalecimento das disposições de salvaguarda envolvendo a utilização dos recursos facultados pelo FMI.

Em 2000, a dobra são-tomense sofreu uma depreciação nominal de aproximadamente 18% face à divisa norte-americana, tendo, no entanto, permanecido praticamente inalterada a taxa efectiva nominal (recorde-se que os principais parceiros comerciais são, na sua grande maioria, pertencentes à área do euro). De assinalar que durante o primeiro semestre de 2001 a

dobra voltou a depreciar face ao dólar, embora a um ritmo inferior: 4.2% (em termos acumulados).

Com o objectivo de melhorar o controle da liquidez da economia, o Banco Central introduziu, em Junho de 2000, leilões de divisas abertos ao público em geral. No entanto, os bancos comerciais, receando concorrência por parte da autoridade monetária, recusaram-se a participar nos leilões, dando-se a sua interrupção em Agosto do mesmo ano.

Gráfico XIV

Taxa de Câmbio STD/USD (1990 - 2001)

(médias trimestrais)

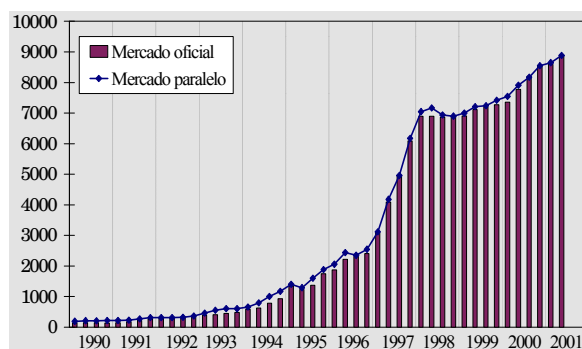
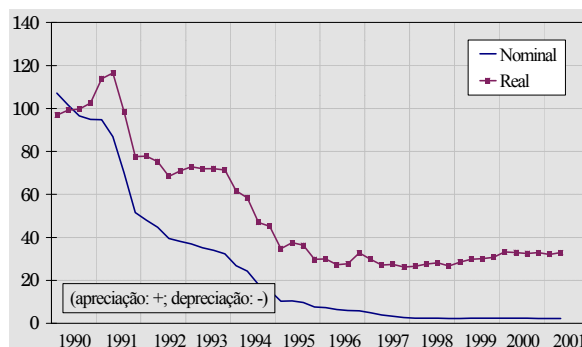


Gráfico XV

Taxa de Câmbio Efectiva (1990 - 2001)

(índices base 100: 1990, médias trimestrais)



De assinalar, por último, que o diferencial entre a taxa de câmbio STD/USD no mercado paralelo e oficial se reduziu progressivamente ao longo do ano (tendência que se manteve em 2001). Este diferencial passou de cerca de 3% para menos de 1%.

Anexo Estatístico

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2001

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Prog.	2000 Est.	2001 Prog.
<i>(variação anual em percentagem)</i>								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB (real)	2.0	1.5	1.0	2.5	2.5	3.0	3.0	4.0
I. P. Consumidor (fim de período)	24.5	50.8	80.5	20.9	12.6	5.0	9.6	5.0
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	-13.7	-3.2	8.2	-11.3	-17.0	-17.9	-30.8	25.9
Importações f.o.b. (em USD)	-3.9	-15.4	-3.0	-12.0	29.6	1.8	2.9	1.2
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	121.8	24.3	135.3	74.4	18.5	16.5	18.9	15.6
Donativos	136.9	54.2	138.6	-50.9	201.6	17.6	3.3	53.2
Despesas totais	86.5	36.9	105.0	19.5	39.1	7.9	-1.7	18.7
Défice global (c/ donativos)	55.1	31.6	67.7	60.6	0.6	-7.7	-21.9	-21.1
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	-7.0	55.0	-245.4	73.3	-32.8	-205.9	4.9	-334.0
Crédito ao SPA (líq.)	34.6	385.8	-472.4	11.4	-15.7	-75.1	-2.3	-94.8
Crédito à economia	-0.4	-39.4	-16.0	203.8	10.5	27.0	4.9	15.2
Massa monetária (M ₂)	47.4	82.2	94.5	15.4	15.2	1.9	25.7	-6.3
<i>(em percentagem do PIB)</i>								
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL								
Excluindo donativos	-60.8	-55.7	-54.5	-40.2	-50.4	-47.7	-41.2	-44.9
Incluindo donativos	-37.4	-32.2	-26.7	-30.5	-25.8	-21.5	-18.2	-13.0
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	68.1	56.2	49.1	35.8	40.0	39.3	39.3	44.1
SALDO DA BALANÇA CORRENTE								
Excluindo transferências oficiais	-90.3	-79.3	-74.9	-53.8	-57.7	-55.0	-56.6	-59.1
Incluindo transferências oficiais	-40.4	-31.2	-3.6	-21.2	-25.9	-20.7	-23.8	-9.1
<i>(nas unidades definidas)</i>								
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal STD / USD (mercado oficial)	1 420.3	2 203.2	4 552.5	6 885.7	7 125.0	---	8 611.6	8 973.2 ⁵
ITCE Real (base 100: 1990) ¹	34.2	29.4	27.2	27.3	29.8	---	32.2	33.4 ⁶
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	253.6	265.8	267.3	292.6	295.6	---	303.0	---
Em % das exportações ²	2 703.8	2 497.2	2 148.4	2 416.8	1 792.5	---	1 709.2	---
Em % do PIB	557.5	592.1	608.5	717.0	627.5	---	653.4	---
Serviço da dívida em % das exportações ³	96.9	25.8	19.2	42.3	25.2	---	24.2	---
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %) ⁴	---	33.0	43.0	32.0	24.0	---	16.0	16.0 ⁷

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -). ² Exportações de bens e serviços. ³ Exportações de bens e serviços, após reescalamentos. ⁴ Taxa em vigor no final do ano. Os bancos comerciais não divulgaram quaisquer taxas para depósitos a prazo em 1994 e 1995, visto não os terem aceite. ⁵ Valor apurado em Junho.

⁶ Valor apurado em Junho. ⁷ Valor apurado em Junho.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1995 - 2001

(preços correntes, em milhões de STD)

	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Proj.	2001 Proj.
Sector primário	17 070	24 583	49 537	59 884	69 261	75 754	81 234
Agricultura	15 210	21 688	43 537	51 270	57 106	---	---
Pesca	1 860	2 895	6 000	8 614	12 155	---	---
Sector secundário	12 079	17 737	32 961	46 838	56 658	63 190	66 946
Manufatura e energia	2 648	5 250	10 890	15 630	18 459	---	---
Construção	9 431	12 487	22 071	31 208	38 199	---	---
Sector terciário	35 464	56 580	117 502	174 278	208 190	226 893	251 865
Comércio e transporte	12 156	18 754	48 396	69 261	78 638	---	---
Administração pública	13 211	21 788	46 000	65 688	76 901	---	---
Instituições financeiras	4 591	7 484	17 536	25 041	29 373	---	---
Outros serviços	5 506	8 554	5 570	14 288	23 278	---	---
Produto Interno Bruto	64 613	98 900	200 000	281 000	334 109	369 533	408 209
Consumo	71 958	112 497	232 962	300 689	362 599	387 640	432 293
Público	17 827	26 879	63 862	72 076	99 415	---	---
Privado	54 131	85 618	169 100	228 613	263 184	---	---
Investimento	44 004	55 540	98 296	100 587	133 574	145 226	180 020
Procura interna	115 962	168 037	331 258	401 276	496 173	532 867	612 314
Exportações de bens e serviços	13 322	23 449	56 647	83 365	116 954	141 272	173 813
Procura global	129 284	191 486	387 905	484 641	613 127	674 138	786 126
Importações de bens e serviços	64 672	92 586	187 905	203 641	279 018	304 605	377 917
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	-7 345	-13 597	-32 962	-19 689	-28 490	-18 107	-24 084
PIB nominal (milhões de USD)	45.5	44.9	43.9	40.8	47.1	46.4	47.2
Deflator do PIB (variação anual em %)	74.5	50.8	100.2	37.1	16.0	7.4	6.3
PIB nominal (variação anual em %)	78.0	53.1	102.2	40.5	18.9	10.6	10.5
PIB real (variação anual em %)	2.0	1.5	1.0	2.5	2.5	3.0	4.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2001

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.18	40.47	40.47	42.21
1991	Dezembro	7.44	52.69	52.69	46.47
1992	Dezembro	2.70	27.35	27.35	33.71
1993	Dezembro	2.17	21.79	21.79	25.54
1994	Dezembro	12.90	48.34	48.34	27.61
1995	Dezembro	1.64	24.50	24.50	45.91
1996	Dezembro	4.51	50.77	50.77	29.78
1997	Dezembro	3.33	80.45	80.45	71.12
1998	Dezembro	1.81	20.86	20.86	50.49
1999	Janeiro	0.78	0.78	18.41	45.21
	Fevereiro	0.70	1.48	13.60	39.38
	Março	0.80	2.30	13.06	34.08
	Abril	0.76	3.07	12.67	29.37
	Maio	1.19	4.30	12.28	25.82
	Junho	0.64	4.96	11.71	22.62
	Julho	0.39	5.37	11.13	19.88
	Agosto	0.67	6.07	11.31	17.54
	Setembro	1.54	7.70	12.10	15.50
	Outubro	0.86	8.63	12.03	14.11
	Novembro	1.70	10.48	12.48	13.34
	Dezembro	1.91	12.59	12.59	12.73
2000	Janeiro	1.25	1.25	13.12	12.34
	Fevereiro	1.66	2.93	14.20	12.40
	Março	0.67	3.62	14.05	12.50
	Abril	0.13	3.75	13.33	12.56
	Maio	0.06	3.82	12.07	12.53
	Junho	0.60	4.44	12.03	12.56
	Julho	0.76	5.23	12.44	12.66
	Agosto	0.56	5.82	12.33	12.73
	Setembro	0.71	6.58	11.42	12.67
	Outubro	0.93	7.57	11.49	12.61
	Novembro	1.16	8.82	10.90	12.47
	Dezembro	0.73	9.61	9.61	12.21
2001	Janeiro	0.90	0.90	9.23	11.87
	Fevereiro	1.16	2.07	8.69	11.41
	Março	0.94	3.03	8.98	10.98
	Abril	0.41	3.45	9.29	10.65
	Maio	0.64	4.11	9.92	10.48
	Junho	0.52	4.65	9.83	10.30

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1995 - 2001

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Prog.Rev.	2000 Est.	2001 Prog.
Balança Corrente	-18.4	-14.0	-1.6	-8.6	-12.2	-11.5	-11.1	-4.3
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-41.1</i>	<i>-35.6</i>	<i>-32.9</i>	<i>-21.9</i>	<i>-27.2</i>	<i>-22.9</i>	<i>-26.3</i>	<i>-27.9</i>
Balança comercial	-18.3	-14.9	-13.9	-12.1	-18.0	-17.2	-19.9	-19.4
Exportações (f.o.b.)	5.1	4.9	5.3	4.7	3.9	4.4	2.7	3.4
dq: Cacau	4.7	4.8	4.6	4.6	2.9	3.3	2.4	3.0
Importações (f.o.b.)	-23.4	-19.8	-19.2	-16.9	-21.9	-21.6	-22.5	-22.8
dq: Produtos alimentares	-5.9	-4.7	-3.8	-4.3	-4.8	-4.3	-6.1	-5.5
dq: Bens de investimento	-9.9	-5.9	-5.6	-8.2	-10.8	-6.3	-8.8	-11.9
dq: Produtos petrolíferos	-2.1	-3.0	-3.8	-1.9	-3.8	-6.2	-4.0	-3.4
Balança de serviços e rendimentos	-23.3	-21.2	-19.8	-10.3	-9.8	-6.3	-6.9	-9.1
dq: Turismo	2.8	3.0	4.0	4.1	9.2	9.9	9.9	9.8
dq: Fretes e seguros	-5.9	-5.0	-5.1	-4.2	-4.5	-4.3	-6.3	-4.5
dq: Assistência técnica	-10.2	-9.5	-10.0	-2.8	-7.4	-6.4	-6.9	-9.5
dq: Juros da dívida programados	-5.5	-4.7	-4.8	-5.0	-4.7	-3.0	-3.0	-3.7
Transferências unilaterais ¹	23.3	22.1	32.1	13.8	15.6	12.0	15.7	24.2
Transferências privadas	0.6	0.5	0.8	0.5	0.6	0.6	0.5	0.6
Transferências oficiais	22.7	21.6	31.3	13.3	15.0	11.4	15.2	23.6
dq: Projectos de inv. público	8.9	9.9	12.0	3.9	9.3	8.7	12.0	13.2
dq: Ajuda alimentar	3.7	0.5	2.8	1.5	2.4	1.6	1.8	1.5
Balança de Capitais e Financeira	11.0	9.2	2.7	2.3	9.5	11.5	8.1	9.1
Endividamento								
Desembolsos	13.5	12.3	6.2	5.4	9.6	11.1	7.6	8.8
Projectos	13.3	8.6	6.2	5.4	9.6	8.1	7.6	4.8
Apoio à balança de pagamentos	0.2	3.7	0.0	0.0	0.0	3.0	0.0	4.0
Amortizações programadas	-4.6	-2.9	-3.9	-4.1	-3.1	-3.3	-3.3	-4.4
Investimento directo estrangeiro (líq.)	1.9	2.4	0.4	4.2	3.0	3.7	3.8	4.7
Capitais de curto prazo, erros e omissões	0.2	-2.6	0.0	-3.2	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança Global	-7.4	-4.8	1.1	-6.3	-2.7	0.0	-3.0	4.8
Financiamento	7.4	4.8	-1.1	6.3	2.7	0.1	3.0	-5.6
Variação de reservas oficiais ² (aumento: -)	-0.6	-0.1	-7.6	1.8	-1.6	-2.2	0.7	-5.9
Variação dos atrasados (redução: -)	-21.9	5.0	6.5	4.4	-3.5	-54.8	-54.8	-16.6
Alívio de dívida	29.9	0.0	0.0	0.0	7.8	57.1	57.1	16.9
Diferencial de Financiamento ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.8 ⁴

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos no futuro. ² Inclui a contrapartida de flutuações cambiais. ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; ⁴ A ser financiado por alívio de dívida.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2001

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Est.	2001 I Sem	1990 a 2000
Alemanha	44.8	18.8	15.4	0.0	0.0	0.0	20.9	5.7	12.5	0.0	0.0	0.0	12.9
China	8.8	2.1	3.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.5
Holanda	31.1	64.7	34.6	82.7	86.4	70.5	63.9	50.9	60.9	90.9	57.7	50.0	71.2
Portugal	1.6	1.0	1.9	0.7	0.6	1.9	2.0	5.7	26.6	9.1	3.8	0.0	6.0
Outros	13.7	13.4	44.2	16.6	13.0	27.6	13.2	37.7	0.0	0.0	38.5	50.0	22.2
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	113.9

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2001

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Est.	2001 I Sem	1990 a 2000
Alemanha	0.5	0.2	0.3	1.2	2.6	2.2	1.2	1.7	0.0	0.0	0.4	0.8	1.2
Angola	12.1	9.8	4.5	7.3	4.8	4.4	13.3	6.7	11.0	14.0	10.9	14.2	11.0
Bélgica	8.3	4.8	4.2	6.5	7.6	6.6	10.1	5.8	7.1	6.0	7.1	8.3	8.4
China	0.8	1.5	1.9	1.6	0.9	0.0	1.2	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0	1.1
Espanha	12.3	5.5	6.8	0.5	0.4	0.4	2.0	0.0	4.7	1.3	0.4	0.8	3.9
França	6.2	6.3	6.7	6.3	10.1	16.8	8.1	17.9	2.0	8.0	8.3	6.7	10.8
Gabão	3.4	2.9	3.2	6.4	1.8	0.8	0.4	0.8	2.4	4.7	2.6	2.5	3.4
Holanda	2.0	2.9	3.5	1.0	2.4	2.6	0.8	0.0	7.1	0.7	3.8	0.8	3.3
Itália	0.2	0.3	0.2	5.3	1.7	7.1	2.8	0.4	1.6	0.7	0.0	0.0	2.4
Japão	6.7	6.8	7.2	9.8	5.4	14.2	10.1	3.3	8.7	10.7	10.2	11.7	10.6
Portugal	39.5	35.6	38.7	35.4	28.3	38.2	29.0	26.3	39.8	47.3	44.7	45.0	45.9
Outros	8.0	23.4	22.8	18.7	34.0	6.7	21.0	37.1	14.6	6.7	11.7	9.2	23.4
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	125.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 7

Dívida Externa, 1995 - 2000

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Proj.
Dívida de médio e longo prazo	226.8	234.0	235.5	244.9	248.0	
Credores multilaterais	155.2	162.2	158.2	167.4	170.3	
Credores bilaterais	71.6	71.7	77.4	77.5	77.7	
Instituições financeiras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Créditos de fornecedores	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Dívida de curto prazo	26.8	31.8	31.8	47.7	47.5	
Dívida Externa Total	253.6	265.8	267.3	292.6	295.6	303.0
dq: Atrasados	50.3	61.1	61.4	80.3	75.2	
Dívida de m/l prazo	23.6	29.3	29.6	32.6	27.7	
Credores multilaterais	5.0	5.7	5.2	7.1	0.0	
Credores bilaterais	18.6	23.5	24.4	25.6	27.7	
Instituições financeiras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Créditos de fornecedores	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Dívida de curto prazo	26.8	31.8	31.8	47.7	47.5	
Serviço da dívida de m/l prazo programado	10.1	7.6	8.7	9.1	8.7	3.8
Capital	4.6	2.9	3.9	4.1	3.9	2.5
Juros	5.5	4.7	4.8	5.0	4.8	1.3
(em % das exportações de bens e serviços)						
Dívida externa total	2 703.8	2 497.2	2 148.4	2 416.8	1 792.5	1 709.2
Serviço da dívida de m/l prazo programado						
Antes do reescalonamento	107.7	71.4	69.9	75.2	53.0	21.6
Depois do reescalonamento	96.9	25.8	19.2	42.3	25.2	24.2
(em % do PIB)						
Dívida externa total	557.5	592.1	608.5	717.0	627.5	653.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Nota: Os dados para 2000 reflectem projecções elaboradas sem considerar a participação do país na Iniciativa HIPC.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2001

(em mil milhões de STD)

	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Orç.	2000 Prog.Rev.	<i>g.e.</i> ¹	2001 Orç.
1. Receitas Totais	25.8	36.5	86.8	81.7	146.8	171.9	161.7	94.0	218.9
1.1. Receitas correntes	10.7	13.3	31.2	54.5	64.6	75.3	76.8	102.0	88.8
Receitas tributárias	6.3	8.9	21.2	36.6	54.1	60.4	58.5	96.8	67.5
dq: Impostos s/ importações	2.0	2.6	4.7	10.1	18.3	20.7	21.7	105.0	26.4
dq: Impostos s/ exportações	0.6	0.8	1.9	3.0	1.8	0.0	0.2	---	0.0
dq: Impostos s/ consumo	1.8	2.2	4.2	9.3	14.6	17.4	15.4	88.4	17.5
Receitas não - tributárias	4.4	4.4	10.0	17.9	10.6	14.9	18.3	123.2	21.3
dq: Transferências de EP's	0.7	0.5	2.1	4.1	4.8	5.1	5.6	109.5	6.2
1.2. Donativos	15.1	23.3	55.5	27.2	82.2	96.7	84.9	87.8	130.1
2. Despesas Totais	50.0	68.4	140.2	167.5	233.1	251.6	229.1	91.1	272.0
2.1. Despesas correntes	15.5	26.8	55.7	80.7	90.7	92.9	86.8	93.5	116.3
Despesas com o pessoal	2.2	4.1	11.7	18.9	25.2	27.1	28.9	106.7	38.8 ⁵
Bens e serviços	2.3	3.4	7.0	9.2	12.7	10.5	13.1	124.3	15.3
Transferências	1.0	6.0	8.9	8.4	6.1	7.4	7.4	100.3	16.1 ⁶
Juros da dívida pública	7.8	9.7	22.5	34.8	37.8	35.1	24.6	70.1	32.6
Outras despesas	2.2	3.4	5.5	9.3	8.8	12.8	12.8	100.2	13.4
2.2. Despesas de capital	34.6	41.6	84.5	87.3	141.4	159.3	142.9	89.7	155.7
Financiamento interno	3.0	0.9	2.5	7.2	7.4	9.0	7.0	77.8	9.8
Financiamento externo	31.5	40.7	82.0	80.2	134.1	150.3	135.9	90.4	145.9
2.3. Empréstimos Líquidos	-0.1	0.0	0.0	-0.5	0.9	-0.6	-0.6	100.0	0.0
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-4.8	-13.5	-24.4	-26.2	-26.1	-17.6	-10.0	56.9	-27.5
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-39.3	-55.1	-108.9	-113.0	-168.5	-176.3	-152.3	86.4	-183.3
5. Saldo Global [compromissos]: (1.) - (2.)	-24.2	-31.8	-53.4	-85.8	-86.3	-79.6	-67.4	84.7	-53.2
6. Variação de Atrasados	5.4	4.9	21.0	21.1	24.5	-72.9	-87.2	119.6	-28.6
6.1. Externos	4.8	7.0	17.6	24.5	24.5	-72.9	-87.2	119.6	-28.6
6.2. Internos	0.6	-2.1	3.4	-3.4	0.0	0.0	0.0	---	0.0
7. Alívio de Dívida	39.1	0.0	0.0	0.0	53.7	0.0	454.2 ⁴	---	0.0 ⁴
8. Valores em trânsito, Erros e Omissões	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	---	0.0
9. Saldo Global [caixa]: (5.)+(6.)+(7.)+(8.)	20.3	-26.9	-32.4	-64.7	-8.1	-152.6	299.6	-196.4	-81.8
10. Financiamento	-20.3	26.9	32.4	64.7	8.1	-301.8	-299.6	99.3	-96.2
10.1. Interno (líq.)	0.1	11.0	-20.9	49.8	8.7	11.7	-14.6	-125.0	-13.0
dq: Sistema bancário	0.6	2.9	6.6	6.3	-12.8	-25.3	-17.0	67.3	-13.0
10.2. Externo (líq.)	-20.4	16.0	53.4	14.9	-0.6	-313.4	-285.0	90.9	-83.2
dq: Desembolsos	18.9	18.9	28.5	37.3	72.2	60.9	64.1	105.2	41.1
dq: Amortizações	-39.3	-2.9	-5.2	-22.5	-72.8	-374.3	-374.9	100.1	-152.3
11. Diferencial de Financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-454.3 ³	0.0	0.0	-178.0 ⁷

Fontes: Banco de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional, Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado, em %. ² Inclui rescalonamento de atrasados no serviço de dívida ao Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África em Fevereiro de 1999. ³ Na sequência do programa acordado ao abrigo da PRGF no início de 2000, o orçamento previa que este diferencial de financiamento fosse coberto por rescalonamentos do Clube de Paris e por tratamento similar dos credores bilaterais fora do Clube de Paris; ⁴ Reescalamento de dívida ao abrigo do Clube de Paris em Maio de 2000; ⁵ Inclui 8 mil milhões de dobras de indemnizações relativas a reestruturações na função pública a serem financiadas por donativos da União Europeia ao abrigo da Facilidade de Ajustamento Estrutural; ⁶ Inclui 7.9 mil milhões de dobras relativas a despesas sociais a serem financiadas ao abrigo da Iniciativa HIPC; ⁷ A ser financiado por alívio de dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1995 - 2001

(em mil milhões de STD)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 Prog. Rev.	2000 Est.	2000 / 1999 (em %)		2001 Prog.	2001 Jun.
								(1)	(2)		
Activos Líquidos s/ Exterior	9.9	20.9	108.2	139.9	124.2	159.5	147.1	18.4	23.9	180.1	188.4
Banco Central	0.1	0.2	53.1	66.6	79.4	110.1	100.2	26.2	21.7	123.4	136.3
Disponibilidades	8.7	13.9	86.6	66.7	79.4	132.5	100.3	26.2	21.7	168.8	136.4
Responsabilidades	-8.6	-13.6	-33.5	0.0	0.0	-22.4	0.0	---	0.0	-45.4	0.0
Bancos comerciais	9.9	20.7	55.1	73.2	44.8	49.4	46.9	4.7	2.2	56.7	52.0
Crédito Interno Total	11.4	17.7	-25.7	-6.9	-9.1	-27.6	-8.7	4.9	0.5	-37.6	-34.8
Crédito líquido ao SPA	-3.1	8.9	-33.1	-29.3	-33.9	-54.5	-34.7	-2.3	-0.8	-67.6	-60.3
Crédito concedido	10.3	28.7	29.5	28.5	26.9	55.4	27.4	2.0	0.6	79.5	27.4
Depósitos	-13.4	-19.8	-62.6	-57.8	-60.9	-109.9	-62.2	2.1	1.4	-147.1	-87.7
Depósitos orçamentais	-2.5	-8.8	-0.8	-5.6	-33.3	-75.0	-33.6	1.0	0.4	-112.0	-38.7
Fundos de contrapartida	-10.9	-9.7	-20.6	-24.4	-26.2	-27.8	-21.3	-18.5	-5.1	-27.8	-20.6
Depósitos em moeda estrangeira *	0.0	-1.4	-41.2	-27.9	-1.4	-7.1	-7.2	419.5	6.1	-7.3	-28.3
Crédito à economia	14.5	8.8	7.4	22.5	24.8	26.8	26.0	4.9	1.3	30.0	25.4
Empresas públicas não financeiras	7.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	---	---	0.0	0.0
Sector privado	6.7	8.8	7.4	22.5	24.8	26.8	26.0	4.9	1.3	30.0	25.4
Total do Activo	21.4	38.6	82.5	133.0	115.1	131.9	138.5	20.3	24.4	142.5	153.5
Massa Monetária (M2)	20.3	37.0	72.1	83.1	95.8	101.9	120.4	25.7	25.7	112.8	123.5
Circulação monetária	4.8	6.8	14.8	18.7	20.9	20.5	25.0	19.6	4.3	21.1	25.1
Depósitos à ordem	9.5	16.4	23.9	27.4	30.7	32.0	37.9	23.6	7.6	40.3	44.4
Quase - moeda	6.1	13.8	33.3	37.1	44.1	49.4	57.4	30.1	13.9	51.4	54.0
dq: Depósitos em moeda estrangeira	6.0	13.1	33.1	32.4	39.4	43.3	48.8	23.7	9.8	43.4	44.7
Outras Rubricas (líq.)	1.0	1.6	10.4	49.9	19.3	30.0	18.1	-6.4	-1.3	29.7	30.0
Total do Passivo	21.4	38.6	82.5	133.0	115.1	131.9	138.5	20.3	24.4	142.5	153.5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

* Inclui depósitos constituídos através de receitas provenientes da prospecção petrolífera, privatizações e alguns donativos.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1992 - 2001

(taxas anuais)

	1993 Dez.	1994 Dez.	1995 Dez.	1996 Dez.	1997 Dez. ²	1998 Dez. ²	1999 Dez. ²	2000 Dez. ²	2001 Jun. ²
Depósitos ¹									
Depósitos à ordem	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Depósitos a prazo:									
30-90 dias	28.5	---	---	30.0	40.0	30.0	26.0	14.0	14.0
91-180 dias	33.2	---	---	31.0	41.0	31.0	25.0	15.0	15.0
181-365 dias	37.1	---	---	33.0	43.0	32.0	24.0	16.0	16.0
Mais de 1 ano	---	---	---	36.0	46.0	35.0	---	---	---
Crédito									
Crédito para comércio e indústria									
30-90 dias	37.0	30.0	52.0	38.0	---	---	---	---	---
91-180 dias	37.0	30.0	52.0	38.0	56.0	42.0	39.0	34.0	34.0
181-365 dias	40.0	30.0	52.0	40.0	58.0	45.0	41.0	36.0	36.0
Mais de 1 ano	44.0	30.0	52.0	42.0	60.0	48.0	44.0	39.0	39.0
Crédito de campanha	36.0	30.0	52.0	---	---	---	---	---	---
Crédito à habitação	40.0	25.0	52.0	---	---	---	---	---	---
Redesconto ³	30.0	32.0	50.0	35.0	55.0	29.5	17.0	17.0	15.5
<i>Pro Memoria:</i>									
Inflação (t. v. homóloga no mês)	21.8	48.3	24.5	50.8	80.5	20.9	12.6	9.6	9.8

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

¹ Em Novembro de 1994, as taxas de juro foram liberalizadas e estabeleceu-se a nova taxa de redesconto. A banca comercial não divulgou quaisquer taxas para depósitos a prazo (visto não estar a aceitá-los) até Maio de 1996. Nesta data as taxas de juro voltaram a ser fixadas, estipulando-se ainda que para os depósitos em moeda estrangeira a taxa deverá ser equivalente a 40% daquela que os bancos obtêm pelos depósitos junto dos seus correspondentes.

² Taxas referentes ao Banco Internacional de São Tomé e Príncipe.

³ As operações de redesconto foram substituídas, em Julho de 1998, por um mecanismo de assistência extraordinária de muito curto prazo, cuja taxa resulta da taxa da taxa de juro activa mais alta do mercado acrescida de 7.5%.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2001

(taxas médias)

	STD/USD			Diferenciais (%)		ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	(base 100: 1990) Nominal	Real
1990	143.3	207.3	---	44.60	---	100.00	100.00
1991	201.6	256.3	---	27.11	---	71.72	97.93
1992	320.4	329.5	---	2.84	---	42.31	72.98
1993	429.9	554.5	---	29.00	---	34.50	71.95
1994	732.6	903.8	801.0	23.36	9.33	20.19	51.87
1995	1 420.3	1 542.7	1 443.9	8.62	1.66	9.36	34.20
1996	2 203.2	2 346.3	2 315.6	6.50	5.10	6.34	29.36
1997	4 552.5	4 608.6	4 495.8	1.23	-1.24	3.50	27.18
1998	6 885.7	7 013.4	7 030.1	1.85	2.10	2.38	27.27
1999	7 125.0	7 217.2	7 182.5	1.29	0.81	2.34	29.77
1996							
1º trimestre	1 874.7	2 053.7	1 991.7	9.55	6.24	7.33	29.94
2º trimestre	2 219.6	2 439.1	2 427.6	9.89	9.37	6.37	27.20
3º trimestre	2 309.1	2 346.3	2 349.1	1.61	1.73	6.03	27.71
4º trimestre	2 409.2	2 546.3	2 494.2	5.69	3.53	5.89	32.73
1997							
1º trimestre	3 090.0	3 118.7	3 034.6	0.93	-1.79	4.94	29.85
2º trimestre	4 091.4	4 178.6	3 970.0	2.13	-2.97	3.87	27.12
3º trimestre	4 937.3	4 959.7	4 819.9	0.45	-2.38	3.35	27.43
4º trimestre	6 091.3	6 177.6	6 158.9	1.42	1.11	2.69	26.19
1998							
1º trimestre	6 893.3	7 047.0	7 011.5	2.23	1.71	2.44	26.60
2º trimestre	6 896.3	7 166.7	7 164.2	3.92	3.88	2.43	27.55
3º trimestre	6 868.5	6 939.8	6 991.2	1.04	1.79	2.41	28.09
4º trimestre	6 884.7	6 900.0	6 953.6	0.22	1.00	2.24	26.73
1999							
Janeiro	6 885.0	6 950.0	6 950.0	0.94	0.94	2.25	27.54
Fevereiro	6 910.0	6 950.0	7 050.0	0.58	2.03	2.32	28.58
Março	6 923.9	7 092.4	7 069.6	2.43	2.10	2.38	29.45
Abril	7 057.1	7 158.3	7 125.0	1.43	0.96	2.37	29.41
Maio	7 100.0	7 197.6	7 125.0	1.37	0.35	2.38	29.83
Junho	7 200.0	7 279.5	7 184.1	1.10	-0.22	2.39	30.19
Julho	7 200.0	7 260.7	7 108.3	0.84	-1.27	2.39	30.35
Agosto	7 200.0	7 225.0	7 211.9	0.35	0.17	2.33	29.68
Setembro	7 200.0	7 225.0	7 250.0	0.35	0.69	2.33	30.12
Outubro	7 223.8	7 367.9	7 317.9	1.99	1.30	2.28	29.67
Novembro	7 300.0	7 450.0	7 372.7	2.05	1.00	2.32	30.66
Dezembro	7 300.2	7 450.0	7 425.0	2.05	1.71	2.36	31.75
2000							
Janeiro	7 345.2	7 540.5	7 425.0	2.66	1.09	2.35	32.02
Fevereiro	7 350.0	7 550.1	7 425.0	2.72	1.02	2.42	33.59
Março	7 381.8	7 550.0	7 525.0	2.28	1.94	2.44	33.98
Abril	7 475.0	7 655.3	7 725.0	2.41	3.34	2.45	33.88
Maio	7 685.9	7 901.1	7 875.0	2.80	2.46	2.48	34.24
Junho	8 176.1	8 169.0	8 150.0	-0.09	-0.32	2.24	30.94
Julho	8 201.4	8 175.0	8 150.0	-0.32	-0.63	2.25	31.38
Agosto	8 197.1	8 175.0	8 150.0	-0.27	-0.57	2.33	32.61
Setembro	8 228.9	8 175.0	8 150.0	-0.66	-0.96	2.39	33.60
Outubro	8 425.0	8 346.6	8 650.0	-0.93	2.67	2.38	33.68
Novembro	8 660.0	8 650.0	8 650.0	-0.12	-0.12	2.32	32.99
Dezembro	8 611.6	8 650.0	8 650.0	0.45	0.45	2.24	32.19
2001							
Janeiro	8 571.6	8 650.0	8 650.0	0.91	0.91	2.18	31.43
Fevereiro	8 593.0	8 650.0	8 650.0	0.66	0.66	2.21	32.11
Março	8 615.0	8 650.0	8 650.0	0.41	0.41	2.24	32.72
Abril	8 827.2	8 830.8	8 779.8	0.04	-0.54	2.23	32.53
Maio	8 879.7	8 869.1	8 855.1	-0.12	-0.28	2.25	32.86
Junho	8 973.2	8 950.0	8 887.5	-0.26	-0.96	2.28	33.40

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -).

TIMOR-LESTE

Caixa

TIMOR-LESTE¹

Área: 14 600 Km²

Capital: Dili

População: 737 811 hab.

Moeda: USD



Dois anos após o referendo onde os timorenses escolheram a independência, Timor-Leste prepara-se para iniciar o processo de formação da Assembleia Constituinte, que disporá de 90 dias para elaborar a primeira Constituição do território. Para estas primeiras eleições livres concorreram 16 formações partidárias (9 das quais formadas durante os últimos 2 anos), para além de 16 candidatos independentes (5 nacionais e 11 distritais), para um total de 88 lugares. Esta constitui mais uma das fases decisivas no processo de edificação de uma nação democrática e livre, para além de representar uma nova etapa na necessária reeducação cívica da sociedade timorense.

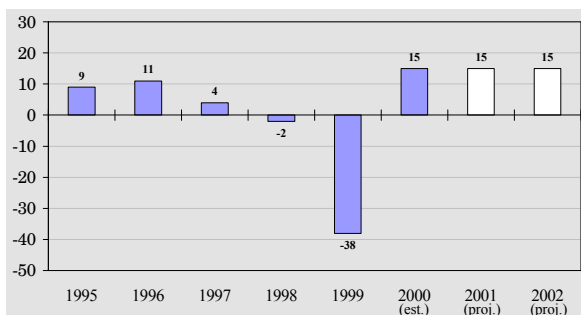
Produto, Preços e Emprego

Apesar de escassos, os indicadores existentes sobre a actividade económica no território desde a independência apresentam tendências positivas, tornando credíveis as estimativas (que rondam os 15%) para o crescimento real no ano de 2000. A recuperação da devastação e consequente paragem da estrutura produtiva de Timor-Leste, iniciou-se centrada no esforço de reconstrução e nas actividades associadas à presença das organizações internacionais. Deste modo, durante 2000, foram os sectores do comércio, serviços e construção os principais responsáveis pela evolução do produto timorense.

Gráfico I

PIB Real (1995 - 2002)

(taxa de variação anual em percentagem)



Gradualmente, a expansão da actividade económica tem vindo a alastrar-se também à agricultura (em particular às produções de café, milho e trigo), o sector que emprega mais mão-de-obra, proporcionando algum rendimento às populações rurais. As projecções para 2001 e 2002 mantêm a trajectória favorável do crescimento do produto interno, alimentado pelas despesas públicas realizadas no início de 2001 e pelo aumento de gastos públicos previsto para o próximo ano fiscal.

O nível de investimento deverá registar o seu ponto mais alto em 2001, cumprindo o programa de reconstrução elaborado pelas Nações Unidas (NU) e pelo Banco Mundial, apesar da lenta recuperação da poupança interna. O nível de importações terá tendência a continuar elevado, em face dos substanciais volumes de ajuda externa e do crescimento gradual da procura de bens importados por parte do sector privado, demorando a retoma das exportações.

Quadro I

Decomposição do PIB

(em percentagem)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
					Est.	Est.	Proj.	Proj.
Óptica do Produto								
Sector Primário	25.0	25.2	26.1	26.5	22.7			
Sector Secundário	27.2	26.2	26.0	20.0	27.4			
Sector Terceário	47.8	48.6	47.9	53.5	49.9			
PIB	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Óptica da Despesa								
Consumo	80.7	79.9	70.9	74.7	92.1	118.0	119.4	109.7
Investimento	40.8	44.3	52.9	47.0	28.2	18.1	33.7	23.6
Poupança Interna	19.3	20.1	29.1	25.3	7.9	-18.0	-19.4	-9.7
Export.-Import.	-21.5	-24.2	-23.8	-21.7	-20.3	-36.1	-53.1	-33.3

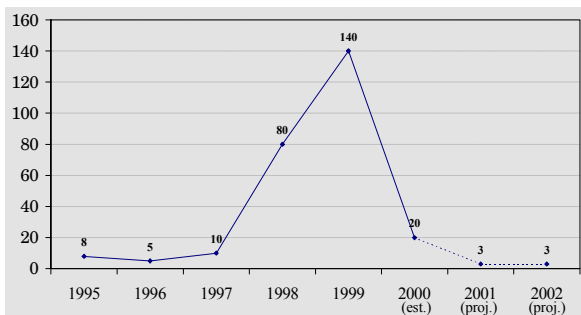
A prevista retirada das NU no final de Janeiro de 2002 (embora o final do mandato possa ainda ser objecto de ajustamentos em função do calendário da transição para a independência) deverá ter um impacto negativo na economia, o qual poderá ser parcialmente mitigado pela implementação de uma estratégia de crescimento orientada para o combate à pobreza.

¹ Baseado em documentos do FMI ("Staff Statement by Mr. Luis Valdivieso, Advisor, Asia and Pacific Department of the IMF, at the Donor's Meeting for East Timor - Canberra, June 14-15, 2001" e "East Timor: Macroeconomic Management on the Road to Independence").

Após a escassez inicial de bens, em finais de 1999, os preços de alguns produtos de consumo regressaram aos níveis de antes da destruição (nomeadamente o do arroz). No entanto, outros continuaram em alta, como no caso dos transportes. As pressões sobre os preços durante 2000 evidenciaram-se sobretudo em Dili, com o impacto do nível de despesa com os expatriados e os aumentos dos níveis salariais em certos segmentos do mercado de trabalho (com o crescimento de apenas determinados sectores - serviços e construção - e como reflexo do nível de salários pagos pelas NU). Apareceram ainda grandes diferenciais dos salários a nível regional associados a disfunções gerais de mercado (deterioração da rede de estradas e falta de informação).

Gráfico II

IPC - Dili (1995 - 2002)
(taxa de variação anual em percentagem)



Para o final de 2001 e 2002, e com o aprofundar da utilização do USD, espera-se que a inflação se mantenha a níveis baixos, embora possam existir algumas correcções em certos preços relacionados com a esperada aplicação de taxas de utilização de serviços públicos. Note-se que mesmo os preços dos bens ainda denominados em rupias indonésias têm apresentado crescimentos que não excedem 1% em termos anualizados.

Apesar do rápido crescimento do emprego, o nível de desemprego é ainda bastante alto. No entanto, a segmentação existente no mercado de trabalho e a procura crescente de trabalhadores qualificados tem pressionado os salários no sentido ascendente. A rigidez da grelha salarial da Administração Transitória de Timor-Leste (apenas diferenciando o salário em função da categoria profissional, independentemente da experiência de cada trabalhador) tem tornado bastante difícil a captação e retenção de funcionários públicos.

Sector Externo

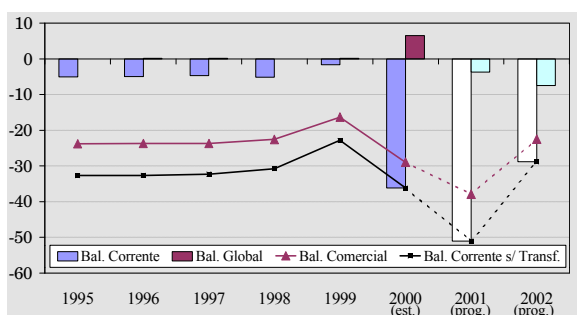
As contas externas continuam dominadas pelo défice comercial e pela assistência externa. Ao longo de 2000, o disparar do volume de importações de mercadorias (maioritariamente ligadas à ajuda externa e principalmente constituídas por produtos comerciais e para a construção) deparou-se com o lento retomar dos sectores exportadores (assentes na produção agrícola, como no caso do café, e portanto com tempos de resposta bastante mais alargados).

Em consequência, o saldo da balança comercial agravou-se substancialmente em 2000, duplicando em termos nominais, chegando aos -29% do PIB (face a -16% no ano anterior). Com a suspensão das transferências correntes da Indonésia e a deterioração da balança de serviços e rendimentos, o défice corrente registou um aumento significativo, atingindo 36% do produto interno (em comparação com os 2% de 1999).

A evolução da balança de capitais e financeira mais do que compensou aquele agravamento corrente, fruto das entradas de fundos da assistência externa, via financiamentos da UNTAET e bilaterais, e dos Fundos Consolidado para Timor-Leste (CFET) e Fiduciário para Timor-Leste (TFET). O saldo global acabou por registar um valor positivo de 19 milhões de USD (+7% do PIB), permitindo uma acumulação de reservas externas por parte do Gabinete Central de Pagamentos (o embrião de um futuro banco central).

Gráfico III

Balança de Pagamentos (1995 - 2002)
(Saldos, em percentagem do PIB)



As principais tendências de 2000 deverão prolongar-se em 2001, com o aprofundamento do défice da balança de mercadorias (o esperado crescimento das exportações - principalmente café, gás e petróleo - não será suficiente para compensar o aumento estimado da procura de bens importados). O défice comercial deverá então atingir 38% do produto, contribuindo para

o agravamento do saldo da balança corrente (para o qual concorrerá também o crescimento do défice da balança de serviços), cujo valor se estima em -51% do PIB para o final de 2001.

O saldo global deverá passar a deficitário (-4% do PIB), apesar do reforço da assistência externa, subsistindo um diferencial de financiamento por fechar. Os doadores asseguraram 153 milhões de USD, 81 milhões dos quais através dos CFET e TFET e o restante como ajuda bilateral. Registam-se adicionalmente os fundos disponibilizados pela UNTAET e pela assistência humanitária (esta apresentando alguma redução em 2001), contribuindo para um volume total de assistência de 202 milhões de USD.

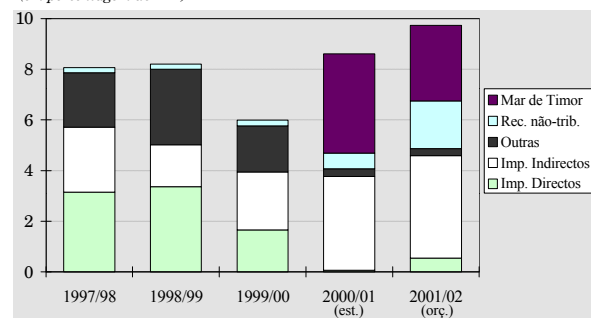
Finanças Públicas

A Autoridade Fiscal Central de Timor-Leste (da qual nascerá o futuro Ministério das Finanças) foi a entidade responsável pela elaboração dos dois primeiros orçamentos consolidados para o território (abrangendo as receitas e despesas não só da "administração central" - CFET - mas também das relativas ao TFET, das despesas financiadas por doações bilaterais e de algumas rubricas do orçamento da UNTAET), os quais cobrem os anos fiscais 2000/01 e 2001/02. Foi ainda elaborada uma revisão destes orçamentos em Novembro de 2000, face à necessidade de incorporar despesas adicionais.

Gráfico V

Receitas Públicas (1997 - 2002)

(em percentagem do PIB)



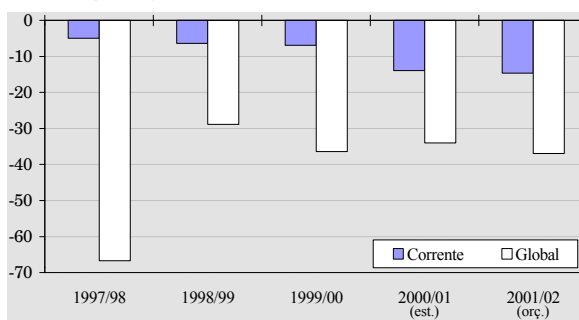
As estimativas de execução para 2000/01 apresentam valores abaixo do orçamentado, com o saldo global a quedar-se por um défice de 8.4% do PIB, em vez dos 13% inicialmente previstos. Para tal concorreram simultaneamente receitas superiores às expectativas (em termos globais, embora o comportamento individual dos diferentes tipos de receitas tenha sido diverso, com bons níveis de colecta dos impostos directos e indirectos e nas receitas associadas ao petróleo

e gás, e alguma dificuldade na cobrança das taxas de utilização de electricidade, água e serviços sanitários) e níveis de despesa aquém do orçamentado (em reflexo de alguns problemas operacionais e de gestão dos organismos do estado, atrasos nos fornecimentos e aquisições e longos períodos de planeamento dos programas de investimento).

Gráfico IV

Finanças Públicas (1997 - 2002)

(Saldos, em percentagem do PIB)



A execução orçamental começou bastante lenta, tendo sido estimulada pela introdução de ajustamentos às receitas (imposto de 5% sobre as importações; vários direitos aduaneiros; imposto de 5% sobre as vendas de produtos comerciais importados; imposto de 10% sobre os serviços; e, *royalties* de, e impostos sobre, a produção de petróleo e gás) e às despesas (através de melhoramentos nos processos de aquisições e execução de projectos, e reafectações substanciais das dotações orçamentais).

Quadro II

Contas Públicas

(em percentagem do PIB)

	2000/01			2001/02
	Orç. Inicial	Est.	Grau de execução	Proj.
Fundo Consolidado para Timor Leste (CFET)				
Receitas Correntes	5.2	8.6	164.1	9.7
Despesas Totais	18.3	17.0	92.8	19.2
Despesas Correntes	13.5	13.3	98.6	16.7
Despesas de Capital e Emprést. Líq.	4.8	3.7	76.9	2.5
Saldo Global	-13.0	-8.4	64.2	-9.4
Financiamento (não-donativos)	...	-3.7	...	2.3
Donativos	9.2	12.0	130.9	1.7
Contas Consolidadas¹				
Receitas Correntes	5.2	8.6	164.1	9.7
Despesas Totais	53.0	42.6	80.4	46.7
Despesas Correntes	13.5	22.5	167.4	24.4
Despesas de Capital e Emprést. Líq.	39.6	20.1	50.8	22.3
Saldo Global	-47.8	-34.0	71.2	-36.9
Financiamento (não-donativos)	...	-3.7	...	2.3
Donativos	43.9	37.7	85.9	29.2

¹ As contas consolidadas incluem o Fundo Consolidado para Timor Leste (CFET), o Fundo Fiduciário para Timor Leste (TFET), despesa financiada por doações bilaterais e algumas rubricas do orçamento da UNTAET.

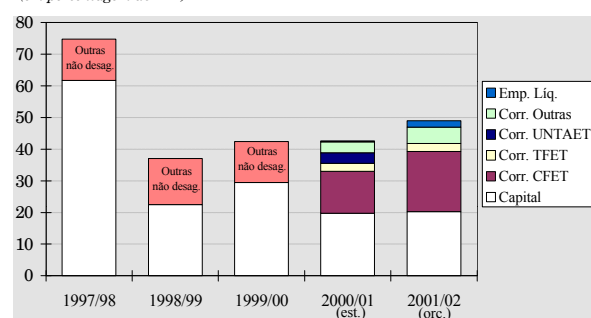
O orçamento apresentado para 2001/02 é expansionista, prevendo um aumento do défice global para 9.4% do produto, baseado no crescimento das despesas. Esta evolução surge

como reflexo da esperada expansão das despesas correntes (sobretudo salários, principalmente na sequência do planeado crescimento do número de funcionários públicos). As receitas correntes deverão crescer a um ritmo menor que as despesas, embora se preveja uma evolução significativa das não tributárias (melhorias na arrecadação das taxas de utilização da energia) e dos impostos sobre o rendimento (passando a colectar os organismos da Administração Transitória até agora isentos).

O orçamento proposto apresenta, segundo o FMI, alguns riscos nos capítulos da receita, da despesa e da estratégia de financiamento. Do lado das receitas, as principais dificuldades prendem-se com a excessiva segurança com que se prevê o crescimento da arrecadação de impostos a partir de medidas administrativas. Torna-se necessário mostrar empenho e equidade na aplicação e funcionamento do sistema fiscal para todos os contribuintes, com o intuito de evitar o aumento da evasão.

Gráfico VI

Despesas Públicas (1997 - 2002)
(em percentagem do PIB)



Em relação às despesas, são identificadas preocupações com a sua trajectória e ritmo de crescimento (principalmente ligadas a uma possível escalada do tamanho da administração pública), com a falta de informação relativa ao carácter recorrente das despesas totais e com a capacidade das organizações estatais em realizar a colecta das taxas de utilização. Por último, subsistem ainda algumas incertezas quanto às implicações sobre as necessidades futuras de financiamento externo de despesas correntes com recursos não renováveis.

Sector Financeiro

O sistema financeiro em Timor-Leste tem evoluído lentamente, com baixos níveis de intermediação financeira. Após o estabelecimento de dois bancos estrangeiros no

território, o volume de depósitos (especialmente à ordem) tem vindo a crescer de um modo bastante significativo. No entanto, devido aos problemas relacionados com a falta de colateral, o montante de crédito concedido tem sido bastante limitado, sendo maioritariamente concedido ao abrigo do Projecto para as Pequenas Empresas financiado pelo TFET.

Quadro III

Moeda e Taxas de Juro

(em percentagem)

	1997 Dez.	1998 Dez.	1999 Set.	2000 Dez.	2001 Abril
Moeda (em % do PIB)					
Massa Monetária	41.3	38.8	29.9	...	...
Circulação	6.1	4.6	5.9	...	...
Depósitos à Ordem	8.6	6.4	6.7	7.3	9.0
Quase-Moeda	26.5	27.8	17.3	0.2	1.8
Taxas de Juro					
Activas		38.5	36.0		
Onlending ¹				10.0	10.0
Consumo					14.6-16.5
Empresas					8.6-12.5

¹ Taxa aplicada nos empréstimos concedidos ao abrigo do Projecto para as Pequenas Empresas financiado pelo Fundo Fiduciário para Timor Leste.

O sistema de pagamentos está a funcionar satisfatoriamente e a utilização do USD como meio de pagamento tem crescido gradualmente, apesar de ser ainda bastante limitada em comparação com a rupia indonésia. O esforço de dinamização do uso do USD tem sido substancial, tendo já incluído um programa especial para efectuar a compra da produção total de café de 2001 em USD, para além de terem sido impostas em Agosto multas à aceitação de outras moedas, que não a norte-americana, por parte dos comerciantes. Foi igualmente introduzida a necessidade de emissão de uma licença para a importação de moeda estrangeira.

O mercado cambial em Dili tem apresentado um crescimento dos montantes totais transaccionados, proporcionando a diminuição dos diferenciais face às taxas praticadas em Jakarta. O valor da taxa de câmbio rupia indonésia/dólar norte-americano apurado na capital de Timor-Leste tem-se mantido durante vários meses na proximidade do transaccionado no centro financeiro da Indonésia. Outro indicador da eficiência do mercado sobressai da estabilidade que se vem registando no *spread* entre as taxas de compra e venda do câmbio rupia/dólar norte-americano.

Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP

Capítulo III

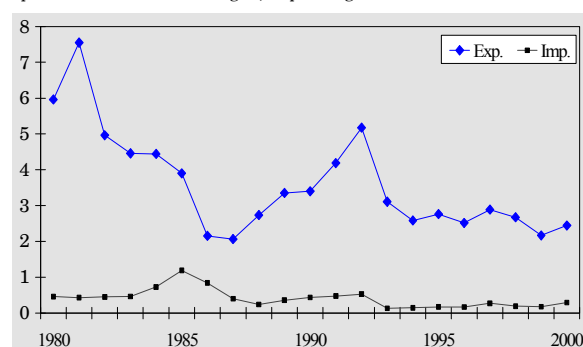
1. RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP

As trocas comerciais entre Portugal e os PALOP apresentaram em 2000 alguma dinâmica, com os valores das exportações e das importações de mercadorias a crescerem 26.8% e 92.7%, respectivamente, em relação aos valores nominais do ano anterior, atingindo 655.7 e 122.8 milhões de euros.

Gráfico I

Comércio com os PALOP

(peso no Comércio Externo Português, em percentagem)

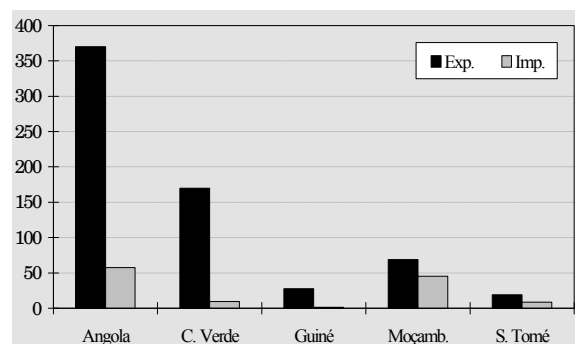


Apesar destes aumentos nominais, o peso dos fluxos comerciais com os PALOP nos valores globais das exportações e importações portuguesas mantém valores bastante discretos, representando 2.4% e 0.3%, respectivamente.

Gráfico II

Comércio com os PALOP

(Exp. e Imp. de Portugal em 2000, em milhões de EUR)



A balança comercial de Portugal com os Cinco manteve-se excedentária, com o respectivo saldo a crescer 17.5%. Como resultado do significativo crescimento das importações, a taxa de cobertura global caiu para 534% (de 812% no ano anterior),

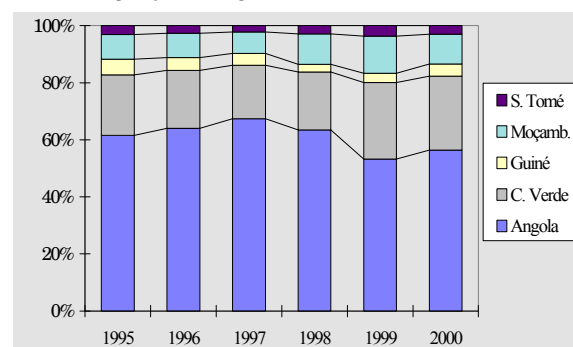
oscilando entre 153% com Moçambique e 1925% com a Guiné-Bissau.

A subida das exportações foi liderada por Angola (com um aumento de 94.5 milhões de euros, correspondente a +34.3% que em 1999), seguida por Cabo Verde (+31.1 milhões de euros, ou seja +22.5%) e pela Guiné-Bissau (+10.8 milhões de euros, +63.8%). Moçambique e S. Tomé registaram apenas ligeiras subidas.

Gráfico III

Comércio com os PALOP

(Destino das exportações de Portugal)

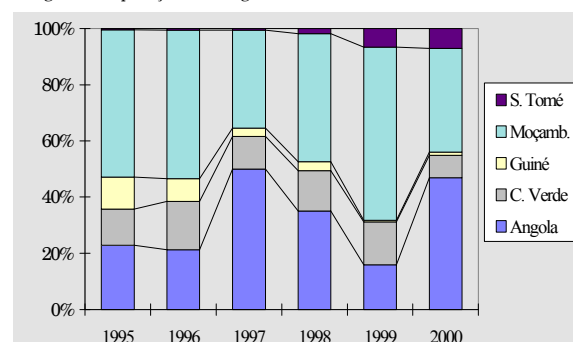


As importações, que apresentaram uma quase duplicação em termos globais face a 1999, expandiram-se fortemente relativamente às mercadorias originárias de Angola (+47.5 milhões de euros, ou +468.7%), após dois anos consecutivos de quebras, passando a deter a maior fatia de fornecimentos a Portugal dos Cinco (47%), destronando Moçambique (37%). Em relação aos restantes PALOP, os acréscimos foram bem mais modestos (entre os 6 milhões de euros de Moçambique e os 42 mil euros de Cabo Verde).

Gráfico IV

Comércio com os PALOP

(Origem das importações de Portugal)



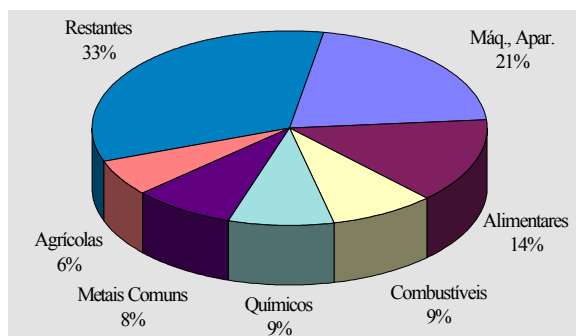
Os principais grupos de produtos que constituíram as exportações efectuadas por Portugal para os PALOP em 2000 foram mais uma vez *Máquinas e Aparelhos* e *Alimentares*, com fatias de, respectivamente, 21% e 14 %. Com quotas que rondaram os 8% aparecem em seguida *Combustíveis Minerais*, *Metais Comuns* e *Químicos*.

Os grupos *Máquinas e Aparelhos* e *Alimentares* foram também os principais grupos de produtos de exportação de Portugal para todos os países, apenas se tendo registado a intromissão de *Combustíveis Minerais* entre aqueles dois, em relação a Cabo Verde, e de *Metais Comuns*, no caso de Moçambique.

Gráfico V

Exportações para os PALOP em 2000

(por Grupos de Produtos)



De realçar o elevado grau de concentração, com os dois principais grupos de produtos a representarem mais de 40% em todos os países, com excepção de Angola que se fica pelos 36%. Em relação a Moçambique, o grupo *Máquinas e Aparelhos* representa sozinho quase 40% do total das exportações de Portugal para aquele país.

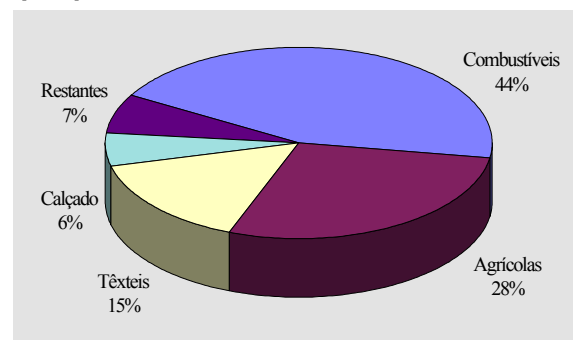
Nas importações provenientes dos PALOP em 2000, os grupos *Agrícolas*, *Matérias Têxteis* e *Combustíveis Minerais* representaram, conjuntamente, 87.8% do total. Note-se que as importações denotam igualmente uma elevada concentração, com os grupos *Combustíveis Minerais* e *Matérias Têxteis* a serem provenientes quase exclusivamente de Angola e Moçambique, respectivamente.

Da análise por país podemos destacar a grande concentração dos produtos importados em determinados grupos, com os *Combustíveis Minerais* a dominarem os oriundos de Angola (94%) e os *Agrícolas* em relação a S. Tomé (99%) e Moçambique (53%). Os principais produtos que entraram em Portugal provenientes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde foram, respectivamente, a *Madeira* (com um peso de 68%) e o *Calçado* (62%).

Gráfico VI

Importações dos PALOP em 2000

(por Grupos de Produtos)

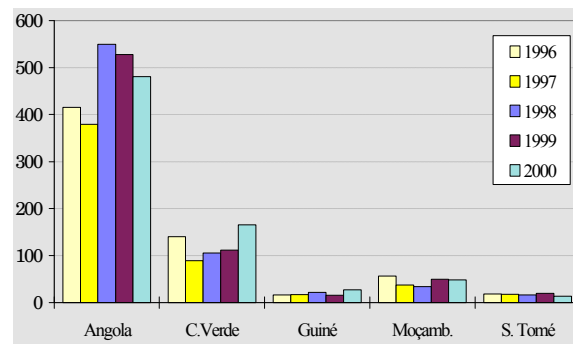


O resultado global das balanças de pagamentos bilaterais foi favorável a Portugal em 373.4 milhões de euros, no ano em análise, para o que contribuiu uma balança corrente excedentária em 734.3 milhões de euros, e os défices das balanças financeira e de capital (356.1 e 4.8 milhões de euros, respectivamente).

Gráfico VII

Balanças Correntes com os PALOP

(saldos em milhões de EUR)



O resultado da balança de pagamentos com cada um dos países foi favorável a Portugal, com excepção de Moçambique, onde se registou um valor negativo de 11.4 milhões

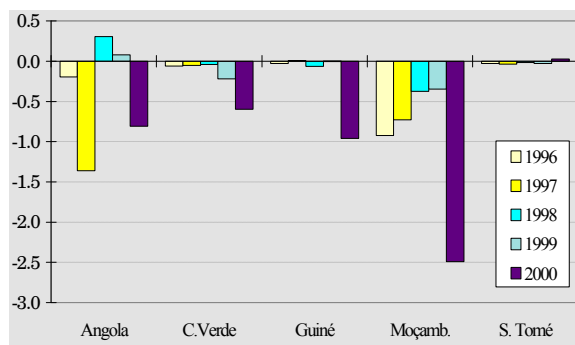
de euros. Os resultados da *balança corrente* foram determinantes, face à maioria dos países, com a rubrica *Mercadorias* a revelar-se a mais importante (com pesos sempre superiores a 57%). A rubrica *Serviços*, sempre favorável a Portugal, denotou alguma importância em relação a Angola e a Moçambique (22%, em ambos), apresentando muito menor expressão para os restantes PALOP.

Os saldos da rubrica *Rendimentos* denotaram algum significado em relação a Moçambique (22%) e S. Tomé e Príncipe (12%), sendo apenas desfavoráveis a Portugal no caso da Guiné-Bissau. A rubrica *Transferências Correntes*, cujo saldo global só foi favorável a Portugal com Angola, assumiu alguma relevância apenas em relação a Cabo Verde (-13%).

Gráfico VIII

Balanças de Capital com os PALOP

(saldos em milhões de EUR)

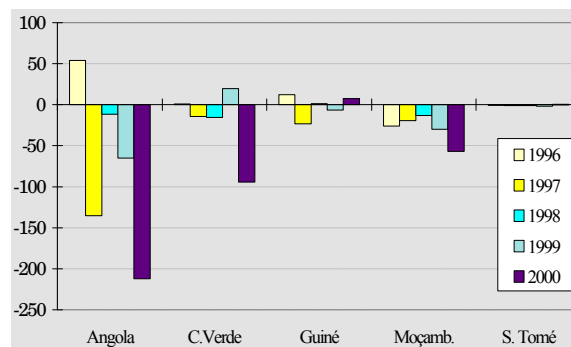


As *balanças de capital* continuam a apresentar valores pouco significativos, quando comparadas com as outras componentes da balança de pagamentos, quer em termos agregados quer em relação a cada um dos países. No global, esta rubrica foi responsável pela saída de 4.8 milhões de euros, mais de metade dos quais relativos a Moçambique.

Gráfico IX

Balanças Financeiras com os PALOP

(saldos em milhões de EUR)



Nas *balanças financeiras* foi apurado um défice global de 356.1 milhões de euros, resultante de saídas de 201.7 milhões de euros referentes a *Investimento Directo*, 98.3 milhões de euros em relação a *Investimento de Carteira* e 56.1 milhões de euros relativos a *Outro Investimento*. Angola e Moçambique foram os principais destinos do *Investimento Directo*, com 67% e 24% do total, respectivamente, com Cabo Verde a juntar-se a Angola nos casos do *Investimento de Carteira* e na rubrica *Outro Investimento*.

Anexo Estatístico

RELAÇÕES COMERCIAIS E BAL. DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 1

PORTUGAL/PALOP: Importação e Exportação de Mercadorias (óptica de Portugal)

(em milhões de EUR, preços correntes)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	15.4	8.7	0.1	2.8	0.7	1.6	7.4	6.3	0.5	0.8	24.1	20.2
	6.3	4.4	0.1	2.6	0.7	1.8	7.4	4.1	0.4	0.6	15.0	13.5
	4.6	12.1	0.2	2.9	1.4	2.0	4.2	6.9	0.4	1.1	10.8	25.1
	1.6	14.5	0.2	3.5	0.8	2.3	4.5	7.6	0.5	1.9	7.6	29.8
	3.9	29.3	0.2	5.0	1.0	3.7	10.1	5.6	0.8	1.4	16.0	45.0
1980	3.8	44.4	0.4	8.1	0.8	4.0	5.5	9.3	0.4	3.2	10.9	68.9
	4.7	69.0	1.1	9.0	0.9	4.5	5.6	10.4	0.6	3.9	13.0	96.8
	9.0	33.6	0.2	9.3	1.4	10.6	5.9	26.8	0.4	1.7	16.9	82.1
	7.5	55.2	0.2	14.7	3.2	7.0	8.6	35.0	0.9	1.3	20.5	113.1
	27.7	113.3	0.7	13.4	5.3	9.9	7.4	29.5	1.0	2.3	42.0	168.5
1985	69.8	133.3	1.2	23.4	1.6	9.5	5.1	18.7	0.8	4.2	78.7	189.1
	55.8	68.8	1.0	23.3	1.3	5.9	1.9	15.3	0.3	2.9	60.4	116.2
	28.0	72.9	2.5	26.6	1.9	9.4	6.8	22.4	0.2	3.8	39.4	135.0
	22.4	147.9	1.2	26.8	1.3	13.1	5.1	23.5	0.4	4.4	30.5	215.9
	40.6	251.5	1.6	28.3	1.8	20.5	9.0	29.7	0.3	7.0	53.3	337.0
1990	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7	77.6	396.2
	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9	90.1	491.5
	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3	107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4	25.4	383.5
	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5	32.3	383.5
1995	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9	43.0	421.3
	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9	45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2	78.7	584.2
	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9	62.5	580.4
	10.1	275.5	9.7	138.4	0.4	17.0	39.3	67.3	4.2	19.1	63.7	517.2
2000	57.7	370.0	9.8	169.6	1.4	27.8	45.2	69.1	8.7	19.3	122.8	655.7

Fonte: INE

RELAÇÕES COMERCIAIS E BAL. DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 2

PORTUGAL/PALOP: Peso do Comércio com os PALOP no Comércio Português

(em percentagem)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	3.10	3.53	0.02	1.14	0.15	0.65	1.49	2.56	0.10	0.32	4.86	8.20
	0.96	1.60	0.02	0.93	0.11	0.66	1.14	1.49	0.06	0.22	2.29	4.90
	0.48	3.13	0.02	0.76	0.15	0.53	0.44	1.77	0.05	0.28	1.14	6.47
	0.14	2.72	0.02	0.67	0.07	0.44	0.39	1.43	0.04	0.35	0.66	5.62
	0.23	3.34	0.01	0.57	0.06	0.42	0.61	0.64	0.05	0.16	0.96	5.13
1980	0.16	3.84	0.02	0.70	0.04	0.34	0.23	0.80	0.02	0.27	0.46	5.96
	0.15	5.39	0.04	0.70	0.03	0.35	0.19	0.81	0.02	0.31	0.43	7.55
	0.24	2.03	0.01	0.56	0.04	0.64	0.16	1.62	0.01	0.10	0.45	4.96
	0.17	2.17	0.01	0.58	0.07	0.27	0.19	1.38	0.02	0.05	0.46	4.46
	0.48	2.99	0.01	0.35	0.09	0.26	0.13	0.78	0.02	0.06	0.73	4.44
1985	1.06	2.75	0.02	0.48	0.02	0.20	0.08	0.39	0.01	0.09	1.19	3.90
	0.78	1.27	0.01	0.43	0.02	0.11	0.03	0.28	0.00	0.05	0.84	2.15
	0.29	1.11	0.03	0.41	0.02	0.14	0.07	0.34	0.00	0.06	0.40	2.06
	0.18	1.87	0.01	0.34	0.01	0.17	0.04	0.30	0.00	0.06	0.24	2.74
	0.27	2.50	0.01	0.28	0.01	0.20	0.06	0.30	0.00	0.07	0.36	3.35
1990	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07	0.43	3.40
	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07	0.47	4.19
	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07	0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08	0.13	3.11
	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07	0.14	2.58
1995	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08	0.17	2.76
	0.04	1.61	0.03	0.51	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07	0.17	2.52
	0.13	1.95	0.03	0.54	0.01	0.12	0.09	0.21	0.00	0.07	0.27	2.89
	0.07	1.70	0.03	0.54	0.01	0.07	0.09	0.28	0.01	0.08	0.19	2.67
	0.03	1.15	0.03	0.58	0.00	0.07	0.11	0.28	0.02	0.08	0.17	2.17
2000	0.14	1.38	0.02	0.63	0.00	0.10	0.11	0.26	0.03	0.07	0.29	2.44

Fonte: INE. Cálculos do Banco de Portugal

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 3

PORTUGAL/PALOP: Comércio Bilateral por Grupos de Produtos (óptica de Portugal)

(em milhões de EUR, preços correntes)

GRUPOS DE PRODUTOS	1998						EXPORTAÇÃO						2000					
	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	37.28	11.21	1.66	1.35	1.83	53.32	25.63	11.66	1.87	1.15	1.88	42.19	23.64	11.29	3.67	1.15	1.81	41.55
Alimentares	69.02	13.15	2.93	4.86	5.41	95.37	42.22	15.60	5.28	5.02	5.50	73.62	56.99	17.67	7.48	5.70	4.24	92.08
Combustíveis Minerais	4.56	19.68	0.21	0.04	0.18	24.67	3.50	19.57	0.16	0.20	0.10	23.53	3.84	51.70	0.21	0.58	0.39	56.72
Químicos	28.31	8.96	0.64	4.64	1.10	43.65	29.44	8.80	0.92	4.95	1.29	45.40	38.34	10.32	1.02	5.23	1.17	56.07
Plásticos, Borracha	13.58	4.87	0.68	2.38	0.56	22.06	9.52	5.56	0.55	2.53	0.72	18.88	15.26	5.54	0.75	2.74	1.00	25.28
Peles, Couros	0.77	2.59	0.00	0.28	0.01	3.66	0.64	4.40	0.05	0.63	0.01	5.72	0.62	3.62	0.03	0.44	0.02	4.72
Madeira, Cortiça	2.87	1.96	0.07	0.23	0.07	5.20	3.34	2.93	0.02	0.31	0.02	6.62	4.73	2.60	0.07	0.64	0.11	8.15
Pastas Celulósicas, Papel	12.06	3.45	0.28	1.92	0.47	18.16	11.65	3.64	0.44	1.89	0.56	18.18	22.09	3.98	0.38	2.43	0.34	29.22
Matérias Têxteis	9.16	3.57	0.12	1.70	0.84	15.38	4.20	3.79	0.15	1.11	0.48	9.72	9.86	4.07	0.23	1.28	0.57	16.01
Vestuário	8.26	0.39	0.14	0.81	0.13	9.73	6.45	0.60	1.05	1.24	0.20	9.53	5.64	0.88	0.45	1.30	0.11	8.38
Calçado	6.86	0.57	0.09	0.82	0.23	8.57	5.02	0.68	0.23	0.68	0.23	6.85	4.83	0.52	0.12	0.98	0.24	6.69
Minerais, Minérios	12.21	6.81	0.67	2.65	0.83	23.16	10.55	8.49	0.38	3.01	1.06	23.48	13.27	6.83	0.85	3.31	1.08	25.36
Metais Comuns	32.49	8.89	1.25	4.14	1.19	47.96	25.96	11.67	0.43	6.18	1.38	45.61	33.24	10.58	1.73	6.99	1.40	53.94
Máquinas, Aparelhos	71.94	20.22	3.19	27.87	2.32	125.54	53.87	24.76	2.43	30.87	2.62	114.56	77.43	24.74	4.51	27.21	3.53	137.43
Veículos e Outro Mat. de Transp.	22.64	4.75	2.83	2.56	1.11	33.88	20.14	8.09	2.15	2.79	2.14	35.31	21.44	8.16	4.54	2.54	2.28	38.96
Aparelhos de Óptica e Precisão	10.43	1.42	0.12	0.90	0.25	13.13	4.98	2.11	0.13	1.04	0.10	8.37	8.60	1.63	0.12	1.90	0.24	12.49
Outros Produtos	25.90	5.54	0.74	4.34	0.38	36.90	18.39	6.07	0.75	3.68	0.77	29.66	30.13	5.46	1.66	4.70	0.73	42.68
Total	368.33	118.01	15.63	61.48	16.91	580.36	275.49	138.43	16.98	67.27	19.05	517.23	369.96	169.58	27.81	69.12	19.28	655.75

Fonte: INE.

GRUPOS DE PRODUTOS	1998						IMPORTAÇÃO						2000					
	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	3.56	0.67	0.64	9.41	0.83	15.11	2.46	0.50	0.02	19.47	4.15	26.59	1.83	0.21	0.40	23.78	8.59	34.80
Alimentares	0.03	0.00	0.05	0.00	0.00	0.09		0.00	0.00		0.00	0.01		0.00				0.00
Combustíveis Minerais	14.19		0.07			14.26	5.70	0.23				5.92	54.23	0.00				54.23
Químicos	0.00	0.03	0.00			0.04	0.00	0.02		0.01		0.03	0.02	0.00		0.03		0.06
Plásticos, Borracha	0.00	0.01	0.01	0.00		0.02	0.06	0.00		0.02		0.08	0.05	0.01		0.02		0.08
Peles, Couros		0.03	0.02	0.00		0.05	0.04	0.10		0.02		0.16	0.01	0.08				0.09
Madeira, Cortiça	0.00	0.01	0.79	0.16	0.00	0.96	0.44	0.00	0.20	0.58		1.22	0.73		0.98	0.73	0.00	2.44
Pastas Celulósicas, Papel	0.00	0.01	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.01		0.02		0.03	0.00	0.04		0.00		0.04
Matérias Têxteis	0.01	0.01	0.00	18.24	0.00	18.26	0.01	0.02		17.82	0.00	17.85	0.00	0.02	0.00	18.81		18.82
Vestuário	0.00	1.68	0.00	0.00		1.68	0.01	1.92		0.00		1.92	0.01	2.20		0.00		2.20
Calçado		5.94	0.00	0.30		6.25	0.02	6.12		0.96		7.10	0.07	6.08		0.77		6.92
Minerais, Minérios	0.70	0.01	0.01	0.06		0.78	0.96	0.00		0.02		0.99	0.36	0.00	0.00	0.13		0.50
Metais Comuns	0.03	0.03	0.04	0.02	0.01	0.12	0.03	0.01	0.00	0.02	0.01	0.07	0.04	0.07	0.00	0.00	0.01	0.12
Máquinas, Aparelhos	0.20	0.42	0.24	0.07	0.07	1.00	0.13	0.72	0.03	0.27	0.02	1.17	0.15	0.85	0.01	0.17	0.04	1.24
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.30	0.05	0.14	0.15	0.18	0.83	0.27	0.05	0.12	0.04	0.01	0.50	0.13	0.14	0.04	0.09	0.05	0.44
Aparelhos de Óptica e Precisão	0.03	0.06	0.00	0.01	0.04	0.14	0.02	0.03		0.00	0.00	0.06	0.01	0.01	0.00	0.04	0.00	0.07
Outros Produtos	2.83	0.02	0.01	0.03	0.00	2.90	0.00	0.01		0.02		0.03	0.02	0.07	0.00	0.66	0.00	0.75
Total	21.90	8.96	2.03	28.46	1.14	62.49	10.14	9.74	0.37	39.28	4.20	63.73	57.67	9.78	1.44	45.24	8.70	122.82

Fonte: INE.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 4

Balanças de Pagamentos com os PALOP (óptica de Portugal)

(em milhões de EUR)

		Balança Corrente					Balança de Capital	Balança Financeira				Balança agregada
		Mercadorias	Serviços	Rendimentos	Transf. Correntes	Total		Investimento Directo	Investimento de Carteira	Outro Investimento	Total	
Angola	1996	305.4	69.8	0.1	3.8	379.0	-0.2	-9.8	0.2	63.5	53.9	432.7
	1997	368.6	136.0	34.2	10.9	549.7	-1.4	-21.3	0.2	-114.1	-135.2	413.1
	1998	359.0	129.8	26.1	13.0	527.9	0.3	-24.6	0.1	13.1	-11.4	516.8
	1999	274.4	106.7	26.3	8.2	415.5	0.1	-78.8	0.0	13.7	-65.1	350.5
	2000	333.1	106.6	35.5	5.6	480.8	-0.8	-135.3	-54.9	-21.8	-212.0	268.0
Cabo Verde	1996	91.5	4.4	0.3	-7.6	88.6	-0.1	-0.7		1.2	0.5	89.1
	1997	103.3	8.3	2.6	-8.6	105.6	-0.1	-12.0		-2.5	-14.5	91.0
	1998	112.2	6.2	1.5	-8.3	111.6	0.0	-5.5		-10.0	-15.5	96.1
	1999	132.3	12.7	4.7	-10.0	139.8	-0.2	-38.9		58.7	19.9	159.4
	2000	169.0	11.8	6.9	-22.3	165.3	-0.6	-15.0	-30.7	-48.8	-94.4	70.3
Guiné-Bissau	1996	18.6	-1.7	-0.3	0.1	16.7	0.0	-0.3	0.0	12.6	12.3	29.0
	1997	23.1	-1.3	-0.6	-0.1	21.1	0.0	-8.9	0.0	-14.5	-23.3	-2.2
	1998	14.2	0.9	0.1	0.3	15.5	-0.1	-1.1		2.6	1.5	16.9
	1999	17.1	-1.9	0.7	0.2	16.0	0.0	-0.8		-5.7	-6.4	9.6
	2000	27.9	0.2	-0.3	-1.0	26.9	-1.0	-3.0	-0.1	10.7	7.5	33.4
Moçambique	1996	18.6	6.4	10.2	1.7	36.9	-0.9	-16.0	0.1	-10.2	-26.0	10.0
	1997	17.6	1.0	12.4	2.6	33.6	-0.7	-18.4	1.8	-2.6	-19.2	13.7
	1998	35.7	-4.4	16.9	1.5	49.7	-0.4	-19.5	0.1	6.2	-13.3	36.0
	1999	30.6	13.7	19.9	-7.9	56.2	-0.3	-14.0	-0.1	-15.8	-29.8	26.1
	2000	27.5	10.7	10.5	-0.8	47.9	-2.5	-48.5	-12.8	4.4	-56.8	-11.4
S. Tomé e Príncipe	1996	13.1	3.3	0.8	0.2	17.4	0.0	-0.9	0.0	0.2	-0.6	16.8
	1997	13.3	1.9	0.6	0.1	15.9	0.0	-0.9	0.0	-0.1	-1.0	14.8
	1998	16.5	2.6	0.4	0.1	19.6	0.0	-0.7	0.0	-0.4	-1.1	18.5
	1999	15.2	2.3	1.1	-0.1	18.5	0.0	-1.2	0.0	-0.6	-1.8	16.7
	2000	11.6	0.8	1.6	-0.6	13.4	0.0	0.1	0.1	-0.6	-0.5	13.0

Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubrica mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.

2. INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL

Encontrando-se em fase de abertura e reestruturação, as economias dos PALOP são susceptíveis de gerar alguma apetência junto dos investidores portugueses, pelo que se torna importante referir, ainda que sumariamente, os desenvolvimentos observados em 2000 nos programas de privatização daqueles países.

Em Cabo Verde, esse programa registou algum abrandamento face a 1999, tendo sido dominado pelas privatizações do sector financeiro, embora tenha já incluído algumas empresas de outros sectores (construção e telecomunicações). Deverá ter um novo impulso durante 2001, prevendo-se a sua conclusão em 2002.

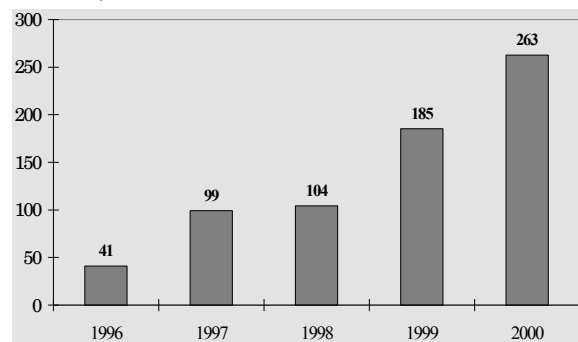
Enquanto que em Moçambique o programa está já praticamente concluído (com um reduzido movimento em 2000), em S. Tomé e Príncipe, o ano foi caracterizado pela preparação das condições legais e processuais para a continuação do programa de privatizações, tendo sido aprovado o relativo às grandes empresas agrícolas.

Em Angola e na Guiné-Bissau os programas de privatização encontram-se ainda em fase de preparação, carecendo de enquadramento legal coerente no primeiro caso, pelo que se espera que as vendas mais importantes deverão ocorrer durante 2001 em qualquer destes países.

Gráfico I

Investimento Português nos PALOP

(Total anual, em milhões de euros)



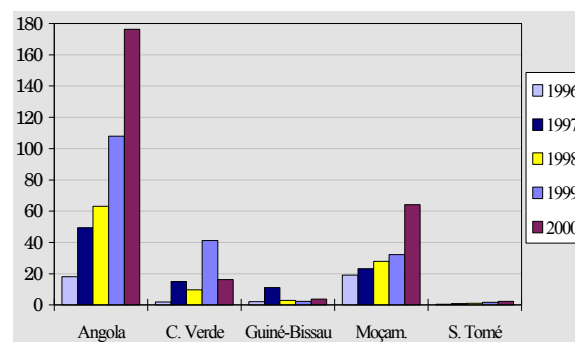
O investimento português nos PALOP atingiu 262.7 milhões de euros no ano de 2000. Em termos líquidos, e tendo em conta um montante total de 57.9 milhões de euros de desinvestimentos no mesmo período, o fluxo líquido para este grupo de países registou 204.8 milhões de euros.

Do investimento realizado, Angola recebeu a maior fatia (67%), cimentando a posição dominante, seguido de Moçambique (24%, denotando algum ganho relativo), de Cabo Verde (6%, caindo bastante após o ano excepcional de 1999) e da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (ambos rondando 1%, mantendo sensivelmente o peso relativo).

Gráfico II

Investimento Português nos PALOP

(por país, em milhões de euros)



Em termos nominais, o valor deste investimento cresceu 41.9% relativamente a 1999, decorrendo principalmente das subidas em Angola e Moçambique. Embora correspondendo a taxas de crescimento elevadas, os acréscimos nominais registados na Guiné-Bissau e em S. Tomé e Príncipe foram bastante pequenos. O fluxo de investimento para Cabo Verde teve uma redução significativa, regressando aos valores que tradicionalmente apresentava antes do elevado investimento de 1999.

As principais receptoras do investimento efectuado foram as actividades integradas nos sectores: *Actividades Financeiras* (27.6%); *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*

(24.7%); *Indústrias transformadoras* (23.7%); e, *Construção* (14.9%).

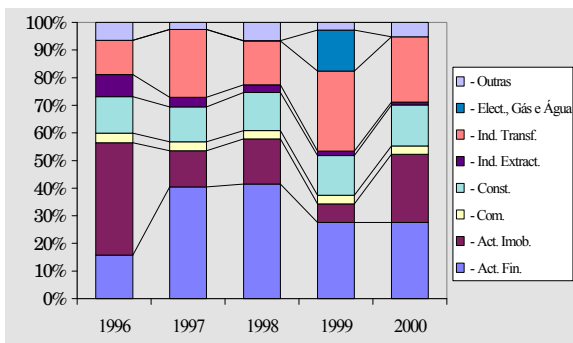
No que respeita ao desinvestimento, foram também Angola e Moçambique a registar os valores mais elevados em termos relativos, tendo atingido, respectivamente, 22.8% e 24.0% do valor do investimento. Em Angola, o desinvestimento mais acentuado registou-se no sector *Indústrias extractivas* (à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos), enquanto em Moçambique essa posição foi ocupada pelo sector *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.

O investimento directo realizado por Portugal em **Angola** durante 2000, num montante total de 176.4 milhões de euros (+63.3% que no ano anterior), assentou o seu crescimento na evolução das *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Actividades financeiras e Indústrias transformadoras*.

Gráfico III

Investimento Português nos PALOP

(por sectores de actividade, em percentagem)



O investimento em **Moçambique** praticamente duplicou face a 1999, tendo-se cifrado em 64.2 milhões de euros. Esta evolução deveu-se, fundamentalmente, às subidas dos valores das rubricas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Actividades financeiras e Construção*.

Para **Cabo Verde** foi canalizado investimento no valor de 16.2 milhões de euros, o que representa uma quebra de

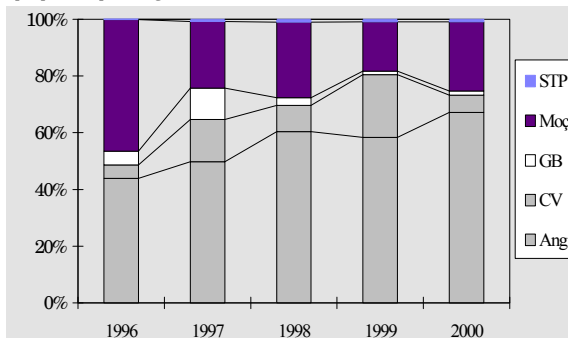
60.7% face ao ano anterior. Esta evolução foi determinada pela descida do valor dedicado ao sector da *Produção e distribuição de electricidade, gás e água*, com os restantes fluxos a apresentarem valores pequenos, repartindo-se em subidas e descidas.

O investimento na **Guiné-Bissau** aumentou 65.9%, chegando aos 3.8 milhões de euros, influenciado pelo comportamento das rubricas *Transportes, armazenagem e comunicações* e *Sector não identificado e particulares*. De notar ainda a quebra continuada dos fluxos destinados às actividades enquadradas no sector *Comércio*.

Gráfico IV

Investimento Português nos PALOP

(por país, em percentagem)



O investimento efectuado em **S. Tomé e Príncipe** cresceu cerca de 42.3% em relação ao ano anterior, atingindo um montante de 2.2 milhões de euros. Na base desta evolução estiveram os aumentos registados em *Actividades financeiras* e *Transportes, armazenagem e comunicações*, as quais constituem as actividades para onde se destinaram as fatias mais significativas do fluxo encaminhado para este país, com 66.4% e 22.4% do total, respectivamente.

O investimento directo dos PALOP em Portugal cresceu 77.9% relativamente a 1999, a que corresponde um aumento de 0.8 milhões de euros nesse ano para 1.3 milhões de euros em 2000.

Esta evolução tem origem nos investimentos provenientes de **Angola**, que no ano em análise apresentaram um incremento de 0.38 milhões de euros (correspondente a +63.2%). Para este comportamento concorreram principalmente as subidas no investimento canalizado para as actividades integradas nos grupos *Sector não identificado e particulares e Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*. Angola continua a ser o maior investidor em Portugal, de entre os Cinco, com 73.7% do total, em 2000.

Moçambique contribuiu também para o crescimento do investimento dos PALOP em Portugal, com um aumento de 0.18 milhões de euros (+143.6% que em 1999), sendo o segundo dos Cinco com 22.4% do total. Os investimentos destinaram-se principalmente às *Indústrias transformadoras e à Construção*, tendo as *Actividades financeiras* registado algum decréscimo.

Os investimentos provenientes de **Cabo Verde**, no valor de 31 mil euros, correspondente a 2.4% do total, foram aplicados no sector do *Comércio*. Note-se que foi registado algum desinvestimento de Cabo Verde em Portugal, nos sectores *Indústrias transformadoras e Outras actividades*, pelo que em 2000 acabou por ser um impacto líquido negativo.

S. Tomé e Príncipe dirigiu investimentos para o sector *Construção*, no montante de 17 mil euros, equivalente a 1.3% do total. Em relação à **Guiné-Bissau**, e pelo segundo ano consecutivo, não foi registado qualquer investimento em Portugal.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP

(Situação em 17 de Agosto de 2001)

<u>PAÍS/BANCO</u>	<u>FORMA DA REPRESENTAÇÃO</u>
<u>ANGOLA</u>	
Banco BPI	Sucursal em Luanda e nove agências
Banco Com. Português	Sucursal em Luanda
	Banco Africano de Investimento
Banco Espírito Santo	Escritório em Luanda
Banco Totta & Açores	Sucursal em Luanda e seis agências
<u>CABO VERDE</u>	
Banco Totta & Açores	Sucursal em Praia e duas agências
Caixa Geral de Depósitos	Banco Interatlântico
	Banco Comercial do Atlântico
<u>GUINÉ-BISSAU</u>	
Banco Totta & Açores	Sucursal em Bissau
Crédito Predial Português	Banco Intern. da Guiné-Bissau
<u>MOÇAMBIQUE</u>	
Banco BPI	Banco de Fomento
Banco Com. Português	Banco Intern. de Moçambique (BIM)
	Banco Comercial de Moçambique
	BIM - Investimento
	Novo Banco
Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Totta & Açores	Banco Standard Totta de Moçambique
Caixa Geral de Depósitos	Banco Com. e de Investimentos
<u>S. TOMÉ E PRÍNCIPE</u>	
Banco Nac. Ultramarino	Banco Int. de S. Tomé e Príncipe
Banco Totta & Açores	Banco Int. de S. Tomé e Príncipe

Anexo Estatístico

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 1

Investimento Directo de Portugal nos PALOP

(por sectores de actividade, em milhões de euros)

		1996		1997		1998		1999		2000	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Actividades financeiras	3.44	8.04	18.47	0.85	31.97	1.27	36.92	1.06	52.65	0.18
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	5.74	0.16	7.45	0.51	3.08	0.75	2.56	0.71	36.65	0.78
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura					0.02					
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.15	1.95	1.53	0.10	1.81	0.13	2.33	0.13	3.14	0.08
	Construção	4.10	5.07	10.46	1.40	12.17	2.13	22.07	1.93	29.51	6.96
	Educação										
	Indústrias extractivas	3.27	1.64	3.40	11.84	2.83	19.00	2.94	23.62	2.54	31.43
	Indústrias transformadoras	1.18	0.23	7.73	0.54	10.56	0.84	40.63	0.87	51.25	0.75
	Pesca	0.03	0.03	0.08	0.06	0.13	0.20	0.27	0.01	0.39	0.00
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações		0.06	0.08		0.12		0.16		0.24	
	Sector não ident. e particulares	0.03		0.18	1.80	0.03	0.60	0.13	0.45		0.01
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.06		0.05		0.34		0.01		0.04	
<i>Total</i>		<i>18.02</i>	<i>17.19</i>	<i>49.42</i>	<i>17.10</i>	<i>63.06</i>	<i>24.93</i>	<i>108.03</i>	<i>28.78</i>	<i>176.40</i>	<i>40.19</i>
Cabo Verde	Actividades financeiras	0.17	0.04	0.38	0.18	3.63	0.29	4.29	0.38	2.73	0.61
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas		0.00	1.08	0.07	1.76	0.42	2.91	0.14	4.92	0.17
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração									0.42	
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.16	0.03	0.07	0.03	0.10	0.05	0.06	0.04	0.09	0.01
	Construção	0.34	0.21	0.34	0.14	0.34	0.21	1.10	0.17	1.67	0.03
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	0.97	1.23	13.02	1.13	3.68	1.69	4.50	1.45	5.58	0.39
	Pesca									0.00	
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água							27.33			
	Saúde e acção social							0.25			
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.53	0.00	0.01	0.00
	Sector não ident. e particulares	0.07		0.01		0.05		0.09		0.73	
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais							0.02		0.01	
<i>Total</i>		<i>1.92</i>	<i>1.50</i>	<i>14.89</i>	<i>1.55</i>	<i>9.57</i>	<i>2.65</i>	<i>41.08</i>	<i>2.18</i>	<i>16.16</i>	<i>1.20</i>
Guiné-Bissau	Actividades financeiras	0.02	0.45	8.85	0.40	0.16	0.90	0.25	0.19	0.38	0.30
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.08	0.01	0.01	0.01	0.15	0.01	0.01	0.01	0.02	0.00
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração					0.03					
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.85	0.64	1.15	0.61	1.00	0.91	0.99	0.76	0.80	0.13
	Construção										
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	0.50	0.37	0.88	0.44	0.89	0.66	0.86	0.57	0.80	0.14
	Pesca		0.00	0.00		0.00		0.00		0.00	
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.56	0.00	0.08	0.00	0.59	0.00	0.17		0.99	
	Sector não ident. e particulares		0.02	0.00						0.80	0.19
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
<i>Total</i>		<i>2.00</i>	<i>1.49</i>	<i>10.98</i>	<i>1.47</i>	<i>2.82</i>	<i>2.49</i>	<i>2.28</i>	<i>1.52</i>	<i>3.79</i>	<i>0.75</i>
Moçambique	Actividades financeiras	2.82	2.08	12.10	0.05	6.87	0.09	8.49	0.11	15.27	0.16
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	10.88	0.04	4.28	1.98	12.00	4.07	7.04	7.20	23.24	7.99
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.30		0.05	0.52	2.82	0.84	0.75	1.10	2.01	1.60
	Alojamento e restauração							0.06		2.29	
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.23	0.01	0.37	0.11	0.19	0.16	2.25	0.14	3.71	0.03
	Construção	0.95	0.43	1.81	0.17	1.92	0.43	3.55	0.49	7.91	2.56
	Educação	0.10	0.07	0.13	0.07	0.11	0.10	0.11	0.09	0.09	0.02
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	2.42	0.59	2.79	0.63	1.52	0.98	7.86	7.73	4.49	1.06
	Pesca									1.17	
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água					0.02				0.05	
	Saúde e acção social							0.08		0.01	
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.54	0.00	0.91	0.67	0.53	1.05	0.81	1.21	0.81	1.55
	Sector não ident. e particulares	0.70		0.70	0.04	0.47		1.01	0.02	2.83	0.40
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.07		0.07		1.43		0.18		0.26	
<i>Total</i>		<i>18.99</i>	<i>3.23</i>	<i>23.19</i>	<i>4.23</i>	<i>27.87</i>	<i>7.72</i>	<i>32.20</i>	<i>18.09</i>	<i>64.16</i>	<i>15.39</i>
S. Tomé e Príncipe	Actividades financeiras		0.52	0.41		0.66	0.05	1.03		1.49	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.01	0.03	0.19	0.10	0.07	0.22	0.07	0.30	0.05	0.32
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura				0.03						
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.04	0.02	0.04	0.04	0.04	0.06	0.04	0.06	0.03	0.05
	Construção									0.10	
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras		0.00	0.00							
	Pesca		0.00	0.07	0.04	0.06	0.05	0.06	0.04	0.05	0.01
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.01	0.10	0.11	0.02	0.19	0.12	0.35		0.50	
	Sector não ident. e particulares			0.01		0.01		0.02		0.02	
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
<i>Total</i>		<i>0.06</i>	<i>0.68</i>	<i>0.83</i>	<i>0.24</i>	<i>1.01</i>	<i>0.50</i>	<i>1.57</i>	<i>0.40</i>	<i>2.24</i>	<i>0.38</i>
Total PALOP		41.00	24.09	99.32	24.59	104.33	38.30	185.16	50.97	262.75	57.92

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 2

Investimento Directo dos PALOP em Portugal

(por sectores de actividade, em milhões de euros)

		1996		1997		1998		1999		2000	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Actividades financeiras			0.07		0.11	0.05	0.11		0.12	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.02	0.01	1.20		0.01		0.06		0.20	
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura						1.99				
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.80	0.14	0.15	0.55	0.16	0.35	0.17	0.03	0.18	
	Construção	0.01	0.02	0.07		0.19		0.09		0.14	
	Educação										
	Indústrias extractivas			0.00	0.04		0.02	0.02	0.02		0.02
	Indústrias transformadoras			0.00	0.04						
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
Cabo Verde	Transportes, armazenagem e comunicações			1.55		1.89					
	Sector não ident. e particulares	0.33	0.01	0.30	0.00	0.66		0.16	0.10	0.34	0.03
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
	<i>Total</i>	<i>1.17</i>	<i>0.17</i>	<i>3.33</i>	<i>0.63</i>	<i>3.02</i>	<i>2.40</i>	<i>0.60</i>	<i>0.15</i>	<i>0.98</i>	<i>0.05</i>
	Actividades financeiras										
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas										
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			0.00							
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.						0.12			0.03	
	Construção					0.03					
	Educação										
	Indústrias extractivas										
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras									0.05	
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações			0.07		0.31					
	Sector não ident. e particulares			0.04			0.03	0.05			0.02
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
	<i>Total</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.11</i>	<i>0.00</i>	<i>0.34</i>	<i>0.14</i>	<i>0.05</i>	<i>0.00</i>	<i>0.03</i>	<i>0.07</i>
	Actividades financeiras										
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.02									
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
Moçambique	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.										
	Construção	0.03		0.05							
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras						0.18				
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares	0.00		0.02		0.02					
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
	<i>Total</i>	<i>0.05</i>	<i>0.00</i>	<i>0.07</i>	<i>0.00</i>	<i>0.02</i>	<i>0.18</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
S. Tomé e Príncipe	Actividades financeiras						0.10			0.04	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas				0.15		0.20			0.02	
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura							0.01			
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.						0.10				
	Construção			0.03	0.28					0.07	0.01
	Educação							0.01			
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras		0.08		0.04					0.13	
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
S. Tomé e Príncipe	Transportes, armazenagem e comunicações	0.01								0.02	
	Sector não ident. e particulares	0.01	0.04	0.36		0.31		0.00		0.03	0.01
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
	<i>Total</i>	<i>0.02</i>	<i>0.12</i>	<i>0.40</i>	<i>0.46</i>	<i>0.31</i>	<i>0.40</i>	<i>0.12</i>	<i>0.01</i>	<i>0.30</i>	<i>0.03</i>
	Actividades financeiras										
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas										
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.01								0.02	
	Construção										
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares										
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										
	<i>Total</i>	<i>0.01</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.02</i>	<i>0.00</i>
Total PALOP		1.25	0.29	3.91	1.09	3.69	3.12	0.77	0.16	1.34	0.15

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

3. DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

A dívida oficial dos PALOP a Portugal - dívida **directa** ao Estado e por este **garantida** - totalizava 1 213 milhões de USD em 31 de Dezembro de 2000, excluindo a dívida da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, no montante de 2 186 milhões de USD, com a seguinte distribuição por país:

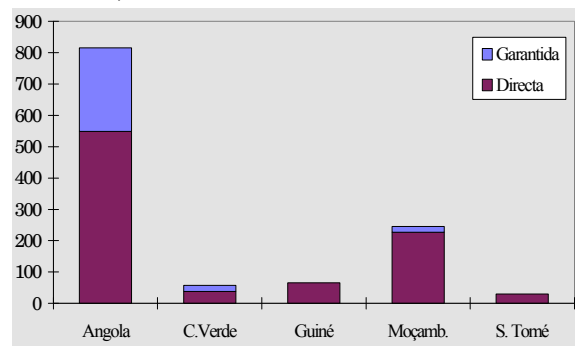
Dívida Oficial dos PALOP a Portugal
(em 31-12-2000)

	Milhões USD	%
Angola	815	67.2
Moçambique	245	20.2
Guiné-Bissau	65	5.4
Cabo Verde	58	4.8
S. Tomé e Príncipe	30	2.4

Em relação ao ano de 1999, esta dívida teve uma redução de 44 milhões de USD, que resultou da conjugação da diminuição da dívida directa em 74 milhões de USD, e do aumento da dívida garantida em 30 milhões de USD.

Gráfico I

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal
(em 31-12-2000, em milhões de USD)



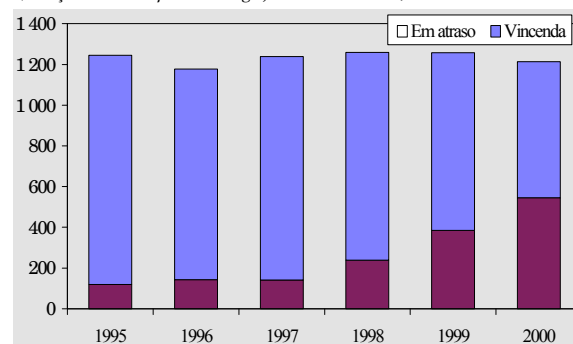
Esta redução coexiste com a permanência e acumulação de atrasos na liquidação de créditos vencidos, cujo valor atingiu os 546 milhões de USD (+161 milhões que em 1999) e com a redução da dívida vincenda para 667 milhões de USD (-205 milhões que no ano anterior).

A diminuição do valor da dívida global foi determinada pelas reduções registadas nas dívidas da Guiné-Bissau (4 milhões de USD) e, sobretudo, de Moçambique (136 milhões de USD). A evolução das obrigações de Angola e Cabo Verde variaram em sentido inverso, tendo sofrido acumulações de 76 e 19 milhões de USD, respectivamente.

Gráfico II

PALOP

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)

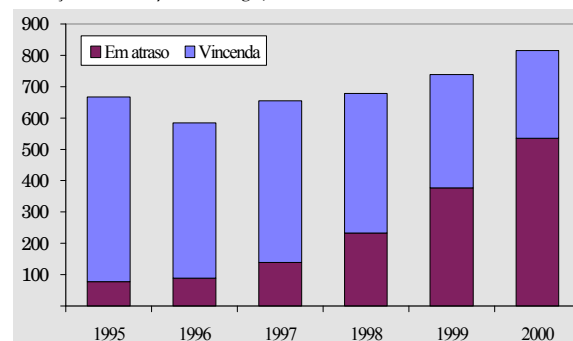


O agravamento da dívida oficial de **Angola** durante 2000, no montante de 76 milhões de USD, representou 10.3% do seu valor global e resultou do aumento quer da sua componente directa (+47 milhões de USD) quer da garantida (+29 milhões de USD). No mesmo sentido evoluiu a dívida em atraso de liquidação, passando para 536 milhões de USD, o que corresponde a um aumento de 42% relativamente a 1999.

Gráfico III

Angola

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



A evolução registada na dívida deste país, caracterizada por reduções da dívida vincenda e aumentos significativos da dívida em atraso de liquidação, tem como causa a

cessação do pagamento do respectivo serviço, originado, em parte, pela não afectação de fundos, a partir de Maio de 1998, no âmbito da Convenção Relativa ao Controlo dos Fluxos Cambiais Resultantes do *Evergreen Crude Petroleum Sales Contract*.

Os problemas relativos à dívida de Angola, em constante agravamento desde 1997, têm vindo periodicamente a ser objecto de análise entre os dois países, sem resultados práticos até ao momento:

- aquando da realização da V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Portugal/Angola, no ano de 1996, os dois países manifestaram a intenção de promover a conversão de dívida em capital (*debt-equity swap*);
- no final de 1997, no decurso da visita do primeiro-ministro português a Angola, procedeu-se à assinatura de um Memorando de Entendimento para a constituição de um Grupo de Trabalho Conjunto, o qual teve a sua primeira reunião em Abril de 1999, não tendo até à data apresentado propostas para negociação;
- ao longo de 2000, foram feitas algumas reuniões a nível ministerial sobre a questão da dívida sem no entanto se chegarem a conclusões.

A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal registou uma redução substancial, que atingiu 136 milhões de USD em 2000, ou seja, cerca de 35% do seu valor no ano anterior. Para esta diminuição, na sua quase totalidade proveniente de redução da dívida directa, terá concorrido o perdão de 30 milhões de contos (149.64 milhões de euros) no âmbito da ajuda após as cheias de Março de 2000.

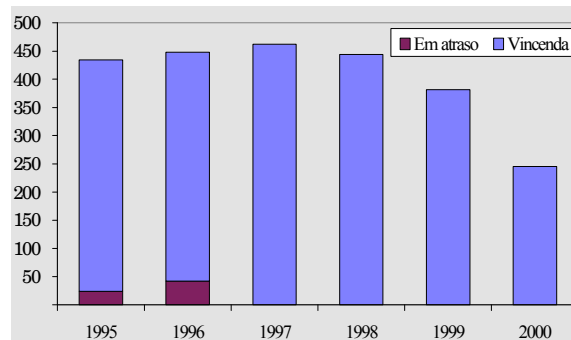
A dívida deste país foi reestruturada em 1987, 1991, 1992, 1993 e 1996, no âmbito do Clube de Paris. Negociado neste fórum, foi celebrado um acordo de reescalonamento

com prazo de consolidação até Junho de 1999. Neste acordo foram aplicados os *Termos de Nápoles*, que previam a possibilidade de levar a efeito reescalonamentos que poderiam resultar em reduções de 67% do valor actualizado líquido da dívida.

Gráfico IV

Moçambique

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



Entretanto, em Junho de 1999, Moçambique foi declarado beneficiário de assistência excepcional no âmbito da “Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados” (HIPC), do FMI e do Banco Mundial. Em Abril de 2000, e após o reforço da Iniciativa, Moçambique qualificou-se para alívio adicional de dívida. No total, através da HIPC, o país beneficiará de uma redução do valor da dívida externa de 72% do respectivo valor actualizado líquido. Neste âmbito, Portugal participou com 15 milhões de USD no *Trust Fund* associado à Iniciativa da Dívida, destinados a Moçambique.

A dívida oficial da **Guiné-Bissau** surgiu de forma organizada em 1985, com a concessão de dois empréstimos, no valor global de USD 24 milhões, para regularização de atrasados.

Depois de ter sido reestruturada em 1987, numa operação de 79 milhões de USD, foi acordada outra reestruturação, em 1995, no âmbito do Clube de Paris, abrangendo dívida vencida e vincenda no período compreendido entre 1995 e 1997, posteriormente alargado para o fim de Julho

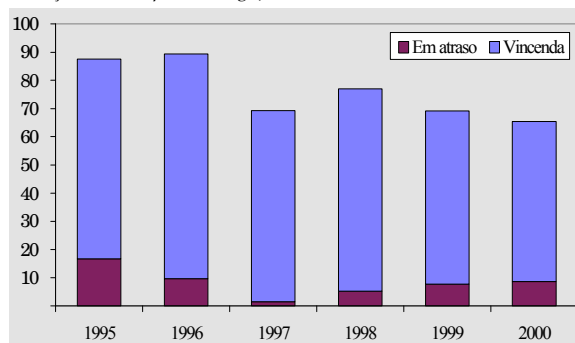
de 1998, à qual são aplicáveis os *Termos de Nápoles*.

Após uma redução registada no ano de 1997, que esteve predominantemente ligada a negociações bilaterais prévias à adesão do país à UEMOA, a dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal aumentou 8 milhões de USD em 1998. Daí em diante, o seu valor em dólares norte-americanos tem vindo a descer (-8 milhões em 1999 e -6 milhões em 2000, para se situar em 65 milhões de USD no final do ano passado), reflectindo a desvalorização do escudo face àquela divisa. Tem-se verificado, no entanto, uma acumulação de atrasados.

Gráfico V

Guiné-Bissau

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



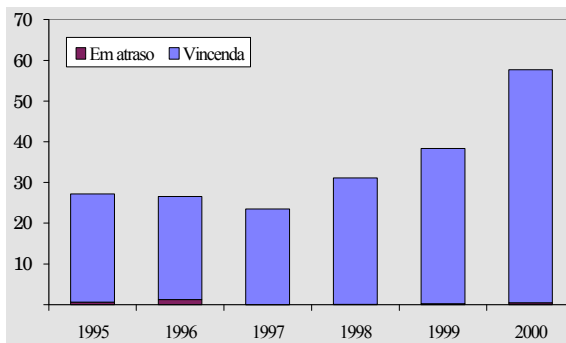
A Guiné-Bissau atingiu, em Dezembro de 2000, o Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada, qualificando-se para um alívio de dívida de cerca de 85% do seu valor líquido actualizado.

A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal aumentou 50% de 1999 para 2000, chegando aos 58 milhões de USD no final de do ano transacto, principalmente em resultado da variação havida na dívida directa ao Estado, originada pela não liquidação dos montantes sacados da Facilidade de Crédito de Apoio à Convertibilidade do escudo cabo-verdiano. A dívida de Cabo Verde é quase exclusivamente vincenda, registando apenas USD 46 mil em situações de atraso.

Gráfico VI

Cabo Verde

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)

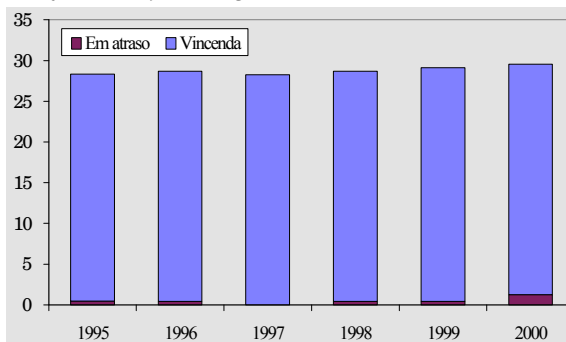


A dívida de **S. Tomé e Príncipe** a Portugal foi reestruturada em 1995, abrangendo créditos no valor de USD 28 milhões. Os reembolsos serão aplicados na aquisição de activos financeiros em S.Tomé, o saldo em dívida vence juros todos os semestres à taxa de 3% e as duas primeiras prestações foram capitalizadas. Decorrido o prazo de 6 anos e 11 meses, a dívida não convertida será reembolsada em 15 anos. No final de 2000, ao valor da dívida reestruturada acrescia 1.28 milhões de USD de juros em atraso de liquidação.

Gráfico VII

S. Tomé e Príncipe

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



À semelhança da Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe atingiu também em Dezembro de 2000 o Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada, qualificando-se para uma redução de 83% do valor actualizado líquido da dívida externa.

Anexo Estatístico

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

(em milhões de USD)

		Dívida Directa ao Estado (1)			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado (2)			Dívida a Curto prazo Garantida pelo Estado (3)			Dívida Oficial (1)+(2)+(3)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	1995	391 ^(a)	62 ^(b)	454	198	16	213				589	78	667
	1996	404 ^(c)	82 ^(d)	486	92	7	99				496	89	585
	1997	338 ^(e)	129 ^(f)	467	178	11	188				516	139	655
	1998	276 ^(e)	199 ^(f)	475	170	34	204				446	233	679
	1999	211	291 ^(g)	502	151	86	237				362	377	739
	2000	170 ^(h)	379 ⁽ⁱ⁾	549	110	156	266				280	536	815
Cabo Verde	1995	2	1	3	24		24				27	1	27
	1996	2	1	3	23	1	24				25	1	27
	1997	2	0	2	22		22				23	0	24
	1998	11	0	11	20		20				31	0	31
	1999	21	0	21	17		17				38	0	38
	2000	38	0	39	19		19				57	0	58
Guiné-Bissau	1995	71	13	84					4	4	71	17	88
	1996	80	9	89					1	1	80	10	89
	1997	68	2	69							68	2	69
	1998	72	5	77							72	5	77
	1999	61	8	69							61	8	69
	2000	57	9	65							57	9	65
Moçambique	1995	360	9	369	50	16	65				410	24	434 ^(j)
	1996	372	13	385	34	29	63				406	42	448 ^(j)
	1997	433		433	30		30				462		462 ^(j)
	1998	422		422	22		22				444		444 ^(j)
	1999	362		362	19		19				381		381 ^(j)
	2000	227		227	18		18				245		245 ^(j)
S. Tomé e Príncipe	1995	28	0	28							28	0	28
	1996	28	0	29							28	0	29
	1997	28		28							28		28
	1998	28	0	29							28	0	29
	1999	29	0	29							29	0	29
	2000	28	1	30							28	1	30
Total dos PALOP	1995	852	85	937	272	31	303		4	4	1 124	120	1 244
	1996	886	105	991	150	37	186		1	1	1 035	142	1 178
	1997	868	130	998	229	11	240				1 097	141	1 238
	1998	809	205	1 014	212	34	246				1 021	239	1 260
	1999	684	299	983	188	86	274				872	385	1 257
	2000	520	389	909	147	156	304				667	546	1 213

Fonte: Ministério das Finanças - DGAERI

(a) Inclui créditos adquiridos às OGMA, no valor de 7 milhões de USD.

(b) Inclui créditos adquiridos à SPE e às OGMA, no valor de 52 milhões de USD.

(c) Inclui créditos adquiridos às OGMA, no valor de 8 milhões de USD.

(d) Inclui créditos adquiridos à SPE e às OGMA, no valor de 57 milhões de USD.

(e) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 3 milhões de USD.

(f) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 59 milhões de USD.

(g) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 62 milhões de USD.

(h) Inclui créditos adquiridos às OGMA, no valor de 20 milhões de USD.

(i) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 75 milhões de USD.

(j) Não inclui a dívida da HCB, que em 31/12/2000 totalizava 2 186 milhões de USD.

